

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Setor Requisitante: Departamento de Arrecadação

Responsável pela Demanda: Luiz Henrique Festi

Demanda: Implantação do regin 2.0

1. DEMANDA (Qual é a necessidade?)

O presente projeto tem por objetivo a contratação da ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda. para a prestação de serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0, visando a modernização da gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação se justifica pela necessidade de modernizar a gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC, em especial os processos de abertura e licenciamento de empresas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do município. O sistema REGIN 2.0, desenvolvido pela ProSolution, é um sistema integrado de gestão tributária que moderniza os processos de abertura e licenciamento de empresas, aumenta a arrecadação municipal e melhora a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. A ProSolution é a detentora exclusiva dos direitos autorais e comerciais do sistema REGIN 2.0, o que a torna a única empresa capaz de prestar os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema no município de Balneário Camboriú/SC.

3. VANTAGENS PARA A ADMINISTRAÇÃO E RESULTADOS PRETENDIDOS

Esse serviço trará um impacto significativo na arrecadação municipal de ISS e IPTU, projetando um aumento na receita através da modernização da dinâmica tributária. Além disso, permitirá eliminar o atendimento pessoal (balcão de atendimento), direcionando os servidores para outras ações administrativas, otimizando os recursos humanos e proporcionando um atendimento mais eficiente e ágil aos contribuintes. Com a modernização da Prefeitura junto aos contabilistas do município para a realização de abertura e alteração de empresas, o REGIN 2.0 promove a modernização da gestão tributária, tornando-a mais eficiente e transparente. A abertura de empresas no município

será mais rápida, permitindo ao Fisco maior eficiência na tributação municipal e impulsionando o desenvolvimento econômico local. A contratação da ProSolution para os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0 trará muitos benefícios para o Município: Facilidade para atrair novos investidores para o município; Projeção de aumento na arrecadação municipal do ISS e IPTU; Modernização administrativa no que tange ao acompanhamento e atualização do cadastro de empresas no município; Fim do atendimento pessoal (balcão de atendimento) podendo o administrador público direcionar as atividades de sua equipe em outras ações administrativas; Modernização da Prefeitura junto a contabilistas do município para a realização de abertura e alteração de empresas; Modernização da dinâmica tributária, ou seja, a abertura de empresas no município, além de mais rápida, permite ao Fisco maior eficiência na tributação municipal.

Nome do responsável: Jean Carlos Januário Pereira

Cargo: Diretor Arrecadação

Matrícula/portaria: 56325

Chefe Imediato: Magda Bez

Cargo: Secretária da Fazenda

Matrícula/portaria: 32.153/2025

Balneário Camboriú, 31 de Julho de 2025

Processo Inexigibilidade de Licitação - 051/2025

De: Luiz F. - SEFAZ - COMP

Para: SECC - DPL - Departamento de Planejamento e Licitações

Data: 31/07/2025 às 20:05:42

Setores envolvidos:

SEGOV - DITI, SECAC - CGF, SECC - DPL, SECC - ASSJ, SEFAZ, SECC, SEFAZ - COMP, SECC - CGF

Regin 2.0f

Responsável pela Demanda*:

Luiz Henrique Festi

Setor Requisitante*:

Departamento de Arrecadação

Objeto*:

Implantação do regin 2.0

1. DEMANDA*:

O presente projeto tem por objetivo a contratação da ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda. para a prestação de serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0, visando a modernização da gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC.

2. JUSTIFICATIVA*:

A presente contratação se justifica pela necessidade de modernizar a gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC, em especial os processos de abertura e licenciamento de empresas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do município.

O sistema REGIN 2.0, desenvolvido pela ProSolution, é um sistema integrado de gestão tributária que moderniza os processos de abertura e licenciamento de empresas, aumenta a arrecadação municipal e melhora a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

A ProSolution é a detentora exclusiva dos direitos autorais e comerciais do sistema REGIN 2.0, o que a torna a única empresa capaz de prestar os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema no município de Balneário Camboriú/SC.

3. VANTAGENS PARA A ADMINISTRAÇÃO E RESULTADOS PRETENDIDOS*:

Esse serviço trará um impacto significativo na arrecadação municipal de ISS e IPTU, projetando um aumento na receita através da modernização da dinâmica tributária. Além disso, permitirá eliminar o atendimento pessoal (balcão de atendimento), direcionando os servidores para outras ações administrativas, otimizando os recursos humanos e proporcionando um atendimento mais eficiente e ágil aos contribuintes.

Com a modernização da Prefeitura junto aos contabilistas do município para a realização de abertura e alteração de empresas, o REGIN 2.0 promove a modernização da gestão tributária, tornando-a mais eficiente e transparente. A abertura de empresas no município será mais rápida, permitindo ao Fisco maior eficiência na tributação municipal e impulsionando o desenvolvimento econômico local.

A contratação da ProSolution para os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0 trará muitos benefícios para o Município:

- Facilidade para atrair novos investidores para o município;
- Projeção de aumento na arrecadação municipal do ISS e IPTU;
- Modernização administrativa no que tange ao acompanhamento e atualização do cadastro de empresas no município;
- Fim do atendimento pessoal (balcão de atendimento) podendo o administrador público direcionar as atividades de sua equipe em outras ações administrativas;
- Modernização da Prefeitura junto a contabilistas do município para a realização de abertura e alteração de empresas;
- Modernização da dinâmica tributária, ou seja, a abertura de empresas no município, além de mais rápida, permite ao Fisco maior eficiência na tributação municipal.

Nome do responsável*:

Jean Carlos Januário Pereira

Cargo*:

Diretor Arrecadação

Matricula/Portaria*:

56325

Chefe Imediato*:

Magda Bez

Cargo*:

Secretária da Fazenda

Matricula/Portaria*:

32.153/2025

Luiz Henrique Festi
Analista Administrativo II
Matrícula 51457

Assinado digitalmente (emissão) por:

| Assinante | Data | Assinatura | |
|-----------|---------------------|------------|------------------------------|
| MAGDA BEZ | 04/08/2025 17:32:38 | 1Doc | MAGDA BEZ CPF 596.XXX.XXX-91 |

Para verificar as assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **4A99-A14D-79F6-9187**

De: Luiz F. - SEFAZ - COMP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 31/07/2025 às 20:07:39

—
Luiz Henrique Festi
Analista Administrativo II
Matrícula 51457

Anexos:

ABES_Venc_25_08_2025_Certidao_43_102_Manifesto_REGIN.pdf

INPI_Certificado_de_Registro_Software_REGIN_venc_15_04_2074.pdf

INPI_Registro_da_Marca_REGIN_venc_20_12_2030.pdf

ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE**CERTIFICA**

para os devidos fins e a quem possa interessar, que de acordo com seus dados cadastrais, a empresa **ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.273.558/0001-90, com sede à Av. das Américas, 700 – Bl 8 – Lj 306-E – Fone.: (21) 2492-1057/2493-5919 – CEP 22640-100 – Barra da Tijuca – RJ, associada na ABES sob o nº 1880/1, está quites com suas contribuições mensais e em pleno gozo de seus direitos associativos.

CERTIFICA mais, que documentos devidamente firmados em seu poder atestam:

1. que a empresa **ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda** é a única desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização em todo território nacional do Sistema para computador REGIN®, destinado à gestão integrada do registro empresarial, se propondo a atender às especificações da REDESIM/RFB;
2. Que desconhece a existência de Sistema para computador disponível para comercialização, no mercado brasileiro, com o conjunto de funções, telas, módulos, recursos e características técnicas idêntico ao Sistema para computador REGIN®.
3. Que o pedido de registro do Sistema para computador REGIN® foi protocolizado no INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial e foi registrado sob o BR512024001687-2 em 15/04/2024;
4. que o Sistema REGIN® possui os seguintes recursos, Módulos e/ou características técnicas:

4.1 APRESENTAÇÃO

O Projeto do **Registro Mercantil Integrado – REGIN®** visa eliminar a burocracia que dificulta o desenvolvimento e o crescimento empresarial, reduzindo drasticamente o prazo de abertura de empresas, que era bastante demorado antes da utilização do REGIN nos Estados que o adotaram

Com o Sistema **REGIN®**, o cidadão, ao terminar o trâmite do processo de constituição, alteração ou baixa, tem o contrato social (ou o requerimento de empresário ou Ata) devidamente registrado no Órgão de Registro e recebe o CNPJ da Empresa, a Inscrição Estadual, o Alvará de Funcionamento na Prefeitura Municipal, licenças da Vigilância Sanitária, do Meio Ambiente, do Corpo de Bombeiros e de outras entidades públicas no âmbito Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao processo.

O Sistema **REGIN®** permite que o cidadão acompanhe a tramitação do seu processo através da Internet, sendo informado do andamento, da documentação que deve apresentar e das pendências detectadas em cada instituição.

Esses serviços fazem a integração das seguintes instituições:

- Órgão de Registro (Junta Comercial, Cartório, OAB e outros);
- Secretarias de Fazenda de Estados – SEFAZ;
- Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB;
- Prefeituras;
- Outras instituições públicas (Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente, etc.).

4.2 Objetivo do Sistema **REGIN®**

O Sistema **REGIN®** foi elaborado para:

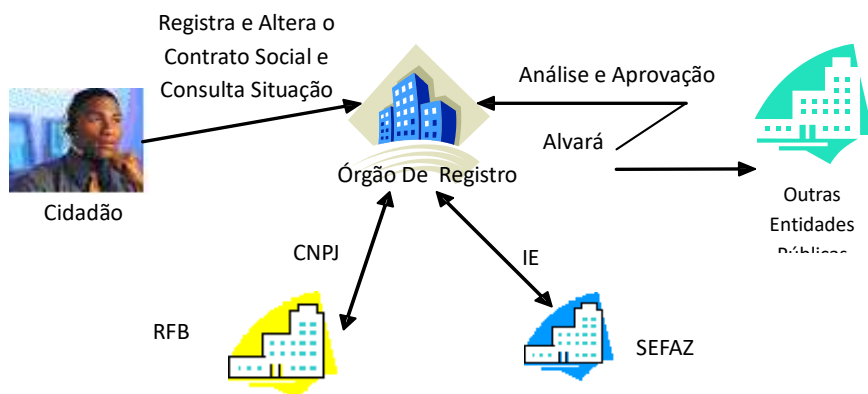
- a. Modernizar e desburocratizar o processo de abertura e alteração e baixa de empresas, reduzindo o prazo na elaboração e análise dos processos;
- b. Centralizar no Órgão de Registro a entrada das informações cadastrais das empresas e da documentação a nível Federal – RFB, Estadual – SEFAZ, Municipal – Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e outras instituições conveniadas;
- c. Informar às instituições conveniadas os atos da empresa e as suas atualizações no Órgão de Registro para que essas instituições possam atualizar seus respectivos cadastros;
- d. Atualizar o cadastro do Órgão de Registro com os dados da empresa nos cadastros federal, estadual e municipal: CNPJ, Número de Inscrição Estadual, Alvará de Funcionamento da Prefeitura, licenças do Corpo de Bombeiros, da Vigilância Sanitária, do Meio Ambiente, entre outros;
- e. Disponibilizar consulta às partes interessadas no processo;
- f. Permitir que as instituições conveniadas tenham a mesma informação da empresa (ex.: sócios, atividades econômicas, endereço).

4.3 Funcionamento do Sistema **REGIN®**

O Cidadão, no ato do registro de sua empresa no Órgão de Registro, recebe:

- a. O número no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, da RFB;
- b. O número de Inscrição Estadual - IE, da SEFAZ;
- c. Os protocolos da solicitação de Alvará de Funcionamento da Prefeitura, do Corpo de Bombeiros, da Vigilância Sanitária e de outras instituições públicas necessárias ao processo;
- d. A relação dos documentos a serem apresentados às diversas instituições e os valores das taxas pertinentes;

As instituições recebem, de forma eletrônica do Órgão de Registro, as informações cadastrais da empresa, conforme mostrado no esquema abaixo.



4.4 Funcionalidades do REGIN®

a. MANUTENÇÃO DE PARÂMETROS DO SISTEMA

Este módulo permite que cada instituição conveniada registre no banco de dados do REGIN®:

- Dados da instituição conveniada;
- O cadastro dos usuários do sistema e suas respectivas autorizações de acesso;
- A relação dos documentos que o cidadão deverá apresentar em cada instituição, segundo suas atividades econômicas (CNAE);
- As taxas e valores que deverão ser pagas na instituição.

b. REGIN® NO ÓRGÃO DE REGISTRO – Módulo Central

Este módulo tem as seguintes funcionalidades:

- Criticar se o nome empresarial está de acordo com a legislação e se existe colidência de nomes;
- Atualizar a base de dados com as informações da empresa e a geração do número de identificação na Junta Comercial – NIRE ou número de registro nos demais órgãos;
- Através da REDESIM, o órgão de registro (OAB, Junta Comercial e RCPJ), ao deferir um protocolo de abertura de empresa, fornece o número do CNPJ e o número de inscrição no Cadastro Estadual da SEFAZ da empresa que está sendo legalizada;
- Transmitir os dados da empresa para as demais instituições estaduais e municipais utilizando tecnologia de Web Services;
- Emitir protocolo das instituições estaduais e municipais com as informações da empresa e das solicitações e pendências se houver;
- Disponibilizar consulta da tramitação do processo em todas as instituições, informando os andamentos com respectivas datas e pendências.

c. REGIN® NA SECRETARIA ESTADUAL DE FAZENDA - SEFAZ

Ao fazer o Registro da empresa no Órgão de Registro, o cidadão poderá optar por inscrever a sua empresa no Cadastro de Contribuintes do ICMS e, nesse caso, os dados da empresa serão transmitidos para a Secretaria de Fazenda do Estado (SEFAZ).

Na SEFAZ, os dados são validados de forma automática, com verificação da existência de restrições relativas aos sócios, ao grupo empresarial e aos administradores.

- Não existindo restrições, o REGIN® informa, de forma automática, o Número de Inscrição no Cadastro Estadual;
- Existindo restrições, o cidadão é informado para que tome as devidas providências.

d. REGIN® NAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

O REGIN® disponibiliza uma solução informática nas instituições conveniadas para a automação dos processos de legalização. Essa solução foi desenvolvida utilizando somente ferramentas livres, de uso gratuito, com código aberto e que contempla as seguintes funcionalidades:

- Receber os dados da empresa transmitidos pelo Órgão de Registro através da Internet, utilizando tecnologia Web Services;
- Permite que a instituição analise o processo da empresa (Tributação, Posturas, Planejamento, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente, etc.) e disponibilize o deferimento ou as pendências ou o indeferimento para o solicitante e para todas as instituições envolvidas no processo, permitindo o acompanhamento da tramitação do processo;
- Permite que a instituição importe os dados do REGIN® para seus sistemas corporativos;
- Permite a transmissão do protocolo para o sistema corporativo da instituição (prefeitura, SEFAZ, etc.) utilizando a tecnologia Web Services, para atualização do cadastro da instituição, retornando o alvará, as licenças, e demais informações para o empresário.

4.5 Módulos do REGIN®

4.5.1 Módulo Pedido de Viabilidade (Consulta Prévia)

O Pedido de Viabilidade serve para ajudar o cidadão no processo de abertura e alteração da empresa, verificando se a localização pretendida é compatível com as normas de zoneamento da região e informando a relação das instituições que intervirão no processo com suas respectivas listas de exigências de documentação, taxas e os possíveis impedimentos para o estabelecimento da empresa.

O sistema envia as informações para as instituições envolvidas no processo de abertura e alteração da empresa e emite os seguintes documentos: um protocolo, que permite o seu acompanhamento e um relatório com as informações e orientações.

O Pedido de Viabilidade tem o seguinte tratamento:

- a. **Órgão de Registro:** verifica a colidência, se o nome empresarial atende à legislação vigente e se o Objeto Social está de acordo com os códigos de atividade econômica informados (CNAE). Análise automática do nome empresarial para empresário e outras naturezas jurídicas;
- b. **SEFAZ:** verifica se existe atividade (CNAE) que obrigue o recolhimento de tributos e se há algum impedimento quanto ao quadro societário, ao grupo empresarial e aos administradores;
- c. **OAB:** verifica se o CPF é de advogado cadastrado na OAB, se está em dia com a anuidade e se não pertence a outra sociedade;
- d. **Prefeitura Municipal:** verifica se a atividade (CNAE) desejada é permitida no local escolhido para abertura da empresa;

- e. **Cidadão:** acompanha a tramitação do seu pedido através da Internet acessando o site da Órgão de Registro ou o site da Prefeitura no endereço (link) ou outro site disponibilizado para essa consulta.
- f. **RFB:** utilização dos serviços WS 09 e 11 para validar CPF ou CNPJ se estão ativos na RFB e Recuperar dados da sede outra UF.

4.5.2 Módulo Análise do Pedido de Viabilidade

Através dos Módulos de integração com a RFB - WebServices, o Módulo de Análise do Pedido de Viabilidade, executa os seguintes controles para garantia da exatidão dos dados do processo:

- Validação do CPF ou CNPJ na RFB, recuperando os nomes dos envolvidos (CPF/CNPJ);
- O REGIN® recupera dados de uma sede/matriz em outra UF, obtendo esses dados da RFB;
- Permite ao Órgão de Registro analisar se o Nome Empresarial atende à Legislação vigente e se o Objeto Social está de acordo com os códigos de atividades econômicas informados (CNAE);
- Verifica automaticamente se existe colidência do nome empresarial informado na Viabilidade, tanto escrita como fonética, com banco de dados do Órgão de Registro;
- Registra o parecer e o deferimento do Pedido na entidade conveniada;
- Libera a análise para as demais instituições conveniadas;

Pedido de Viabilidade

Município e Instituição

Município de Interesse

ABAIRA

Instituição

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

Esta consulta de viabilidade é SOMENTE para fins de regularização de dados cadastrais perante a Receita Federal do Brasil?

☐ Sim ☒ Não

Inscrição (Matriz e Filial)

☐ Inscrição de primeiro estabelecimento (Matriz)

☐ Inscrição dos demais estabelecimentos (Filial)

Alteração

☐ Alteração entre órgãos de registro/Conversão

☐ Natureza Jurídica - Transformação

☐ Nome

☐ Atividade Econômica

☐ Alteração do Tipo de Unidade

☐ Alteração da Forma de Atuação

☐ Endereço

Exigência de Nome Empresarial

☐ Exigência de Nome Empresarial

ATENÇÃO:

Esta opção é referente a uma alteração de Nome Empresarial de uma Viabilidade que está vinculada a um Processo que possui Exigência de Nome Empresarial. Para prosseguir, é necessário informar o número do protocolo da Viabilidade que está vinculada a um Processo que possui Exigência de Nome Empresarial. Feito isso, o sistema irá gerar um novo protocolo de viabilidade que **só será analisado pelo Órgão de Registro**, ou seja, **não será enviado às instituições conveniadas (Receita Federal, Prefeitura, Corpo de Bombeiros, etc).** Após a viabilidade estar devidamente finalizada com o Nome aprovado pelo Órgão de Registro, prosseguir normalmente com o preenchimento do Requerimento Eletrônico informando o número da "Viabilidade antiga". **Não é necessário cancelar o DBE (Solicitação CNPJ).**

Solicitação e Regularização de Inscrição

☐ Legalização de Inscrição municipal

Avançar

VIABILIDADE AVALIAÇÃO

Protocolo

Antes da escolha, veja a orientação aqui.

EVENTO

Inscrição de primeiro estabelecimento

Solicitante

ELISANDRA

Email

Tipo de Empresa

Sociedade

Tipo de Inscrição

Primeiro Estabelecimento no Estado

Natureza Jurídica

2321 SOCIEDADE UNIPESSOAL DE ADVOCACIA

☒ Empresas Relacionadas ao Sócio

Reprovado pelo Sistema

Aprovado ☐ Não Aprovado ☐

Justificativa

| CPF/CNPJ Sócio | Nome | Nome da Mãe |
|----------------|-----------|----------------------|
| 112.546. | ELISANDRA | ELISANGELA APARECIDA |

Objeto

SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

| Cod. CNAE | Tipo | Descrição |
|-----------|-----------|-----------------------|
| 5911701 | Principal | SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS |

☐ Aprovado ☐ Pendente ☐ Não Aprovado

Observação

SALVAR

FINALIZAR

CONS. VIABILIDADE

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://portal.digiforte.com.br/validate/SADTF-XFUP8-EABGP-DQRQR>

4.5.3 Módulo de Registro Empresarial

Este módulo atualiza o Cadastro do Órgão de Registro com os dados da Empresa nos Cadastros: Federal (CNPJ), Estadual (nº de inscrição), Municipal (Alvará de Funcionamento), Corpo de Bombeiros (Alvará) e Vigilância Sanitária (Alvará), entre outros.

| Protocolo | <input type="text"/> |
|---|---|
| Protocolo Viabilidade | <input type="text"/> |
| Arquivo | <input type="button" value="Selecionar arquivo..."/> Nenhum arquivo selecionado. <input type="button" value="Validar"/> |
| Dados do Registro | |
| Código de Acesso DBE | <input type="text"/> |
| NIRE | <input type="text"/> |
| Protocolo | <input type="text"/> |
| Nome Contribuinte Arquivo | <input type="text"/> |
| Nome Contribuinte SIARCO | <input type="text"/> |
| UF | <input type="text"/> |
| Município | <input type="text"/> |
| Atividade Econômica | <input type="text"/> |
| Arquivo | <input type="text"/> |
| CNPJ | <input type="text"/> |
| Data de Constituição | <input type="text"/> |
| Data Início Atividade Econômica | <input type="text"/> |
| <input type="button" value="Gravar"/> <input type="button" value="Novo"/> | |

4.5.4 Módulo de Atualização da Base de Dados do Órgão de Registro

Este módulo atualiza a base de dados do Órgão de Registro com todos os dados cadastrais do processo de constituição.

Na Alteração, atualiza as tabelas que contêm os dados da empresa, sócios, movimento de empresas (histórico de processos) e as tabelas correlatas aos atos e eventos de registro mercantil, constantes do modelo de dados do sistema do Órgão de Registro.

Dispensa a digitação dos dados empresariais.

PROTOCOLO 167155423

12:13
18
MAI
2016

AJUDA

ATENÇÃO: Para corrigir e/ou completar os dados da matriz:

1. Complete os campos de NIRE/Matricula, CNPJ e/ou número do Pedido de Viabilidade da Matriz;
2. Clique no botão ATUALIZAR.
3. Após completar todas as informações da Matriz e/ou filial clique em CONFIRMAR.

| | | | |
|------------------------|---|---|--|
| Nome da Empresa | | AUTO POSTO ESTEVAM LTDA | |
| NIRE/Matricula Matriz | <input type="text" value="29204117411"/> | <input type="button" value="ATUALIZAR"/> | <input type="button" value="CONSULTAR ANALISE"/> |
| CNPJ Matriz | <input type="text" value="21.277.277/0001-04"/> | <input type="button" value="ATUALIZAR CNPJ"/> | |
| Viabilidade Matriz | <input type="text" value="BAP1601607657"/> | | |
| Numero DBE | <input type="text" value="BA5275973421277277000104"/> | <input type="button" value="DEFERIR RFB"/> | <input type="button" value="CONSULTA DE DBE"/> |

4.5.5 Módulo Requerimento Eletrônico de Constituição, Alteração ou Baixa

O Requerimento Eletrônico é um formulário eletrônico em que o cidadão preenche todas as informações necessárias ao registro da empresa na constituição ou na entrada de processos de alteração ou baixa no Órgão de Registro.

Essas informações são verificadas e validadas pelo Órgão de Registro e as exigências exibidas no próprio requerimento. Desta forma, o requerimento também é uma ferramenta de comunicação entre o Órgão de Registro e o cidadão, agilizando o processo de registro.

Os benefícios para o cidadão são:

- Realizar o processo de abertura, alteração e baixa da empresa em um único lugar;
- Redução de exigências nos processos, pois integrado a Receita Federal, faz validação dos dados da empresa analisando automaticamente os dados da Viabilidade e DBE, garantindo a segurança de dados que serão inseridos na base do Órgão de Registro e gerando protocolo do processo para acompanhamento pelo empreendedor;
- Gerar automaticamente os documentos para o registro da empresa como: Contrato Social, Requerimento de Empresário, Capa de Processo, Declaração de Enquadramento, Declaração de Reenquadramento, Declaração de Desenquadramento, Guia de Recolhimento do Serviço, Recibo de entrega dos documentos;
- Acompanhamento do processo via internet. Com isso, fica fácil saber se a empresa foi ou não aprovada e se há necessidade de documentação complementar ou qualquer outra exigência.
- Permite abrir processos de transformação, transferência de sede, conversão e todos os demais atos do órgão de registro.
- Implantação dos processos de constituição automáticos.

- Se propõe a implantação da IN 60 DREI, processos Covid. (Geração de processo com termo de autenticidade Contador/Advogado)

O Requerimento Eletrônico de constituição, alteração e baixa utiliza os WebServices, definidos mais adiante, para garantir a exatidão das informações de CPF/CNPJ e endereços, seja na constituição, alteração ou baixa de matriz ou filial da empresa, entre outros controles necessários ao processo.

As informações do Pedido de Viabilidade serão importadas para o requerimento e não poderão ser alteradas pelo requerente.



4.5.6 Módulo Requerimento Eletrônico – Contribuinte Específico

Este módulo permite obter as inscrições: Estadual, Municipal e alterações cadastrais, para contribuintes do tipo: Produtor Rural; Canteiro de Obra; Substituto Tributário; Telecomunicação; Combustíveis e Transporte Rodoviário de Cargas.

Os dados desses contribuintes são capturados em formulário disponibilizado na Internet. Depois de finalizado pelo solicitante, é gerado um nº de protocolo que permitirá o seu acompanhamento através de Consulta REGIN® disponibilizada na página da Instituição e no site do Órgão de Registro.

A Instituição analisará o processo e, no caso de deferimento, gera a Inscrição Estadual ou Municipal. O sistema, através de Web Service se comunica com a respectiva Instituição para atualizar o Cadastro de Contribuintes.

Portal de Serviços Municipal
Todos os serviços e orientações para você!

25
JUN
2014
Versão 3.0
23/01/2020

Contribuinte

Aqui você pode fazer o pedido de inscrição, atualização e regularização no cadastrado municipal para os eventos abaixo que não pertencem à REDESIM.

Selecione a opção que você deseja fazer:

| | | | |
|--|--|---|--|
| Novo Requerimento Para criar um novo requerimento clique em "Novo Requerimento". | Atualizar Requerimento Se você já iniciou o requerimento, mas necessita atualizá-lo ou corrigi-lo, clique em "Atualizar Requerimento". | Cancelar Requerimento Se você já iniciou o requerimento, mas ainda não finalizou e necessita cancelar, clique em "Cancelar Requerimento". | Acompanhar Requerimento Se você já finalizou e enviou o requerimento ou viabilidade, e necessita acompanhar a situação do protocolo, clique em "Acompanhar". |
| Novo Requerimento | Atualizar Requerimento | Cancelar Requerimento | Acompanhar |

Portal de Serviços Municipal
Todos os serviços e orientações para você!

25
JUN
2014
Versão 3.0
23/01/2020

Contribuinte

Aqui você pode fazer o pedido de inscrição, atualização e regularização no cadastrado municipal para os eventos abaixo que não pertencem à REDESIM.

Selecione o Município:

RIO DO SUL

Atenção: Estes eventos não pertencem a REDESIM. Os serviços de inscrição, alteração e baixa para AUTÔNOMO encontram-se disponíveis para este município. Os demais Serviços estão disponíveis somente para os Municípios que possuem a CUSTOMIZAÇÃO DO REGIM Municipal.

Novo Requerimento eletrônico de Inscrição Municipal

ATENÇÃO: Para criar um novo requerimento selecione o tipo de contribuinte, a solicitação desejada, e clique em "Iniciar".

Selecione o tipo de contribuinte:

- ☐ **Contribuintes estabelecidos no Município**
 - Inscrição Municipal para empresa estabelecida no município e que não se cadastrou via REDESIM - Integrador REGIM. [i](#)
 - Atualização Cadastral de empresa já estabelecida no município. [i](#)
- ☐ **Contribuintes não Estabelecidos no Município - Inscrição Fiscal**
 - Inscrição destinada ao prestador ou tomador de serviços responsável pelo recolhimento do imposto sobre serviços no município e que esteja estabelecido fora do município. [i](#)
- ☐ **Unidades Dependentes**
 - Inscrição destinada a unidades dependentes de empresa já estabelecida (matriz ou filial) no município (Torres de telefonia, caixas eletrônicos, etc.). [i](#)
- ☐ **Inscrição Temporária - Contribuinte não estabelecido no município**
 - Inscrição temporária por até 6 (seis) meses a cada exercício destinada ao contribuinte estabelecido em outro município, mas que exercerá atividade em local fixo no município (Parques, Círcos, Feiras). [i](#)
- ☐ **Profissional Autônomo**
 - Inscrição/Alteração Cadastral/Baixa de Profissional Autônomo e/ou seu(s) respectivo(s) Estabelecimento(s).

[Voltar](#)

4.5.7 Módulo Examinador/Deferidor

Este Módulo é utilizado pelos funcionários da área de análise de processos do Órgão de Registro, com o objetivo de validar as informações do Requerimento Eletrônico com o documento apresentado para registro, além de informar as exigências do protocolo que serão exibidas ao requerente no acompanhamento do processo.

Este módulo também utiliza os WebServices para validações em tempo real, tais como:

- Consultar dados de empresas em outra UF, dependendo do convênio existente entre os órgãos das UF's envolvidas;
- Nos processos de alteração, verifica se existe divergência entre os dados informados pelo requerente com os registrados no Órgão de Registro;
- Permite o deferimento, indeferimento ou lançamento de exigências do processo que está sendo analisado;
- Visualização das imagens digitalizadas do processo e das imagens assinadas digitalmente;
- Permite a consulta dos dados da empresa na tela do examinador;
- Permite fazer a consulta de colidência de nomes na tela do examinador;
- Permite solicitar parecer dos processos a outras áreas do órgão de registro;
- Envio de e-mail quando o processo é colocado em exigência ou indeferimento;
- Emite alertas quando existe de bloqueios da empresa.

Consulte solicitações de Parecer aqui: [Consulta Parecer](#)

Informações do Protocolo

☐ Ato/Evento(s)

ATO
002 - ALTERAÇÃO

Ato/Evento(s) na Junta Comercial

| Evento | Descrição |
|--------|-----------|
| | |

Protocolo: 243452640 Requerimento: 81.400.001.843.416 Data do Fecho: 01/07/2024

Analista: SISTEMA VIA UNICA
Data da Análise: 07/07/2024 23:22:15

Informações da Empresa

| NIRE/MATRICULA | CNPJ | Situação na JC | Situação na RFB |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 42207886029 | 51509985000116 | REGISTRO ATIVO | ATIVA |

Razão Social
RODOBRI - TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA

Endereço da Empresa:
R HENRIQUE DIAS 53 L 23 NOSSA SENHORA DA SALETE CRICIUMA 88815590

PORTE
ME

[Consulta Dados Empresa](#)

Alertas

Requerimento possui evento de Filial, mas não foram adicionadas Filiais ao requerimento.

QSA - Quadro de Sócios e Administradores

| Confirma? | Empresário, Titular ou Sócios. |
|--|--|
| <input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não | <p>1. SILVIO DE SOUZA GONCALVES</p> <p>Qualificação: SÓCIO PESSOA FÍSICA RESIDENTE NO BRASIL</p> <p>Nacionalidade: BRASILEIRA</p> <p>Nascimento: 21/03/1989</p> <p>Estado Civil: CASADO, COMUNHÃO PARCIAL DE BENS</p> <p>Profissão: EMPRESARIO</p> <p>CNPJ nº: 066.788.459-34</p> <p>Identificação: CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 5468394, órgão expedidor SSP - SC</p> <p>Nome do Pai: SANDRO GONCALVES</p> <p>Nome da Mãe: INES DE SOUZA GONCALVES</p> <p>Endereço: R CELESTINA ZILI ROVARIS, 55, APTO 601, CENTRO, CRICIUMA, SC, CEP 88802210, BRASIL</p> |

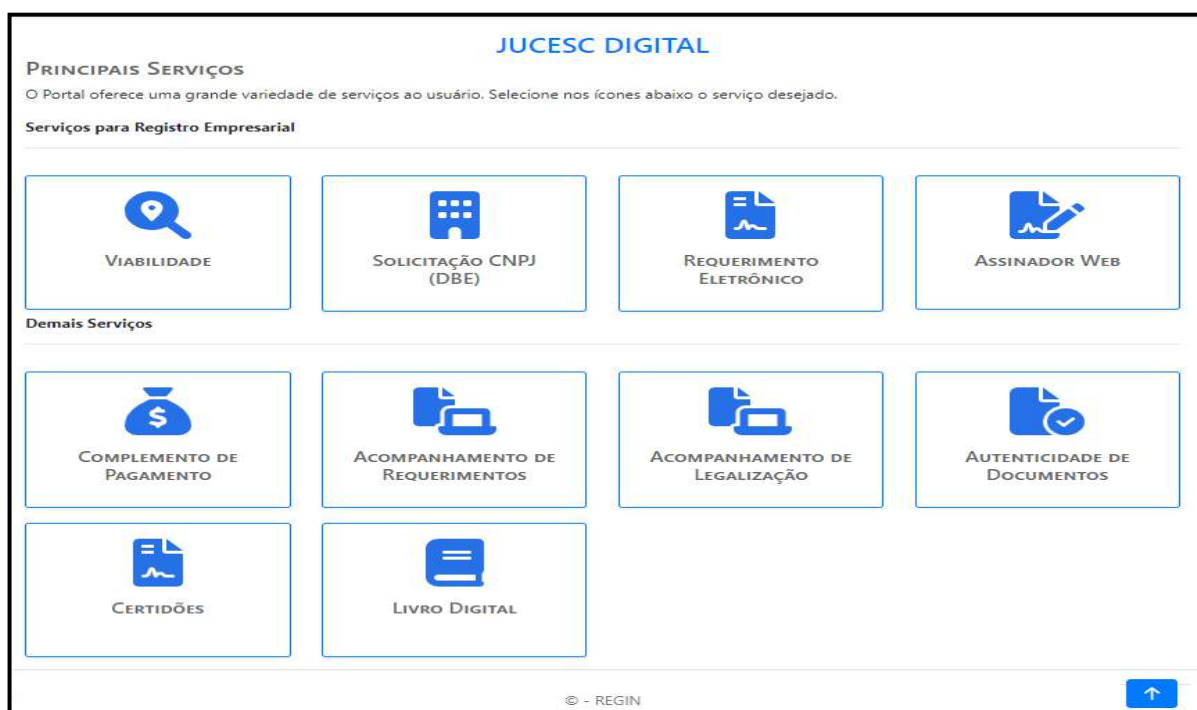
Motivo:

4.5.8 Módulo Requerimento Universal

Requerimento Universal é um portal que permite ao cidadão solicitar, via internet, os serviços prestados pelo Órgão de Registro.

Características:

- Portal de todos os serviços disponibilizados pelo REGIN® no Órgão de Registro;
- Facilidade e agilidade na solicitação de certidões;
- Facilidade e agilidade no acompanhamento de processos no Órgão de Registro;
- Reimpressão de capas de processos;
- Reimpressão de boletos e outros documentos.
- Autenticação do usuário pelo Gov.br;
- Integração com as seguintes funcionalidades/Módulos:
 - Viabilidade
 - Preenchimento de DBE
 - Complemento de Pagamento
 - Autenticação de Documentos
 - Assinador Web
 - Requerimento Eletrônico
 - Acompanhamento de Legalização



4.5.9 Módulo Certidão Web

Permite que o cidadão solicite via internet as certidões: simplificada, específica ou de inteiro teor, preenchendo as informações necessárias em formulário eletrônico, para geração do boleto de pagamento e providenciando a emissão automática ou não, com a verificação do pagamento.

Características:

- Substitui a solicitação presencial, pois a solicitação da certidão é feita via Internet no site do Órgão de Registro;
- Segurança na confirmação de pagamento da taxa do serviço;
- Inserção de andamento e dados no sistema proprietário do Órgão de Registro (SIARCO, Integrado ou outro) de forma automática;
- Agilidade no processo de emissão, podendo ser, em alguns casos, emitida automaticamente, sem a necessidade de verificação;
- Permite o tratamento nas imagens de processo digitalizados e possibilita fazer upload de imagens do arquivamento que não estejam na base de dados;
- Envia eletronicamente o documento gerado para o e-mail do usuário/solicitante;
- Notificação da solicitação por e-mail, inclusive com o documento solicitado;
- Segurança na autenticidade do documento.




4.5.10 Módulo Protocolo Web

O Módulo Protocolo WEB é utilizado pela instituição no controle da recepção de processos no balcão de atendimento.

Características:

- Agiliza a recepção de processo;
- Permite a inserção do nº do processo de forma manual ou por leitor;
- Disponibiliza funcionalidade para busca de pagamentos relacionados ao protocolo;
- A leitura dos dados do pagamento pode ser por leitura ótica ou digitação do código de barras;
- Cálculo do valor do serviço e do CNE para confirmação de pagamento da taxa do processo;
- Controla o prazo de retorno de processo em exigência;
- Insere dados do processo no sistema proprietário do prestador do serviço;
- Grava automaticamente o andamento para a seção de destino do processo;
- Integrada ao REGIN® para buscar as informações se é processo do Requerimento Eletrônico;
- Permite a vinculação entre processos. Para processos do módulo Requerimento Eletrônico, a vinculação é automática.;
- Grava o processo no cadastro da Junta Comercial e dá andamento a sessão correspondente.;
- A funcionalidade “Vínculo de Processos” permite relacionar um protocolo a outros ou excluir vínculos anteriores. O sistema apresenta uma lista com os processos vinculados ao protocolo.



4.5.11 Módulo Via Única

O Módulo Via única permite a emissão digital do instrumento arquivado no Órgão de Registro, se o ato estiver autenticado no órgão de registro.

Características:

- Substitui a solicitação presencial para retirada do processo;
- Permite o tratamento nas imagens de processos digitalizados e possibilita fazer upload de imagens do arquivamento que não estejam na base de dados;
- Os documentos digitalizados nos escritórios regionais do Órgão de Registro são salvos na base de dados da instituição;
- Insere a chancela eletrônica no documento;
- Envio automático do documento gerado para o e-mail do usuário/solicitante;
- Segurança na autenticidade do documento. Validação da autenticidade e integridade do documento digital emitido, através do código de validação contido na chancela eletrônica.
- Visualizar a Chancela eletrônica do documento.
- Envio de via única dos processos assinados digitalmente para processos 100% digital.
- Página de autenticação dos processos enviados pela via única com **QRCode**.
- Reenvio da Via Única

VIA ÚNICA

Busca Documento

Protocolo do Órgão de Registro

BUSCAR >

Dados da Empresa

NOME:

ARMAZÉNS GERAIS E LOGISTICA LTDA EPP

E-MAIL:

NIRE:

15201404152

CNPJ:

15254868000102

Unidade

☒ Sede
 ☐ Escritórios Regionais

Tipo de Envio

☐ Reenvio
 ☐ Troca de Imagem

✎ EDITAR ARQUIVAMENTO

< VOLTAR

4.5.12 Módulo Central de Carga

O Módulo Central de Carga realiza a autenticação do processo, o deferimento do DBE e permite inserir os dados do processo na base de dados do Órgão de Registro.

Características:

- Geração do Registro - Número de Identificação do Registro de Empresa (ex.: NIRE);
- Permite inserir andamento no processo;
- Defere o DBE da Receita Federal – RFB;
- Grava os dados cadastrais do processo na base de dados do Órgão de Registro;
- Dispensa a necessidade de atualização do Sistema proprietário do Órgão de Registro.

PROTOCOLO 167155423

 18
12:13 MAI 2016
[AJUDA](#)

ATENÇÃO: Para corrigir e/ou completar os dados da matriz:

1. Complete os campos de NIRE/Matricula, CNPJ e/ou número do Pedido de Viabilidade da Matriz;
2. Clique no botão ATUALIZAR.
3. Após completar **todas** as informações da Matriz e/ou filial clique em CONFIRMAR.

Nome da Empresa AUTO POSTO ESTEVAM LTDA

| | | | |
|-----------------------|---|--------------------------------|-----------------------------------|
| NIRE/Matricula Matriz | <input type="text" value="29204117411"/> | ATUALIZAR | CONSULTAR ANALISE |
| CNPJ Matriz | <input type="text" value="21.277.277/0001-04"/> | ATUALIZAR CNPJ | |
| Viabilidade Matriz | <input type="text" value="BAP1601607657"/> | | |
| Numero DBE | <input type="text" value="BA5275973421277277000104"/> | DEFERIR RFB | CONSULTA DE DBE |

[CONFIRMAR >](#)

4.5.13 Módulo Deferidor manual - RFB

Este módulo é utilizado para deferir o DBE junto à RFB, de processos que possuem eventos não tratados pelo Módulo Requerimento Eletrônico do REGIN®.

Características:

- Validação dos dados do processo no Órgão de Registro;
- Permite deferir DBE na RFB de processos que não foram feitos no REGIN® utilizando os WS 05 e WS 06.

**DEFERIDOR**

15:34 4 FEB 2016

AJUDA

59:50 Tempo restante da sessão

Informações do Protocolo

Evento: 202 - ALTERAÇÃO DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O CNPJ
Número Serventia 093000
Número de Processo 12015120109
Número Órgão de Registro (NIRE/Matrícula): 245245
Data do Registro: 31/3/2011 0:00:00
CNPJ: 13609491000000
DBE: RJ7922967013609491000000
CPF responsável pelo Deferimento: 08711367087

Natureza Jurídica

Associação Privada

Empresário, Titular ou Sócios e/ou administradores.

1. VILMA LUCIA DIAS
INCLUIDO NESTE ATO
Qualificação: PRESIDENTE
CPF: 777.612.947-72

2. VANIA GONCALVES DA SILVA
RETIRA-SE DA SOCIEDADE O SÓCIO.
CPF: 695.777.777-49

VOLTAR

DEFERIR RFB

4.5.14 Módulo Autônomo

Possibilita a análise de processos de autônomo utilizando o mesmo fluxo dos processos empresariais. Aplicações:

- Análise de viabilidade de Autônomo;
- Análise de alvará de Autônomo.

4.5.15 Módulo Viabilidades Municipais

Possibilita a análise de processos específicos do município como: registro de torres de celular, caixas eletrônicos, eventos (festivals, circos), etc. Utilizando o mesmo fluxo dos processos empresariais

4.5.16 Módulo Geração de Documentos

Permite que a instituição gere modelos de documentos que serão utilizados para gerar licenças dos processos, ex: documento de alvará, documento de alvará provisório, documento de licenciamento ambiental.

4.5.17 Funcionalidade: Relação Áreas Viabilidade Alvará

Cópia automatizada do parecer informado no processo de viabilidade para o processo de legalização.

4.5.18 Módulo Alvará Automático

Esse módulo permite a classificação das atividades do processo de acordo com as regras de risco Federais, Estaduais ou Municipais e a emissão do alvará ou termo de responsabilidade para as atividades de baixo risco.

O módulo também permite o ajuste da classificação no momento da emissão do alvará definitivo (o alvará que será gerado na finalização da análise do processo pela prefeitura) que substituirá o alvará que foi emitido automaticamente.

4.5.19 Módulos para a integração com a REDESIM (WebServices)

Os módulos de WebService (WS) foram desenvolvidos e incorporados ao sistema REGIN® para as diversas verificações e possibilidades informadas a seguir, garantindo a exatidão dos dados do processo de constituição, alteração ou baixa de uma empresa:

- WS 01 – Envio dos dados da Viabilidade
- WS 04 - Serviço de validação cadastral
- WS 05 - Informa à RFB o uso do DBE pelo Órgão de Registro;
- WS 06 - Defere o DBE: Gera CNPJ e atualiza a base de dados da RFB;
- WS 07 – Deferimento de filial com sede em outra UF
- WS 08 – Deferimento de processos por parte da RFB
- WS 09 - Recupera dados de um CPF na RFB;
- WS 11 - Recupera dados de um CNPJ na RFB;
- WS 15 – Envio de eventos de MEI
- WS 17 – Deferimento de ofício lida RFB
- WS 22 - Recebimento das solicitações canceladas
- WS 35 - Recupera dados de um DBE na RFB;
- WS 50 - Serviço de Licenciamento, Alvará e Inscrições Tributárias
- WS 99 - Recebimento de dados da RFB
- Alteração para adaptar-se ao novo formato de Serviços da RFB.
- Carga de MEI dos serviços da Receita Federal para a Junta Comercial

4.5.20 Módulo Requerimento Livro Digital

O Livro Contábil é um sistema disponibilizado no Órgão de Registro, que permite ao cidadão preencher o Requerimento Eletrônico de Livro contábil digital, capturando e validando as informações preenchidas na base de dados do Órgão de Registro. Ao preencher o requerimento, o sistema gera a capa do processo e a guia de pagamento.

Os dados preenchidos no Requerimento são verificados e validados pelo Órgão de Registro e as exigências são enviadas e disponibilizadas para o requerente no próprio Requerimento.

4.5.21 Módulo Processo Digital

Este módulo dá andamento ao processo interno do Órgão de Registro de forma digital, garantindo a integridade das imagens e documentos originais.

Características:

- Digitaliza o processo após o protocolo;
- Trabalha as imagens do instrumento;
- Todo andamento é feito pelo REGIN®;
- O processo tramita digitalmente;
- Faz o andamento para o setor de análise;
- O Analista tem acesso às imagens do processo para análises;
- Permite solicitar parecer do procurador ou vogal do Órgão.

4.5.22 Módulo de Controle de Qualidade

Este módulo é responsável pelo envio dos dados da empresa para as instituições. Antes do envio ele verifica as inconsistências existentes, apresentando-as na tela, não permitindo o envio até que sejam corrigidas.

Não havendo inconsistências, os dados são enviados.

4.5.23 Módulo Consulta Web – Consulta Cadastro SIARCO

Este módulo permite ao usuário do REGIN® consultar dados e imagens dos arquivamentos de empresas registradas no Órgão de Registro.

- Consulta dos dados de empresas cadastradas no Órgão de Registro;
- Consulta de bloqueios;
- Consulta de Livros;
- Visualiza os arquivamentos de processos das empresas.

4.5.24 Módulo Consulta de Processo – MOBILE

Disponível para *Android* e *iOS*, o aplicativo permite ao cidadão consultar protocolos de serviços encaminhados ao Órgão de Registro.

4.5.25 Módulo Arrecadação Sede - Boletos

- Geração de Boleto Bancário para os processos da Junta Comercial e demais Módulos do REGIN Central se propondo a estar em conformidade ao padrão Febraban Convênio Bancário;
- Processo de atualização de pagamentos na base do REGIN® de forma automática através do sistema de arrecadação bancária e verificação de pagamentos;
- Consulta de pagamentos para que os usuários da Junta possam verificar a baixa dos boletos da Junta Comercial;
- Integração automática com os demais módulos do REGIN Central para baixa e liberação de processos e serviços de forma integrada.
- Estatística de Arrecadação.

4.5.26 Módulo Arrecadação das Regionais

Tem por objetivo agilizar o controle da arrecadação e das baixas bancárias dos escritórios regionais, onde a confirmação de pagamento do boleto será atualizada no sistema REGIN® mediante a execução do procedimento de importação do arquivo disponibilizado pela instituição bancária.

O Módulo de Arrecadação das Regionais conta com as seguintes funcionalidades:

a) Documentos de Arrecadação – DAM

- Emissão DAM:** permite a emissão de DAM avulso caso o escritório regional queira utilizá-lo para outras finalidades, visto que o sistema REGIN® gera boletos automaticamente. Sendo que a emissão pode ser realizada por Pessoa Física (CPF e Emissor) e Pessoa Jurídica (CNPJ e Emissor), com a opção do Qr Code de PIX;
- Consulta/Emissão DAM:** solução que permite, com base nos filtros de pesquisa (Unidade, Tributo, Receita, Número de Identificação, Num. Protocolo/Doc. Origem, Num. documento DAM, Data de Vencimento, Datas Início e Fim da Emissão, Código

de Barras, Situação do Pagamento, entre outros), o controle dos DAM emitidos contendo os detalhes como número do documento DAM, tipo de identificação (CPF, CNPJ, Inscrição Imobiliária entre outras), data de vencimento, valor e situação; ainda possuindo opções de detalhamento e cancelamento do DAM emitido. A opção ainda conta com a consulta manual de pagamentos via Pix. Outra opção que a funcionalidade apresenta é a realização dos registros de auditoria, onde é possível registrar qualquer ação do usuário ao realizar consulta, baixa ou alteração nas guias de arrecadação;

- iii) **Consulta DAM Ext:** solução que permite consultar e emitir a 2ª via do DAM. Através da utilização dos filtros: Num. Documento DAM, Tipo de Identificação (CPF, CNPJ, Inscrição Imobiliária entre outras), Número Identificação e Num. Protocolo / Documento Origem. Permite a consulta manual de pagamentos via Pix.
 - iv) A geração de DAM com a modalidade de Cobrança Registrada e integração bancária;
 - v) A parametrização do Documento de Arrecadação para emissão dos escritórios regionais, com no mínimo os seguintes parâmetros:
 - vi) Emissão de DAM para os Escritórios Regionais;
 - a. Cadastramento de Receitas distintas para cada DAM;
 - b. Mensagem pré-cadastrada para cada DAM;
 - c. Valor individualizado para cada Escritório Regional;
 - d. Identificação do emissor por CPF, CNPJ.
- b) Conta Corrente - Banco**
- i) **Registro Repasse Bancário:** permite registrar e processar os repasses bancários das instituições bancárias conveniadas aos escritórios regionais para recebimento da arrecadação, assim como filtrar o repasse bancário por banco, período de arrecadação ou período repasse. O processamento dos repasses pode ser realizado utilizando as opções de busca de aviso de crédito pela data de arrecadação ou pela data do repasse.
 - ii) **Estorno Repasse Bancário:** solução que permite realizar os estornos de registros de repasse bancário através da utilização de filtros de pesquisas como o período de arrecadação ou período de repasse, pela instituição bancária desejada.
 - iii) **Contas Correntes:** solução que permite realizar buscas por ano de arrecadação. Possibilitando ter o controle, por mês, do total arrecadado, do total repassado, do saldo e da situação. Ainda é possível a visualização do resumo mensal, onde são mostrados os detalhes do dia referente à arrecadação bancária.
- c) Dados da Arrecadação**
- i) **Consulta Pagamentos:** permite realizar busca pelos pagamentos de tributos, conforme as opções dos filtros, como Tributo, Receita, Período de pagamentos, Instituição Bancária, Código de Barra, entre outros. A consulta retornará o quantitativo de pagamentos, conforme as opções selecionadas nos filtros, e cada registro do pagamento poderá ter suas informações detalhadas. O sistema permite que essas informações sejam exportadas para uma planilha Excel ou para um arquivo em PDF.
 - ii) **Detalhe Arquivo do Banco:** permite a visualização detalhada dos lotes das informações dos documentos de arrecadação. A busca pode ser realizada utilizando os filtros Banco, Número do documento do DAM, Código do Lote, Número de Autenticação e por Período de Arrecadação. Cada registro poderá ter as informações detalhadas do documento.

- iii) **Lotes Bancários:** permite a busca dos lotes bancários através dos filtros de Banco, Layout do Arquivo, Situação (Carregado, Processado, Erro, entre outros) e por Período de Arrecadação. Cada lote também poderá ter suas informações detalhadas, com a possibilidade para baixar o arquivo para o computador local do usuário; permitindo também a realização de upload do arquivo de lote bancário, através do layout do arquivo (Cobrança Registrada ou DAM/FEBRABAN).
- iv) Possibilidade de realização de apuração automática de acordo com os arquivos de arrecadação das instituições bancárias conveniadas aos escritórios regionais para recebimento da arrecadação;
- v) A arrecadação bancária por instituição financeira e por escritório regional;
- vi) Emissão de relatório mensal por código de receita dos valores arrecadados.

d) Editais e Contratos

- i) Registro de editais e contratos firmados entre as instituições e os bancos;
- ii) Possibilita a criação e a gestão das instituições bancárias conveniadas. A busca por um banco pode ser realizada utilizando os filtros: Código do Banco, Nome do Banco ou pela sua Situação (Ativo ou Inativo);
- iii) Possibilita a criação e a gestão das agências bancárias dos bancos conveniados. A busca por uma agência bancária pode ser realizada utilizando os filtros: Banco, Nome da Agência, Código da Agência ou pela sua Situação (Ativo ou Inativo);
- iv) Possibilita a criação e a gestão das contas bancárias as instituições. A busca por contas bancária pode ser realizada utilizando os filtros: Banco, Agência e sua Situação (Ativa ou Inativa).

e) Integração com o sistema REGIN®

- i) Integração com o sistema REGIN®, para que, na geração de processo, quando o usuário escolher uma regional, seja gerado o boleto daquela regional, com seus dados bancários individualizados;
- ii) Integração com o sistema REGIN®, para que no pagamento do boleto da regional o processo possa ser liberado no sistema para andamento do processo na Junta Comercial;
- iii) O recebimento por meio de webservice de arquivos de arrecadação das instituições bancárias conveniadas aos escritórios regionais para recebimento da arrecadação;
- iv) Geração de boletos de cobrança registra com Qr Code Pix integradas via webservice com os bancos cadastrados;
- v) Consulta de boletos e consulta de Pix via webservice com os bancos cadastrados;
- vi) O controle de arquivos de arrecadação das instituições bancárias conveniadas aos escritórios regionais para recebimento da arrecadação;

4.5.27 Módulo Login Gov.BR

Módulo de autenticação de usuário através do Login Único (Brasil Cidadão), atendendo deliberação da Receita Federal do Brasil.

Ao realizar o Login, o usuário é redirecionado para a página do Gov.br onde seu acesso será autenticado.

4.5.28 Módulo Processo Automático – Lei Liberdade Econômica

Este Módulo se propõe a ser baseado na Lei 13.874, também conhecida como Lei da Liberdade Econômica, que prevê o deferimento automático de registros de abertura de empresas que atendam aos requisitos necessários.

- Na Viabilidade, é feita uma avaliação de nome e endereço para verificação se há algum impedimento para a criação da empresa.
- No requerimento Eletrônico, é validado se a natureza jurídica é LTDA, EIRELI ou Empresário individual e que no QSA não possua representantes.
- Empresários e sócios assinam o documento através de **certificado digital**, se propondo a utilizar um contrato padrão, definido pelo DREI - Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.
- Após a confirmação do pagamento do Documento de Arrecadação, imediatamente o registro é efetuado.
- O processo é autenticado, deferido o DBE e enviada a Via Única de forma automática.
- O processo é colocado na fila de processos para análise posterior pela Junta Comercial, no prazo de até 2 dias.

4.5.29 Módulo ChatBot – Atendente Virtual

Chat com atendente virtual (Robô) para orientar o usuário de serviços da Junta Comercial, através de perguntas e opções de respostas utilizando princípios de AI - Inteligência Artificial, para agilizar o acesso às informações ou funcionalidades conforme a necessidade do usuário. O direcionamento é feito através de 2 módulos distintos:

- **Orientações** passo-a-passo para uso do Requerimento Empresarial na abertura, alteração e baixa de Empresa;
- **Emissão** das Certidões Simplificada, Inteiro Teor e Específica.

4.5.30 Módulo Cadastro de Empresas

O acesso à aplicação deverá ser feito através do menu da aplicação REGIN, conforme o perfil do usuário autenticado.

- A aplicação permite a busca da empresa por vários filtros tais como NIRE, CNPJ, Natureza Jurídica e outros;
- A aplicação busca as empresas cadastradas na Junta Comercial e permite atualizar os dados cadastrais, persistindo as alterações no banco de dados da Junta Comercial;
- Ao finalizar a operação é solicitado o motivo da alteração, essa informação, assim como o usuário que a efetuou, ficarão gravados em um arquivo de log.

4.5.31 Módulo Balcão Único

O usuário preenche todas as informações necessárias para o Registro e Licenciamento da sua empresa. O Usuário será informado da finalização de cada etapa do processo:

1. No site da Junta – Viabilidade:

- O usuário preenche os dados da Viabilidade e o sistema valida se a viabilidade se encaixa nas premissas para dar entrada pelo Balcão Único;
- Finalizando o preenchimento da Viabilidade, os dados são enviados aos órgãos envolvidos;
- O usuário não precisa aguardar aprovação dos órgãos para dar continuidade ao processo: é direcionado para o preenchimento do Requerimento Eletrônico.

2. No site da Junta - Requerimento Eletrônico:

- Importa os dados da viabilidade e o usuário preenche os dados necessários para geração do DBE e outras informações para cadastro no Órgão de Registro;
- Emissão automática dos documentos: Capa, Instrumentos Contratuais e Boleto de Pagamento;

- O sistema valida se a Viabilidade foi deferida e envia os dados para geração do DBE na RFB.

3. No site – Assinador:

- Os sócios assinam os documentos e finalizam para dar entrada do processo no Órgão de Registro;
- O sistema valida se o DBE foi deferido e o boleto pago, e dá entrada do Processo no Órgão de Registro, sendo o usuário informado;
- O processo segue o trâmite normal no Órgão de Registro igual ao Processo Automático.

4. Benefícios:

Para Estados, municípios, administração pública:

- ✓ Digitalização e automatização das respostas do processo de abertura de empresas;
- ✓ Incentivo à integração dos órgãos que atuam no processo;
- ✓ Fomento ao empreendedorismo local e aumento da formalização;
- ✓ Melhoria da gestão sobre empresas abertas e da atuação dos órgãos de fiscalização;
- ✓ Melhor prestação e percepção do cidadão em relação à prestação do serviço público;
- ✓ Geração de mais emprego e renda local;
- ✓ Elevação da posição do estado e município nos rankings que avaliam a facilidade para realização de negócios, sobretudo quanto ao tempo de respostas e crescimento do percentual de aumento de empresas abertas:
 - Mapa de Empresas gov.br/ mapadeempresas;
 - Ranking Doing Business Subnacional.

Para Usuário dos serviços:

- ✓ Simplificação para abertura da empresa (redução de procedimentos);
- ✓ Facilidades e redução de custos do certificado digital de pessoa física;
- ✓ MENOS tempo com a burocracia, MAIS tempo para gerir o negócio;
- ✓ Tudo de forma SIMPLES e em um ÚNICO lugar.

4.5.32 Módulo Portal de Serviços Municipais

Possibilita a análise de processos específicos de um município:

Contribuintes estabelecidos no Município

- Inscrição Municipal para empresa estabelecida no município e que não se cadastrou via REDESIM - Integrador REGIN;
- Atualização Cadastral de empresa já estabelecida no município.

Contribuintes não Estabelecidos no Município - Inscrição Fiscal

- Inscrição destinada ao prestador ou tomador de serviços responsável pelo recolhimento do imposto sobre serviços no município e que esteja estabelecido fora do município.

Unidades Dependentes

- Inscrição destinada a unidades dependentes de empresa já estabelecida (matriz ou filial) no município (Torres de telefonia, caixas eletrônicos, etc.).

Inscrição Temporária - Contribuinte não estabelecido no município

- Inscrição temporária destinada ao contribuinte estabelecido em outro município, mas que exercerá atividade em local fixo no município (Parques, Circos, Feiras).

Profissional Autônomo

- Inscrição, alteração cadastral e baixa de profissional autônomo e/ou seu(s) respectivo(s) Estabelecimento(s).

Produtor Rural

- Inscrição, alteração cadastral e baixa do produtor rural e respectivos Estabelecimentos;
- Cadastro da Agricultura Familiar – CAF;
- Emissão de documentos: extrato do produtor rural, boletim de produção e outros;

4.5.33 Módulo MOBILE Consultas Administrativas Diversas

Diversas consultas e relatórios são disponibilizados para facilitar a gestão administrativa do órgão de Registro.

- Relatório dos processos na situação atual (Na Fila, Em Análise, Em exigências etc.)
- Relatório de Produtividade dos Analistas
- Relatório de Processos Protocolados e Finalizados
- Relatório de Processos na Fila para Análise
- Relatório de Processos por Unidade e Sessão
- Consulta de Despachos da Decisão Colegiada
- Gestão de documentos do trâmite digital
- Consulta de Processos em posse do Analista
- Consulta de Processo
- Registro de Andamento do Processo
- Cadastro de Ausência dos Analistas
- Manutenção de Perfil dos Analistas
- Atribuição/Direcionamento de Processo ao Analista
- Gerenciamento de Malote
- Importação de imagens para o GED
- Consulta de Pagamentos
- Consulta do DBE
- Deferimento Manual do DBE
- Consulta CNPJ na RFB

4.5.34 Módulo Alteração Automática

Na Alteração Automática, o usuário preenche todas as informações necessárias a alteração da empresa e é informado na finalização de cada etapa do processo.

5. No site da Junta - Requerimento Eletrônico:

- Usuário informa se usará o deferimento automático:
- Se sim, o processo é deferido automaticamente pela Junta.
- Importa os dados do DBE preenchido no site da RFB e outras informações para cadastro no Órgão de Registro;
- Emissão automática dos documentos: Capa, Instrumentos Contratuais e Boleto de Pagamento;

6. No site – Assinador:

- Os sócios assinam os documentos e finalizam para dar entrada do processo no Órgão de Registro;
- O sistema valida se o DBE foi deferido e o boleto pago, e dá entrada do Processo no Órgão de Registro;
- O processo segue o trâmite normal no Órgão de Registro igual ao Processo Automático.

4.5.35 Módulo Distrato Automático

No DISTRATO, o Usuário preenche todas as informações necessárias para a baixa da sua empresa e ele será informado na finalização de cada etapa do processo:

1. No site da RFB:

- O usuário preenche os dados do DBE de Baixa.

2. No site da Junta - Requerimento Eletrônico:

- Usuário informa se usará o deferimento automático ou não;
- Importa os dados do DBE da RFB e outras informações para cadastro no Órgão de Registro;
- Emissão automática dos documentos: Capa, Instrumentos Contratuais e Boleto de Pagamento;

3. No site – Assinador:

- Os sócios assinam os documentos e finalizam para dar entrada do processo no Órgão de Registro;
- O processo segue o trâmite normal no Órgão de Registro igual ao Processo Automático.

4.5.36 Módulo Paralisação dos Serviços

Este Módulo do REGIN é utilizado para agendamento de paralisação dos serviços do órgão em datas ou horários específicos.

4.5.37 Módulo PIX

Na emissão do boleto bancário será adicionada uma página ao arquivo .PDF com as informações do QRCode - PIX.

A confirmação do pagamento via PIX estará disponível no arquivo de conciliação bancária.

Também será disponibilizado um serviço online para verificação desses pagamentos, sem a necessidade de aguardar o arquivo de conciliação do Banco.

Características:

- Rapidez: Transações concluídas em poucos segundos, recursos disponíveis para o receptor em tempo real.
- Disponibilidade: 24 horas por dia, sete dias por semana, inclusive feriados.
- Facilidade: Experiência facilitada para o usuário.
- Barato: Gratuito para pessoa física pagadora. Custo baixo para os demais casos.
- Seguro: Robustez de mecanismos e medidas para garantir a segurança das transações.

- Aberto: Estrutura ampla de participação, possibilitando pagamentos entre instituições distintas.
 - Versátil: Instrumento multiproposta, que pode ser usado para pagamentos independente de tipo e valor da transação, entre pessoas, empresas e governo.
- Integração: Informações importantes para conciliação poderão cursar junto com a ordem de pagamento, facilitando a automação de processos e a conciliação dos pagamentos.

4.5.38 Módulo Assinador Digital Gov.Br

1. Possibilita que o Assinador Digital da ProSolution utilize o serviço de assinatura digital avançada Gov.Br para assinar documento PDF:
2. O procedimento de assinatura é feito autenticando o usuário no Gov.Br e verificando se o mesmo tem disponível o certificado digital;
3. Caso tenha disponível, é enviado um HASH do PDF para o serviço de assinatura do Gov.Br que retorna a assinatura desse HASH para ser inserido no PDF;
4. Após inserir a assinatura no PDF, o sistema verifica se a assinatura pertence ao CPF que deveria assinar, caso positivo, o PDF assinado é gravado no sistema.

4.5.39 Módulo Assinador Digital - em Nuvem

Possibilita que o Assinador da ProSolution faça certificação digital de documentos PDF utilizando API de assinatura de certificado em nuvem.

- O procedimento de assinatura é feito verificando se o CPF do assinante tem certificado em nuvem;
- Caso tenha certificado em nuvem, é requisitado ao usuário o token de autorização disponibilizado pelo aplicativo;
- O token e o PDF são enviados à API de assinatura em nuvem que retorna o PDF assinado;
- O sistema verifica se a assinatura é do CPF que assina o documento e caso seja, grava o PDF assinado no sistema.

4.5.40 Módulo REGIN GED – Integração com o GED da Junta Comercial

Altera o armazenamento das imagens geradas pela via única e certidão, do banco de dados MySQL, para um servidor de arquivos utilizando a ferramenta GED Chemistry.

- A aplicação atualiza os dados dos processos autenticados pelo REGIN, para atualizar as imagens no serviço GED da Junta Comercial.
- A recuperação da imagem dos processos utilizados pelo GED é feita através de um serviço de Web Service consumido pelas aplicações proprietárias da Junta Comercial.

4.5.41 Módulo Integração com a Prefeitura Municipal Capital

Permite a Integração com as Secretarias da Prefeitura: Urbanismo, Fazenda, Meio Ambiente, Vigilância Sanitária, e outras.

Desta forma é possível definir processamento especiais para cada secretaria: envio do processo, emissão de licenças e boletos de pagamento de taxas, fluxo do processo, resposta da análise etc.

Este módulo pode ser implantado na Prefeitura nas seguintes áreas: Fazenda (Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ), Meio Ambiente (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEDUR) e Vigilância Sanitária (Secretaria Municipal da Saúde – SMS).

4.5.42 Módulo Portal de Assinatura Digital

Possibilita a entrada digital de processo na Junta Comercial garantindo que as pessoas corretas assinem os documentos.

Possui integração com os módulos de requerimento do sistema REGIN (Requerimento Eletrônico, Requerimento Universal [Outros Arquivamentos], Requerimento de Livro Contábil).

Assinador Digital - Consulta de Protocolos

Pesquisa de Protocolo

Instituição: *

Nr. Protocolo / Nr. Requerimento:

Selecione uma instituição

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL PARÁ
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SANTA CATARINA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
LEILOEIRO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CARTÓRIO RTDPI-MALADARES

Dados do Processo

Empresa: SPIND & SIZEN ADVOGADOS
Protocolo: 81400000542994 - Ato: 23027 - CONSTITUIÇÃO
Protocolo do Requerimento Eletrônico: 81400000542994

Atualizar Dados

Pesquisar Processos

Status da Assinatura

Seu processo e todos os documentos foram assinados e enviados com sucesso.
Data de envio: 24/05/2024 19:28:55
Para consultar o andamento do seu processo [clique aqui](#)

Ações

Documento

Ato

Origem

INSTRUMENTO PRINCIPAL

23027 - CONSTITUIÇÃO

Informado pelo Solicitante

Atenção - Informações para Utilização

Para utilização do assinador digital são necessários os seguintes itens:

1 - Instalar ou atualizar o Java 1.8 para a versão mais recente. Utilize o site <https://www.java.com> para verificar e baixar.
2 - Ter um certificado que siga o padrão ICP-Brasil.
3 - O certificado deve ser de pessoa física. Um certificado de pessoa jurídica não é válido para assinatura desses documentos.
4 - Caso seu certificado seja A3: Se certificar de que os programas e drivers do cartão/token estejam devidamente instalados, configurados e reconhecidos pelo sistema operacional.
5 - Caso seu certificado seja A3: Conectar o cartão/token ao computador antes de iniciar o processo de assinatura de um documento.

Pesquisar Processos

4.5.43 Módulo Convênio

Instituição faz convênio com a Junta Comercial para ter acesso à consulta de informações cadastrais de empresas. Exemplos: Prefeituras, Tribunal de Contas da União, do Estado, do Município, Tribunal de Justiça, Polícia Federal, Ministério Público, etc.

Funcionalidades:

1. Cadastramento da Instituição.
2. Cadastramento do Convênio (ex.: Junta x PF).
3. Cadastramento do usuário da instituição.
4. Associar o usuário ao Convênio específico.
5. Permite estatísticas de uso por Instituição.
6. Registro/consulta de pagamentos referentes ao convênio.

4.5.44 Módulo Gerenciador Atos e Pareceres

A Junta Comercial gerencia de forma eletrônica todas as resoluções plenárias, disponibiliza a informação ao público interno e externo e gerencia os pareceres da sua procuradoria que poderão servir de jurisprudência na análise dos processos de Registro Empresarial.

Funcionalidades:

1. Gerenciamento de Atos Normativos e Pareceres REGIN®
 - 1.1. Incluir Documento: o sistema apresenta tela de criar documentos, com as informações:
 - Carregamento de Arquivo;
 - Arquivo;
 - Documento;
 - Nome;
 - Situação;
 - N° ato legal;
 - Secretarias;
 - Instrumento Legal;
 - Data de publicação;
 - Restrição;
 - Ementa;
 - Autor;
 - Palavra-chave;
 - Palavra-chave Selecionadas;
 - 1.2. Ao clicar na área carga o sistema apresenta uma janela para selecionar o arquivo que deseja ser importado para o cadastro na base de dados do módulo;
 - O ator preenche os campos acima;
 - O ator aciona o botão salvar;
 - O sistema valida as regras de negócio;

- 1.3. Consultar Pasta de Documentos: permite consultar as pastas já cadastradas possibilitando a inclusão de novas pastas onde serão classificados os documentos legislação. O sistema apresenta a tela com os seguintes filtros:
- Pasta de Documento;
 - Pasta Superior;
- 1.4. O ator clica no botão buscar;
- 1.5. O sistema apresenta as informações segundo o critério escolhido;
- 1.6. O sistema avalia critérios informados, caso não encontre a restrição lista as seguintes informações:
- Pastas de documentos
 - Pastas superior
- 1.7. Criar Palavra-Chave: o sistema apresenta a tela de inclusão, com as seguintes informações:
- Pasta Documento;
 - Pasta Superior;
- 1.8. O ator preenche o campo pasta de documento e poderá selecionar uma unidade superior;
- 1.9. Caso o usuário não selecione uma unidade superior o sistema vai salvar como seja uma nova pasta independente.

4.5.45 Módulo Leiloeiros - Agentes Auxiliares do Comércio

Controla as concessões de matrícula, o cancelamento e a fiscalização da atividade de Leiloeiro Público Oficial, cadastro/atualização do legado, e emissão de certidões. Em adição ao registro de empresas, se propõe a seguir a IN Nº 52, de 29/07/2022, emitida pelo Departamento Nacional de Registro e Integração (DREI), as responsabilidades das Juntas Comerciais também abrangem:

- Matrícula de administradores de armazéns gerais e trapicheiros;
- Habilitação, nomeação, matrícula e cancelamento de Tradutor Público e Intérprete Comercial;
- Concessão de matrícula, cancelamento e fiscalização da atividade de Leiloeiro Público Oficial.

O módulo Leiloeiro conta com as seguintes funcionalidades:

- Menu quero ser leiloeiro
- Solicitar matrícula de leiloeiro
- Já sou leiloeiro

Na tela inicial do módulo existem dois menus de opções.

- Quero ser leiloeiro: Este menu consiste de duas funcionalidades, a primeira funcionalidade tem como finalidade a solicitação da matrícula de leiloeiro, a segunda funcionalidade é para o acompanhamento e consultas dos andamentos do processo de matrícula.

- Solicitar matrícula de leiloeiro: Nesta opção o requerente precisa ter ciência dos requisitos para ser leiloeiro, clicar no aceite e avançar para a próxima tela de preenchimento do requerimento, preenchendo os campos de informações pessoais com dados pessoais, endereço residencial, endereço comercial e forma de apresentação de caução.
- Finalizando o preenchimento do requerimento, obrigatoriamente o requerente precisa baixar os arquivos (Requerimento de Matrícula, Declaração de Desimpedimento e Termo de Compromisso), gerados pelo sistema, assinar e anexar no sistema para análise.
- Finalizada a etapa de preenchimento de dados e assinaturas dos documentos, o sistema disponibiliza as seguintes ações que precedem a análise:
 - ✓ Geração do processo na Junta Comercial com o respectivo número de protocolo do processo para ser apresentado para análise da Junta Comercial.
 - ✓ Geração da guia de pagamento.
 - ✓ Emissão de Relatório do Requerimento.
 - ✓ Altera os dados do Leiloeiro (Correção e dados).
 - ✓ Envio online da solicitação.
 - ✓ Integração com a aplicação Protocolo Web para a identificação de pagamento e entrada de processo da Junta Comercial.
- Já sou leiloeiro, nessa opção o Leiloeiro vai encontrar os seguintes serviços:
 - ✓ Solicitar certidão de regularidade.
 - ✓ Atualizar dados da matrícula.
 - ✓ Cancelar sua matrícula como leiloeiro.
 - ✓ Cadastrar preposto.
 - ✓ Consultar o andamento da solicitação.

4.5.46 Módulo Painei Empresarial

Permite consultas públicas a dados cadastrais da Junta Comercial e através dos resultados dos diversos filtros possam solicitar a compra dessas informações.

A solução que utiliza os dados do registro empresarial e dados de integração da REDESIM que são coletados e geridos através do sistema REGIN® permitirá amplo acesso de informações a toda a sociedade.

O Módulo Painei Empresarial conta com as seguintes funcionalidades:

Painei de Business Intelligence (BI): painel intuitivo e visual, permitindo aos usuários realizarem consultas de forma eficiente e gerar relatórios.

Funcionalidades Principais:

Consulta de Empresas: o usuário pesquisa empresas por nome, CNPJ, atividade econômica, natureza jurídica, porte e localização;

Estatísticas: o usuário poderá pesquisar e visualizar as estatísticas através do painel BI das empresas da Junta Comercial. O painel disponibilizará filtros para a geração do resultado: Ano de abertura, Mês, Setor de Atuação, Município, Porte da Empresa, Atividade Econômica e Natureza Jurídica.

Os resultados serão apresentados de forma clara e organizada no painel do BI, que contará com dados e gráficos estatísticos sobre:

- Empresas Abertas por: Porte, Total de empresas abertas, Município, Setor, Atividade econômica, Natureza jurídica e Mês.
- Empresas Ativas por: Porte, Total de empresas ativas, Município, Setor, Natureza jurídica e Seção de atividade econômica.

Geração de Relatórios: o usuário poderá selecionar empresas a partir dos resultados da consulta e gerar relatórios personalizados. Os relatórios poderão incluir informações como quantidade de empresas descobertas, estatísticas de atividades econômicas, distribuição por natureza jurídica e tamanho por porte.

Exportação de Dados: a plataforma permite a exportação de dados e relatórios em diferentes formatos, como Excel, CSV e PDF.

Painel de Controle: os administradores terão acesso a um painel de controle para gerenciar usuários, atualizar a base de dados e monitorar o desempenho da plataforma;

Cadastrar informações de valores de acordo com a quantidade de registros;

Fonte de Dados: uma base de dados será alimentada com informações atualizadas de empresas, incluindo endereços, atividades econômicas, natureza jurídica e porte;

Rotina de criação de tabela fato: criação de rotinas de atualização e criação de tabela fato para a realização das consultas com o intuito de manter a base separada das bases de atuação do sistema e controle da gestão de informações;

Carregamento da base de dados de empresas na Junta Comercial, com os seguintes dados: CNPJ, NIRE, Nome, Porte, Natureza Jurídica, CNAE principal e secundária, Matriz ou Filial, Região do Município, Endereço (município, bairro, logradouro), Situação Cadastral e Faixa do Capital Social.

4.5.47 Módulo Autoridade de Registro (AR)

Autoridade de Registro é a entidade responsável por realizar os processos de conferência presencial de documentos e identidade de quem está interessado em emitir um Certificado Digital. A AR atua tanto com pessoas físicas quanto jurídicas.

As Autoridades de Registro trabalham em conjunto com uma Autoridade Certificadora (AC). A validação de informações, de documentos e a coleta de assinaturas, necessários durante a emissão do Certificado Digital, é feito por meio de uma AR. A entidade é responsável por representar uma AC e realizar todo o procedimento com mais agilidade e segurança.

O Módulo Autoridade de Registro conta com as seguintes funcionalidades

1. Módulo Controle de Acesso:

- Criação de usuários com todos os dados necessários para o gerenciamento de acessos, como Nome, CPF, E-mail, Nível de Acesso (Administrador Geral, Administrador local e Usuário), informação da vinculação com a unidade onde está alocado, Matrícula, Celular, Cargo, Lotação.
- O acesso ao sistema por meio de login com CPF e senha criptografada para cada Escritório Regional;
- Gerenciamento dos usuários e suas informações cadastrais, com a utilização de filtros que facilitam a busca. Os filtros contemplados são: CPF, Nome, CNPJ da instituição vinculada, tipo de visibilidade (externa, interna ou ambas), Situação (pendente, ativo ou inativo), Lotação, Nível de Acesso (Administrador Geral, Administrador local e Usuário) e Funcionalidade;

- O usuário poderá redefinir sua senha, pela opção “Deseja Redefinir sua senha?” na tela inicial de login do módulo. Ou também poderá alterá-la internamente na sua área do perfil, e ao realizar esta alteração, o usuário será notificado por e-mail.

2. Módulo Autoridade de Registro:

- **Solicitação do Certificado Digital:** funcionalidade que exibirá para o usuário, nos serviços da Junta Comercial, as opções dos certificados existentes (e-CPF A1, e-CPF A3, e-CNPJ A1 e e-CNPJ A3).
 - ✓ Para cada opção de certificado o valor deverá ser informado. Haverá também na solicitação, opção para que sejam anexados documentos (em formato PDF) pertinentes a cada tipo de certificado digital;
 - ✓ O boleto será gerado no final do pedido junto com o número do protocolo. As opções de preenchimento serão disponibilizadas para o usuário conforme o tipo de certificado, se para pessoa física ou para pessoa jurídica.
- **Agendamentos:** funcionalidade para o administrador e o agente de registro, ao estar logado no sistema, consultar os agendamentos para realizar os atendimentos, visualizar todas as informações detalhadas a respeito daquele agendamento.
 - ✓ Na consulta dos agendamentos, caso o acesso seja pelo administrador, todos os agendamentos de todos os agentes de registro deverão aparecer. Caso o acesso seja de um agente, apenas os agendamentos associados a ele deverão aparecer;
 - ✓ O usuário poderá utilizar os filtros como o Número de Solicitação, CPF do Solicitante, Nome do Solicitante ou pelo Status (Pendente, Agendada, Em andamento, entre outros);
 - ✓ As informações do agendamento são: Nome do responsável pelo uso do certificado, Número do agendamento, Data agendada, Tipo de certificado, Formato da validação, Data de pagamento do boleto e Listagem de Anexos.
 - ✓ A gestão dos agendamentos poderá ser administrada no sistema, onde o usuário responsável poderá realizar as atribuições dos agendamentos e também poderá retirar as atribuições dos agendamentos. Uma opção para consultar as atribuições também estará disponível para a verificação dos que ainda não foram executados, dos que estão em execução, dos que estão em exigência, dos que retornaram de exigências e dos que já foram concluídos;
 - ✓ O agente de registro poderá realizar a validação do comprovante de agendamento através da chave de verificação;
 - ✓ Após finalizar o agendamento, será enviado um e-mail para o solicitante com a confirmação da solicitação do agendamento, contendo as informações e detalhes como: Número do agendamento, Data, Hora e o formato (presencial ou videoconferência);
 - ✓ Na gestão dos agendamentos, é possível imprimir o comprovante do agendamento, detalhar as informações, alterar a data agendada (reagendar) ou então cancelar o agendamento;
 - ✓ Toda vez que houver agendamentos, alterações, cancelamentos, ou reagendamentos do agendamento, será disparado um e-mail com as informações específicas para cada uma, tanto para o usuário (externo) quanto para o agente de registro responsável;
 - ✓ O agente de registro poderá colocar uma solicitação em exigência para que o usuário possa cumprir a pendência. Nessa funcionalidade o agente de registro poderá consultar, incluir e alterar, além de remover tipos de documentos da lista que foram inseridos;
 - ✓ O sistema disponibiliza a geração de relatório de agendamento, com o objetivo de gerenciar todos os agendamentos;

- ✓ O sistema também possibilita que sejam gerados relatórios dos agendamentos com documentação pendente.
 - **Solicitações:** funcionalidade para escolher a forma de emissão do certificado, podendo ser presencial ou por videoconferência. A opção por videoconferência só estará disponível para aqueles que já possuem biometria cadastrada pela Autoridade Certificadora ou carteira de motorista cadastrada na base de dados do DENATRAN.
 - **Parametrizações:** Nesta opção é possível realizar diversas parametrizações para a funcionalidade do módulo de Autoridade de Registro, como:
 - ✓ A criação de novo tipo de certificado digital, especificando sua descrição, nome, validade (em anos), valor do certificado e se é pessoa física ou jurídica;
 - ✓ A criação de associações de data/hora de agendamento, selecionando o local e o analista nas listas, a forma de cadastro selecionando as horas de início e fim e o tempo (em minutos) do atendimento; ao realizar a busca pelos agendamentos já realizados, o usuário poderá detalhar, editar ou colocar como ativo ou inativo;
 - ✓ A parametrização das perguntas frequentes e suas respostas que aparecerão na página de dúvidas frequentes sobre a Autoridade de Registro;
 - ✓ Gerar tipos de anexos, e colocar se é obrigatório ou não, estabelecendo o tipo do documento;
 - ✓ Gerar tipos de documentos com os identificadores de Nome, Descrição e Status (Inativo ou Ativo). Esses tipos de documentos serão relacionados aos tipos de anexos;
 - ✓ Também será possível gerar novos formatos de validação de emissão do certificado, além dos já existentes (Presencial ou por Videoconferência);
 - ✓ A parametrização também possibilita a inclusão de novos analistas no módulo Autoridade de Registro. O cadastro é feito com o preenchimento do CPF e Nome.
 - **Distribuição e redistribuição:** funcionalidade do sistema que permite que todo agendamento com boleto pago seja automaticamente distribuído para algum agente de registro cadastrado e ativo. Permite também que todo agendamento já distribuído possa ser redistribuído para um agente de registro aleatório que esteja cadastrado ou algum agente específico cadastrado.
 - **Certificados:** funcionalidade para solicitação de novo certificado digital. O usuário seleciona as informações disponíveis nos filtros: Tipo de Pessoa e Tipo de Certificado. O campo Valor do Certificado será mostrado automaticamente, conforme o que foi selecionado nos filtros. O usuário seguirá com o preenchimento dos demais campos com a área com as informações do responsável pelo uso do certificado digital e o campo disponível para anexar documentos. Após o preenchimento de todos os campos, deverá realizar a solicitação clicando no botão "Solicitar Certificado".
 - **Relatórios:** funcionalidade que permite a geração de relatórios dos certificados emitidos. O usuário poderá exportar a lista dos certificados gerados para uma planilha. Os filtros disponíveis para a geração do relatório são: Tipo de pessoa (Física ou Jurídica), Tipo de Certificado, Status (aguardando agendamento, pendente, agendado, em exigência, entre outros), CPF do Responsável, Nome do Responsável, CNPJ da Empresa, Data da solicitação Inicial e Final.
- 3. Integrações do Módulo Autoridade de Registro com outros sistemas:**
- Integração com o sistema da Autoridade Certificadora (AC), ao realizar a solicitação do certificado digital e o agendamento, onde será possível fazer a validação biométrica, possibilitando o usuário consultar se está apto ou não para realizar a validação por videoconferência;

- Integração via API da Autoridade Certificadora (AC), após ter feito a escolha do tipo de certificado, para que seja obtido o número do agendamento criado (protocolo) e disponibilizado o boleto com o respectivo valor do certificado escolhido;
- Integração com a página com informações de suporte da Autoridade Certificadora (AC), com as opções Assistente virtual e Central de Serviços. Neste caso, o usuário não precisa estar logado no portal de serviços;
- O módulo fará integração com o portal da Autoridade de Certificação (AC), é uma empresa ou organização que atua para validar as identidades de entidades (como sites, endereços de e-mail, empresas ou pessoas físicas) e vinculá-las a chaves criptográficas através da emissão de documentos eletrônicos conhecidos como certificados digitais.

4. Cadastro e Consulta dos Agentes de Registro:

Os agentes de registros deverão ser cadastrados no sistema para ter acesso ao Módulo de Arrecadação. Os campos de cadastro do usuário são: Nome, CPF, E-mail, Senha, Repetir Senha, Tipo do Perfil (Administrador ou Agente de Registro), Status (Ativo ou Inativo), Presente (campo para indicar se o agente está presente ou ausente),

A opção de consulta do cadastro possibilita, além da consulta, o gerenciamento do cadastro para realizar as alterações necessárias no cadastro. Os filtros na tela são: Nome, Tipo do Perfil (Todos, Administrador, Agente de Registro), Somente Ativos, Somente Inativos, Somente Presente.

5. Página de Suporte e Dúvidas Frequentes:

Página de suporte é onde conterà informações de suporte da Autoridade Certificadora (AC) para qualquer usuário externo, com o objetivo de fornecer informações de suporte a respeito da certificação digital. As opções de suporte ao usuário são:

- Assistente Virtual da Autoridade Certificadora (AC): onde existirá um link de acesso para o atendimento virtual da AC;
- Central de Serviços da Autoridade Certificadora (AC): onde existirá um link para a página de formulário de registro se solicitação de serviços da AC.
- Página de Dúvidas Frequentes é onde será disponibilizado as perguntas e respostas para as dúvidas mais frequentes sobre a certificação digital, através de uma lista pré-cadastrada na base de dados;
- O usuário não precisará estar logado no portal de serviços para ter acesso as páginas de suporte e dúvidas frequentes.

4.5.48 Módulo Chamados e Atendimento

Permite a unificação de todo o atendimento aos usuários em uma única plataforma, concentrando informações de produtividade dos atendentes, número de solicitações, esclarecimento de dúvidas e atendimento aos usuários.

Funcionalidades:

1.1. Usuário externo (Contador, Empresário e público em geral)

- 1.1.1. Abrir Solicitação;
- 1.1.2. Minhas Solicitações – Minhas Solicitações Abertas;
- 1.1.3. Minhas Solicitações - Minhas Solicitações Abertas – Botão Ver;
- 1.1.4. Minhas Solicitações – Minhas Solicitações Finalizadas;
- 1.1.5. Consulta Solicitações;
- 1.1.6. Detalhe da Solicitação;

- 1.1.7. Funcionalidade – Detalhe da Solicitação/Anexar Arquivo;
- 1.1.8. Detalhe da Solicitação/Adicionar Comentário;
- 1.2. Usuário (Interno, gestor Junta Comercial)**
 - 1.2.1. Abrir Solicitação Interna;
 - 1.2.2. Abrir Solicitação Externa;
 - 1.2.3. Minhas Solicitações – Minhas Solicitações Abertas;
 - 1.2.4. Minhas Solicitações - Minhas Solicitações Abertas – Botão Ver;
 - 1.2.5. Minhas Solicitações – Minhas Solicitações Finalizadas;
 - 1.2.6. Minhas Solicitações - Minhas Solicitações Finalizadas – Botão Ver;
 - 1.2.7. Minhas Solicitações - Minhas Solicitações Finalizadas – Botão Avaliar;
 - 1.2.8. Consulta Solicitações;
 - 1.2.9. Detalhe da Solicitação;
 - 1.2.10. Detalhe da Solicitação – Anexar Arquivo;
 - 1.2.11. Detalhe da Solicitação/Adicionar Comentário;
 - 1.2.12. Detalhe da Solicitação – Adicionar Comentário Interno;
 - 1.2.13. Responder Solicitações - Responder Solicitação;
 - 1.2.14. Responder Solicitações - Solicitações Atribuídas;
 - 1.2.15. Responder Solicitações - Solicitações Atribuídas – Botão Responder;
 - 1.2.16. Minhas Respostas - Solicitações Respondidas;
 - 1.2.17. Minhas Respostas/ Solicitações Respondidas/ Botão Ver;
 - 1.2.18. Minha Produtividade – Formulário de Consulta;
 - 1.2.19. Minha Produtividade – Consulta dos Dados;

4.5.49 Módulo Inteligência Artificial

Módulo Inteligência Artificial - Contract AI REGIN® na Junta Comercial, buscando aprimorar a eficiência na análise de processos por meio da automação e inteligência artificial.

O Contract AI REGIN® foi desenvolvido para:

- i. Modernizar e desburocratizar o processo de abertura e alteração e baixa de empresas, reduzindo o prazo na elaboração e análise dos processos;
- ii. Auxiliar de modo eficaz e seguro os profissionais voltados à confecção e análise de processos;
- iii. Ofertar uma uniformização nas exigências dos processos e diminuir a subjetividade na análise que, por muitas vezes, dificulta o entendimento do empresário.

1. Benefícios:

- 1.1. Eficiência Operacional: Redução significativa do tempo dedicado à entrada manual de dados e análise de documentos.
- 1.2. Conformidade Legal: Se propõe a estar em conformidade com as regras e regulamentações específicas do órgão de registro, evitando penalidades e erros.
- 1.3. Minimização de Erros: A automação do processo reduz a probabilidade de erros humanos, assegurando a precisão dos dados.
- 1.4. Adaptabilidade: A capacidade de aprendizado de máquina permite ao sistema adaptar-se a mudanças nas legislações e padrões documentais ao longo do tempo.

2. Introdução:

O Módulo Sistema Integrado de Leitura de Imagens, Conversão em Texto, Análise Legal, Coleta Eletrônica e Aprendizado de Máquina é uma solução baseada em inteligência artificial, desenvolvida para otimizar e automatizar processos de órgãos de registro. Este sistema

proporciona uma abordagem eficiente e precisa para a extração, análise e manipulação de dados presentes em documentos, se propondo a cumprir os requisitos legais estabelecidos.

O Projeto da inteligência artificial integrada à análise de processos levados a Registro empresarial – Contract AI REGIN® tem como finalidade, além de agilizar a análise de processos dentro do órgão de registro, auxiliar o analista responsável a identificar possíveis inconsistências nos processos levados à registro e solicitar correções coerentes e justas. A ferramenta é capaz de processar milhares de informações e realizar cruzamentos inteligentes para detectar e validar de forma automática, conforme diferentes tipos de contratos seguindo regras específicas.

Com o Contract AI REGIN® o processo de abertura, alteração e baixa empresarial ficará mais célere e fidedigno ao que a legislação vigente determina, uma vez que a chance de um documento ser registrado com vícios por falta de normas obrigatórias ficará cada vez menor, pois a ferramenta é desenvolvida com todas as validações necessárias para uma conferência totalmente segura e eficaz.

O Contract AI REGIN® também permitirá que o empresário possa utilizar a ferramenta para uma pré-análise do seu instrumento constitutivo, alterador ou de baixa a ser levado a registro e obtenha uma apreciação artificial valiosa que poderá evitar transtornos para seu negócio caso não o fizesse.

3. Atividades desenvolvidas

O módulo de Inteligência Artificial - Contract AI REGIN® tem como objetivo aprimorar a eficiência na análise de processos, utilizando técnicas de processamento de linguagem natural, aprendizado de máquina e reconhecimento óptico de caracteres (OCR). Esse sistema será capaz de:

- Extrair informações de contratos carregados pelos contadores ou empresários, utilizando OCR.
- Validar esses dados de acordo com as informações inseridas no Requerimento Eletrônico.
- Verificar a conformidade com as regras de legislação específicas para cada natureza jurídica.
- Analisar o histórico de contratos para identificar anomalias e criar um aprendizado de máquina contínuo.

4. Escopo do Sistema:

O sistema é projetado para:

- **Extração de Informações via OCR:**
Utilizar reconhecimento óptico de caracteres (OCR) para extrair informações relevantes de contratos carregados pelos contadores ou empresários.
- **Validação de Dados:**
Comparar automaticamente as informações extraídas com os dados inseridos nos Requerimentos Eletrônicos, assegurando consistência e precisão.
- **Conformidade com Legislação:**
Verificar a conformidade das cláusulas contratuais com as regras específicas de legislação para cada natureza jurídica, proporcionando uma análise mais aprofundada e precisa.

- **Análise de Anomalias e Aprendizado de Máquina:**

Analisar o histórico de contratos para identificar padrões e anomalias, permitindo que o sistema aprenda continuamente e aprimore sua capacidade de análise.

4.5.50 Módulo de Integração SERASA/Boa Vista

Desenvolvido para atender ao convênio estabelecido entre a Junta Comercial, SERASA e Boa Vista – SCPC, promovendo uma integração eficiente entre as entidades envolvidas, otimizando a troca de informações, contribuindo para a transparência e eficácia nos processos relacionados às empresas constituídas, alteradas ou baixadas.

Objetivo:

Facilitar e automatizar o processo de geração e envio de arquivos contendo dados de empresas constituídas, alteradas ou baixadas em um período determinado, de acordo com o layout específico de cada instituição.

Funcionalidades:**1. Acesso ao Módulo:**

- Destinado aos servidores do setor de cadastro.
- Permite gerar arquivos, tratar inconsistências, gerar guias de pagamento e enviar os arquivos via caixa postal das instituições.
- Disponível no menu do REGIN® Central, com o título "INTEGRAÇÃO SERASA/BOA VISTA".

2. Geração de Arquivo:

- Requer a informação do período, da Instituição Integrada e com/sem MEI.
- Após fornecer os dados desejados, o usuário pode clicar no botão "Gerar".
- Os arquivos gerados ficam disponíveis para download.
- Os layouts dos arquivos são automaticamente ajustados conforme os requisitos de cada instituição.

3. Envio do Arquivo:

- Cada instituição tem seu próprio mecanismo de envio.
- O cadastro para acesso ao sistema de envio é realizado diretamente pela instituição.
- O módulo facilita o processo de geração, mas o envio efetivo é feito através dos canais disponibilizados por cada instituição.

4. Benefícios:

- Agiliza o processo de geração de arquivos, economizando tempo dos servidores do setor de cadastro.
- Minimiza erros ao seguir os layouts específicos de cada instituição.
- Oferece uma interface centralizada no REGIN®, facilitando o acesso e a operação.

4.5.51 Módulo Plenária

Módulo Plenária Online é uma solução para atender à necessidade do registro e da gestão das plenárias, assim como das atas e dos seus participantes. A aplicação permite agilidade nos trâmites, nas assinaturas digitais e na gestão desses documentos com mais facilidade.

Funcionalidades do Módulo

1. Cadastro de abertura de uma plenária;
2. Cadastro de participantes da plenária;
3. Cadastro de Pauta da plenária;
4. Envio de e-mail, com o documento, para que seja enviado para os participantes da plenária.
5. Alterar Pauta e registrar para conversão em Ata;
6. Cadastro de participantes da plenária, com nome, cpf e e-mail.
7. Envio de e-mail para acesso a Ata para os mesmos participantes com o link para que possam assinar o documento digitalmente;
8. Integração com o Módulo Gestor de Atos Normativos para arquivamento automático da Ata;
9. Integração com o sistema assinador REGIN® para que os participantes da Reunião Plenária possam assinar a Ata da Plenária;
10. Relatórios geração de relatórios gerenciais das plenárias.

4.5.52 Módulo de Integração com Receita Estadual

Aplicação disponibilizada no site do órgão de registro que permite o empresário regularizar a empresa na Receita Estadual (SEFAZ).

Com base no CNPJ e município informado, o REGIN® acessa os dados no órgão de registro e valida a informação com os dados registrados.

Se os dados estão válidos, é feita a integração com o sistema do Secretaria Estadual de Fazenda.

4.5.53 Módulo Cálculo de Porte e Risco

Este módulo permite o sistema calcular automaticamente o porte e risco de cada uma das atividades da empresa por área da prefeitura ou do órgão estadual do meio ambiente, a partir da informação do porte da empresa e do potencial poluidor da atividade econômica.

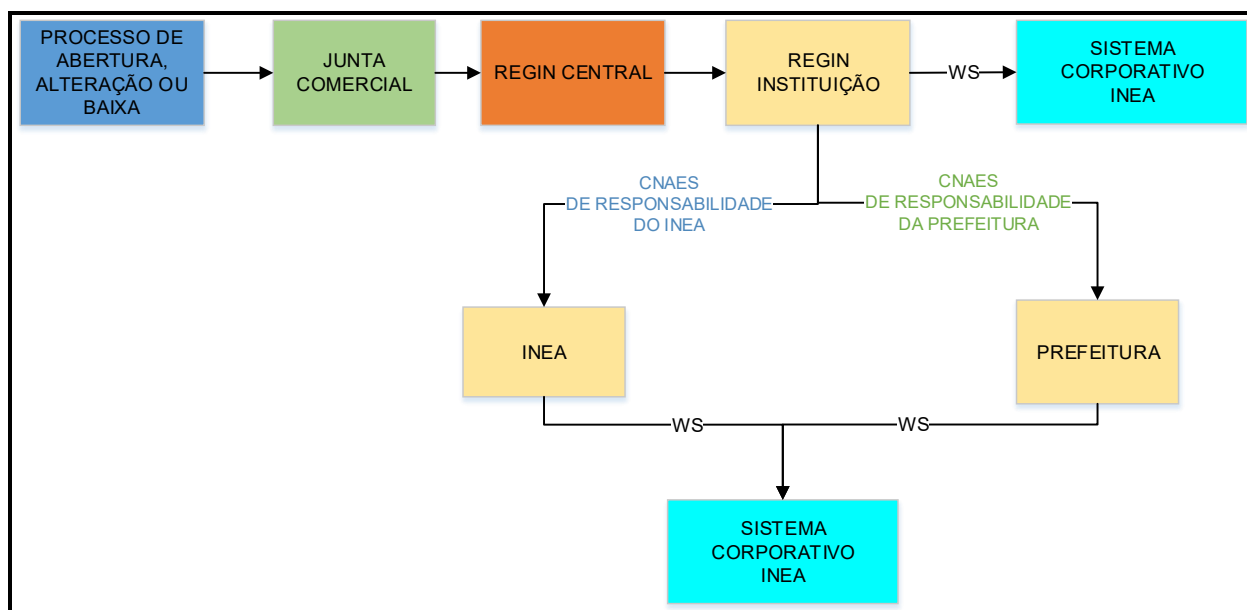
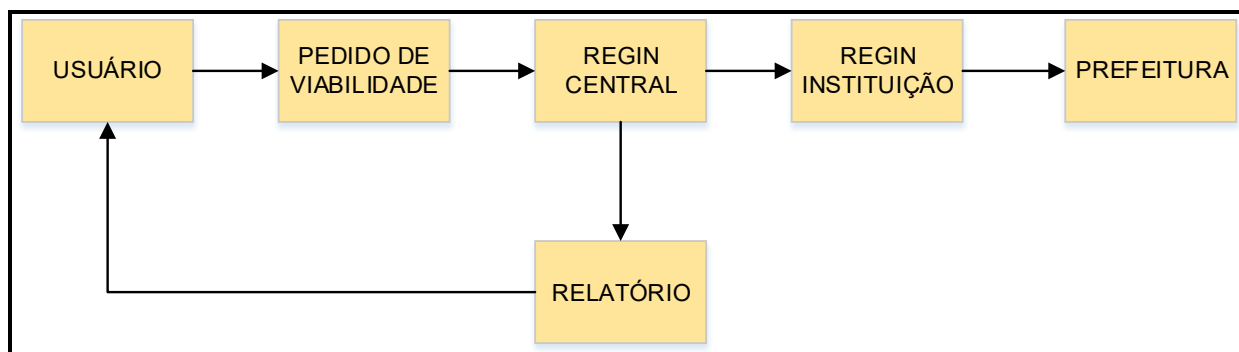
Cada área da prefeitura ou do órgão estadual do meio ambiente tem, individualmente:

- Níveis de porte
- Níveis de risco
- Regras de cálculo de níveis de porte da empresa, potencial poluidor da atividade econômica e o risco;

Quando configurada e habilitada, o sistema disponibiliza um formulário especial na viabilidade para que o solicitante responda perguntas que vão auxiliar nos cálculos.

A partir destas respostas, o analista define as licenças a serem liberadas para cada uma das áreas e para cada uma das atividades do processo.

A carga de regras através de planilha Excel.



4.5.54 Módulos do REGIN 2.0

O **REGIN 2.0** é a última versão do Sistema REGIN Instituição e está implantado em municípios do Estado do Rio de Janeiro, através do trabalho de consultoria e treinamento da empresa PROSOLUTION.

O **REGIN 2.0** está composto pelos seguintes módulos:

- Viabilidade Automática;
- Formulário de Risco Automático;
- Cálculo e Porte de Risco

- Vistoria;
- Relatórios;
- BI – Business Intelligence;
- Legalização de Inscrição no Corpo de Bombeiros;
- Integração com a Vigilância Sanitária e emissão de licenças sanitárias;
- Integração com Órgãos Ambientais e emissão de licenças ambientais;
- Integração com Outras Entidades;
- Plano Diretor.

4.5.55 Módulo Viabilidade Automática

Esse módulo permite o deferimento automático do pedido de viabilidade para as atividades econômicas de baixo risco, se propondo a seguir as regras definidas pela lei de liberdade econômica.

Funcionalidades:

1. Cadastramento no sistema Plataforma **REGIN® 2.0** dos Imóveis do Município;
2. Cadastramento no sistema Plataforma **REGIN® 2.0** das regras de zoneamento e Plano Diretor do município;
3. Cruzamento no sistema Plataforma **REGIN® 2.0** das regras de zoneamento com os CNAE pretendidos.

4.5.56 Módulo de Formulário de Risco Automático

Parametrização da legislação municipal por atividade econômica, organizada através de tabelas de atividade;

Parametrização de formulário mostrado no Pedido de Viabilidade com perguntas cadastradas (opcionalmente por CNAE) cujas respostas determinam o risco e o porte do empreendimento;

Customização da Plataforma **REGIN®** Municipal 2.0 em sua estrutura de armazenamento de dados e aplicações, permitindo uma interface de respostas pelo cidadão, que indique o Porte e o Potencial do seu negócio.

4.5.57 Módulo Cálculo de Porte e Risco

Este módulo permite o sistema calcular automaticamente o porte e risco de cada uma das atividades da empresa por área da prefeitura.

Cada área tem, individualmente, suas regras para análise do risco.

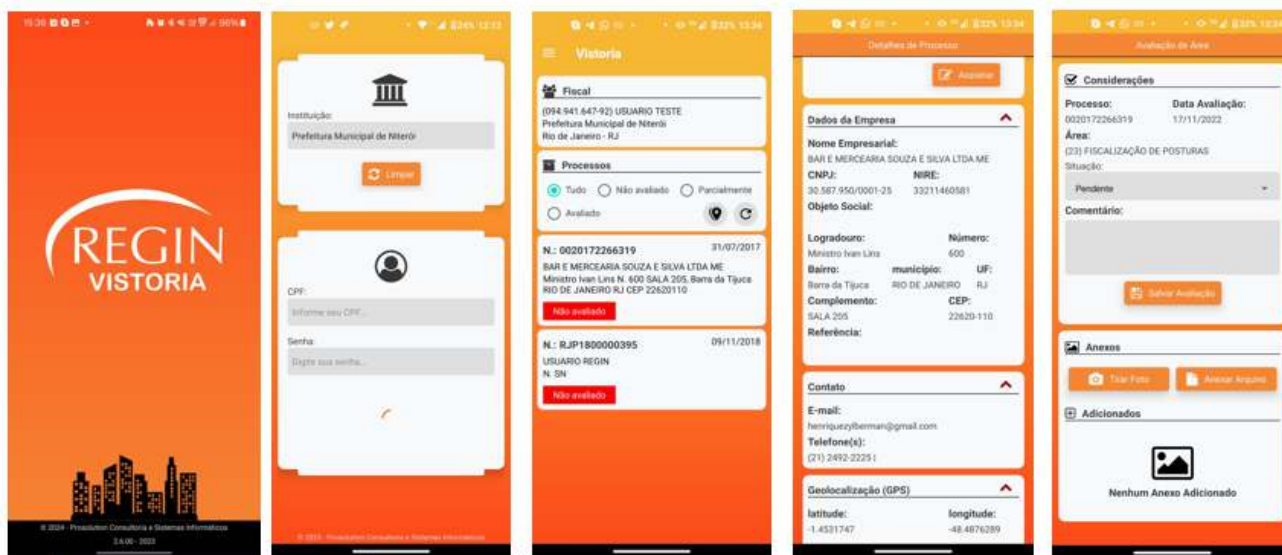
Quando configurada e habilitada o sistema disponibiliza um formulário especial na viabilidade para que o solicitante responda perguntas que vão auxiliar nos cálculos.

Permite que o analista defina as licenças a serem liberadas para cada uma das áreas e para cada uma das atividades do processo.

4.5.58 Módulo de Vistoria

Este módulo foi desenvolvido para funcionar em dispositivos móveis, como *tablets* e *smartphones* que utilizem o sistema *Android*, com acesso seguro para o envio de fotos, validação da localidade por GPS e o resultado da vistoria para o Módulo Central do REGIN®.

Não é necessário ponto de internet durante o processo de vistoria no estabelecimento e, após a vistoria, ao se conectar em uma rede WIFI ou móvel, os dados são sincronizados automaticamente.



4.5.59 Módulo de Relatórios

Permite criar e gerar relatórios e estatísticas sobre os protocolos enviados pelo órgão de registro, existindo as seguintes opções 'default':

Relação de protocolos, com:

- Tempo de Análise de Protocolo;
- Processos por Ano;
- Processos por Mês/Ano;
- Processos por Situação;
- Processos por Tempo e Atividade;
- Processos por Tempo e Área;
- Processos por Logradouro e Bairro;
- Processos por área de análise do processo.

4.5.60 Módulo BI – Business Intelligence

1. Objetivo

Desenvolvimento de BI - Business Intelligence, para a Junta Comercial, que permita o acompanhamento das ações do Estado junto a REDESIM, como tempo de abertura de empresas, atividades econômicas, tempo das instituições envolvidas no processo de legalização de empresas etc., com vistas a tomada de decisões que possam contribuir com a maior celeridade do ambiente de negócios no Estado.

2. Benefícios

- Permitir através de painéis uma visão geral da situação da REDESIM no Estado e no município;
- Permitir que sejam realizadas ações dentro dos municípios, otimizando os andamentos dos seus processos de análise e retorno junto a REDESIM;
- Dar transparência aos envolvidos no processo da REDESIM quanto ao tempo de abertura de empresas desde a viabilidade até a legalização.

3. Usuários do sistema

- Cidadão;
- Junta Comercial;
- Instituições responsáveis.

4. Visão geral do produto

Desenvolver os painéis do BI que forneçam informações de forma ágil e intuitiva, que possam fomentar as ações de desenvolvimento do REDESIM no Estado.

4.5.61 Módulo de Legalização de Inscrição no Corpo de Bombeiros

Aplicação disponibilizada no site do órgão de registro que permite o contribuinte regularizar a empresa no Corpo de Bombeiros.

Com base no CNPJ e município informado, o REGIN® acessa os dados no órgão de registro e valida a informação com os dados registrados.

Se os dados estão válidos, é feita a integração com o sistema do Corpo de Bombeiros para determinar o tipo de licença.

Dependo do CNAE e as informações preenchidas no formulário de risco, é gerada a:

- Declaração de Dispensa de Documento de Regularização
- Declaração de Aprovação de Baixo Risco Simplificado
- Declaração de Dispensa de Documento para Baixo Risco Dispensada de Documento de Regularização no Corpo de Bombeiros

Se a legalização não foi enquadrada como processo simplificado, para a regularização junto ao Corpo de Bombeiros, será necessário solicitar o Laudo de Exigências e posteriormente o Certificado de Aprovação.

Para a solicitação do Laudo de Exigências, será necessário elaborar um projeto técnico ou um projeto de segurança contra incêndio e pânico, dependendo das características do estabelecimento.

4.5.62 Módulo de Integração com a Vigilância Sanitária e emissão de licenças

A aplicação de integração da legalização com a Vigilância Sanitária Estadual funciona da seguinte forma:

- Com base no CNAE informado de interesse da VISA, é gerado um arquivo XML para análise e informação para a VISA;
- No caso da VISA municipal, o protocolo é disponibilizado para análise e emissão de licenças sanitárias, segundo regras de negócio de cada prefeitura.

4.5.63 Módulo de Integração com Órgãos Ambientais e emissão de licenças ambientais

A aplicação de integração da legalização com o órgão estadual de meio ambiente disponibiliza um formulário de risco que permite cadastrar perguntas de interesse.

Dependendo da resposta, a empresa é classificada de alto, médio ou baixo risco, além da determinação do tipo de licença.

No caso municipal, o protocolo é disponibilizado para análise e emissão de licenças ambientais, segundo regras de negócio de cada prefeitura.

4.5.64 Módulo de Integração com Outras Entidades

A critério da Junta Comercial poderão ser feitas integrações com outras entidades conveniadas na REDSIM.

A sistemática da integração é definida e desenvolvida pela Prosolution através de contato direto com a entidade.

4.5.65 Módulo do Plano Diretor

Com a implementação da REDESIM tornou-se obrigatório a implantação do processo de Consulta Prévia junto aos Órgãos de Registro e aos Órgãos Licenciadores para verificar a viabilidade de funcionamento da empresa.

Esta obrigatoriedade aumentou a quantidade de processos nas Instituições, exigindo uma maior demanda de trabalho dos funcionários que analisam cada Viabilidade, seja para abertura ou alteração de dados da empresa.

Com objetivo de agilizar este processo, a ProSolution desenvolveu funcionalidades para automatizar a análise da Viabilidade, liberando assim os funcionários para se dedicarem a outros expedientes.

A automatização da análise da Viabilidade inicia com a integração do Plano Diretor do Município ao sistema REGIN® Instituição. As informações do Plano Diretor são importadas para a base de dados do REGIN®.

Através do número do IPTU e do grupo de atividades econômicas informada pela empresa, o REGIN® verificará a existência ou não de restrições de cada atividade no respectivo endereço, identificando se a empresa poderá ou não se estabelecer sem restrições.

Este módulo contém as aplicações que fazem a manutenção dos atributos do Plano Diretor, permitindo importar um Plano Diretor, corrigir ou atualizar as informações do Plano Diretor já carregado na base de dados do REGIN®.

Nesta versão 4 foi implantado o conceito de atividades permitidas e atividades não permitidas. Inicialmente o sistema cadastrava apenas as atividades permitidas em cada zoneamento. Atualmente podem ser cadastradas as permitidas ou não permitidas, pois este universo é menor e facilita o controle. Esta opção deve ser informada por e-mail a Junta Comercial que, posteriormente, comunicará a ProSolution.

A carga do Plano Diretor é feita conforme definido nas seguintes etapas:

1. Geração do arquivo das Planilhas Excel com os dados do Plano Diretor.
2. Importação do arquivo do Plano Diretor para a base de dados do REGIN®.
3. Parametrização do sistema.

Após conclusão destas etapas, o REGIN® estará apto a automatizar a análise da Viabilidade através das seguintes funcionalidades:

1. Análise automática das Atividades Econômicas que não tenham restrição.
2. Análise semiautomática da Viabilidade para Atividades Econômicas com Restrição.

4.5.66 Emissão da Carteira Profissional

Solicitação da carteira, geração de guia de pagamento, agendamento e expedição da carteira de exercício profissional para titular de Empresário Individual (MEI), sócio e/ou administrador de Sociedade Empresária e de Cooperativa, tradutor público e intérprete comercial, leiloeiro, trapicheiro e administrador de armazém geral; bem como, reduzir o prazo para expedição da carteira, atendendo à Instrução Normativa Nº 02, de 05 de dezembro de 2013.

1. Interface para emissão da Carteira Profissional

São as interfaces para a solução do módulo da Carteira de Exercício Profissional:



2. Solicitação para Expedição da Carteira

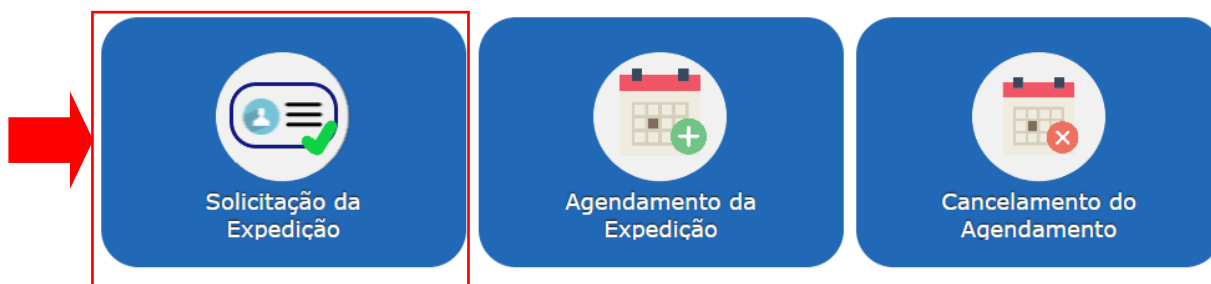
Serviço no sistema Requerimento Universal:

- coletar os dados do solicitante e futuro portador da carteira;
- verificar a existência dos dados coletados no Órgão de Registro;
- gerar o número de protocolo do órgão para a solicitação;
- gerar a capa do processo e a guia de pagamento;
- seleção da unidade disponível para expedição da carteira e será apresentado ao usuário as unidades em que há o serviço para expedição da carteira profissional.

O requerente acessa os serviços na aplicação **Requerimento Universal** do **REGIN®** e, em seguida, selecionar o Menu **Carteira Profissional**.



Para gerar a solicitação de **expedição** da Carteira, selecione **Solicitação da Expedição**.



Após selecionar a unidade e confirmar os dados, a solicitação será finalizada com as opções para Geração do **Boleto de pagamento** e da **Capa do processo**.

3. Agendamento para Expedição da Carteira

Agendar a expedição da Carteira de Exercício Profissional, após pagamento da guia em Datas e Horários disponíveis.

O sistema disponibiliza a funcionalidade para **Cancelar o Agendamento** e gerar um novo agendamento, caso a carteira não tenha sido devidamente expedida.



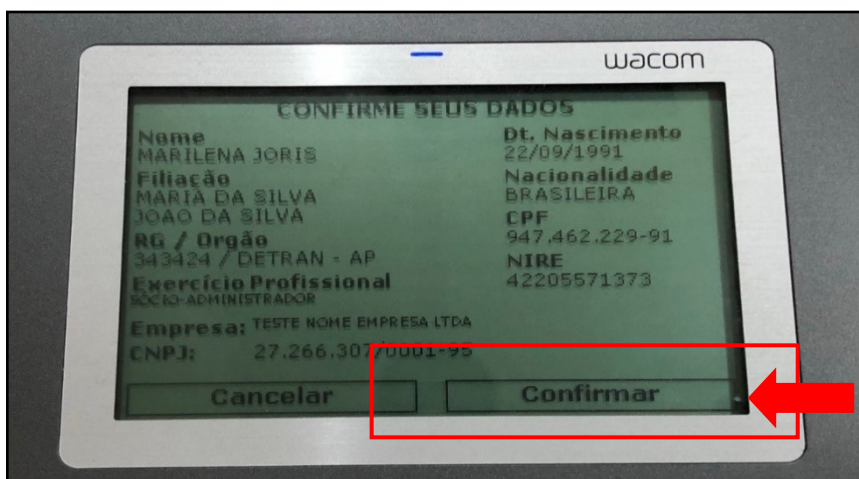
4. Cancelamento de Agendamento:

Para efetuar o Cancelamento do agendamento, após selecionar o Menu **Carteira Profissional**, selecionar o item **Cancelamento do Agendamento**.



5. Expedição da Carteira de Exercício Profissional

Através do auxílio de hardware, captura a Foto e Assinatura do portador da carteira. A carteira será emitida com o layout padrão e com um QR-Code para a validação por meio eletrônico.

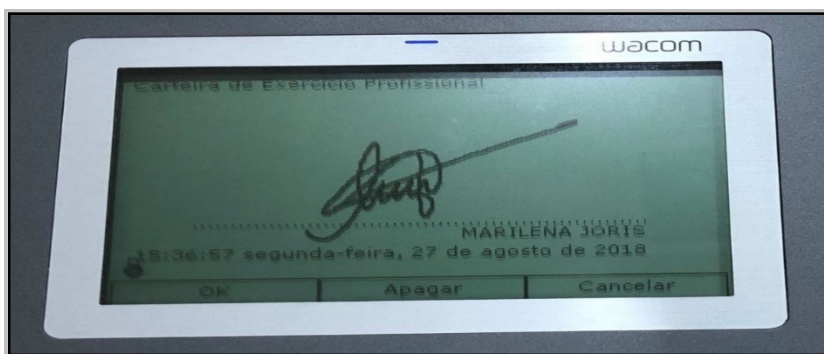


6. Captura da foto:



7. Captura da assinatura:

Ao **Iniciar a captura**, será exibida no tablet a área para assinatura do requerente.



Após a coleta de assinatura, a expedição da carteira poderá ser finalizado, conforme telas a seguir:

Emissão da Carteira do Empresário

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial de Pequena e Média Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

(Logo)

CARTEIRA DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL Nº 181144 / 1ª Via

Nome do Portador
MARILENA JORIS

Filiação
MARIA DA SILVA
JOAO DA SILVA

Nacionalidade
BRASILEIRA

Data de Nascimento
22/09/1991

Exercício Profissional
SÓCIO-ADMINISTRADOR

RG / Orgão Expeditor
343424 / DETRAN - AP

CPF
947.462.229-91

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial de Pequena e Média Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

(Logo)

NIRE
42205571373

Data de Expedição
27/08/2018

CNPJ
27.266.307/0001-95

Empresa
TESTE NOME EMPRESA LTDA

Assinatura do Portador

Assinatura do Presidente da Junta Comercial

QR CODE

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Finalizar Nova Pesquisa

8. Validação da Carteira de Exercício Profissional (QR-Code)

Verifica a validade da Carteira de Exercício Profissional através de leitura do QR-Code na Carteira.

9. Exemplo de Carteira emitida:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial de Pequena e Média Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Pará

(Logo Junta)

CARTEIRA DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL Nº 180056 / 1ª Via

Nome do Portador
CLAUDIA RIOS VAZ

Filiação
MARIA DA SILVA
JOÃO DA SILVA

Nacionalidade
BRASILEIRA

Data de Nascimento
22/09/1991

Exercício Profissional
SÓCIO-ADMINISTRADOR

RG / Orgão Expeditor
1144552 / DETRAN - RJ

CPF
759.707.162-00

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL



5. ESTUDO DE CASO

Constituir uma empresa em um município onde não existem escritórios regionais da Junta Comercial, da RFB, da Secretaria Estadual de Fazenda e outros.

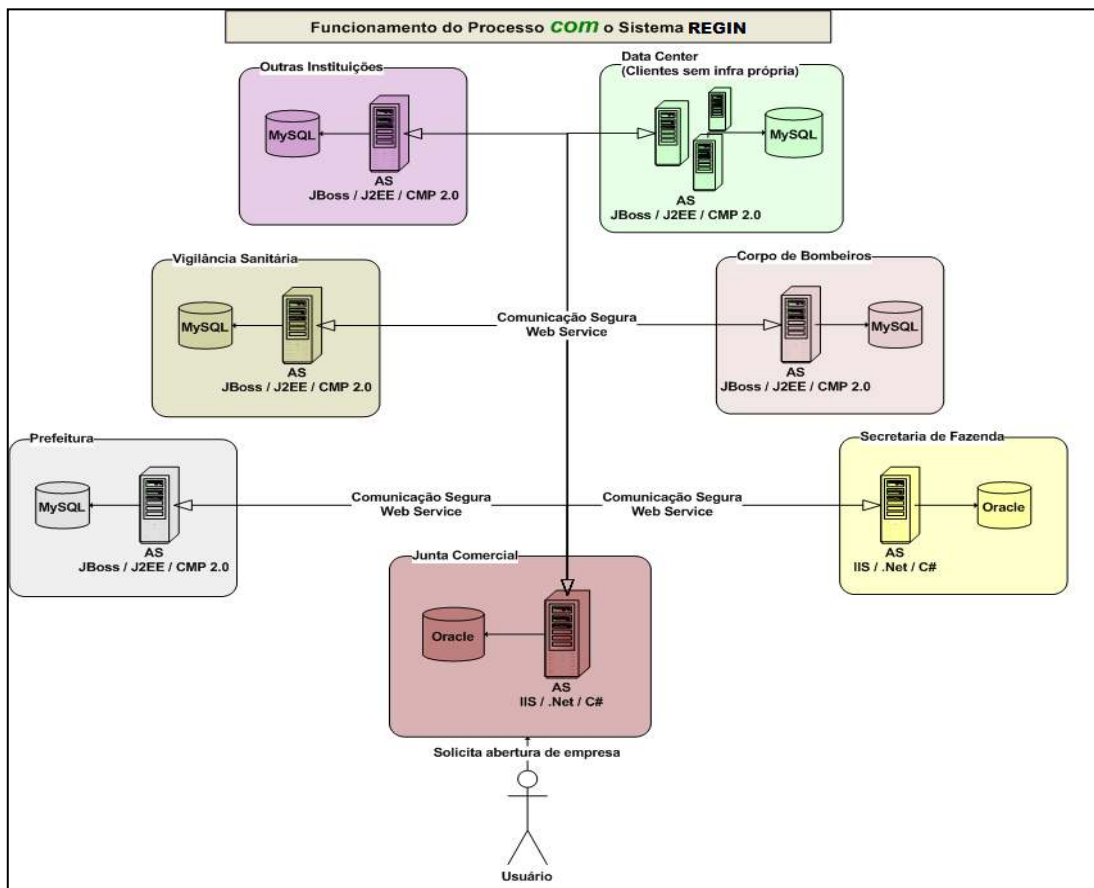
a. SEM REGIN

O cidadão terá que se dirigir ao município mais próximo onde haja escritório das instituições acima relacionadas para realizar a consulta sobre as exigências para iniciar o processo de abertura da empresa. Uma vez reunidas cada uma das solicitações, o cidadão deverá registrar seu processo no Órgão de Registro e, após a aprovação, dará entrada no pedido de seu CNPJ na RFB e solicita o Alvará e licença de funcionamento em cada uma das instituições exigidas pelo município onde será aberta a empresa.

b. COM REGIN

O cidadão, sem se deslocar de seu escritório, preenche a viabilidade e recebe o parecer de cada instituição de forma eletrônica ao acompanhar seu processo. Após o deferimento de sua consulta prévia, ele reunirá a documentação necessária e levará até o escritório do Órgão de Registro para iniciar o processo de registro da empresa. Não ocorrendo pendências, o cidadão terá a sua empresa registrada, com o número de inscrição no CNPJ da RFB e seu processo seguirá eletronicamente para as demais instituições para liberação de registros como: Inscrição Estadual na Secretaria de Fazenda do Estado e de Alvará das instituições municipais.

Do seu escritório pode acompanhar todo trâmite do seu processo via internet, sem a necessidade de se deslocar às instituições para verificar pendências ou deferimento.



6. PRINCIPAIS VANTAGENS DO REGIN®

a. PARA O EMPRESÁRIO

- Em um só lugar é feito todo o trâmite para a constituição, alteração ou baixa da empresa;
- Utilizando a aplicação do Pedido de Viabilidade no site do Órgão de Registro, o cidadão economiza tanto em tempo como em custo no registro da empresa e ao final do processo recebe: um número de protocolo, uma relação com a documentação necessária, o custo estimado dos gastos e os possíveis impedimentos na abertura da mesma;
- Acompanha a tramitação do processo tanto no Pedido de Viabilidade como na legalização da empresa através de consulta via Internet, sendo informado do deferimento, indeferimento, da necessidade de documentação complementar que deverá apresentar e das pendências detectadas em cada instituição.

b. PARA AS INSTITUIÇÕES

- Unificar e centralizar no Órgão de Registro a entrada de todos os documentos e das informações cadastrais da empresa;
- As informações das atualizações feitas no Órgão de Registro são enviadas eletronicamente às entidades conveniadas para que essas possam atualizar seus cadastros;

- Recepção no Órgão de Registro das informações de cada instituição relativas à empresa envolvida no processo, criando naturalmente um link entre elas.

7. TECNOLOGIAS UTILIZADAS

| | Junta Comercial / Secretaria de Fazenda | REGIN Instituição (atual) Prefeitura / Corpo de Bombeiros / Vigilância Sanitária / DataCenter / Outros | REGIN Instituição 2.0 Prefeitura / Corpo de Bombeiros / Vigilância Sanitária / DataCenter / Outros |
|---------------------------------|---|--|--|
| Padrões utilizados | MVC – SOA - Aderência às recomendações W3C | | |
| Sistema Operacional | Microsoft Windows Server | Linux (Qualquer distribuição disponível) Android | |
| Banco de Dados | Oracle | MySQL | MySQL |
| Servidor de Aplicação | Microsoft IIS 7.0 | Wildfly 21.0.2 | Docker Embedded Tomcat / Python |
| Linguagem de Programação | C# | Java 1.8 (J2EE) | Java 11 |
| | JavaScript | | |
| | HTML | HTML | REACT |
| | Python | | |
| Framework | Microsoft .NET Framework | EJB CMP 2.0 (persistência) | JPA / Hibernate |
| | | Apache Struts (controle) | Spring Boot |
| | | Jakarta TagLib (visão) | Jakarta TagLib (visão) |
| | FastAPI, Uvicorn | | |

| | |
|-------------------------------|-------------|
| Web Service | SOAP |
| | WSDL |
| | API RESTful |
| Ferramenta de BI e Relatórios | METABASE |

(O quadro acima apresenta os requisitos mínimos necessários para a instalação.)

VALIDADE DESTA CERTIDÃO 180 (CENTO E OITENTA) DIAS

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025.

Assinado digitalmente por:
MANOEL ANTONIO DOS SANTOS
CPF: ***.162.708-**
Certificado emitido por AC VALID RFB v5
Data: 21/02/2025 14:50:27 -03:00



[#67716270800#]

ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE
MANOEL ANTONIO DOS SANTOS-DIRETOR JURÍDICO

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://portal.digiforte.com.br/validate/SADTF-XFUP8-EABGP-DQRQR>



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: SADTF-XFUP8-EABGP-DQRQR

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ MANOEL ANTONIO DOS SANTOS (CPF ***.162.708-**) em 21/02/2025 14:50 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portal.digiforte.com.br/validate/SADTF-XFUP8-EABGP-DQRQR>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portal.digiforte.com.br/validate>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE PATENTES, PROGRAMAS DE COMPUTADOR E TOPOGRAFIAS DE CIRCUITOS

Certificado de Registro de Programa de Computador

Processo Nº: **BR512024001687-2**

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial expede o presente certificado de registro de programa de computador, válido por 50 anos a partir de 1º de janeiro subsequente à data de 15/04/2024, em conformidade com o §2º, art. 2º da Lei 9.609, de 19 de Fevereiro de 1998.

Título: REGIN

Data de publicação: 15/04/2024

Data de criação: 15/04/2024

Titular(es): PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA

Autor(es): EDSON DUPLAA SIMÃO

Linguagem: HTML; JAVA; PL / SQL; JAVA SCRIPT; C#; .NET

Campo de aplicação: AD-01; AD-04

Tipo de programa: AP-01; AP-03; IA-02

Algoritmo hash: SHA-256

Resumo digital hash: f59ce658f794ea160f69de78b5665b41a237dc801912cf05f7b9c907df0d535f

Derivação autorizada: Sim, Derivação de software Regin objeto do Certificado de Registro 08971-1

Expedido em: 28/05/2024

Aprovado por:

Carlos Alexandre Fernandes Silva
Chefe da DIPTO



Certificado de Registro de Marca N° 829912100



O Instituto Nacional da Propriedade Industrial, para garantia da propriedade e do uso exclusivo, certifica que, nos termos das normas legais e regularmente em vigor, efetuou a **CONCESSÃO** do registro acima reproduzido, com prazo de validade de 10 (dez) anos, a partir da data de concessão, mediante as seguintes características e condições :

*** 1o.DECÊNIO ***

NCL(9) : **09**

Produtos:

SOFTWARE.

CFE(4) : **26.2.1; 27.5.1**

Apresentação : **Mista**

Natureza : **De Produto**

Restrição :

Depositado no Brasil sob o número: **829912100** na Data : **04/08/2008**

Prioridade Unionista Número : Data :

País :

Data de Concessão : **21/12/2010**

Titular : **PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA.**

CNPJ/CIC/N° INPI : **07273558000190**

Endereço : **R CLAUDIONOR PERI 86 SOBRELOJA 7
V TELES - SAO JOAO DE MERITI
CEP : 25555831 - RJ - BR**

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2010.

Tecequinhos de Jesus Guimarães
Diretor de Marcas

Processo Inexigibilidade de Licitação - 2- 051/2025

De: Luiz F. - SEFAZ - COMP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 31/07/2025 às 20:35:38

Setores envolvidos:

SEGOV - DITI, SECAC - CGF, SECOP - DPL, SEFAZ, SEFAZ - COMP

Regin 2.0f

—
Luiz Henrique Festi
Analista Administrativo II
Matrícula 51457

Anexos:

ETP_REGIN_2_0.pdf

SC_Balneário_Camboriu_Proposta_Comercial_REGIN_2_0_Municipal_30_07_2025_ass.pdf

TR_REGIN_2_0.pdf

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Identificação do Requisitante

Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú/SC
Setor Requisitante: Secretaria da Fazenda / Departamento Arrecadação e Tributos
Responsável/Equipe de Planejamento:
Jean Carlos Januario Pereira
Magda Bez
Priscila dos Santos Vieira
Contato: priscila.vieira@bc.sc.gov.br

Preâmbulo

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) traz a necessidade pública de se contratar os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0 para modernização da gestão administrativa e tributária do município, que é essencial para o desenvolvimento econômico e social de Balneário Camboriú, proporcionando um ambiente de negócios mais eficiente e transparente, facilitando a abertura e o licenciamento de empresas, aumentando a arrecadação e atraindo investimentos, em cumprimento ao Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Registramos que NÃO HÁ a necessidade de avaliar a classificação da informação do ETP, quanto ao Grau e Prazos de Sigilo nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

1. Descrição da Necessidade da Contratação

Fundamentação: Art. 18, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021

Atualmente, o município enfrenta desafios na gestão do cadastro de empresas, o que dificulta o acompanhamento e a atualização das informações, além de gerar dificuldades para atrair novos investidores. Com os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0, será possível modernizar o acompanhamento e a atualização do cadastro de empresas, otimizando a gestão tributária e agilizando os processos de abertura e alteração de empresas.

Esse serviço trará um impacto significativo na arrecadação municipal de ISS e IPTU, projetando um aumento na receita através da modernização da dinâmica tributária. Além disso, permitirá eliminar o atendimento pessoal (balcão de atendimento), direcionando os servidores para outras ações administrativas, otimizando os recursos humanos e proporcionando um atendimento mais eficiente e ágil aos contribuintes.

Com a modernização da Prefeitura junto aos contabilistas do município para a realização de abertura e alteração de empresas, o REGIN 2.0 promove a modernização da gestão tributária, tornando-a mais eficiente e transparente. A abertura de empresas no município será mais rápida, permitindo ao Fisco maior eficiência na tributação municipal e impulsionando o desenvolvimento econômico local.

Em resumo, os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0 é a solução ideal para modernizar a gestão municipal, otimizar a gestão tributária, agilizar os processos de abertura e alteração de empresas, aumentar a arrecadação municipal e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

2. Alinhamento da Contratação com o Planejamento do Órgão/Entidade

Fundamentação: Art. 18, § 1º, II, da Lei nº 14.133/2021

A contratação da ProSolution para os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0 está alinhada com o planejamento estratégico da Prefeitura de Balneário Camboriú, que visa modernizar a gestão municipal e promover o desenvolvimento econômico e social do município. A modernização da gestão tributária e a facilitação da abertura e do licenciamento de empresas são ações prioritárias para a administração municipal.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

Fundamentação: Art. 18, § 1º, III, da Lei nº 14.133/2021

O sistema Municipal REGIN 2.0 deve ser compatível com a legislação municipal e com os demais sistemas utilizados pela Prefeitura de Balneário Camboriú. A ProSolution irá desenvolver metodologias que facilitem e simplifiquem o trabalho interno da Prefeitura, proporcionando agilidade e maior desempenho com a utilização do sistema Municipal REGIN 2.0, deverá prestar consultoria especializada para a implantação do sistema, o treinamento dos servidores municipais e o acompanhamento do projeto.

4. Levantamento de Mercado

Fundamentação: Art. 18, § 1º, V, da Lei nº 14.133/2021

A Prefeitura de Balneário Camboriú realizou uma pesquisa de mercado e identificou que o REGIN 2.0 é integrado, modular, personalizado e oferece uma gestão tributária municipal, o que atende perfeitamente a necessidades da Prefeitura. A ProSolution é a detentora exclusiva dos direitos autorais e comerciais do sistema REGIN 2.0, o que a torna a única empresa capaz de prestar os serviços de manutenção, atualização, customização, e de implantação do sistema REGIN 2.0 no município.

A ProSolution possui experiência em projetos semelhantes e oferece uma solução completa, que inclui a consultoria especializada, o treinamento dos servidores e o acompanhamento do projeto.

5. Descrição da Solução

Fundamentação: Art. 18, § 1º, VII, da Lei nº 14.133/2021

A solução proposta pela ProSolution consiste na implantação do sistema REGIN 2.0, um sistema integrado de gestão tributária que moderniza os processos de abertura e licenciamento de empresas, aumenta a arrecadação municipal e melhora a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, e aponta sugestões para o município:

- Consultoria para implantação da Inscrição municipal on-line;
- Consultoria para que a abertura das empresas de Baixo Risco ocorra de forma automática;

- Consultoria para que a abertura das empresas de Alto Risco se processe em horas;
- Consultoria para a implantação do Zoneamento no sistema Municipal REGIN 2.0;
- Treinamento de servidores para utilização do Sistema.

Trabalho a ser desenvolvido pela ProSolution:

- Verificação da legislação municipal reunida e utilizada para a produção da Tabela de Atividades, necessária à adesão do município ao Sistema Municipal REGIN 2.0;
- Análise da legislação, verificação dos procedimentos utilizados pela Prefeitura na elaboração da Classificação do Risco (Alto, Baixo ou Alto com Perguntas) das atividades descritas pelo CNAE de acordo com a legislação em vigor (exceto MEI's – Microempreendedores Individuais);
- Proposta de alterações necessárias a fim de facilitar e agilizar procedimentos na abertura e no licenciamento de empresas, uma vez finalizada a análise da legislação municipal utilizada e das regras da tabela por técnicos da Prefeitura;
- Treinamento dos servidores públicos e definição dos processos e procedimentos internos;
- Auxílio ao corpo técnico da Prefeitura na produção de diplomas legais com intuito de compatibilizar o sistema Municipal REGIN 2.0 com os procedimentos e normas internas dos diversos órgãos da Prefeitura;
- Após a realização dos treinamentos, será prestada toda a assistência necessária para a solução de dificuldades que poderão ser encontradas na utilização dos procedimentos novos implantados para a abertura e licenciamento de empresas no município durante a fase de implantação.

6. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

Fundamentação: Art. 18, § 1º, IV, da Lei nº 14.133/2021

A quantidade de serviços a serem contratados será definida com base no plano de consultoria, implantação e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0 e nas necessidades da Prefeitura de Balneário Camboriú, elaborados em 3 etapas:

Fase 1:

1. Implantação de O&M (organização e métodos) para proporcionar maior agilidade nos procedimentos internos na Prefeitura com a compatibilização da nova sistemática proporcionada pelo sistema informatizado de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;
2. Produção de minutas de regulamentos legais a fim de compatibilizar o sistema informatizado para zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e os novos procedimentos a serem adotados pela sua utilização;
3. Análise da legislação Municipal vigente para abastecimento do banco de dados do sistema de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;
4. Elaboração dos parâmetros de restrição das atividades econômicas no município de acordo com a legislação municipal vigente;

5. Assessoria na elaboração de minuta de ato das Secretarias Municipais envolvidas na REDESIM;

Fase 2:

1. Treinamento dos servidores municipais que utilizarão o sistema informatizado de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;

2. Treinamento para extração de dados do sistema zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e sua compatibilização com o sistema de abertura de empresas on-line no município;

3. Elaboração de apresentações aos servidores municipais acerca da utilização do zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0, em consonância com os novos procedimentos administrativos adotados;

4. Assessoria na elaboração de fluxos de trabalho nas Secretarias Municipais envolvidas na REDESIM de acordo com as funcionalidades e especificidades do sistema;

5. Treinamento dos servidores municipais que utilizarão a funcionalidade de Cadastro, Alteração e Inclusão de Imóveis, juntamente com a vinculação a Restrições, a Zona de Uso e Ocupação de Solo a qual pertence;

6. Assessoria na elaboração do fluxo de trabalho interno no que tange aos servidores municipais responsáveis pela atualização do sistema de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e suas funcionalidades agregadas da sistemática de abertura de empresas no município;

7. Treinamento para Cadastrar, Alterar e Incluir atividades econômicas em relação às zonas de uso e ocupação de solo no município, tendo em vista a dinâmica de aprovação de loteamentos e alteração de zoneamento no município;

8. Treinamento para a vinculação das restrições de atividade e inconformidade do zoneamento municipal, com as atividades econômicas e a legislação municipal;

9. Treinamento para utilização do Aplicativo Vistoria, do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os fiscais do Município possam realizar vistorias in loco conforme critérios de classificação de risco e zoneamento;

10. Treinamento para utilização do Módulo de Relatórios do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os analistas e fiscais do Município possam emitir relatórios gerenciais de acompanhamento da REDESIM e ações de fiscalização por amostragem para as atividades de baixo risco (processos automáticos);

11. Treinamento para utilização do Módulo BI – Business Intelligence do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os analistas e fiscais do Município possam realizar consultas gerenciais de acompanhamento da REDESIM no Município.

Fase 3

1. Acompanhamento Mensal e Ajustes: Para garantir a eficácia da implantação e o sucesso contínuo do sistema REGIN 2.0, se faz necessário um acompanhamento mensal detalhado do projeto. Esse acompanhamento permitirá identificar oportunidades de melhoria, ajustar os processos e garantir que os objetivos sejam alcançados.

2. As atividades de acompanhamento mensal incluirão: Reuniões periódicas: Realização de reuniões online ou presenciais para discutir o andamento do projeto, identificar desafios e celebrar conquistas.

3. Relatórios de progresso: Elaboração de relatórios detalhados, apresentando indicadores de desempenho, como número de processos concluídos, tempo médio de resposta e satisfação dos usuários.

4. Análise de métricas: Monitoramento contínuo de indicadores-chave de desempenho (KPIs) para avaliar a eficácia das soluções implementadas.

5. Identificação de gargalos: Análise de pontos críticos e proposição de soluções para otimizar os processos.

6. Adaptação às mudanças: Ajuste do sistema e dos processos para acompanhar as mudanças na legislação e nas necessidades do município.

7. Objetivos do acompanhamento: Assegurar a aderência ao cronograma: Garantir que as atividades sejam realizadas dentro do prazo estabelecido.

8. Identificar e corrigir desvios: Realizar ajustes no projeto conforme necessário para garantir o sucesso.

9. Maximizar os benefícios: Garantir que o sistema esteja sendo utilizado de forma eficiente e eficaz.

10. Promover a melhoria contínua: Identificar oportunidades de melhoria e implementar novas funcionalidades.

11. Benefícios do acompanhamento: Maior controle sobre o projeto: Permite acompanhar de perto o andamento das atividades e tomar decisões estratégicas.

12. Redução de riscos: Identifica e mitiga riscos potenciais, evitando atrasos e imprevistos.

13. Aumento da satisfação do usuário: Garante que o sistema atenda às necessidades dos usuários e seja fácil de utilizar.

14. Melhoria da qualidade dos serviços: Contribui para a melhoria contínua dos processos e da qualidade dos serviços prestados à população.

15. Através do acompanhamento mensal, garantiremos que a implantação do sistema REGIN 2.0 seja um sucesso e que o município obtenha todos os benefícios esperados.

7. Estimativa do Valor da Contratação

Fundamentação: Art. 18, § 1º, VI, da Lei nº 14.133/2021

O valor da contratação será de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais. A vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses.

8. Justificativas para o Parcelamento ou Não da Solução

Fundamentação: Art. 18, § 1º, VIII, da Lei nº 14.133/2021

A inviabilidade de competição para a contratação da ProSolution para os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0, decorre da sua exclusividade como detentora dos direitos autorais e comerciais do sistema. O REGIN 2.0, é um sistema único, modular e personalizado, desenvolvido sob medida para atender às necessidades específicas da Prefeitura, incluindo integrações cruciais para o seu pleno funcionamento. A ProSolution, como detentora da licença de uso e acesso exclusivo ao código fonte, é a única empresa capacitada para realizar tais serviços, sob pena de comprometer a integridade, funcionalidade e segurança do sistema. A tentativa de replicar os serviços por outra empresa são inviáveis, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico. A ProSolution detém o conhecimento integral do código-fonte, da arquitetura e das particularidades do sistema, o que a coloca em posição de exclusividade para a prestação dos serviços, conforme expresso no art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021

9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Fundamentação Art. 18, § 1º, XI, da Lei nº 14.133/2021

A contratação da ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda. para a prestação de serviços de TIC, em específico a implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0, não possui contratações correlatas e nem interdependentes que possam impactar técnica e/ou economicamente nas soluções apresentadas. Justifica-se:

- **Exclusividade da Solução:** A ProSolution é a detentora exclusiva dos direitos autorais e comerciais do sistema REGIN 2.0, o que a torna a única empresa capaz de prestar os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0. Essa condição de exclusividade afasta a possibilidade de existirem outras contratações com objetos similares ou correspondentes (contratações correlatas), uma vez que não há outras empresas no mercado que possam oferecer os mesmos serviços.
- **Autonomia da Solução:** A solução proposta pela ProSolution é autônoma e completa, abrangendo todos os aspectos necessários para o acompanhamento, funcionamento, segurança e atualização do sistema REGIN 2.0. A contratação da ProSolution não depende da realização de outros contratos, nem afeta diretamente a execução de outros projetos da Administração Pública. Dessa forma, não há contratações interdependentes que possam impactar técnica ou economicamente a solução apresentada.

A inexigibilidade de licitação para a contratação da ProSolution está amparada no art. 74 da Lei 14.133/2021, em virtude da exclusividade da empresa na prestação dos serviços. A Prefeitura realizou um levantamento de mercado para confirmar a exclusividade da ProSolution e a inviabilidade de competição.

10. Resultados Pretendidos

Fundamentação: Art. 18, § 1º, IX, da Lei nº 14.133/2021

A contratação da ProSolution para os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0 trará muitos benefícios para o Município:

- Facilidade para atrair novos investidores para o município;
- Projeção de aumento na arrecadação municipal do ISS e IPTU;
- Modernização administrativa no que tange ao acompanhamento e atualização do cadastro de empresas no município;
- Fim do atendimento pessoal (balcão de atendimento) podendo o administrador público direcionar as atividades de sua equipe em outras ações administrativas;
- Modernização da Prefeitura junto a contabilistas do município para a realização de abertura e alteração de empresas;
- Modernização da dinâmica tributária, ou seja, a abertura de empresas no município, além de mais rápida, permite ao Fisco maior eficiência na tributação municipal;

11. Providências a Serem Adotadas

Fundamentação: Art. 18, § 1º, X, da Lei nº 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú deverá adotar as seguintes providências previamente à celebração do contrato com a ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda.:

1. Formalização da Justificativa e Fundamentação: um TR detalhado, expondo a justificativa técnica e legal para a contratação da ProSolution por inexigibilidade de licitação, com base na singularidade do objeto (sistema REGIN 2.0) e na exclusividade da empresa.
2. Detalhamento do Escopo e Requisitos: O TR deverá ser complementado com a descrição detalhada de cada serviço a ser prestado, incluindo requisitos técnicos, funcionalidades esperadas, prazos e critérios de aceitação.
3. Adequação do Ambiente da Organização: A Prefeitura deverá verificar se a infraestrutura de hardware e software é compatível com os serviços a serem contratados de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0.
4. Publicação do Contrato: O contrato deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em cumprimento aos princípios da transparência e da publicidade.

12. Possíveis impactos ambientais

Fundamentação: art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021

Com relação à contratação ora pretendida, cabe informar a completa INEXISTÊNCIA de impacto ambiental, atrelado ao objeto da contratação.

13. Posicionamento conclusivo

Diante do exposto, e considerando os elementos técnicos, operacionais, orçamentários, de razoabilidade e adequação apresentados, conclui-se que a contratação da ProSolution

Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda. para os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0, é **totalmente viável e se justifica** pelos seguintes fatores:

- **Exclusividade:** A ProSolution é a detentora exclusiva dos direitos autorais e comerciais do sistema REGIN 2.0, o que a torna a única empresa capacitada para prestar os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0.
- **Necessidade:** A modernização da gestão administrativa e tributária do município é fundamental para o desenvolvimento econômico e social de Balneário Camboriú. Os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento prestados pela ProSolution, são a solução mais adequada para atender a essa necessidade.
- **Benefícios:** A implantação do REGIN 2.0 trará diversos benefícios para o município, como a modernização da gestão, a agilidade nos processos, o aumento da arrecadação e a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.
- **Razoabilidade:** O valor da contratação é considerado razoável, tendo em vista a exclusividade dos serviços, a experiência e a expertise da ProSolution, e os benefícios que o sistema REGIN 2.0 trará para o município.
- **Adequação:** A contratação da ProSolution está alinhada com o planejamento estratégico da Prefeitura de Balneário Camboriú, que visa modernizar a gestão municipal e promover o desenvolvimento econômico e social do município.

Em suma, a contratação da ProSolution para a consultoria do sistema REGIN 2.0 é a solução mais viável, razoável e adequada para atender às necessidades do município de Balneário Camboriú, modernizar a gestão municipal e impulsionar o desenvolvimento local.

Recomenda-se que a Prefeitura de Balneário Camboriú finalize o processo de contratação com a ProSolution, observando os requisitos legais e administrativos.

Com os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0, Balneário Camboriú estará modernizando sua gestão, otimizando seus processos e proporcionando um ambiente de negócios mais eficiente e transparente para empresas e cidadãos.

Balneário Camboriú, 22 de julho de 2025.

Servidores responsáveis pela elaboração:

| Nome | E-mail institucional | Matrícula | Setor |
|----------------------------|--|-----------|----------------|
| Priscila dos Santos Vieira | priscila.vieira@bc.sc.gov.br | 23.394 | Sefaz -Compras |

Magda Bez
Portaria 32.153/2025

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2025

À
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú - SC

Assunto: Proposta comercial para implementar o sistema Municipal REGIN 2.0

Conforme reunião de apresentação com essa Municipalidade, segue proposta comercial de consultoria para implementar, treinar e acompanhar o sistema Municipal REGIN 2.0.

TIAGO SEBASTIAO
LUIZ:22854390830

Assinado de forma digital por
TIAGO SEBASTIAO
LUIZ:22854390830
Dados: 2025.07.30 16:46:10 -03'00'

ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos
Tiago Sebastião Luiz

1. Consultoria para modernização administrativa, implantação, treinamento e acompanhamento do Sistema Municipal REGIN 2.0

1.1. Benefícios do sistema para o Município:

- Facilidade para atrair novos investidores para o município;
- Projeção de aumento na arrecadação municipal do ISS e IPTU;
- Modernização administrativa no que tange ao acompanhamento e atualização do cadastro de empresas no município;
- Fim do atendimento pessoal (balcão de atendimento) podendo o administrador público direcionar as atividades de sua equipe em outras ações administrativas;
- Modernização da Prefeitura junto a contabilistas do município para a realização de abertura e alteração de empresas;
- Modernização da dinâmica tributária, ou seja, a abertura de empresas no município, além de mais rápida, permite ao Fisco maior eficiência na tributação municipal;

1.2. Nosso objetivo

- Desenvolver metodologias que facilitem e simplifiquem o trabalho interno da Prefeitura Municipal, proporcionando agilidade e maior desempenho com a utilização do Sistema Municipal REGIN 2.0.

1.3. Sugestões para o município

- Consultoria para implantação da Inscrição municipal on-line;
- Consultoria para que a abertura das empresas de Baixo Risco ocorra de forma automática;
- Consultoria para que a abertura das empresas de Alto Risco se processe em horas;
- Consultoria para a implantação do Zoneamento no sistema Municipal REGIN 2.0;
- Treinamento de servidores para utilização do Sistema;

1.4. Nosso trabalho

- Verificação da legislação municipal reunida e utilizada para a produção da Tabela de Atividades, necessária à adesão do município ao Sistema Municipal REGIN 2.0;
- Análise da legislação, verificação dos procedimentos utilizados pela Prefeitura na elaboração da Classificação do Risco (Alto, Baixo ou Alto com Perguntas) das atividades descritas pelo CNAE de acordo com a legislação em vigor (exceto MEI's – Microempreendedores Individuais);
- Proposta de alterações necessárias a fim de facilitar e agilizar procedimentos na abertura e no licenciamento de empresas, uma vez finalizada a análise da legislação municipal utilizada e das regras da tabela por técnicos da Prefeitura;
- Treinamento dos servidores públicos e definição dos processos e procedimentos internos;
- Auxílio ao corpo técnico da Prefeitura na produção de diplomas legais com intuito de compatibilizar o sistema Municipal REGIN 2.0 com os procedimentos e normas internas dos diversos órgãos da Prefeitura;
- Após a realização dos treinamentos, será prestada toda a assistência necessária para a solução de dificuldades que poderão ser encontradas na utilização dos procedimentos novos implantados para a abertura e licenciamento de empresas no município durante a fase de implantação.

2. Etapas da consultoria

Fase 1:

1. Implantação de O&M (organização e métodos) para proporcionar maior agilidade nos procedimentos internos na Prefeitura com a compatibilização da nova sistemática proporcionada pelo sistema informatizado de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;
2. Produção de minutas de regulamentos legais a fim de compatibilizar o sistema informatizado para zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e os novos procedimentos a serem adotados pela sua utilização;
3. Análise da legislação Municipal vigente para abastecimento do banco de dados do sistema de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;
4. Elaboração dos parâmetros de restrição das atividades econômicas no município de acordo com a legislação municipal vigente;

5. Assessoria na elaboração de minuta de ato das Secretarias Municipais envolvidas na REDESIM;

Fase 2:

1. Treinamento dos servidores municipais que utilizarão o sistema informatizado de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;

2. Treinamento para extração de dados do sistema zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e sua compatibilização com o sistema de abertura de empresas on-line no município;

3. Elaboração de apresentações aos servidores municipais acerca da utilização do zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0, em consonância com os novos procedimentos administrativos adotados;

4. Assessoria na elaboração de fluxos de trabalho nas Secretarias Municipais envolvidas na REDESIM de acordo com as funcionalidades e especificidades do sistema;

5. Treinamento dos servidores municipais que utilizarão a funcionalidade de Cadastro, Alteração e Inclusão de Imóveis, juntamente com a vinculação a Restrições, a Zona de Uso e Ocupação de Solo a qual pertence;

6. Assessoria na elaboração do fluxo de trabalho interno no que tange aos servidores municipais responsáveis pela atualização do sistema de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e suas funcionalidades agregadas da sistemática de abertura de empresas no município;

7. Treinamento para Cadastrar, Alterar e Incluir atividades econômicas em relação às zonas de uso e ocupação de solo no município, tendo em vista a dinâmica de aprovação de loteamentos e alteração de zoneamento no município;

8. Treinamento para a vinculação das restrições de atividade e inconformidade do zoneamento municipal, com as atividades econômicas e a legislação municipal;

9. Treinamento para utilização do Aplicativo Vistoria, do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os fiscais do Município possam realizar vistorias *in loco* conforme critérios de classificação de risco e zoneamento;

10. Treinamento para utilização do Módulo de Relatórios do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os analistas e fiscais do Município possam emitir relatórios gerenciais de acompanhamento da REDESIM e ações de fiscalização por amostragem para as atividades de baixo risco (processos automáticos);

11. Treinamento para utilização do Módulo BI – Business Intelligence do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os analistas e fiscais do Município possam realizar consultas gerenciais de acompanhamento da REDESIM no Município;

Fase 3:

1. Acompanhamento Mensal e Ajustes: Para garantir a eficácia da implantação e o sucesso contínuo do sistema REGIN 2.0, se faz necessário um acompanhamento mensal detalhado do projeto. Esse acompanhamento permitirá identificar oportunidades de melhoria, ajustar os processos e garantir que os objetivos sejam alcançados.

2. As atividades de acompanhamento mensal incluirão: Reuniões periódicas: Realização de reuniões online ou presenciais para discutir o andamento do projeto, identificar desafios e celebrar conquistas.

3. Relatórios de progresso: Elaboração de relatórios detalhados, apresentando indicadores de desempenho, como número de processos concluídos, tempo médio de resposta e satisfação dos usuários.

4. Análise de métricas: Monitoramento contínuo de indicadores-chave de desempenho (KPIs) para avaliar a eficácia das soluções implementadas.

5. Identificação de gargalos: Análise de pontos críticos e proposição de soluções para otimizar os processos.

6. Adaptação às mudanças: Ajuste do sistema e dos processos para acompanhar as mudanças na legislação e nas necessidades do município.

7. Objetivos do acompanhamento: Assegurar a aderência ao cronograma: Garantir que as atividades sejam realizadas dentro do prazo estabelecido.

8. Identificar e corrigir desvios: Realizar ajustes no projeto conforme necessário para garantir o sucesso.

9. Maximizar os benefícios: Garantir que o sistema esteja sendo utilizado de forma eficiente e eficaz.

10. Promover a melhoria contínua: Identificar oportunidades de melhoria e implementar novas funcionalidades.

11. Benefícios do acompanhamento: Maior controle sobre o projeto: Permite acompanhar de perto o andamento das atividades e tomar decisões estratégicas.

12. Redução de riscos: Identifica e mitiga riscos potenciais, evitando atrasos e imprevistos.

13. Aumento da satisfação do usuário: Garante que o sistema atenda às necessidades dos usuários e seja fácil de utilizar.

14. Melhoria da qualidade dos serviços: Contribui para a melhoria contínua dos processos e da qualidade dos serviços prestados à população.

15. Através do acompanhamento mensal, garantiremos que a implantação do sistema REGIN 2.0 seja um sucesso e que o município obtenha todos os benefícios esperados.

3. Custo do Projeto e forma de pagamento

3.1. Mensalidade

| Conceito | Valor total |
|-------------|--------------|
| Mensalidade | R\$ 3.000,00 |

Será emitida Nota Fiscal mensalmente pelos serviços prestados. Todos os valores da proposta já estão contemplando os custos diretos e indiretos concernentes a impostos, taxas e quaisquer outros encargos, inclusive os custos comerciais.

Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento “in loco” poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso dos gastos da CONTRATADA com deslocamento, no valor de R\$ 35,00/Km a partir da capital.

4. Prazo de implantação.

O prazo para execução dos serviços será definido em parceria com a equipe da ProSolution e os setores envolvidos do município, garantindo eficiência e colaboração no planejamento.

ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda.

Matriz: Av. das Américas, 700, bloco 8, loja 306-E - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP: 22640-100 - Tel.: (21) 2493-5919

Filial: Travessa Quatorze de Abril, 1711, Sala 101 - São Brás - Belém - PA - Brasil - CEP: 66.063-475

Filial: Av. Vinte De Janeiro, 1019, Galpão 000b CXPST 181 - Boa Viagem - Recife - PE - Brasil - CEP: 51.130-120

www.pscs.com.br

5. Vigência e reajuste

O contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, a partir da data de assinatura. Os valores contratuais serão reajustados anualmente a contar da data de assinatura do contrato, com base na variação acumulada do IPCA nos 12 últimos meses.

6. Licença de Uso do Sistema

A ProSolution, detentora dos direitos autorais e proprietária exclusiva do software REGIN, concede à Prefeitura o direito de uso da referida ferramenta, por tempo determinado, para suas necessidades exclusivas. A Prefeitura poderá utilizar o software no ambiente técnico de operação atual, sendo vedada a transferência a terceiros. O software REGIN, contém segredos de concepção e desenvolvimento que deverão ser integralmente protegidos.

7. Validade da Proposta

Esta proposta é válida por 60 (sessenta dias) a contar da data do seu recebimento.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

1.1. O presente projeto tem por objetivo a contratação da ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda. para a prestação de serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0, visando a modernização da gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação se justifica pela necessidade de modernizar a gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC, em especial os processos de abertura e licenciamento de empresas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do município.

2.2. O sistema REGIN 2.0, desenvolvido pela ProSolution, é um sistema integrado de gestão tributária que moderniza os processos de abertura e licenciamento de empresas, aumenta a arrecadação municipal e melhora a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

2.3. A ProSolution é a detentora exclusiva dos direitos autorais e comerciais do sistema REGIN 2.0, o que a torna a única empresa capaz de prestar os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema no município de Balneário Camboriú/SC.

3. DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados compreendem:

3.1.1. Implantação do sistema REGIN 2.0, incluindo a configuração, parametrização e customização do sistema para atender às necessidades específicas do município.

3.1.2. Consultoria especializada para a implantação do sistema, incluindo a análise da legislação municipal, a elaboração de minutas de regulamentos legais e atos normativos, o treinamento dos servidores municipais e o acompanhamento do projeto.

3.1.3. Acompanhamento mensal do projeto, incluindo a realização de reuniões, a elaboração de relatórios de progresso, a análise de métricas e a identificação de oportunidades de melhoria.

3.2. Com o objetivo de desenvolver metodologias que facilitem e simplifiquem o trabalho interno da Prefeitura Municipal, proporcionando agilidade e maior desempenho com a utilização do Sistema Municipal REGIN 2.0, será realizado o trabalho de:

3.2.1. Verificação da legislação municipal reunida e utilizada para a produção da Tabela de Atividades, necessária à adesão do município ao Sistema Municipal REGIN 2.0;

3.2.2. Análise da legislação, verificação dos procedimentos utilizados pela Prefeitura na

3.2.3. Elaboração da Classificação do Risco (Alto, Baixo ou Alto com Perguntas) das atividades descritas pelo CNAE de acordo com a legislação em vigor (exceto MEI's – Microempreendedores Individuais);

3.2.4. Proposta de alterações necessárias a fim de facilitar e agilizar procedimentos na abertura e no licenciamento de empresas, uma vez finalizada a análise da legislação municipal utilizada e das regras da tabela

por técnicos da Prefeitura;

3.2.5. Treinamento dos servidores públicos e definição dos processos e procedimentos internos;

3.2.6. Auxílio ao corpo técnico da Prefeitura na produção de diplomas legais com intuito de compatibilizar o sistema Municipal REGIN 2.0 com os procedimentos e normas internas dos diversos órgãos da Prefeitura;

3.2.7. Acompanhamento após a realização dos treinamentos, será prestada toda a assistência necessária para a solução de dificuldades que poderão ser encontradas na utilização dos procedimentos novos implantados para a abertura e licenciamento de empresas no município durante a fase de implantação.

3.3. Benefícios do sistema para o Município:

3.3.1. Facilidade para atrair novos investidores para o município;

3.3.2. Projeção de aumento na arrecadação municipal do ISS e IPTU;

3.3.3. Modernização administrativa no que tange ao acompanhamento e atualização do cadastro de empresas no município;

3.3.4. Fim do atendimento pessoal (balcão de atendimento) podendo o administrador público direcionar as atividades de sua equipe em outras ações administrativas;

3.3.5. Modernização da Prefeitura junto a contabilistas do município para a realização de abertura e alteração de empresas;

3.3.6. Modernização da dinâmica tributária, ou seja, a abertura de empresas no município, além de mais rápida, permite ao Fisco maior eficiência na tributação municipal;

3.4. Os serviços estão divididos em 3 fases:

3.4.1. Fase 1:

3.4.1.1. Implantação de O&M (organização e métodos) para proporcionar maior agilidade nos procedimentos internos na Prefeitura com a compatibilização da nova sistemática proporcionada pelo sistema informatizado de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;

3.4.1.2. Produção de minutas de regulamentos legais a fim de compatibilizar o sistema informatizado para zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e os novos procedimentos a serem adotados pela sua utilização;

3.4.1.3. Análise da legislação Municipal vigente para abastecimento do banco de dados do sistema de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;

3.4.1.4. Elaboração dos parâmetros de restrição das atividades econômicas no município de acordo com a legislação municipal vigente;

3.4.1.5. Assessoria na elaboração de minuta de ato das Secretarias Municipais envolvidas na REDESIM;

3.4.2. Fase 2:

3.4.2.1. Treinamento dos servidores municipais que utilizarão o sistema informatizado de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;

3.4.2.2. Treinamento para extração de dados do sistema zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e sua compatibilização com o sistema de abertura de empresas on-line no município;

3.4.2.3. Elaboração de apresentações aos servidores municipais acerca da utilização do zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0, em consonância com os novos procedimentos administrativos

adotados;

3.4.2.4. Assessoria na elaboração de fluxos de trabalho nas Secretarias Municipais envolvidas na REDESIM de acordo com as funcionalidades e especificidades do sistema;

3.4.2.5. Treinamento dos servidores municipais que utilizarão a funcionalidade de Cadastro, Alteração e Inclusão de Imóveis, juntamente com a vinculação a Restrições, a Zona de Uso e Ocupação de Solo a qual pertence;

3.4.2.6. Assessoria na elaboração do fluxo de trabalho interno no que tange aos servidores municipais responsáveis pela atualização do sistema de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e suas funcionalidades agregadas da sistemática de abertura de empresas no município;

3.4.2.7. Treinamento para Cadastrar, Alterar e Incluir atividades econômicas em relação às zonas de uso e ocupação de solo no município, tendo em vista a dinâmica de aprovação de loteamentos e alteração de zoneamento no município;

3.4.2.8. Treinamento para a vinculação das restrições de atividade e inconformidade do zoneamento municipal, com as atividades econômicas e a legislação municipal;

3.4.2.9. Treinamento para utilização do Aplicativo Vistoria, do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os fiscais do Município possam realizar vistorias in loco conforme critérios de classificação de risco e zoneamento;

3.4.2.10. Treinamento para utilização do Módulo de Relatórios do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os analistas e fiscais do Município possam emitir relatórios gerenciais de acompanhamento da REDESIM e ações de fiscalização por amostragem para as atividades de baixo risco (processos automáticos);

3.4.2.11. Treinamento para utilização do Módulo BI – Business Intelligence do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os analistas e fiscais do Município possam realizar consultas gerenciais de acompanhamento da REDESIM no Município.

3.4.3. Fase 3:

3.4.3.1. Acompanhamento Mensal e Ajustes: Para garantir a eficácia da implantação e o sucesso contínuo do sistema REGIN 2.0, se faz necessário um acompanhamento mensal detalhado do projeto. Esse acompanhamento permitirá identificar oportunidades de melhoria, ajustar os processos e garantir que os objetivos sejam alcançados.

3.4.3.2. As atividades de acompanhamento mensal incluirão: Reuniões periódicas: Realização de reuniões online ou presenciais para discutir o andamento do projeto, identificar desafios e celebrar conquistas.

3.4.3.3. Relatórios de progresso: Elaboração de relatórios detalhados, apresentando indicadores de desempenho, como número de processos concluídos, tempo médio de resposta e satisfação dos usuários.

3.4.3.4. Análise de métricas: Monitoramento contínuo de indicadores-chave de desempenho (KPIs) para avaliar a eficácia das soluções implementadas.

3.4.3.5. Identificação de gargalos: Análise de pontos críticos e proposição de soluções para otimizar os processos.

3.4.3.6. Adaptação às mudanças: Ajuste do sistema e dos processos para acompanhar as mudanças na legislação e nas necessidades do município.

3.4.3.7. Objetivos do acompanhamento: Assegurar a aderência ao cronograma: Garantir que as atividades sejam realizadas dentro do prazo estabelecido.

3.4.3.8. Identificar e corrigir desvios: Realizar ajustes no projeto conforme necessário para garantir o sucesso.

3.4.3.9. Maximizar os benefícios: Garantir que o sistema esteja sendo utilizado de forma eficiente e eficaz.

3.4.3.10. Promover a melhoria contínua: Identificar oportunidades de melhoria e implementar novas funcionalidades.

3.4.3.11. Benefícios do acompanhamento: Maior controle sobre o projeto: Permite acompanhar de perto o andamento das atividades e tomar decisões estratégicas.

3.4.3.12. Redução de riscos: Identifica e mitiga riscos potenciais, evitando atrasos e imprevistos.

3.4.3.13. Aumento da satisfação do usuário: Garante que o sistema atenda às necessidades dos usuários e seja fácil de utilizar.

3.4.3.14. Melhoria da qualidade dos serviços: Contribui para a melhoria contínua dos processos e da qualidade dos serviços prestados à população.

3.4.3.15. Através do acompanhamento mensal, garantiremos que a implantação do sistema REGIN 2.0 seja um sucesso e que o município obtenha todos os benefícios esperados.

4. REQUISITOS

4.1. O sistema REGIN 2.0 deve atender aos seguintes requisitos:

4.1.1. Ser compatível com a legislação municipal e com os demais sistemas utilizados pela Prefeitura.

4.1.2. Modernizar os processos de abertura e licenciamento de empresas, tornando-os mais eficientes e ágeis.

4.1.3. Aumentar a arrecadação municipal, através da modernização da gestão tributária.

4.1.4. Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, proporcionando um atendimento mais eficiente e ágil.

4.1.5. Facilitar a atração de novos investidores para o município, através da criação de um ambiente de negócios mais eficiente e transparente.

4.2. A ProSolution possui experiência comprovada em projetos semelhantes e oferece uma solução completa, que inclui a consultoria especializada, o treinamento dos servidores e o acompanhamento do projeto.

5. TITULARIDADE DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

5.1. A ProSolution é a única titular dos direitos de propriedade intelectual sobre os programas e soluções licenciados à Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú-SC nos termos deste instrumento. Salvo estipulação expressa em sentido contrário, nenhuma condição prevista neste instrumento poderá ser interpretada como cessão ou transferência de direitos autorais em favor da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú-SC. Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú-SC deve respeitar integralmente os direitos de propriedade intelectual da ProSolution sobre as soluções licenciadas, sendo-lhe expressamente vedado: a reprodução indevida; a introdução de alterações não autorizadas; a criação de derivações; a realização de engenharia reversa ou descompilação dos programas licenciados, dentre outras atividades que não tenham sido expressamente autorizadas pela ProSolution.

5.2. O REGIN 2.0, por ser um produto e marca de propriedade da ProSolution e as licenças que entregamos são de uso. A cessão de direito de uso por tempo determinado do sistema e demais softwares requeridos, será garantida durante a vigência do contrato, inclusive nas renovações e suas respectivas prorrogações contratuais.

6. TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

6.1. A CONTRATADA deverá apresentar Termos de Sigilo e Confidencialidade conforme a Lei Geral de

Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), firmados pelo representante da empresa e pelos funcionários diretamente envolvidos na contratação, contendo declaração de manutenção de sigilo e ciência das normas de segurança do CONTRATANTE, se comprometendo a respeitá-las e obedecê-las, e serão parte integrante do contrato.

6.2 A segurança dos dados da REDESIM, gerenciados pela JUCESC, é de responsabilidade do órgão integrador estadual. Contudo, no contexto da implementação do RGIN 2.0 em Balneário Camboriú, a CONTRATADA deve assegurar o cumprimento integral da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - LGPD) e das normas vigentes de segurança da informação. Isso inclui:

6.2.1 Garantir a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados durante todo o ciclo de integração e operação do sistema.

6.2.2 Implementar controles de acesso com autenticação robusta e registro de logs para rastreabilidade das operações realizadas.

6.2.3 Adotar criptografia para a transmissão de dados sensíveis e armazenamento de informações conforme as melhores práticas de mercado.

6.3 A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início da operação, um Plano de Segurança da Informação detalhado, contendo:

6.3.1 Procedimentos para prevenção, detecção e resposta a incidentes de segurança.

6.3.2 Medidas de mitigação de riscos relacionados à integridade dos dados e às vulnerabilidades em APIs.

6.3.3 Política de backup e recuperação de desastres para assegurar a continuidade dos serviços.

6.4 A integração via API deve respeitar os seguintes princípios da LGPD:

6.4.1 Finalidade e Adequação: Os dados coletados e processados devem ter propósitos específicos, legítimos e informados aos titulares.

6.4.2 Minimização de Dados: Apenas os dados estritamente necessários para o funcionamento do sistema deverão ser acessados e tratados.

6.4.3 Transparência: Os usuários do sistema devem ser informados sobre o uso, tratamento e compartilhamento dos seus dados.

6.5 Durante o contrato, a CONTRATADA deve implementar ferramentas de monitoramento para identificar acessos indevidos, anomalias e incidentes de segurança. Além disso, será obrigatória a realização de auditorias periódicas para validar a conformidade com os requisitos de segurança e proteção de dados.

6.6 Todos os profissionais diretamente envolvidos deverão assinar Termos de Confidencialidade, comprometendo-se a respeitar e cumprir as políticas de segurança do CONTRATANTE.

6.7 Em caso de incidentes de segurança ou falhas operacionais que possam comprometer os dados ou os serviços do sistema, a CONTRATADA deve comunicar o fato imediatamente à Prefeitura, apresentando relatórios detalhados e planos de ação corretiva.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1. O prazo de execução dos serviços é de 60 (sessenta) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

8. VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor da contratação é de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, conforme proposto pela ProSolution.

8.2. A correção monetária destes valores é anual, a cada 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato pelo índice IPCA.

8.3. Neste valor já estão contemplados todos os custos diretos e indiretos concernentes a impostos, taxas e quaisquer outros encargos, inclusive os custos comerciais.

8.4. A Contratada deverá dar suporte à solução implantada (instalação, configuração e integração), considerando o horário comercial, pelo período de vigência do contrato.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

9.1 Despesa 774 - 1 . 4002 . 4 . 129 . 1904 . 2.30 . 0 . 339000

10.FORMA DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado mensalmente, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Os gestores e os fiscais e os respectivos substitutos serão representantes da Administração designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem para exercer as funções estabelecidas no arts. 20 ao 24 do Decreto Municipal nº 11.210/2023, observados ainda os requisitos estabelecidos no art. 10º da mesma norma.

11.1.1. Ficam designados como fiscais do contrato:

- ☐ Fiscal Técnico: JEAN CARLOS JANUARIO PEREIRA, Matricula: 56325;
- ☐ Fiscal Técnico: MARTA LUDTKE, Matricula: 29855;
- ☐ Fiscal Administrativo: PRISCILA DOS SANTOS VIEIRA, Matricula: 23394;
- ☐ Fiscal Administrativo: LUIZ HENRIQUE FESTI, Matricula: 51457;

9. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

9.1. A presente contratação se enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021, em virtude da exclusividade da ProSolution na prestação dos serviços.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O presente Termo de Referência é parte integrante do processo de contratação e deverá ser anexado ao contrato.

10.2.Os casos omissos e as dúvidas surgidas na interpretação do presente Termo de Referência serão resolvidos pela Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú/SC.

Magda Bez
32.153/2025



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5E51-89A6-CA68-C9EA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAGDA BEZ (CPF 596.XXX.XXX-91) em 04/08/2025 17:33:40 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MURILO ALLAN SODRÉ DE SOUZA (CPF 033.XXX.XXX-03) em 04/08/2025 17:35:21 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MAGDA BEZ (CPF 596.XXX.XXX-91) em 04/08/2025 17:43:43 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/5E51-89A6-CA68-C9EA>

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Identificação do Requisitante

Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú/SC
Setor Requisitante: Secretaria da Fazenda / Departamento Arrecadação e Tributos
Responsável/Equipe de Planejamento:
Jean Carlos Januario Pereira
Magda Bez
Priscila dos Santos Vieira
Contato: priscila.vieira@bc.sc.gov.br

Preâmbulo

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) traz a necessidade pública de se contratar os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0 para modernização da gestão administrativa e tributária do município, que é essencial para o desenvolvimento econômico e social de Balneário Camboriú, proporcionando um ambiente de negócios mais eficiente e transparente, facilitando a abertura e o licenciamento de empresas, aumentando a arrecadação e atraindo investimentos, em cumprimento ao Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Registramos que NÃO HÁ a necessidade de avaliar a classificação da informação do ETP, quanto ao Grau e Prazos de Sigilo nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

1. Descrição da Necessidade da Contratação

Fundamentação: Art. 18, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021

Atualmente, o município enfrenta desafios na gestão do cadastro de empresas, o que dificulta o acompanhamento e a atualização das informações, além de gerar dificuldades para atrair novos investidores. Com os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0, será possível modernizar o acompanhamento e a atualização do cadastro de empresas, otimizando a gestão tributária e agilizando os processos de abertura e alteração de empresas.

Esse serviço trará um impacto significativo na arrecadação municipal de ISS e IPTU, projetando um aumento na receita através da modernização da dinâmica tributária. Além disso, permitirá eliminar o atendimento pessoal (balcão de atendimento), direcionando os servidores para outras ações administrativas, otimizando os recursos humanos e proporcionando um atendimento mais eficiente e ágil aos contribuintes.

Com a modernização da Prefeitura junto aos contabilistas do município para a realização de abertura e alteração de empresas, o REGIN 2.0 promove a modernização da gestão tributária, tornando-a mais eficiente e transparente. A abertura de empresas no município será mais rápida, permitindo ao Fisco maior eficiência na tributação municipal e impulsionando o desenvolvimento econômico local.

Em resumo, os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0 é a solução ideal para modernizar a gestão municipal, otimizar a gestão tributária, agilizar os processos de abertura e alteração de empresas, aumentar a arrecadação municipal e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

2. Alinhamento da Contratação com o Planejamento do Órgão/Entidade

Fundamentação: Art. 18, § 1º, II, da Lei nº 14.133/2021

A contratação da ProSolution para os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0 está alinhada com o planejamento estratégico da Prefeitura de Balneário Camboriú, que visa modernizar a gestão municipal e promover o desenvolvimento econômico e social do município. A modernização da gestão tributária e a facilitação da abertura e do licenciamento de empresas são ações prioritárias para a administração municipal.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

Fundamentação: Art. 18, § 1º, III, da Lei nº 14.133/2021

O sistema Municipal REGIN 2.0 deve ser compatível com a legislação municipal e com os demais sistemas utilizados pela Prefeitura de Balneário Camboriú. A ProSolution irá desenvolver metodologias que facilitem e simplifiquem o trabalho interno da Prefeitura, proporcionando agilidade e maior desempenho com a utilização do sistema Municipal REGIN 2.0, deverá prestar consultoria especializada para a implantação do sistema, o treinamento dos servidores municipais e o acompanhamento do projeto.

4. Levantamento de Mercado

Fundamentação: Art. 18, § 1º, V, da Lei nº 14.133/2021

A Prefeitura de Balneário Camboriú realizou uma pesquisa de mercado e identificou que o REGIN 2.0 é integrado, modular, personalizado e oferece uma gestão tributária municipal, o que atende perfeitamente a necessidades da Prefeitura. A ProSolution é a detentora exclusiva dos direitos autorais e comerciais do sistema REGIN 2.0, o que a torna a única empresa capaz de prestar os serviços de manutenção, atualização, customização, e de implantação do sistema REGIN 2.0 no município.

A ProSolution possui experiência em projetos semelhantes e oferece uma solução completa, que inclui a consultoria especializada, o treinamento dos servidores e o acompanhamento do projeto.

5. Descrição da Solução

Fundamentação: Art. 18, § 1º, VII, da Lei nº 14.133/2021

A solução proposta pela ProSolution consiste na implantação do sistema REGIN 2.0, um sistema integrado de gestão tributária que moderniza os processos de abertura e licenciamento de empresas, aumenta a arrecadação municipal e melhora a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, e aponta sugestões para o município:

- Consultoria para implantação da Inscrição municipal on-line;
- Consultoria para que a abertura das empresas de Baixo Risco ocorra de forma automática;

- Consultoria para que a abertura das empresas de Alto Risco se processe em horas;
- Consultoria para a implantação do Zoneamento no sistema Municipal REGIN 2.0;
- Treinamento de servidores para utilização do Sistema.

Trabalho a ser desenvolvido pela ProSolution:

- Verificação da legislação municipal reunida e utilizada para a produção da Tabela de Atividades, necessária à adesão do município ao Sistema Municipal REGIN 2.0;
- Análise da legislação, verificação dos procedimentos utilizados pela Prefeitura na elaboração da Classificação do Risco (Alto, Baixo ou Alto com Perguntas) das atividades descritas pelo CNAE de acordo com a legislação em vigor (exceto MEI's – Microempreendedores Individuais);
- Proposta de alterações necessárias a fim de facilitar e agilizar procedimentos na abertura e no licenciamento de empresas, uma vez finalizada a análise da legislação municipal utilizada e das regras da tabela por técnicos da Prefeitura;
- Treinamento dos servidores públicos e definição dos processos e procedimentos internos;
- Auxílio ao corpo técnico da Prefeitura na produção de diplomas legais com intuito de compatibilizar o sistema Municipal REGIN 2.0 com os procedimentos e normas internas dos diversos órgãos da Prefeitura;
- Após a realização dos treinamentos, será prestada toda a assistência necessária para a solução de dificuldades que poderão ser encontradas na utilização dos procedimentos novos implantados para a abertura e licenciamento de empresas no município durante a fase de implantação.

6. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

Fundamentação: Art. 18, § 1º, IV, da Lei nº 14.133/2021

A quantidade de serviços a serem contratados será definida com base no plano de consultoria, implantação e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0 e nas necessidades da Prefeitura de Balneário Camboriú, elaborados em 3 etapas:

Fase 1:

1. Implantação de O&M (organização e métodos) para proporcionar maior agilidade nos procedimentos internos na Prefeitura com a compatibilização da nova sistemática proporcionada pelo sistema informatizado de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;

2. Produção de minutas de regulamentos legais a fim de compatibilizar o sistema informatizado para zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e os novos procedimentos a serem adotados pela sua utilização;

3. Análise da legislação Municipal vigente para abastecimento do banco de dados do sistema de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;

4. Elaboração dos parâmetros de restrição das atividades econômicas no município de acordo com a legislação municipal vigente;

5. Assessoria na elaboração de minuta de ato das Secretarias Municipais envolvidas na REDESIM;

Fase 2:

1. Treinamento dos servidores municipais que utilizarão o sistema informatizado de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;

2. Treinamento para extração de dados do sistema zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e sua compatibilização com o sistema de abertura de empresas on-line no município;

3. Elaboração de apresentações aos servidores municipais acerca da utilização do zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0, em consonância com os novos procedimentos administrativos adotados;

4. Assessoria na elaboração de fluxos de trabalho nas Secretarias Municipais envolvidas na REDESIM de acordo com as funcionalidades e especificidades do sistema;

5. Treinamento dos servidores municipais que utilizarão a funcionalidade de Cadastro, Alteração e Inclusão de Imóveis, juntamente com a vinculação a Restrições, a Zona de Uso e Ocupação de Solo a qual pertence;

6. Assessoria na elaboração do fluxo de trabalho interno no que tange aos servidores municipais responsáveis pela atualização do sistema de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e suas funcionalidades agregadas da sistemática de abertura de empresas no município;

7. Treinamento para Cadastrar, Alterar e Incluir atividades econômicas em relação às zonas de uso e ocupação de solo no município, tendo em vista a dinâmica de aprovação de loteamentos e alteração de zoneamento no município;

8. Treinamento para a vinculação das restrições de atividade e inconformidade do zoneamento municipal, com as atividades econômicas e a legislação municipal;

9. Treinamento para utilização do Aplicativo Vistoria, do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os fiscais do Município possam realizar vistorias in loco conforme critérios de classificação de risco e zoneamento;

10. Treinamento para utilização do Módulo de Relatórios do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os analistas e fiscais do Município possam emitir relatórios gerenciais de acompanhamento da REDESIM e ações de fiscalização por amostragem para as atividades de baixo risco (processos automáticos);

11. Treinamento para utilização do Módulo BI – Business Intelligence do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os analistas e fiscais do Município possam realizar consultas gerenciais de acompanhamento da REDESIM no Município.

Fase 3

1. Acompanhamento Mensal e Ajustes: Para garantir a eficácia da implantação e o sucesso contínuo do sistema REGIN 2.0, se faz necessário um acompanhamento mensal detalhado do projeto. Esse acompanhamento permitirá identificar oportunidades de melhoria, ajustar os processos e garantir que os objetivos sejam alcançados.

2. As atividades de acompanhamento mensal incluirão: Reuniões periódicas: Realização de reuniões online ou presenciais para discutir o andamento do projeto, identificar desafios e celebrar conquistas.

3. Relatórios de progresso: Elaboração de relatórios detalhados, apresentando indicadores de desempenho, como número de processos concluídos, tempo médio de resposta e satisfação dos usuários.

4. Análise de métricas: Monitoramento contínuo de indicadores-chave de desempenho (KPIs) para avaliar a eficácia das soluções implementadas.

5. Identificação de gargalos: Análise de pontos críticos e proposição de soluções para otimizar os processos.

6. Adaptação às mudanças: Ajuste do sistema e dos processos para acompanhar as mudanças na legislação e nas necessidades do município.

7. Objetivos do acompanhamento: Assegurar a aderência ao cronograma: Garantir que as atividades sejam realizadas dentro do prazo estabelecido.

8. Identificar e corrigir desvios: Realizar ajustes no projeto conforme necessário para garantir o sucesso.

9. Maximizar os benefícios: Garantir que o sistema esteja sendo utilizado de forma eficiente e eficaz.

10. Promover a melhoria contínua: Identificar oportunidades de melhoria e implementar novas funcionalidades.

11. Benefícios do acompanhamento: Maior controle sobre o projeto: Permite acompanhar de perto o andamento das atividades e tomar decisões estratégicas.

12. Redução de riscos: Identifica e mitiga riscos potenciais, evitando atrasos e imprevistos.

13. Aumento da satisfação do usuário: Garante que o sistema atenda às necessidades dos usuários e seja fácil de utilizar.

14. Melhoria da qualidade dos serviços: Contribui para a melhoria contínua dos processos e da qualidade dos serviços prestados à população.

15. Através do acompanhamento mensal, garantiremos que a implantação do sistema REGIN 2.0 seja um sucesso e que o município obtenha todos os benefícios esperados.

7. Estimativa do Valor da Contratação

Fundamentação: Art. 18, § 1º, VI, da Lei nº 14.133/2021

O valor da contratação será de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais. A vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses.

8. Justificativas para o Parcelamento ou Não da Solução

Fundamentação: Art. 18, § 1º, VIII, da Lei nº 14.133/2021

A inviabilidade de competição para a contratação da ProSolution para os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0, decorre da sua exclusividade como detentora dos direitos autorais e comerciais do sistema. O REGIN 2.0, é um sistema único, modular e personalizado, desenvolvido sob medida para atender às necessidades específicas da Prefeitura, incluindo integrações cruciais para o seu pleno funcionamento. A ProSolution, como detentora da licença de uso e acesso exclusivo ao código fonte, é a única empresa capacitada para realizar tais serviços, sob pena de comprometer a integridade, funcionalidade e segurança do sistema. A tentativa de replicar os serviços por outra empresa são inviáveis, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico. A ProSolution detém o conhecimento integral do código-fonte, da arquitetura e das particularidades do sistema, o que a coloca em posição de exclusividade para a prestação dos serviços, conforme expresso no art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021

9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Fundamentação Art. 18, § 1º, XI, da Lei nº 14.133/2021

A contratação da ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda. para a prestação de serviços de TIC, em específico a implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0, não possui contratações correlatas e nem interdependentes que possam impactar técnica e/ou economicamente nas soluções apresentadas. Justifica-se:

- **Exclusividade da Solução:** A ProSolution é a detentora exclusiva dos direitos autorais e comerciais do sistema REGIN 2.0, o que a torna a única empresa capaz de prestar os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0. Essa condição de exclusividade afasta a possibilidade de existirem outras contratações com objetos similares ou correspondentes (contratações correlatas), uma vez que não há outras empresas no mercado que possam oferecer os mesmos serviços.
- **Autonomia da Solução:** A solução proposta pela ProSolution é autônoma e completa, abrangendo todos os aspectos necessários para o acompanhamento, funcionamento, segurança e atualização do sistema REGIN 2.0. A contratação da ProSolution não depende da realização de outros contratos, nem afeta diretamente a execução de outros projetos da Administração Pública. Dessa forma, não há contratações interdependentes que possam impactar técnica ou economicamente a solução apresentada.

A inexigibilidade de licitação para a contratação da ProSolution está amparada no art. 74 da Lei 14.133/2021, em virtude da exclusividade da empresa na prestação dos serviços. A Prefeitura realizou um levantamento de mercado para confirmar a exclusividade da ProSolution e a inviabilidade de competição.

10. Resultados Pretendidos

Fundamentação: Art. 18, § 1º, IX, da Lei nº 14.133/2021

A contratação da ProSolution para os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0 trará muitos benefícios para o Município:

- Facilidade para atrair novos investidores para o município;
- Projeção de aumento na arrecadação municipal do ISS e IPTU;
- Modernização administrativa no que tange ao acompanhamento e atualização do cadastro de empresas no município;
- Fim do atendimento pessoal (balcão de atendimento) podendo o administrador público direcionar as atividades de sua equipe em outras ações administrativas;
- Modernização da Prefeitura junto a contabilistas do município para a realização de abertura e alteração de empresas;
- Modernização da dinâmica tributária, ou seja, a abertura de empresas no município, além de mais rápida, permite ao Fisco maior eficiência na tributação municipal;

11. Providências a Serem Adotadas

Fundamentação: Art. 18, § 1º, X, da Lei nº 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú deverá adotar as seguintes providências previamente à celebração do contrato com a ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda.:

1. Formalização da Justificativa e Fundamentação: um TR detalhado, expondo a justificativa técnica e legal para a contratação da ProSolution por inexigibilidade de licitação, com base na singularidade do objeto (sistema REGIN 2.0) e na exclusividade da empresa.
2. Detalhamento do Escopo e Requisitos: O TR deverá ser complementado com a descrição detalhada de cada serviço a ser prestado, incluindo requisitos técnicos, funcionalidades esperadas, prazos e critérios de aceitação.
3. Adequação do Ambiente da Organização: A Prefeitura deverá verificar se a infraestrutura de hardware e software é compatível com os serviços a serem contratados de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0.
4. Publicação do Contrato: O contrato deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em cumprimento aos princípios da transparência e da publicidade.

12. Possíveis impactos ambientais

Fundamentação: art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021

Com relação à contratação ora pretendida, cabe informar a completa INEXISTÊNCIA de impacto ambiental, atrelado ao objeto da contratação.

13. Posicionamento conclusivo

Diante do exposto, e considerando os elementos técnicos, operacionais, orçamentários, de razoabilidade e adequação apresentados, conclui-se que a contratação da ProSolution

Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda. para os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0, é **totalmente viável e se justifica** pelos seguintes fatores:

- **Exclusividade:** A ProSolution é a detentora exclusiva dos direitos autorais e comerciais do sistema REGIN 2.0, o que a torna a única empresa capacitada para prestar os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0.
- **Necessidade:** A modernização da gestão administrativa e tributária do município é fundamental para o desenvolvimento econômico e social de Balneário Camboriú. Os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento prestados pela ProSolution, são a solução mais adequada para atender a essa necessidade.
- **Benefícios:** A implantação do REGIN 2.0 trará diversos benefícios para o município, como a modernização da gestão, a agilidade nos processos, o aumento da arrecadação e a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.
- **Razoabilidade:** O valor da contratação é considerado razoável, tendo em vista a exclusividade dos serviços, a experiência e a expertise da ProSolution, e os benefícios que o sistema REGIN 2.0 trará para o município.
- **Adequação:** A contratação da ProSolution está alinhada com o planejamento estratégico da Prefeitura de Balneário Camboriú, que visa modernizar a gestão municipal e promover o desenvolvimento econômico e social do município.

Em suma, a contratação da ProSolution para a consultoria do sistema REGIN 2.0 é a solução mais viável, razoável e adequada para atender às necessidades do município de Balneário Camboriú, modernizar a gestão municipal e impulsionar o desenvolvimento local.

Recomenda-se que a Prefeitura de Balneário Camboriú finalize o processo de contratação com a ProSolution, observando os requisitos legais e administrativos.

Com os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0, Balneário Camboriú estará modernizando sua gestão, otimizando seus processos e proporcionando um ambiente de negócios mais eficiente e transparente para empresas e cidadãos.

Balneário Camboriú, 22 de julho de 2025.

Servidores responsáveis pela elaboração:

| Nome | E-mail institucional | Matrícula | Setor |
|----------------------------|--|-----------|----------------|
| Priscila dos Santos Vieira | priscila.vieira@bc.sc.gov.br | 23.394 | Sefaz -Compras |

Magda Bez
Portaria 32.153/2025

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2025

À
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú - SC

Assunto: Proposta comercial para implementar o sistema Municipal REGIN 2.0

Conforme reunião de apresentação com essa Municipalidade, segue proposta comercial de consultoria para implementar, treinar e acompanhar o sistema Municipal REGIN 2.0.

TIAGO SEBASTIAO
LUIZ:22854390830

Assinado de forma digital por
TIAGO SEBASTIAO
LUIZ:22854390830
Dados: 2025.07.30 16:46:10 -03'00'

ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos
Tiago Sebastião Luiz

1. Consultoria para modernização administrativa, implantação, treinamento e acompanhamento do Sistema Municipal REGIN 2.0

1.1. Benefícios do sistema para o Município:

- Facilidade para atrair novos investidores para o município;
- Projeção de aumento na arrecadação municipal do ISS e IPTU;
- Modernização administrativa no que tange ao acompanhamento e atualização do cadastro de empresas no município;
- Fim do atendimento pessoal (balcão de atendimento) podendo o administrador público direcionar as atividades de sua equipe em outras ações administrativas;
- Modernização da Prefeitura junto a contabilistas do município para a realização de abertura e alteração de empresas;
- Modernização da dinâmica tributária, ou seja, a abertura de empresas no município, além de mais rápida, permite ao Fisco maior eficiência na tributação municipal;

1.2. Nosso objetivo

- Desenvolver metodologias que facilitem e simplifiquem o trabalho interno da Prefeitura Municipal, proporcionando agilidade e maior desempenho com a utilização do Sistema Municipal REGIN 2.0.

1.3. Sugestões para o município

- Consultoria para implantação da Inscrição municipal on-line;
- Consultoria para que a abertura das empresas de Baixo Risco ocorra de forma automática;
- Consultoria para que a abertura das empresas de Alto Risco se processe em horas;
- Consultoria para a implantação do Zoneamento no sistema Municipal REGIN 2.0;
- Treinamento de servidores para utilização do Sistema;

1.4. Nosso trabalho

- Verificação da legislação municipal reunida e utilizada para a produção da Tabela de Atividades, necessária à adesão do município ao Sistema Municipal REGIN 2.0;
- Análise da legislação, verificação dos procedimentos utilizados pela Prefeitura na elaboração da Classificação do Risco (Alto, Baixo ou Alto com Perguntas) das atividades descritas pelo CNAE de acordo com a legislação em vigor (exceto MEI's – Microempreendedores Individuais);
- Proposta de alterações necessárias a fim de facilitar e agilizar procedimentos na abertura e no licenciamento de empresas, uma vez finalizada a análise da legislação municipal utilizada e das regras da tabela por técnicos da Prefeitura;
- Treinamento dos servidores públicos e definição dos processos e procedimentos internos;
- Auxílio ao corpo técnico da Prefeitura na produção de diplomas legais com intuito de compatibilizar o sistema Municipal REGIN 2.0 com os procedimentos e normas internas dos diversos órgãos da Prefeitura;
- Após a realização dos treinamentos, será prestada toda a assistência necessária para a solução de dificuldades que poderão ser encontradas na utilização dos procedimentos novos implantados para a abertura e licenciamento de empresas no município durante a fase de implantação.

2. Etapas da consultoria

Fase 1:

1. Implantação de O&M (organização e métodos) para proporcionar maior agilidade nos procedimentos internos na Prefeitura com a compatibilização da nova sistemática proporcionada pelo sistema informatizado de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;
2. Produção de minutas de regulamentos legais a fim de compatibilizar o sistema informatizado para zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e os novos procedimentos a serem adotados pela sua utilização;
3. Análise da legislação Municipal vigente para abastecimento do banco de dados do sistema de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;
4. Elaboração dos parâmetros de restrição das atividades econômicas no município de acordo com a legislação municipal vigente;

5. Assessoria na elaboração de minuta de ato das Secretarias Municipais envolvidas na REDESIM;

Fase 2:

1. Treinamento dos servidores municipais que utilizarão o sistema informatizado de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;

2. Treinamento para extração de dados do sistema zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e sua compatibilização com o sistema de abertura de empresas on-line no município;

3. Elaboração de apresentações aos servidores municipais acerca da utilização do zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0, em consonância com os novos procedimentos administrativos adotados;

4. Assessoria na elaboração de fluxos de trabalho nas Secretarias Municipais envolvidas na REDESIM de acordo com as funcionalidades e especificidades do sistema;

5. Treinamento dos servidores municipais que utilizarão a funcionalidade de Cadastro, Alteração e Inclusão de Imóveis, juntamente com a vinculação a Restrições, a Zona de Uso e Ocupação de Solo a qual pertence;

6. Assessoria na elaboração do fluxo de trabalho interno no que tange aos servidores municipais responsáveis pela atualização do sistema de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e suas funcionalidades agregadas da sistemática de abertura de empresas no município;

7. Treinamento para Cadastrar, Alterar e Incluir atividades econômicas em relação às zonas de uso e ocupação de solo no município, tendo em vista a dinâmica de aprovação de loteamentos e alteração de zoneamento no município;

8. Treinamento para a vinculação das restrições de atividade e inconformidade do zoneamento municipal, com as atividades econômicas e a legislação municipal;

9. Treinamento para utilização do Aplicativo Vistoria, do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os fiscais do Município possam realizar vistorias *in loco* conforme critérios de classificação de risco e zoneamento;

10. Treinamento para utilização do Módulo de Relatórios do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os analistas e fiscais do Município possam emitir relatórios gerenciais de acompanhamento da REDESIM e ações de fiscalização por amostragem para as atividades de baixo risco (processos automáticos);

11. Treinamento para utilização do Módulo BI – Business Intelligence do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os analistas e fiscais do Município possam realizar consultas gerenciais de acompanhamento da REDESIM no Município;

Fase 3:

1. Acompanhamento Mensal e Ajustes: Para garantir a eficácia da implantação e o sucesso contínuo do sistema REGIN 2.0, se faz necessário um acompanhamento mensal detalhado do projeto. Esse acompanhamento permitirá identificar oportunidades de melhoria, ajustar os processos e garantir que os objetivos sejam alcançados.

2. As atividades de acompanhamento mensal incluirão: Reuniões periódicas: Realização de reuniões online ou presenciais para discutir o andamento do projeto, identificar desafios e celebrar conquistas.

3. Relatórios de progresso: Elaboração de relatórios detalhados, apresentando indicadores de desempenho, como número de processos concluídos, tempo médio de resposta e satisfação dos usuários.

4. Análise de métricas: Monitoramento contínuo de indicadores-chave de desempenho (KPIs) para avaliar a eficácia das soluções implementadas.

5. Identificação de gargalos: Análise de pontos críticos e proposição de soluções para otimizar os processos.

6. Adaptação às mudanças: Ajuste do sistema e dos processos para acompanhar as mudanças na legislação e nas necessidades do município.

7. Objetivos do acompanhamento: Assegurar a aderência ao cronograma: Garantir que as atividades sejam realizadas dentro do prazo estabelecido.

8. Identificar e corrigir desvios: Realizar ajustes no projeto conforme necessário para garantir o sucesso.

9. Maximizar os benefícios: Garantir que o sistema esteja sendo utilizado de forma eficiente e eficaz.

10. Promover a melhoria contínua: Identificar oportunidades de melhoria e implementar novas funcionalidades.

11. Benefícios do acompanhamento: Maior controle sobre o projeto: Permite acompanhar de perto o andamento das atividades e tomar decisões estratégicas.

12. Redução de riscos: Identifica e mitiga riscos potenciais, evitando atrasos e imprevistos.

13. Aumento da satisfação do usuário: Garante que o sistema atenda às necessidades dos usuários e seja fácil de utilizar.

14. Melhoria da qualidade dos serviços: Contribui para a melhoria contínua dos processos e da qualidade dos serviços prestados à população.

15. Através do acompanhamento mensal, garantiremos que a implantação do sistema REGIN 2.0 seja um sucesso e que o município obtenha todos os benefícios esperados.

3. Custo do Projeto e forma de pagamento

3.1. Mensalidade

| Conceito | Valor total |
|-------------|--------------|
| Mensalidade | R\$ 3.000,00 |

Será emitida Nota Fiscal mensalmente pelos serviços prestados. Todos os valores da proposta já estão contemplando os custos diretos e indiretos concernentes a impostos, taxas e quaisquer outros encargos, inclusive os custos comerciais.

Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento “in loco” poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso dos gastos da CONTRATADA com deslocamento, no valor de R\$ 35,00/Km a partir da capital.

4. Prazo de implantação.

O prazo para execução dos serviços será definido em parceria com a equipe da ProSolution e os setores envolvidos do município, garantindo eficiência e colaboração no planejamento.

5. Vigência e reajuste

O contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, a partir da data de assinatura. Os valores contratuais serão reajustados anualmente a contar da data de assinatura do contrato, com base na variação acumulada do IPCA nos 12 últimos meses.

6. Licença de Uso do Sistema

A ProSolution, detentora dos direitos autorais e proprietária exclusiva do software REGIN, concede à Prefeitura o direito de uso da referida ferramenta, por tempo determinado, para suas necessidades exclusivas. A Prefeitura poderá utilizar o software no ambiente técnico de operação atual, sendo vedada a transferência a terceiros. O software REGIN, contém segredos de concepção e desenvolvimento que deverão ser integralmente protegidos.

7. Validade da Proposta

Esta proposta é válida por 60 (sessenta dias) a contar da data do seu recebimento.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

1.1. O presente projeto tem por objetivo a contratação da ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda. para a prestação de serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0, visando a modernização da gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação se justifica pela necessidade de modernizar a gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC, em especial os processos de abertura e licenciamento de empresas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do município.

2.2. O sistema REGIN 2.0, desenvolvido pela ProSolution, é um sistema integrado de gestão tributária que moderniza os processos de abertura e licenciamento de empresas, aumenta a arrecadação municipal e melhora a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

2.3. A ProSolution é a detentora exclusiva dos direitos autorais e comerciais do sistema REGIN 2.0, o que a torna a única empresa capaz de prestar os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema no município de Balneário Camboriú/SC.

3. DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados compreendem:

3.1.1. Implantação do sistema REGIN 2.0, incluindo a configuração, parametrização e customização do sistema para atender às necessidades específicas do município.

3.1.2. Consultoria especializada para a implantação do sistema, incluindo a análise da legislação municipal, a elaboração de minutas de regulamentos legais e atos normativos, o treinamento dos servidores municipais e o acompanhamento do projeto.

3.1.3. Acompanhamento mensal do projeto, incluindo a realização de reuniões, a elaboração de relatórios de progresso, a análise de métricas e a identificação de oportunidades de melhoria.

3.2. Com o objetivo de desenvolver metodologias que facilitem e simplifiquem o trabalho interno da Prefeitura Municipal, proporcionando agilidade e maior desempenho com a utilização do Sistema Municipal REGIN 2.0, será realizado o trabalho de:

3.2.1. Verificação da legislação municipal reunida e utilizada para a produção da Tabela de Atividades, necessária à adesão do município ao Sistema Municipal REGIN 2.0;

3.2.2. Análise da legislação, verificação dos procedimentos utilizados pela Prefeitura na

3.2.3. Elaboração da Classificação do Risco (Alto, Baixo ou Alto com Perguntas) das atividades descritas pelo CNAE de acordo com a legislação em vigor (exceto MEI's – Microempreendedores Individuais);

3.2.4. Proposta de alterações necessárias a fim de facilitar e agilizar procedimentos na abertura e no licenciamento de empresas, uma vez finalizada a análise da legislação municipal utilizada e das regras da tabela

por técnicos da Prefeitura;

3.2.5. Treinamento dos servidores públicos e definição dos processos e procedimentos internos;

3.2.6. Auxílio ao corpo técnico da Prefeitura na produção de diplomas legais com intuito de compatibilizar o sistema Municipal REGIN 2.0 com os procedimentos e normas internas dos diversos órgãos da Prefeitura;

3.2.7. Acompanhamento após a realização dos treinamentos, será prestada toda a assistência necessária para a solução de dificuldades que poderão ser encontradas na utilização dos procedimentos novos implantados para a abertura e licenciamento de empresas no município durante a fase de implantação.

3.3. Benefícios do sistema para o Município:

3.3.1. Facilidade para atrair novos investidores para o município;

3.3.2. Projeção de aumento na arrecadação municipal do ISS e IPTU;

3.3.3. Modernização administrativa no que tange ao acompanhamento e atualização do cadastro de empresas no município;

3.3.4. Fim do atendimento pessoal (balcão de atendimento) podendo o administrador público direcionar as atividades de sua equipe em outras ações administrativas;

3.3.5. Modernização da Prefeitura junto a contabilistas do município para a realização de abertura e alteração de empresas;

3.3.6. Modernização da dinâmica tributária, ou seja, a abertura de empresas no município, além de mais rápida, permite ao Fisco maior eficiência na tributação municipal;

3.4. Os serviços estão divididos em 3 fases:

3.4.1. Fase 1:

3.4.1.1. Implantação de O&M (organização e métodos) para proporcionar maior agilidade nos procedimentos internos na Prefeitura com a compatibilização da nova sistemática proporcionada pelo sistema informatizado de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;

3.4.1.2. Produção de minutas de regulamentos legais a fim de compatibilizar o sistema informatizado para zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e os novos procedimentos a serem adotados pela sua utilização;

3.4.1.3. Análise da legislação Municipal vigente para abastecimento do banco de dados do sistema de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;

3.4.1.4. Elaboração dos parâmetros de restrição das atividades econômicas no município de acordo com a legislação municipal vigente;

3.4.1.5. Assessoria na elaboração de minuta de ato das Secretarias Municipais envolvidas na REDESIM;

3.4.2. Fase 2:

3.4.2.1. Treinamento dos servidores municipais que utilizarão o sistema informatizado de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0;

3.4.2.2. Treinamento para extração de dados do sistema zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e sua compatibilização com o sistema de abertura de empresas on-line no município;

3.4.2.3. Elaboração de apresentações aos servidores municipais acerca da utilização do zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0, em consonância com os novos procedimentos administrativos

adotados;

3.4.2.4. Assessoria na elaboração de fluxos de trabalho nas Secretarias Municipais envolvidas na REDESIM de acordo com as funcionalidades e especificidades do sistema;

3.4.2.5. Treinamento dos servidores municipais que utilizarão a funcionalidade de Cadastro, Alteração e Inclusão de Imóveis, juntamente com a vinculação a Restrições, a Zona de Uso e Ocupação de Solo a qual pertence;

3.4.2.6. Assessoria na elaboração do fluxo de trabalho interno no que tange aos servidores municipais responsáveis pela atualização do sistema de zoneamento automatizado no sistema Municipal REGIN 2.0 e suas funcionalidades agregadas da sistemática de abertura de empresas no município;

3.4.2.7. Treinamento para Cadastrar, Alterar e Incluir atividades econômicas em relação às zonas de uso e ocupação de solo no município, tendo em vista a dinâmica de aprovação de loteamentos e alteração de zoneamento no município;

3.4.2.8. Treinamento para a vinculação das restrições de atividade e inconformidade do zoneamento municipal, com as atividades econômicas e a legislação municipal;

3.4.2.9. Treinamento para utilização do Aplicativo Vistoria, do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os fiscais do Município possam realizar vistorias in loco conforme critérios de classificação de risco e zoneamento;

3.4.2.10. Treinamento para utilização do Módulo de Relatórios do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os analistas e fiscais do Município possam emitir relatórios gerenciais de acompanhamento da REDESIM e ações de fiscalização por amostragem para as atividades de baixo risco (processos automáticos);

3.4.2.11. Treinamento para utilização do Módulo BI – Business Intelligence do sistema Municipal REGIN 2.0, permitindo que os analistas e fiscais do Município possam realizar consultas gerenciais de acompanhamento da REDESIM no Município.

3.4.3. Fase 3:

3.4.3.1. Acompanhamento Mensal e Ajustes: Para garantir a eficácia da implantação e o sucesso contínuo do sistema REGIN 2.0, se faz necessário um acompanhamento mensal detalhado do projeto. Esse acompanhamento permitirá identificar oportunidades de melhoria, ajustar os processos e garantir que os objetivos sejam alcançados.

3.4.3.2. As atividades de acompanhamento mensal incluirão: Reuniões periódicas: Realização de reuniões online ou presenciais para discutir o andamento do projeto, identificar desafios e celebrar conquistas.

3.4.3.3. Relatórios de progresso: Elaboração de relatórios detalhados, apresentando indicadores de desempenho, como número de processos concluídos, tempo médio de resposta e satisfação dos usuários.

3.4.3.4. Análise de métricas: Monitoramento contínuo de indicadores-chave de desempenho (KPIs) para avaliar a eficácia das soluções implementadas.

3.4.3.5. Identificação de gargalos: Análise de pontos críticos e proposição de soluções para otimizar os processos.

3.4.3.6. Adaptação às mudanças: Ajuste do sistema e dos processos para acompanhar as mudanças na legislação e nas necessidades do município.

3.4.3.7. Objetivos do acompanhamento: Assegurar a aderência ao cronograma: Garantir que as atividades sejam realizadas dentro do prazo estabelecido.

3.4.3.8. Identificar e corrigir desvios: Realizar ajustes no projeto conforme necessário para garantir o sucesso.

3.4.3.9. Maximizar os benefícios: Garantir que o sistema esteja sendo utilizado de forma eficiente e eficaz.

3.4.3.10. Promover a melhoria contínua: Identificar oportunidades de melhoria e implementar novas funcionalidades.

3.4.3.11. Benefícios do acompanhamento: Maior controle sobre o projeto: Permite acompanhar de perto o andamento das atividades e tomar decisões estratégicas.

3.4.3.12. Redução de riscos: Identifica e mitiga riscos potenciais, evitando atrasos e imprevistos.

3.4.3.13. Aumento da satisfação do usuário: Garante que o sistema atenda às necessidades dos usuários e seja fácil de utilizar.

3.4.3.14. Melhoria da qualidade dos serviços: Contribui para a melhoria contínua dos processos e da qualidade dos serviços prestados à população.

3.4.3.15. Através do acompanhamento mensal, garantiremos que a implantação do sistema REGIN 2.0 seja um sucesso e que o município obtenha todos os benefícios esperados.

4. REQUISITOS

4.1. O sistema REGIN 2.0 deve atender aos seguintes requisitos:

4.1.1. Ser compatível com a legislação municipal e com os demais sistemas utilizados pela Prefeitura.

4.1.2. Modernizar os processos de abertura e licenciamento de empresas, tornando-os mais eficientes e ágeis.

4.1.3. Aumentar a arrecadação municipal, através da modernização da gestão tributária.

4.1.4. Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, proporcionando um atendimento mais eficiente e ágil.

4.1.5. Facilitar a atração de novos investidores para o município, através da criação de um ambiente de negócios mais eficiente e transparente.

4.2. A ProSolution possui experiência comprovada em projetos semelhantes e oferece uma solução completa, que inclui a consultoria especializada, o treinamento dos servidores e o acompanhamento do projeto.

5. TITULARIDADE DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

5.1. A ProSolution é a única titular dos direitos de propriedade intelectual sobre os programas e soluções licenciados à Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú-SC nos termos deste instrumento. Salvo estipulação expressa em sentido contrário, nenhuma condição prevista neste instrumento poderá ser interpretada como cessão ou transferência de direitos autorais em favor da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú-SC. Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú-SC deve respeitar integralmente os direitos de propriedade intelectual da ProSolution sobre as soluções licenciadas, sendo-lhe expressamente vedado: a reprodução indevida; a introdução de alterações não autorizadas; a criação de derivações; a realização de engenharia reversa ou descompilação dos programas licenciados, dentre outras atividades que não tenham sido expressamente autorizadas pela ProSolution.

5.2. O REGIN 2.0, por ser um produto e marca de propriedade da ProSolution e as licenças que entregamos são de uso. A cessão de direito de uso por tempo determinado do sistema e demais softwares requeridos, será garantida durante a vigência do contrato, inclusive nas renovações e suas respectivas prorrogações contratuais.

6. TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

6.1. A CONTRATADA deverá apresentar Termos de Sigilo e Confidencialidade conforme a Lei Geral de

Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), firmados pelo representante da empresa e pelos funcionários diretamente envolvidos na contratação, contendo declaração de manutenção de sigilo e ciência das normas de segurança do CONTRATANTE, se comprometendo a respeitá-las e obedecê-las, e serão parte integrante do contrato.

6.2 A segurança dos dados da REDESIM, gerenciados pela JUCESC, é de responsabilidade do órgão integrador estadual. Contudo, no contexto da implementação do REGIN 2.0 em Balneário Camboriú, a CONTRATADA deve assegurar o cumprimento integral da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - LGPD) e das normas vigentes de segurança da informação. Isso inclui:

6.2.1 Garantir a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados durante todo o ciclo de integração e operação do sistema.

6.2.2 Implementar controles de acesso com autenticação robusta e registro de logs para rastreabilidade das operações realizadas.

6.2.3 Adotar criptografia para a transmissão de dados sensíveis e armazenamento de informações conforme as melhores práticas de mercado.

6.3 A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início da operação, um Plano de Segurança da Informação detalhado, contendo:

6.3.1 Procedimentos para prevenção, detecção e resposta a incidentes de segurança.

6.3.2 Medidas de mitigação de riscos relacionados à integridade dos dados e às vulnerabilidades em APIs.

6.3.3 Política de backup e recuperação de desastres para assegurar a continuidade dos serviços.

6.4 A integração via API deve respeitar os seguintes princípios da LGPD:

6.4.1 Finalidade e Adequação: Os dados coletados e processados devem ter propósitos específicos, legítimos e informados aos titulares.

6.4.2 Minimização de Dados: Apenas os dados estritamente necessários para o funcionamento do sistema deverão ser acessados e tratados.

6.4.3 Transparência: Os usuários do sistema devem ser informados sobre o uso, tratamento e compartilhamento dos seus dados.

6.5 Durante o contrato, a CONTRATADA deve implementar ferramentas de monitoramento para identificar acessos indevidos, anomalias e incidentes de segurança. Além disso, será obrigatória a realização de auditorias periódicas para validar a conformidade com os requisitos de segurança e proteção de dados.

6.6 Todos os profissionais diretamente envolvidos deverão assinar Termos de Confidencialidade, comprometendo-se a respeitar e cumprir as políticas de segurança do CONTRATANTE.

6.7 Em caso de incidentes de segurança ou falhas operacionais que possam comprometer os dados ou os serviços do sistema, a CONTRATADA deve comunicar o fato imediatamente à Prefeitura, apresentando relatórios detalhados e planos de ação corretiva.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1. O prazo de execução dos serviços é de 60 (sessenta) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

8. VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor da contratação é de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, conforme proposto pela ProSolution.

8.2. A correção monetária destes valores é anual, a cada 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato pelo índice IPCA.

8.3. Neste valor já estão contemplados todos os custos diretos e indiretos concernentes a impostos, taxas e quaisquer outros encargos, inclusive os custos comerciais.

8.4. A Contratada deverá dar suporte à solução implantada (instalação, configuração e integração), considerando o horário comercial, pelo período de vigência do contrato.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

9.1 Despesa 774 - 1 . 4002 . 4 . 129 . 1904 . 2.30 . 0 . 339000

10.FORMA DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado mensalmente, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Os gestores e os fiscais e os respectivos substitutos serão representantes da Administração designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem para exercer as funções estabelecidas no arts. 20 ao 24 do Decreto Municipal nº 11.210/2023, observados ainda os requisitos estabelecidos no art. 10º da mesma norma.

11.1.1. Ficam designados como fiscais do contrato:

- ☐ Fiscal Técnico: JEAN CARLOS JANUARIO PEREIRA, Matricula: 56325;
- ☐ Fiscal Técnico: MARTA LUDTKE, Matricula: 29855;
- ☐ Fiscal Administrativo: PRISCILA DOS SANTOS VIEIRA, Matricula: 23394;
- ☐ Fiscal Administrativo: LUIZ HENRIQUE FESTI, Matricula: 51457;

9. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

9.1. A presente contratação se enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021, em virtude da exclusividade da ProSolution na prestação dos serviços.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O presente Termo de Referência é parte integrante do processo de contratação e deverá ser anexado ao contrato.

10.2.Os casos omissos e as dúvidas surgidas na interpretação do presente Termo de Referência serão resolvidos pela Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú/SC.

Magda Bez
32.153/2025

Processo Inexigibilidade de Licitação - 3- 051/2025

De: Luiz F. - SEFAZ - COMP

Para: SECAC - CGF - Comitê Gestor Financeiro

Data: 31/07/2025 às 21:00:56

Setores envolvidos:

SEGOV - DITI, SECAC - CGF, SECOP - DPL, SEFAZ, SEFAZ - COMP

Regin 2.0f

—
Luiz Henrique Festi
Analista Administrativo II
Matrícula 51457

Anexos:

FCG_2025_REGIN_2_0.pdf

SOLICITAÇÃO_1426_REGIN_2_0.pdf

FORMULÁRIO GERAL DE PEDIDO

| | | |
|--|--|--|
| PROTOCOLO NÚMERO | ____/ 2025 | |
| TIPO DE PEDIDO | <input type="checkbox"/> Cursos ou Treinamentos <input checked="" type="checkbox"/> Contratação de Serviço Especializado <input type="checkbox"/> Aquisição de Materiais <input type="checkbox"/> Aquisição de Equipamentos Permanentes <input type="checkbox"/> Locações <input type="checkbox"/> Renovação ou Aditivo Contratual (____/____/____) Data de Vencimento do Contrato | |
| MODALIDADE DE LICITAÇÃO | <input type="checkbox"/> Pregão para abertura de Registro de preços <input type="checkbox"/> Pregão com entrega imediata/contrato <input type="checkbox"/> Tomada de Preços <input type="checkbox"/> Concorrência <input type="checkbox"/> Convite <input type="checkbox"/> Concurso <input type="checkbox"/> Leilão | |
| FORMA DE CONTRATAÇÃO | <input checked="" type="checkbox"/> Dispensa ou Inexigibilidade <input type="checkbox"/> Compra Direta <input type="checkbox"/> Registro de Preços consumo | |
| SOLICITAÇÕES DE COMPRA Nº | 1426/2025. | |
| ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO | Contratação do REGIN 2.0. | |
| JUSTIFICATIVA | O presente projeto tem por objetivo a contratação da ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda. para a prestação de serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0, visando a modernização da gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC. | |
| VALOR NESTE ANO | R\$ 15.000,00 | |
| VALOR PARA OS PRÓXIMOS ANOS | R\$165.000,00 | |
| DOTAÇÃO | 774 | |
| ASSINATURA DO GESTOR/ RESPONSÁVEL | | |
| COMPROVAÇÃO DA SUFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA PELO DEPTO CONTÁBIL FINANCEIRO / ASSESSORIA CONTÁBIL | | <input type="checkbox"/> Contratos vigentes <input type="checkbox"/> Investimento <input type="checkbox"/> Discricionária <input checked="" type="checkbox"/> Não previsto no orçamento |
| | | |

Balneário Camboriú - Capital Catarinense do Turismo - CNPJ: 83.102.285/0001-07

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DA FAZENDA



| | |
|------------------|---|
| PROTOCOLO NÚMERO | _____/ 2025 |
| DECISÃO | () DEFERIMENTO () INDEFERIMENTO () DEFERIMENTO PARCIAL () SEM MANIFESTAÇÃO |
| JUSTIFICATIVA | |

AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR OU DESBLOQUEAR:

| | |
|-------------------------------|--------------------|
| INDICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO | () SIM () NÃO |
|-------------------------------|--------------------|

LEANDRO ARTHUR RODRIGUES DA SILVA
Secretário da Casa Civil

DIEGO MONTIBELER
Procurador-Geral

ANGELITA KOSLOWSKI
Controladora Geral

ARY EUCLIDES DE SOUZA FILHO
Secretário de Gestão de Pessoas

JOSE EDELTRUDES DA COSTA FERREIRA NETO
Secretário de Compras e Patrimônio

MAGDA BENZ
Secretária da Fazenda

Balneário Camboriú - Capital Catarinense do Turismo - CNPJ: 83.102.285/0001-07





Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

Rua Dinamarca, , 320 - Bairro das Nações - 88.338-900 - Balneário Camboriú/ SC
CNPJ: 83.102.285/0001-07 Fone: 3267-7000
<http://www.bc.sc.gov.br>



Usuário: Luiz Henrique Festi

Chave de Autenticação Digital
1989-4580-779

Página
1 / 1

Solicitação de Compra / Contratação

Número: 1426/2025

Emissão: 06/04/2025

Situação: Não liberada

Órgão Orçam.: 4000 - SECRETARIA DA FAZENDA

Un. Orçam.: 4002 - ARRECADAÇÃO, TRIBUTOS E DÍVIDA ATIVA

Centro de custo: 0015 - ARRECADAÇÃO, TRIBUTOS E DÍVIDA ATIVA

Descrição: SE FAZ NECESSARIO A CONTRATAÇÃO DE SISTEMA MUNICIPAL DE REGIN 2.0 VISANDO ATENDER A DEMANDA DO SETOR DE ALVARA , PARA INTEGRAÇÃO COM A JUNTA COMERCIAL DOS ESTADO DE SANTA CATARINA (JUCESC)

| Despesas | | | | | |
|--|------------|--|--|----------------------|-----------------------|
| Despesa | | Fonte de recurso | | Valor indicado (R\$) | Valor bloqueado (R\$) |
| 774 - 1 . 4002 . 4 . 129 . 1904 . 2.30 . 0 . 339000 - Aplicações | | 300051 - SF Outros Recursos não Vinculados | | 180.000,00 | 15.000,00 |
| Itens | | | | | |
| Item | Quantidade | Unidade de | Material/Serviço | Valor unitário (R\$) | Valor total (R\$) |
| 1 | 60,00000 | SERVICO | 171464 - Manutenção no Sistema Regin 2.0 | 3.000,00000 | 180.000,00 |
| | | | Manutenção no Sistema Regin 2.0 | | |
| | | | | Total geral (R\$) | 180.000,00 |

PRISCILA DOS SANTOS VIEIRA

ANALISTA CONTÁBIL II
Matrícula 23.394

Luiz Henrique Festi

Assistente Administrativo
Responsável pela digitação

MAGDA BEZ

Secretária da Fazenda
PORTARIA 32.153/2025

Assinado por 3 pessoas: LUIZ HENRIQUE FESTI, MAGDA BEZ e PRISCILA DOS SANTOS VIEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/E3D3-3C17-1673-9297> e informe o código E3D3-3C17-1673-9297





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E3D3-3C17-1673-9297

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LUIZ HENRIQUE FESTI (CPF 009.XXX.XXX-75) em 04/08/2025 17:28:53 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MAGDA BEZ (CPF 596.XXX.XXX-91) em 04/08/2025 17:33:10 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ PRISCILA DOS SANTOS VIEIRA (CPF 069.XXX.XXX-56) em 12/08/2025 20:04:33 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/E3D3-3C17-1673-9297>

FORMULÁRIO GERAL DE PEDIDO

| | | |
|-----------------------------------|--|--|
| PROTOCOLO NÚMERO | ____/ 2025 | |
| TIPO DE PEDIDO | <input type="checkbox"/> Cursos ou Treinamentos <input checked="" type="checkbox"/> Contratação de Serviço Especializado <input type="checkbox"/> Aquisição de Materiais <input type="checkbox"/> Aquisição de Equipamentos Permanentes <input type="checkbox"/> Locações <input type="checkbox"/> Renovação ou Aditivo Contratual (__/__/____) Data de Vencimento do Contrato | |
| MODALIDADE DE LICITAÇÃO | <input type="checkbox"/> Pregão para abertura de Registro de preços <input type="checkbox"/> Pregão com entrega imediata/contrato <input type="checkbox"/> Tomada de Preços <input type="checkbox"/> Concorrência <input type="checkbox"/> Convite <input type="checkbox"/> Concurso <input type="checkbox"/> Leilão | |
| FORMA DE CONTRATAÇÃO | <input checked="" type="checkbox"/> Dispensa ou Inexigibilidade <input type="checkbox"/> Compra Direta <input type="checkbox"/> Registro de Preços consumo | |
| SOLICITAÇÕES DE COMPRA Nº | 1426/2025. | |
| ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO | Contratação do REGIN 2.0. | |
| JUSTIFICATIVA | O presente projeto tem por objetivo a contratação da ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda. para a prestação de serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema Municipal REGIN 2.0, visando a modernização da gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC. | |
| VALOR NESTE ANO | R\$ 15.000,00 | |
| VALOR PARA OS PRÓXIMOS ANOS | R\$165.000,00 | |
| DOTAÇÃO | 774 | |
| ASSINATURA DO GESTOR/ RESPONSÁVEL | | |

| | |
|--|--|
| COMPROVAÇÃO DA SUFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA PELO DEPTO CONTÁBIL FINANCEIRO / ASSESSORIA CONTÁBIL | <input type="checkbox"/> Contratos vigentes <input type="checkbox"/> Investimento <input type="checkbox"/> Discricionária <input checked="" type="checkbox"/> Não previsto no orçamento |
| | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DA FAZENDA



| | |
|------------------|---|
| PROTOCOLO NÚMERO | _____/ 2025 |
| DECISÃO | () DEFERIMENTO () INDEFERIMENTO () DEFERIMENTO PARCIAL () SEM MANIFESTAÇÃO |
| JUSTIFICATIVA | |

AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR OU DESBLOQUEAR:

| | |
|-------------------------------|--------------------|
| INDICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO | () SIM () NÃO |
|-------------------------------|--------------------|

LEANDRO ARTHUR RODRIGUES DA SILVA
Secretário da Casa Civil

DIEGO MONTIBELER
Procurador-Geral

ANGELITA KOSLOWSKI
Controladora Geral

ARY EUCLIDES DE SOUZA FILHO
Secretário de Gestão de Pessoas

JOSE EDELTRUDES DA COSTA FERREIRA NETO
Secretário de Compras e Patrimônio

MAGDA BENZ
Secretária da Fazenda

Balneário Camboriú - Capital Catarinense do Turismo - CNPJ: 83.102.285/0001-07





Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

Rua Dinamarca, , 320 - Bairro das Nações - 88.338-900 - Balneário Camboriú/ SC
CNPJ: 83.102.285/0001-07 Fone: 3267-7000
<http://www.bc.sc.gov.br>



Usuário: Luiz Henrique Festi

Chave de Autenticação Digital
1989-4580-779

Página
1 / 1

Solicitação de Compra / Contratação

Número: 1426/2025

Emissão: 06/04/2025

Situação: Não liberada

Órgão Orçam.: 4000 - SECRETARIA DA FAZENDA

Un. Orçam.: 4002 - ARRECADAÇÃO, TRIBUTOS E DÍVIDA ATIVA

Centro de custo: 0015 - ARRECADAÇÃO, TRIBUTOS E DÍVIDA ATIVA

Descrição: SE FAZ NECESSARIO A CONTRATAÇÃO DE SISTEMA MUNICIPAL DE REGIN 2.0 VISANDO ATENDER A DEMANDA DO SETOR DE ALVARA , PARA INTEGRAÇÃO COM A JUNTA COMERCIAL DOS ESTADO DE SANTA CATARINA (JUCESC)

| Despesas | | | | | |
|--|--|------------|--|-----------------------|-------------------|
| Despesa | Fonte de recurso | | Valor indicado (R\$) | Valor bloqueado (R\$) | |
| 774 - 1 . 4002 . 4 . 129 . 1904 . 2.30 . 0 . 339000 - Aplicações | 300051 - SF Outros Recursos não Vinculados | | 180.000,00 | 15.000,00 | |
| Itens | | | | | |
| Item | Quantidade | Unidade de | Material/Serviço | Valor unitário (R\$) | Valor total (R\$) |
| 1 | 60,00000 | SERVICO | 171464 - Manutenção no Sistema Regin 2.0 | 3.000,00000 | 180.000,00 |
| | | | Manutenção no Sistema Regin 2.0 | | |
| Total geral (R\$) | | | | | 180.000,00 |

PRISCILA DOS SANTOS VIEIRA
ANALISTA CONTÁBIL II
Matrícula 23.394

Luiz Henrique Festi
Assistente Administrativo
Responsável pela digitação

MAGDA BEZ
Secretária da Fazenda
PORTARIA 32.153/2025

De: Luiz F. - SEFAZ - COMP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 04/08/2025 às 17:20:47

—
Luiz Henrique Festi
Analista Administrativo II
Matrícula 51457

Anexos:

BR_CND_Debs_Trabalhistas_venc_26_10_2025.pdf

BR_CND_FEDERAL_Cert_CONJ_POS_COM_EFEITOS_DE_NEG_venc_19_10_2025.pdf

BR_CRF_FGTS_Matriz_venc_22_08_2025.pdf

RJ_CND_do_ISS_RJ_de_Qualquer_Natureza_venc_31_08_2025.pdf

RJ_CND_Estado_RJ_Div_Ativa_Proc_Geral_RJ_venc_27_10_2025.pdf

RJ_CND_Estado_RJ_Regularidade_Fiscal_venc_31_08_2025.pdf

RJ_CND_Falencia_e_Concordata_2o_oficio_venc_29_09_2025.pdf

RJ_CND_Procurad_Geral_Municipio_Div_Ativa_venc_07_09_2025.pdf



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.273.558/0001-90

Certidão nº: 23731962/2025

Expedição: 29/04/2025, às 16:29:58

Validade: 26/10/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.273.558/0001-90**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA
CNPJ: 07.273.558/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:28:48 do dia 22/04/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/10/2025.

Código de controle da certidão: **ABFB.2442.2FD9.05D7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.273.558/0001-90
Razão Social: PROSOLUTION CONSULT E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA
Endereço: AV DAS AMERICAS 700 LOJA 306 CE BL 08 / BARRA DA TIJUCA / RIO DE JANEIRO / RJ / 22640-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/07/2025 a 22/08/2025

Certificação Número: 2025072406001299612203

Informação obtida em 29/07/2025 16:53:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Coordenadoria do ISS e Taxas

Nº AUTENTICAÇÃO: 8329327645

ÓRGÃO: FP/REC-RIO/CIS/F

CONTROLE: 637652030

VALIDADE: 31/08/2025

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA**Nome:** PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA**CNPJ:** 07.273.558/0001-90

A presente certidão, válida para todas as inscrições sediadas no Município do Rio de Janeiro, vinculadas aos oito primeiros dígitos do CNPJ ou CPF acima, serve como prova perante qualquer órgão público ou privado.

Até a presente data, em relação ao contribuinte acima qualificado, não há auto de infração, nota de lançamento, parcelamento, débito confessado em pedido de parcelamento ou nota de débito pendentes do pagamento integral, ou débito escriturado em livro fiscal ou declarado por meio eletrônico, vencidos e não pagos. Fica, entretanto, assegurado ao Município o direito de cobrança de qualquer débito que vier a ser verificado posteriormente, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor.

Certidão emitida pela Internet - Em 28/06/2025 09:14:32

Certidão expedida com base na Resolução SMFP nº 3.390, de 29/11/2024.

Rio de Janeiro, 2 de JUNHO de 2025.

Hora: 09:14

OBSERVAÇÕES

I - A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no portal Carioca Digital, no endereço carioca.rj.

II - O presente documento não certifica inexistência de débitos de ISS declarados pelo contribuinte no âmbito do Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por certidão de situação fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico que, em consulta ao Sistema da Dívida Ativa no dia 30/04/2025, em referência ao pedido **115921/2025**, **NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o CPF ou CNPJ informado abaixo:

RAZÃO SOCIAL:

Prosolution Consultoria e Sistemas Informaticos Ltda

CNPJ:

07.273.558/0001-90

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ISENTO

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

Os dados apresentados nesta certidão baseiam-se em pesquisa realizada a partir do CPF ou CNPJ fornecido no momento da apresentação do requerimento.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar débitos que vierem a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço: <https://pge.rj.gov.br/divida-ativa/certidao-de-regularidade-fiscal>

CÓDIGO CERTIDÃO: **1HUC.5210.7161.01U1**

PESQUISA CADASTRAL realizada em: **30/04/2025 às 10:27:25.6**

Esta certidão tem validade até 27/10/2025, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a pesquisa cadastral realizada na data e hora acima, conforme artigo 11 da Resolução nº 2690 de 05/10/2009.

Para maiores informações: <https://pge.rj.gov.br/divida-ativa>

Emitida em 02/05/2025 às 12:10:16.6



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº 2025160107446
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

CPF/RAIZ DO CNPJ: 07.273.558

CAD-ICMS: Não inscrito

NOME/RAZÃO SOCIAL: *****

CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, **NÃO CONSTAM DÉBITOS** perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.

EMITIDA EM: 02/06/2025 08:56

VÁLIDA ATÉ: 31/08/2025 08:56

Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017

OBSERVAÇÕES

1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE nº 33/2004.
2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.
3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão 'causa mortis' e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).
4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA

Ressalvado o direito de o Município do Rio de Janeiro cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo identificado neste documento que vierem a ser apuradas, A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a **PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA**, inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ sob o nº 07.273.558/0001-90, com endereço no(a) AV DAS AMERICAS, nº 700 - RJ Cep: 22640-100, certifica que

NÃO FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA

Observações Complementares

Esta certidão compõe-se de 1 folha(s) e é válida por 120 dias, a contar desta data.

Observações

Rio de Janeiro, RJ, 08/05/2025

1. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação fiscal do(s) contribuinte(s) acima indicado(s) perante a dívida ativa do Município do Rio de Janeiro.
2. A situação fiscal do(s) contribuinte(s) quanto a créditos não inscritos em dívida ativa deve ser certificada pelos órgãos responsáveis pelas respectivas apurações.
3. Esta certidão poderá ser renovada a partir de 24/08/2025. A certidão de situação fiscal é expedida no prazo de 10 dias, contados da data de seu requerimento perante a Procuradoria da Dívida Ativa. Não são aceitos pedidos de urgência.
4. O requerimento de certidão de situação fiscal perante a Procuradoria da Dívida Ativa pode ser feito pela própria pessoa física ou jurídica interessada, gratuitamente e sem a necessidade de nomeação de procurador.
5. Regularize sua situação fiscal imediatamente: efetue o pagamento ou parcelamento das dívidas apontadas nesta certidão, apresente os comprovantes de pagamento ou de início de parcelamento (originais, inclusive honorários, quando devidos) e obtenha em dois dias úteis sua certidão de situação fiscal regular.
6. O destinatário poderá confirmar a autenticidade desta certidão, informando o número do Código de Controle impresso acima no endereço **daminternet.rio.rj.gov.br**
7. A certidão é válida para matriz e filial(is).

Diogo Henrique Ferreira Mendes
Procurador-Chefe
Procuradoria da Dívida Ativa
Mat. 11/297.773-4

De: Priscila V. - SECAC - CGF

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 05/08/2025 às 00:29:12

Formulario 1976 , estara na pauta da reuniao dia 05/08/2025

—

Priscila Dos Santos Vieira

Analista Contábil II

Matricula 23.394

De: Priscila V. - SECAC - CGF

Para: SECC - CGF - Comitê Gestor Financeiro

Data: 07/08/2025 às 21:09:00

Entregue para secretaria de compras 07/08/2025

—

Priscila Dos Santos Vieira

Analista Contábil II

Matricula 23.394

De: Carmen R. - SECC - DPL

Para: SECC - DPL - Departamento de Planejamento e Licitações - A/C Eder A.

Data: 08/08/2025 às 07:28:18

Prezado,

Segue para sua análise e conclusão.

Atenciosamente

—

Carmen Seidel Ribeiro

Diretora de Planejamento e Licitações

De: Eder A. - SECC - DPL

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 19/08/2025 às 10:08:34

Prezados, bom dia

Solicito, por gentileza, o encaminhamento da documentação abaixo:

- Nova certidão de exclusividade, considerando que a encaminhada no despacho inicial tem o vencimento na data de hoje;
- Declaração de não direcionamento e valor de mercado;
- Contrato Social;
- Declaração de fatos impeditivos;
- Declaração que não emprega menor de idade;
- Declaração de não parentesco;
- Documentos comprobatórios da razoabilidade do preço contratual (contratos com outros órgãos públicos., notas fiscais).

Atenciosamente,

—

Eder Dos Anjos
Analista Administrativo II

Secretaria de Compras

Matrícula 28981

De: Eder A. - SECC - DPL

Para: SECC - Secretaria de Compras e Convênios - A/C José N.

Data: 22/08/2025 às 10:43:52

Bom dia Secretário,

Para acompanhamento.

—

Eder Dos Anjos

Analista Administrativo II

Secretaria de Compras

Matrícula 28981

De: Priscila V. - SEFAZ - COMP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 02/09/2025 às 18:52:58

Segue documentos solicitados.

—

Priscila Dos Santos Vieira

Analista Contábil II

Matricula 23.394

Anexos:

ABES_REGIN_Certidao_44_118_Venc_26_12_2025.pdf

PSCS_CONTRATO_SOCIAL_11_alteracao_15_04_2024.pdf

PSCS_Declaracao_de_fatos_impeditivos_22_08_2025assinado.pdf

PSCS_Declaracao_de_nao_parentesco_22_08_2025assinado.pdf

PSCS_Declaracao_nao_emprega_menor_22_08_2025assinado.pdf

ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE

CERTIFICA

para os devidos fins e a quem possa interessar que a empresa **PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 07.273.558/0001-90, com sede à Av. das Américas, 700 – Bl 8 – Lj 306-E – Fones: (21) 2492-1057 / 2493-5919 – CEP 22640-100 – Barra da Tijuca – RJ, associada na ABES sob o nº 1880/1, está quites com suas obrigações mensais e em pleno gozo de seus direitos associativos.

CERTIFICA mais, que documentos devidamente firmados em seu poder atestam que:

1. Que a empresa **PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA** é a única desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização em todo território nacional do Sistema para computador **REGIN®**, destinado à gestão integrada do registro empresarial, se propondo a atender às especificações da REDESIM/RFB;
2. Que desconhece a existência de Sistema para computador disponível para comercialização, no mercado brasileiro, com o conjunto de funções, telas, módulos, recursos e características técnicas idêntico ao Sistema para computador **REGIN®**.
3. Que o pedido de registro do Sistema para computador **REGIN®** foi protocolizado no INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial sob o nº BR512024001687-2 em 30/07/2008;
4. Que o Sistema **REGIN®** possui os seguintes recursos, Módulos e/ou características técnicas:

4.1 APRESENTAÇÃO

O Projeto do **Registro Mercantil Integrado – REGIN®** visa eliminar a burocracia que dificulta o desenvolvimento e o crescimento empresarial, reduzindo drasticamente o prazo de abertura de empresas, que era bastante demorado antes da utilização do REGIN nos Estados que o adotaram

Com o Sistema **REGIN®**, o cidadão, ao terminar o trâmite do processo de constituição, alteração ou baixa, tem o contrato social (ou o requerimento de empresário ou Ata) devidamente registrado no Órgão de Registro e recebe o CNPJ da Empresa, a Inscrição Estadual, o Alvará de Funcionamento na Prefeitura Municipal, licenças da Vigilância Sanitária, do Meio Ambiente, do Corpo de Bombeiros e de outras entidades públicas no âmbito Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao processo.

O Sistema **REGIN®** permite que o cidadão acompanhe a tramitação do seu processo através da Internet, sendo informado do andamento, da documentação que deve apresentar e das pendências detectadas em cada instituição.

Esses serviços fazem a integração das seguintes instituições:

- Órgão de Registro (Junta Comercial, Cartório, OAB e outros);
- Secretarias de Fazenda de Estados – SEFAZ;
- Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB;
- Prefeituras;
- Outras instituições públicas (Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente, etc.).

4.2 Objetivo do Sistema REGIN®

O Sistema REGIN® foi elaborado para:

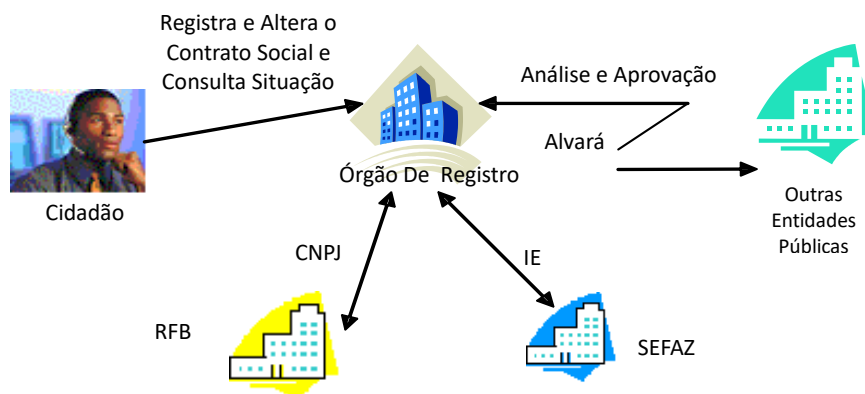
- Modernizar e desburocratizar o processo de abertura e alteração e baixa de empresas, reduzindo o prazo na elaboração e análise dos processos;
- Centralizar no Órgão de Registro a entrada das informações cadastrais das empresas e da documentação a nível Federal – RFB, Estadual – SEFAZ, Municipal – Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e outras instituições conveniadas;
- Informar às instituições conveniadas os atos da empresa e as suas atualizações no Órgão de Registro para que essas instituições possam atualizar seus respectivos cadastros;
- Atualizar o cadastro do Órgão de Registro com os dados da empresa nos cadastros federal, estadual e municipal: CNPJ, Número de Inscrição Estadual, Alvará de Funcionamento da Prefeitura, licenças do Corpo de Bombeiros, da Vigilância Sanitária, do Meio Ambiente, entre outros;
- Disponibilizar consulta às partes interessadas no processo;
- Permitir que as instituições conveniadas tenham a mesma informação da empresa (ex.: sócios, atividades econômicas, endereço).

4.3 Funcionamento do Sistema REGIN®

O Cidadão, no ato do registro de sua empresa no Órgão de Registro, recebe:

- O número no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, da RFB;
- O número de Inscrição Estadual - IE, da SEFAZ;
- Os protocolos da solicitação de Alvará de Funcionamento da Prefeitura, do Corpo de Bombeiros, da Vigilância Sanitária e de outras instituições públicas necessárias ao processo;
- A relação dos documentos a serem apresentados às diversas instituições e os valores das taxas pertinentes;

As instituições recebem, de forma eletrônica do Órgão de Registro, as informações cadastrais da empresa, conforme mostrado no esquema abaixo.



4.4 Funcionalidades do REGIN®

a. **MANUTENÇÃO DE PARÂMETROS DO SISTEMA**

Este módulo permite que cada instituição conveniada registre no banco de dados do REGIN®:

- Dados da instituição conveniada;
- O cadastro dos usuários do sistema e suas respectivas autorizações de acesso;
- A relação dos documentos que o cidadão deverá apresentar em cada instituição, segundo suas atividades econômicas (CNAE);
- As taxas e valores que deverão ser pagas na instituição.

b. **REGIN® NO ÓRGÃO DE REGISTRO – Módulo Central**

Este módulo tem as seguintes funcionalidades:

- Criticar se o nome empresarial está de acordo com a legislação e se existe colidência de nomes;
- Atualizar a base de dados com as informações da empresa e a geração do número de identificação na Junta Comercial – NIRE ou número de registro nos demais órgãos;
- Através da REDESIM, o órgão de registro (OAB, Junta Comercial e RCPJ), ao deferir um protocolo de abertura de empresa, fornece o número do CNPJ e o número de inscrição no Cadastro Estadual da SEFAZ da empresa que está sendo legalizada;
- Transmitir os dados da empresa para as demais instituições estaduais e municipais utilizando tecnologia de Web Services;
- Emitir protocolo das instituições estaduais e municipais com as informações da empresa e das solicitações e pendências se houver;
- Disponibilizar consulta da tramitação do processo em todas as instituições, informando os andamentos com respectivas datas e pendências.

c. **REGIN® NA SECRETARIA ESTADUAL DE FAZENDA - SEFAZ**

Ao fazer o Registro da empresa no Órgão de Registro, o cidadão poderá optar por inscrever a sua empresa no Cadastro de Contribuintes do ICMS e, nesse caso, os dados da empresa serão transmitidos para a Secretaria de Fazenda do Estado (SEFAZ).

Na SEFAZ, os dados são validados de forma automática, com verificação da existência de restrições relativas aos sócios, ao grupo empresarial e aos administradores.

- Não existindo restrições, o REGIN® informa, de forma automática, o Número de Inscrição no Cadastro Estadual;
- Existindo restrições, o cidadão é informado para que tome as devidas providências.

d. **REGIN® NAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

O REGIN® disponibiliza uma solução informática nas instituições conveniadas para a automação dos processos de legalização. Essa solução foi desenvolvida utilizando somente ferramentas livres, de uso gratuito, com código aberto e que contempla as seguintes funcionalidades:

- Receber os dados da empresa transmitidos pelo Órgão de Registro através da Internet, utilizando tecnologia Web Services;

- Permite que a instituição analise o processo da empresa (Tributação, Posturas, Planejamento, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente, etc.) e disponibilize o deferimento ou as pendências ou o indeferimento para o solicitante e para todas as instituições envolvidas no processo, permitindo o acompanhamento da tramitação do processo;
- Permite que a instituição importe os dados do REGIN® para seus sistemas corporativos;
- Permite a transmissão do protocolo para o sistema corporativo da instituição (prefeitura, SEFAZ, etc.) utilizando a tecnologia Web Services, para atualização do cadastro da instituição, retornando o alvará, as licenças, e demais informações para o empresário.

4.5 Módulos do REGIN®

4.5.1 Módulo Pedido de Viabilidade (Consulta Prévia)

O Pedido de Viabilidade serve para ajudar o cidadão no processo de abertura e alteração da empresa, verificando se a localização pretendida é compatível com as normas de zoneamento da região e informando a relação das instituições que intervirão no processo com suas respectivas listas de exigências de documentação, taxas e os possíveis impedimentos para o estabelecimento da empresa.

O sistema envia as informações para as instituições envolvidas no processo de abertura e alteração da empresa e emite os seguintes documentos: um protocolo, que permite o seu acompanhamento e um relatório com as informações e orientações.

O Pedido de Viabilidade tem o seguinte tratamento:

- Órgão de Registro:** verifica a colidência, se o nome empresarial atende à legislação vigente e se o Objeto Social está de acordo com os códigos de atividade econômica informados (CNAE). Análise automática do nome empresarial para empresário e outras naturezas jurídicas;
- SEFAZ:** verifica se existe atividade (CNAE) que obrigue o recolhimento de tributos e se há algum impedimento quanto ao quadro societário, ao grupo empresarial e aos administradores;
- OAB:** verifica se o CPF é de advogado cadastrado na OAB, se está em dia com a anuidade e se não pertence a outra sociedade;
- Prefeitura Municipal:** verifica se a atividade (CNAE) desejada é permitida no local escolhido para abertura da empresa;
- Cidadão:** acompanha a tramitação do seu pedido através da Internet acessando o site da Órgão de Registro ou o site da Prefeitura no endereço (link) ou outro site disponibilizado para essa consulta.
- RFB:** utilização dos serviços WS 09 e 11 para validar CPF ou CNPJ se estão ativos na RFB e Recuperar dados da sede ou outra UF.

4.5.2 Módulo Análise do Pedido de Viabilidade

Através dos Módulos de integração com a RFB - WebServices, o Módulo de Análise do Pedido de Viabilidade, executa os seguintes controles para garantia da exatidão dos dados do processo:

- Validação do CPF ou CNPJ na RFB, recuperando os nomes dos envolvidos (CPF/CNPJ);
- O REGIN® recupera dados de uma sede/matriz em outra UF, obtendo esses dados da RFB;

- Permite ao Órgão de Registro analisar se o Nome Empresarial atende à Legislação vigente e se o Objeto Social está de acordo com os códigos de atividades econômicas informados (CNAE);
- Verifica automaticamente se existe colidência do nome empresarial informado na Viabilidade, tanto escrita como fonética, com banco de dados do Órgão de Registro;
- Registra o parecer e o deferimento do Pedido na entidade conveniada;
- Libera a análise para as demais instituições conveniadas;

Pedido de Viabilidade

Município e Instituição

Município de Interesse

Instituição

ABAIRA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

Esta consulta de viabilidade é **SOMENTE** para fins de regularização de dados cadastrais perante a Receita Federal do Brasil?

☐ Sim ☒ Não

Inscrição (Matriz e Filial)

☐ Inscrição de primeiro estabelecimento (Matriz)

☐ Inscrição dos demais estabelecimentos (Filial)

Alteração

☐ Alteração entre órgãos de registro/Conversão

☐ Natureza Jurídica - Transformação

☐ Nome

☐ Atividade Econômica

☐ Alteração do Tipo de Unidade

☐ Alteração da Forma de Atuação

☐ Endereço

Exigência de Nome Empresarial

☐ Exigência de Nome Empresarial

ATENÇÃO:

Esta opção é referente a uma alteração de Nome Empresarial de uma Viabilidade que está vinculada a um **Processo que possui Exigência de Nome Empresarial**. Para prosseguir, é necessário informar o número do protocolo da Viabilidade que está vinculada a um Processo que possui Exigência de Nome Empresarial. Feito isto, o sistema irá gerar um novo protocolo de viabilidade que **só será analisado pelo Órgão de Registro**, ou seja, **não será enviado às instituições conveniadas (Receita Federal, Prefeitura, Corpo de Bombeiros, etc.)**. Após a viabilidade estar devidamente finalizada com o Nome aprovado pelo Órgão de Registro, prosseguir normalmente com o preenchimento do Requerimento Eletrônico informando o número da "viabilidade antiga".

Não é necessário cancelar o DBE (Solicitação CNPJ).

Solicitação e Regularização de Inscrição

☐ Legalização de Inscrição municipal

Avançar

VIABILIDADE AVALIAÇÃO

Protocolo
Antes da escolha, veja a orientação aqui.

| | |
|---------------------------------------|--|
| EVENTO | |
| Inscrição de primeiro estabelecimento | |

Solicitante
Email
Tipo de Empresa
Tipo de Inscrição
Natureza Jurídica

☒ Empresas Relacionadas ao Sócio

Reprovado pelo Sistema

Aprovado ☐ Não Aprovado ☐

Justificativa

| CPF/CNPJ Sócio | Nome | Nome da Mãe |
|----------------|-----------|----------------------|
| 112.546. | ELISANDRA | ELISANGELA APARECIDA |

Objeto

| Cod. CNAE | Tipo | Descrição |
|-----------|-----------|-----------------------|
| 6911701 | Principal | SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS |

☐ **Aprovado** ☐ **Pendente** ☐ **Não Aprovado**

Observação

SALVAR
FINALIZAR
CONS. VIABILIDADE

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portal.digiforte.com.br/validato/SQ55E-VL4UL-S819C-KEXCX

4.5.3 Módulo de Registro Empresarial

Este módulo atualiza o Cadastro do Órgão de Registro com os dados da Empresa nos Cadastros: Federal (CNPJ), Estadual (nº de inscrição), Municipal (Alvará de Funcionamento), Corpo de Bombeiros (Alvará) e Vigilância Sanitária (Alvará), entre outros.

| Protocolo | <input type="text"/> |
|---|---|
| Protocolo Viabilidade | <input type="text"/> |
| Arquivo | <input type="button" value="Selecionar arquivo..."/> Nenhum arquivo selecionado. <input type="button" value="Validar"/> |
| Dados do Registro | |
| Código de Acesso DBE | <input type="text"/> |
| NIRE | <input type="text"/> |
| Protocolo | <input type="text"/> |
| Nome Contribuinte Arquivo | <input type="text"/> |
| Nome Contribuinte SIARCO | <input type="text"/> |
| UF | <input type="text"/> |
| Município | <input type="text"/> |
| Atividade Econômica | <input type="text"/> |
| Arquivo | <input type="text"/> |
| CNPJ | <input type="text"/> |
| Data de Constituição | <input type="text"/> |
| Data Inicio Atividade Econômica | <input type="text"/> |
| <input type="button" value="Gravar"/> <input type="button" value="Novo"/> | |

4.5.4 Módulo de Atualização da Base de Dados do Órgão de Registro

Este módulo atualiza a base de dados do Órgão de Registro com todos os dados cadastrais do processo de constituição.

Na Alteração, atualiza as tabelas que contêm os dados da empresa, sócios, movimento de empresas (histórico de processos) e as tabelas correlatas aos atos e eventos de registro mercantil, constantes do modelo de dados do sistema do Órgão de Registro.

Dispensa a digitação dos dados empresariais.

PROTOCOLO 167155423

12:13

18 MAI 2016

AJUDA

ATENÇÃO: Para corrigir e/ou completar os dados da matriz:

1. Complete os campos de NIRE/Matricula, CNPJ e/ou número do Pedido de Viabilidade da Matriz;
2. Clique no botão ATUALIZAR.
3. Após completar todas as informações da Matriz e/ou filial clique em CONFIRMAR.

| | | | |
|------------------------|---|---|--|
| Nome da Empresa | AUTO POSTO ESTEVAM LTDA | | |
| NIRE/Matricula Matriz | <input type="text" value="29204117411"/> | <input type="button" value="ATUALIZAR"/> | <input type="button" value="CONSULTAR ANALISE"/> |
| CNPJ Matriz | <input type="text" value="21.277.277/0001-04"/> | <input type="button" value="ATUALIZAR CNPJ"/> | |
| Viabilidade Matriz | <input type="text" value="BAP1601607657"/> | | |
| Numero DBE | <input type="text" value="BA5275973421277277000104"/> | <input type="button" value="DEFERIR RFB"/> | <input type="button" value="CONSULTA DE DBE"/> |

4.5.5 Módulo Requerimento Eletrônico de Constituição, Alteração ou Baixa

O Requerimento Eletrônico é um formulário eletrônico em que o cidadão preenche todas as informações necessárias ao registro da empresa na constituição ou na entrada de processos de alteração ou baixa no Órgão de Registro.

Essas informações são verificadas e validadas pelo Órgão de Registro e as exigências exibidas no próprio requerimento. Desta forma, o requerimento também é uma ferramenta de comunicação entre o Órgão de Registro e o cidadão, agilizando o processo de registro.

Os benefícios para o cidadão são:

- Realizar o processo de abertura, alteração e baixa da empresa em um único lugar;
- Redução de exigências nos processos, pois integrado a Receita Federal, faz validação dos dados da empresa analisando automaticamente os dados da Viabilidade e DBE, garantindo a segurança de dados que serão inseridos na base do Órgão de Registro e gerando protocolo do processo para acompanhamento pelo empreendedor;
- Gerar automaticamente os documentos para o registro da empresa como: Contrato Social, Requerimento de Empresário, Capa de Processo, Declaração de Enquadramento, Declaração de Reenquadramento, Declaração de Desenquadramento, Guia de Recolhimento do Serviço, Recibo de entrega dos documentos;
- Acompanhamento do processo via internet. Com isso, fica fácil saber se a empresa foi ou não aprovada e se há necessidade de documentação complementar ou qualquer outra exigência.
- Permite abrir processos de transformação, transferência de sede, conversão e todos os demais atos do órgão de registro.
- Implantação dos processos de constituição automáticos.
- Se propõe a implantação da IN 60 DREI, processos Covid. (Geração de processo com termo de autenticidade Contador/Advogado)

O Requerimento Eletrônico de constituição, alteração e baixa utiliza os WebServices, definidos mais adiante, para garantir a exatidão das informações de CPF/CNPJ e endereços, seja na constituição, alteração ou baixa de matriz ou filial da empresa, entre outros controles necessários ao processo.

As informações do Pedido de Viabilidade serão importadas para o requerimento e não poderão ser alteradas pelo requerente.



4.5.6 Módulo Requerimento Eletrônico – Contribuinte Específico

Este módulo permite obter as inscrições: Estadual, Municipal e alterações cadastrais, para contribuintes do tipo: Produtor Rural; Canteiro de Obra; Substituto Tributário; Telecomunicação; Combustíveis e Transporte Rodoviário de Cargas.

Os dados desses contribuintes são capturados em formulário disponibilizado na Internet. Depois de finalizado pelo solicitante, é gerado um nº de protocolo que permitirá o seu acompanhamento através de Consulta REGIN® disponibilizada na página da Instituição e no site do Órgão de Registro.

A Instituição analisará o processo e, no caso de deferimento, gera a Inscrição Estadual ou Municipal. O sistema, através de Web Service se comunica com a respectiva Instituição para atualizar o Cadastro de Contribuintes.

Portal de Serviços Municipal
Todos os serviços e orientações para você!

25 JUN
2014
Versão 3.0
23/01/2020

Contribuinte

Aqui você pode fazer o pedido de inscrição, atualização e regularização no cadastrado municipal para os eventos abaixo que não pertencem à REDESIM.

Selecione a opção que você deseja fazer:

| | | | |
|--|--|---|--|
| Novo Requerimento Para criar um novo requerimento clique em "Novo Requerimento". | Atualizar Requerimento Se você já iniciou o requerimento, mas necessita atualizá-lo ou corrigi-lo, clique em "Atualizar Requerimento". | Cancelar Requerimento Se você já iniciou o requerimento, mas ainda não finalizou e necessita cancelar, clique em "Cancelar Requerimento". | Acompanhar Requerimento Se você já finalizou e enviou o requerimento ou viabilidade, e necessita acompanhar a situação do protocolo, clique em "Acompanhar". |
| Novo Requerimento | Atualizar Requerimento | Cancelar Requerimento | Acompanhar |

Portal de Serviços Municipal
Todos os serviços e orientações para você!

25 JUN
2014
Versão 3.0
23/01/2020

Contribuinte

Aqui você pode fazer o pedido de inscrição, atualização e regularização no cadastrado municipal para os eventos abaixo que não pertencem à REDESIM.

Selecione o Município:

RIO DO SUL

Atenção: Estes eventos não pertencem a REDESIM. Os serviços de inscrição, alteração e baixa para AUTÔNOMO encontram-se disponíveis para este município. Os demais Serviços estão disponíveis somente para os Municípios que possuem a CUSTOMIZAÇÃO DO REGIN Municipal.

Novo Requerimento eletrônico de Inscrição Municipal

ATENÇÃO: Para criar um novo requerimento selecione o tipo de contribuinte, a solicitação desejada, e clique em "Iniciar".

Selecione o tipo de contribuinte:

☐ Contribuintes estabelecidos no Município

- Inscrição Municipal para empresa estabelecida no município e que não se cadastrou via REDESIM - Integrador REGIN.
- Atualização Cadastral de empresa já estabelecida no município.

☐ Contribuintes não Estabelecidos no Município - Inscrição Fiscal

- Inscrição destinada ao prestador ou tomador de serviços responsável pelo recolhimento do imposto sobre serviços no município e que esteja estabelecido fora do município.

☐ Unidades Dependentes

- Inscrição destinada a unidades dependentes de empresa já estabelecida (matriz ou filial) no município (Torres de telefonia, caixas eletrônicos, etc.).

☐ Inscrição Temporária - Contribuinte não estabelecido no município

- Inscrição temporária por até 6 (seis) meses a cada exercício destinada ao contribuinte estabelecido em outro município, mas que exercerá atividade em local fixo no município (Parques, Circos, Feiras).

☐ Profissional Autônomo

- Inscrição/Alteração Cadastral/Baixa de Profissional Autônomo e/ou seu(s) respectivo(s) Estabelecimento(s).

Voltar

4.5.7 Módulo Examinador/Deferidor

Este Módulo é utilizado pelos funcionários da área de análise de processos do Órgão de Registro, com o objetivo de validar as informações do Requerimento Eletrônico com o documento apresentado para registro, além de informar as exigências do protocolo que serão exibidas ao requerente no acompanhamento do processo.

Este módulo também utiliza os WebServices para validações em tempo real, tais como:

- Consultar dados de empresas em outra UF, dependendo do convênio existente entre os órgãos das UF's envolvidas;
- Nos processos de alteração, verifica se existe divergência entre os dados informados pelo requerente com os registrados no Órgão de Registro;
- Permite o deferimento, indeferimento ou lançamento de exigências do processo que está sendo analisado;
- Visualização das imagens digitalizadas do processo e das imagens assinadas digitalmente;
- Permite a consulta dos dados da empresa na tela do examinador;
- Permite fazer a consulta de colidência de nomes na tela do examinador;
- Permite solicitar parecer dos processos a outras áreas do órgão de registro;
- Envio de e-mail quando o processo é colocado em exigência ou indeferimento;
- Emite alertas quando existe de bloqueios da empresa.

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://portal.digiforte.com.br/validate/SQ55F-YL4UL-S8J8G-KEXCX>

Consulte solicitações de Parecer aqui: [Consulta Parecer](#)

Informações do Protocolo

Ato/Evento(s)

ATO
002 - ALTERAÇÃO

Ato/Evento(s) na Junta Comercial

| Evento | Descrição |
|--------|-----------|
|--------|-----------|

Protocolo

243452640

Requerimento

81.400.001.843.416

Data do Fecho

01/07/2024

Analista : SISTEMA VIA UNICA

Data da Análise : 07/07/2024 23:22:15

Informações da Empresa

NIRE/MATRICULA

42207886029

CNPJ

51509985000116

Situação na JC

REGISTRO ATIVO

Situação na RFB

ATIVA

Razão Social

RODOBRI - TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA

Endereço da Empresa:

R HENRIQUE DIAS 53 L 23NOSSA SENHORA DA SALETE CRICIUMA 88815590

PORTE

ME

[Consulta Dados Empresa](#)

Alertas

Requerimento possui evento de Filial, mas não foram adicionadas Filiais ao requerimento.

QSA - Quadro de Sócios e Administradores

| Confirma? | Empresário, Titular ou Sócios. |
|---|--|
| <div><div>Sim</div><div>Não</div></div> | <div>1. SILVIO DE SOUZA GONCALVES</div> <div>Qualificação: SÓCIO PESSOA FÍSICA RESIDENTE NO BRASIL</div> <div>Nacionalidade: BRASILEIRA</div> <div>Nascimento: 21/03/1989</div> <div>Estado Civil: CASADO, COMUNHÃO PARCIAL DE BENS</div> <div>Profissão: EMPRESARIO</div> <div>CPF/MF nº: 066.788.459-94</div> <div>Identificação: CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 5468394, órgão expedidor SSP - SC</div> <div>Nome do Pai: SANDRO GONCALVES</div> <div>Nome da Mãe: INES DE SOUZA GONCALVES</div> <div>Endereço: R CELESTINA ZILI ROVARIS, 55, APTO 601, CENTRO, CRICIUMA, SC, CEP 88802210, BRASIL</div> |
| <div>Motivo:</div> <div></div> | |

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://portal.digiforte.com.br/validate/SQ55F-YL4UL-S8J8G-KEXCX>

Brasil digital,
menos desigual

abesrelacionamento@abes.org.br | www.abes.org.br

Av. Ibirapuera - 2907 - 8º Andar - Cj 811 - Moema

São Paulo - SP - CEP: 04029 - 200

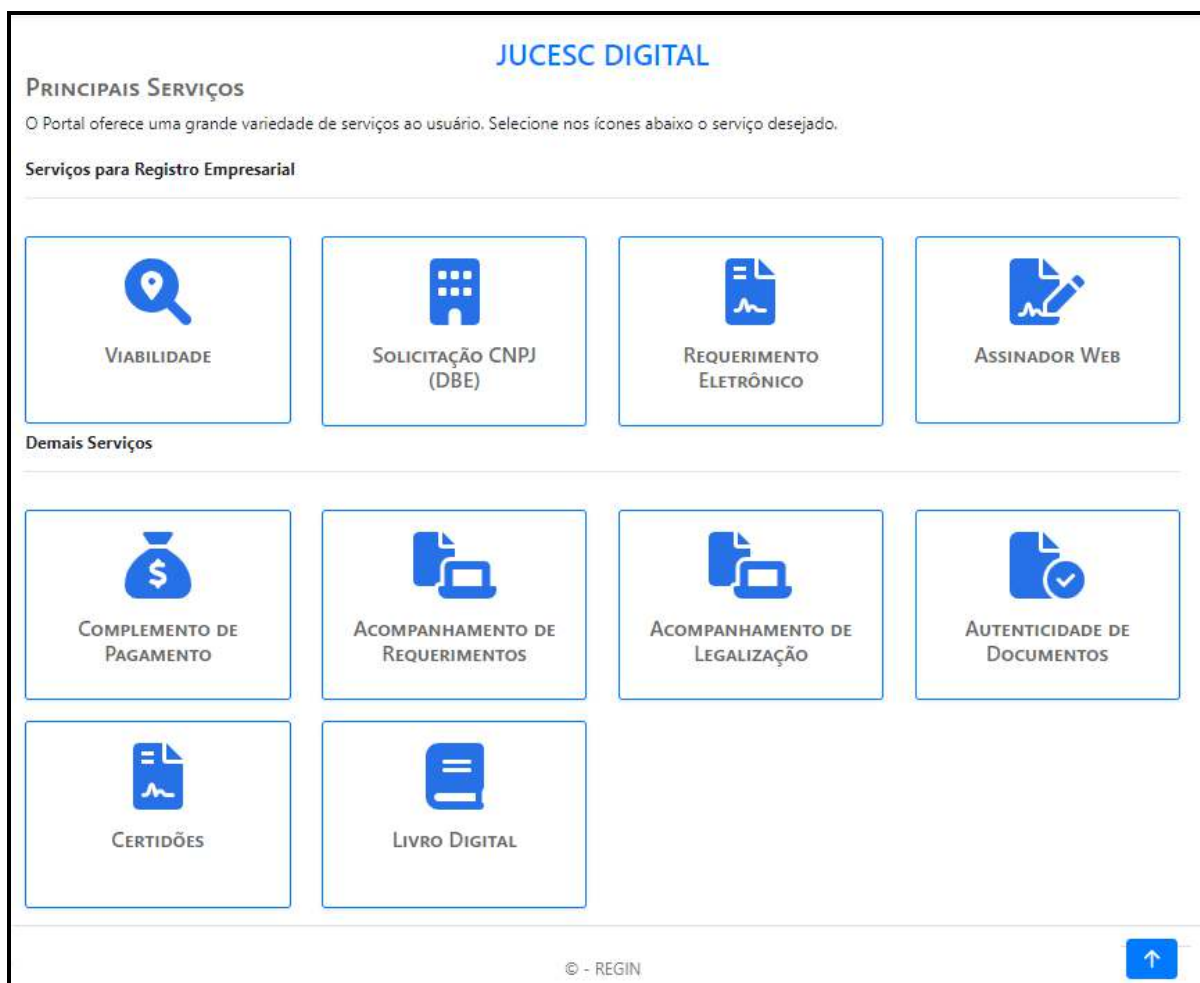
Doc.: Processo Inexigibilidade de Licitação - 051/2025 | Anexo: ABES_REGIN_Certidao_44_118_Verificacao_2025.pdf | 12471 - 243269

4.5.8 Módulo Requerimento Universal

Requerimento Universal é um portal que permite ao cidadão solicitar, via internet, os serviços prestados pelo Órgão de Registro.

Características:

- Portal de todos os serviços disponibilizados pelo REGIN® no Órgão de Registro;
- Facilidade e agilidade na solicitação de certidões;
- Facilidade e agilidade no acompanhamento de processos no Órgão de Registro;
- Reimpressão de capas de processos;
- Reimpressão de boletos e outros documentos.
- Autenticação do usuário pelo Gov.br;
- Integração com as seguintes funcionalidades/Módulos:
 - Viabilidade
 - Preenchimento de DBE
 - Complemento de Pagamento
 - Autenticação de Documentos
 - Assinador Web
 - Requerimento Eletrônico
 - Acompanhamento de Legalização



4.5.9 Módulo Certidão Web

Permite que o cidadão solicite via internet as certidões: simplificada, específica ou de inteiro teor, preenchendo as informações necessárias em formulário eletrônico, para geração do boleto de pagamento e providenciando a emissão automática ou não, com a verificação do pagamento.

Características:

- Substitui a solicitação presencial, pois a solicitação da certidão é feita via Internet no site do Órgão de Registro;
- Segurança na confirmação de pagamento da taxa do serviço;
- Inserção de andamento e dados no sistema proprietário do Órgão de Registro (SIARCO, Integrado ou outro) de forma automática;
- Agilidade no processo de emissão, podendo ser, em alguns casos, emitida automaticamente, sem a necessidade de verificação;
- Permite o tratamento nas imagens de processo digitalizados e possibilita fazer upload de imagens do arquivamento que não estejam na base de dados;
- Envia eletronicamente o documento gerado para o e-mail do usuário/solicitante;
- Notificação da solicitação por e-mail, inclusive com o documento solicitado;
- Segurança na autenticidade do documento.

| | |
|--|---|
|  CERTIDÃO SIMPLIFICADA Documento com extrato de informações atualizadas, constantes de atos arquivados. |  CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR Cópia reprográfica, certificada, de ato arquivado na Junta Comercial |
|--|---|

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Escolha o tipo de busca abaixo:

Selecione

CNPJ DA EMPRESA

CNPJ DA EMPRESA


NIRE DA EMPRESA

Caso não saiba o CNPJ ou NIRE, faça uma busca pelo nome

Crítério de Pesquisa

Buscar

Voltar



4.5.10 Módulo Protocolo Web

O Módulo Protocolo WEB é utilizado pela instituição no controle da recepção de processos no balcão de atendimento.

Características:

- Agiliza a recepção de processo;
- Permite a inserção do nº do processo de forma manual ou por leitor;
- Disponibiliza funcionalidade para busca de pagamentos relacionados ao protocolo;
- A leitura dos dados do pagamento pode ser por leitura ótica ou digitação do código de barras;
- Cálculo do valor do serviço e do CNE para confirmação de pagamento da taxa do processo;
- Controla o prazo de retorno de processo em exigência;
- Insere dados do processo no sistema proprietário do prestador do serviço;
- Grava automaticamente o andamento para a seção de destino do processo;
- Integrada ao REGIN® para buscar as informações se é processo do Requerimento Eletrônico;
- Permite a vinculação entre processos. Para processos do módulo Requerimento Eletrônico, a vinculação é automática.;
- Grava o processo no cadastro da Junta Comercial e dá andamento a sessão correspondente.;
- A funcionalidade “Vínculo de Processos” permite relacionar um protocolo a outros ou excluir vínculos anteriores. O sistema apresenta uma lista com os processos vinculados ao protocolo.

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://portal.digiforte.com.br/validate/SQ55F-YL4UL-S8J8G-KEXCX>

 **18**
14:55 MAI 2016

ENTRADA DE PROTOCOLO

[? AJUDA](#)

Número do Protocolo de entrada

Local de entrega do protocolo

Protocolo

[VALIDA PROTOCOLO](#)

Natureza Jurídica / Ato / Evento(s)

Natureza Jurídica

Vias Ato

Qtde Evento

| QUANTIDADE | CÓDIGO | NOME | EXCLUIR |
|------------|--------|------|---------|
| | | | |

Código de Barras

Numero de Pagamento

[BUSCAR PAGTO](#) [LIMPAR](#) [CONSULTA PAGTO](#)

| Numero Identificação Pagamento | VALOR PAGO | VALOR UTILIZADO | EXCLUIR PAGAMENTO |
|--------------------------------|------------|-----------------|-------------------|
| | | | |

Nro Guia

Outras Informações

NIRE [Consultar Nire](#) [Consultar Cadastro](#)

Nome Empresa

Processo Principal Campo não obrigatório preencha caso tenha que vincular/relacionar este processo preenchido a um processo principal.

[NOVO PROTOCOLO](#)

| DETALHES DO SERVIÇO | |
|---------------------|-----------------------------------|
| VALOR DO SERVIÇO | <input type="text"/> |
| VALOR PAGO | <input type="text"/> |
| SALDO | <input type="text"/> |
| VALOR CNE | <input type="text" value="0,00"/> |

4.5.11 Módulo Via Única

O Módulo Via única permite a emissão digital do instrumento arquivado no Órgão de Registro, se o ato estiver autenticado no órgão de registro.

Características:

- Substitui a solicitação presencial para retirada do processo;
- Permite o tratamento nas imagens de processos digitalizados e possibilita fazer upload de imagens do arquivamento que não estejam na base de dados;
- Os documentos digitalizados nos escritórios regionais do Órgão de Registro são salvos na base de dados da instituição;
- Insere a chancela eletrônica no documento;
- Envio automático do documento gerado para o e-mail do usuário/solicitante;
- Segurança na autenticidade do documento. Validação da autenticidade e integridade do documento digital emitido, através do código de validação contido na chancela eletrônica.
- Visualizar a Chancela eletrônica do documento.
- Envio de via única dos processos assinados digitalmente para processos 100% digital.
- Página de autenticação dos processos enviados pela via única com **QRCode**.
- Reenvio da Via Única

VIA ÚNICA

Busca Documento

Protocolo do Órgão de Registro

Dados da Empresa

NOME:
E-MAIL:
NIRE:
CNPJ:

Unidade

☒ Sede ☐ Escritórios Regionais

Tipo de Envio

☐ Reenvio ☐ Troca de Imagem

4.5.12 Módulo Central de Carga

O Módulo Central de Carga realiza a autenticação do processo, o deferimento do DBE e permite inserir os dados do processo na base de dados do Órgão de Registro.

Características:

- Geração do Registro - Número de Identificação do Registro de Empresa (ex.: NIRE);
- Permite inserir andamento no processo;
- Defere o DBE da Receita Federal – RFB;
- Grava os dados cadastrais do processo na base de dados do Órgão de Registro;
- Dispensa a necessidade de atualização do Sistema proprietário do Órgão de Registro.

PROTOCOLO 167155423

**18**
12:13 MAI 2016

AJUDA

ATENÇÃO: Para corrigir e/ou completar os dados da matriz:

1. Complete os campos de NIRE/Matricula, CNPJ e/ou número do Pedido de Viabilidade da Matriz;
2. Clique no botão ATUALIZAR.
3. Após completar **todas** as informações da Matriz e/ou filial clique em CONFIRMAR.

Nome da Empresa AUTO POSTO ESTEVAM LTDA

| | | | |
|-----------------------|---|----------------|-------------------|
| NIRE/Matricula Matriz | <input type="text" value="29204117411"/> | ATUALIZAR | CONSULTAR ANALISE |
| CNPJ Matriz | <input type="text" value="21.277.277/0001-04"/> | ATUALIZAR CNPJ | |
| Viabilidade Matriz | <input type="text" value="BAP1601607657"/> | | |
| Numero DBE | <input type="text" value="BA5275973421277277000104"/> | DEFERIR RFB | CONSULTA DE DBE |

CONFIRMAR >

4.5.13 Módulo Deferidor manual - RFB

Este módulo é utilizado para deferir o DBE junto à RFB, de processos que possuem eventos não tratados pelo Módulo Requerimento Eletrônico do REGIN®.

Características:

- Validação dos dados do processo no Órgão de Registro;
- Permite deferir DBE na RFB de processos que não foram feitos no REGIN® utilizando os WS 05 e WS 06.

REGIN PROOLUTION **DEFERIDOR** 15:34 4 FEV 2016

59:50 Tempo restante da sessão AJUDA

Informações do Protocolo

Evento: 202 - ALTERAÇÃO DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O CNPJ
Número Serventia 093000
Número de Processo 12015120109
Número Órgão de Registro (NIRE/Matrícula): 245245
Data do Registro: 31/3/2011 0:00:00
CNPJ: 13609491000000
DBE: RJ7922967013609491000000
CPF responsável pelo Deferimento: 08711367087

Natureza Jurídica
Associação Privada

Empresário, Titular ou Sócios e/ou administradores.

1. VILMA LUCIA DIAS
INCLUIDO NESTE ATO
Qualificação: PRESIDENTE
CPF: 777.612.947-72

2. VANIA GONCALVES DA SILVA
RETIRA-SE DA SOCIEDADE O SÓCIO.
CPF: 695.777.777-49

VOLTAR DEFERIR RFB

4.5.14 Módulo Autônomo

Possibilita a análise de processos de autônomo utilizando o mesmo fluxo dos processos empresariais. Aplicações:

- Análise de viabilidade de Autônomo;
- Análise de alvará de Autônomo.

4.5.15 Módulo Viabilidades Municipais

Possibilita a análise de processos específicos do município como: registro de torres de celular, caixas eletrônicos, eventos (festivals, circos), etc. Utilizando o mesmo fluxo dos processos empresariais

4.5.16 Módulo Geração de Documentos

Permite que a instituição gere modelos de documentos que serão utilizados para gerar licenças dos processos, ex: documento de alvará, documento de alvará provisório, documento de licenciamento ambiental.

4.5.17 Funcionalidade: Relação Áreas Viabilidade Alvará

Cópia automatizada do parecer informado no processo de viabilidade para o processo de legalização.

4.5.18 Módulo Alvará Automático

Esse módulo permite a classificação das atividades do processo de acordo com as regras de risco Federais, Estaduais ou Municipais e a emissão do alvará ou termo de responsabilidade para as atividades de baixo risco.

O módulo também permite o ajuste da classificação no momento da emissão do alvará definitivo (o alvará que será gerado na finalização da análise do processo pela prefeitura) que substituirá o alvará que foi emitido automaticamente.

4.5.19 Módulos para a integração com a REDESIM (WebServices)

Os módulos de WebService (WS foram desenvolvidos e incorporados ao sistema REGIN® para as diversas verificações e possibilidades informadas a seguir, garantindo a exatidão dos dados do processo de constituição, alteração ou baixa de uma empresa:

- WS 01 – Envio dos dados da Viabilidade
- WS 04 - Serviço de validação cadastral
- WS 05 - Informa à RFB o uso do DBE pelo Órgão de Registro;
- WS 06 - Defere o DBE: Gera CNPJ e atualiza a base de dados da RFB;
- WS 07 – Deferimento de filial com sede em outra UF
- WS 08 – Deferimento de processos por parte da RFB
- WS 09 - Recupera dados de um CPF na RFB;
- WS 11 - Recupera dados de um CNPJ na RFB;
- WS 15 – Envio de eventos de MEI
- WS 17 – Deferimento de ofício lida RFB
- WS 22 - Recebimento das solicitações canceladas
- WS 35 - Recupera dados de um DBE na RFB;
- WS 50 - Serviço de Licenciamento, Alvará e Inscrições Tributárias
- WS 99 - Recebimento de dados da RFB
- Alteração para adaptar-se ao novo formato de Serviços da RFB.
- Carga de MEI dos serviços da Receita Federal para a Junta Comercial

4.5.20 Módulo Requerimento Livro Digital

O Livro Contábil é um sistema disponibilizado no Órgão de Registro, que permite ao cidadão preencher o Requerimento Eletrônico de Livro contábil digital, capturando e validando as informações preenchidas na base de dados do Órgão de Registro. Ao preencher o requerimento, o sistema gera a capa do processo e a guia de pagamento.

Os dados preenchidos no Requerimento são verificados e validados pelo Órgão de Registro e as exigências são enviadas e disponibilizadas para o requerente no próprio Requerimento.

4.5.21 Módulo Processo Digital

Este módulo dá andamento ao processo interno do Órgão de Registro de forma digital, garantindo a integridade das imagens e documentos originais.

Características:

- Digitaliza o processo após o protocolo;
- Trabalha as imagens do instrumento;
- Todo andamento é feito pelo REGIN®;
- O processo tramita digitalmente;
- Faz o andamento para o setor de análise;
- O Analista tem acesso às imagens do processo para análises;
- Permite solicitar parecer do procurador ou vogal do Órgão.

4.5.22 Módulo de Controle de Qualidade

Este módulo é responsável pelo envio dos dados da empresa para as instituições. Antes do envio ele verifica as inconsistências existentes, apresentando-as na tela, não permitindo o envio até que sejam corrigidas.

Não havendo inconsistências, os dados são enviados.

4.5.23 Módulo Consulta Web – Consulta Cadastro SIARCO

Este módulo permite ao usuário do REGIN® consultar dados e imagens dos arquivamentos de empresas registradas no Órgão de Registro.

- Consulta dos dados de empresas cadastradas no Órgão de Registro;
- Consulta de bloqueios;
- Consulta de Livros;
- Visualiza os arquivamentos de processos das empresas.

4.5.24 Módulo Consulta de Processo – MOBILE

Disponível para *Android* e *iOS*, o aplicativo permite ao cidadão consultar protocolos de serviços encaminhados ao Órgão de Registro.

4.5.25 Módulo Arrecadação Sede - Boletos

- Geração de Boleto Bancário para os processos da Junta Comercial e demais Módulos do REGIN Central se propondo a estar em conformidade ao padrão Febraban Convênio Bancário;
- Processo de atualização de pagamentos na base do REGIN® de forma automática através do sistema de arrecadação bancária e verificação de pagamentos;
- Consulta de pagamentos para que os usuários da Junta possam verificar a baixa dos boletos da Junta Comercial;
- Integração automática com os demais módulos do REGIN Central para baixa e liberação de processos e serviços de forma integrada.
- Estatística de Arrecadação.

4.5.26 Módulo Arrecadação das Regionais

Tem por objetivo agilizar o controle da arrecadação e das baixas bancárias dos escritórios regionais, onde a confirmação de pagamento do boleto será atualizada no sistema REGIN® mediante a execução do procedimento de importação do arquivo disponibilizado pela instituição bancária. O Módulo de Arrecadação das Regionais conta com as seguintes funcionalidades:

a) Documentos de Arrecadação – DAM

- i) **Emissão DAM:** permite a emissão de DAM avulso caso o escritório regional queira utilizá-lo para outras finalidades, visto que o sistema REGIN® gera boletos automaticamente. Sendo que a emissão pode ser realizada por Pessoa Física (CPF e Emissor) e Pessoa Jurídica (CNPJ e Emissor), com a opção do Qr Code de PIX;
- ii) **Consulta/Emissão DAM:** solução que permite, com base nos filtros de pesquisa (Unidade, Tributo, Receita, Número de Identificação, Num. Protocolo/Doc. Origem, Num. documento DAM, Data de Vencimento, Datas Início e Fim da Emissão, Código de Barras, Situação do Pagamento, entre outros), o controle dos DAM emitidos contendo os detalhes como número do documento DAM, tipo de identificação (CPF, CNPJ, Inscrição Imobiliária entre outras), data de vencimento, valor e situação; ainda possuindo opções de detalhamento e cancelamento do DAM emitido. A opção ainda conta com a consulta manual de pagamentos via Pix. Outra opção que a funcionalidade apresenta é a realização dos registros de auditoria, onde é possível registrar qualquer ação do usuário ao realizar consulta, baixa ou alteração nas guias de arrecadação;
- iii) **Consulta DAM Ext:** solução que permite consultar e emitir a 2ª via do DAM. Através da utilização dos filtros: Num. Documento DAM, Tipo de Identificação (CPF, CNPJ, Inscrição Imobiliária entre outras), Número Identificação e Num. Protocolo / Documento Origem. Permite a consulta manual de pagamentos via Pix.
- iv) A geração de DAM com a modalidade de Cobrança Registrada e integração bancária;
- v) A parametrização do Documento de Arrecadação para emissão dos escritórios regionais, com no mínimo os seguintes parâmetros:
- vi) Emissão de DAM para os Escritórios Regionais;
 - a. Cadastramento de Receitas distintas para cada DAM;
 - b. Mensagem pré-cadastrada para cada DAM;
 - c. Valor individualizado para cada Escritório Regional;
 - d. Identificação do emissor por CPF, CNPJ.

b) Conta Corrente - Banco

- i) **Registro Repasse Bancário:** permite registrar e processar os repasses bancários das instituições bancárias conveniadas aos escritórios regionais para recebimento da arrecadação, assim como filtrar o repasse bancário por banco, período de arrecadação ou período repasse. O processamento dos repasses pode ser realizado utilizando as opções de busca de aviso de crédito pela data de arrecadação ou pela data do repasse.
- ii) **Estorno Repasse Bancário:** solução que permite realizar os estornos de registros de repasse bancário através da utilização de filtros de pesquisas como o período de arrecadação ou período de repasse, pela instituição bancária desejada.
- iii) **Contas Correntes:** solução que permite realizar buscas por ano de arrecadação. Possibilitando ter o controle, por mês, do total arrecadado, do total repassado, do saldo e da situação. Ainda é possível a visualização do resumo mensal, onde são mostrados os detalhes do dia referente à arrecadação bancária.

c) Dados da Arrecadação

- i) **Consulta Pagamentos:** permite realizar busca pelos pagamentos de tributos, conforme as opções dos filtros, como Tributo, Receita, Período de pagamentos, Instituição Bancária, Código de Barra, entre outros. A consulta retornará o quantitativo de pagamentos, conforme as opções selecionadas nos filtros, e cada registro do pagamento poderá ter suas informações detalhadas. O sistema permite que essas informações sejam exportadas para uma planilha Excel ou para um arquivo em PDF.
- ii) **Detalhe Arquivo do Banco:** permite a visualização detalhada dos lotes das informações dos documentos de arrecadação. A busca pode ser realizada utilizando os filtros Banco, Número do documento do DAM, Código do Lote, Número de Autenticação e por Período de Arrecadação. Cada registro poderá ter as informações detalhadas do documento.
- iii) **Lotes Bancários:** permite a busca dos lotes bancários através dos filtros de Banco, Layout do Arquivo, Situação (Carregado, Processado, Erro, entre outros) e por Período de Arrecadação. Cada lote também poderá ter suas informações detalhadas, com a possibilidade para baixar o arquivo para o computador local do usuário; permitindo também a realização de upload do arquivo de lote bancário, através do layout do arquivo (Cobrança Registrada ou DAM/FEBRABAN).
- iv) Possibilidade de realização de apuração automática de acordo com os arquivos de arrecadação das instituições bancárias conveniadas aos escritórios regionais para recebimento da arrecadação;
- v) A arrecadação bancária por instituição financeira e por escritório regional;
- vi) Emissão de relatório mensal por código de receita dos valores arrecadados.

d) Editais e Contratos

- i) Registro de editais e contratos firmados entre as instituições e os bancos;
- ii) Possibilita a criação e a gestão das instituições bancárias conveniadas. A busca por um banco pode ser realizada utilizando os filtros: Código do Banco, Nome do Banco ou pela sua Situação (Ativo ou Inativo);
- iii) Possibilita a criação e a gestão das agências bancárias dos bancos conveniados. A busca por uma agência bancária pode ser realizada utilizando os filtros: Banco, Nome da Agência, Código da Agência ou pela sua Situação (Ativo ou Inativo);
- iv) Possibilita a criação e a gestão das contas bancárias as instituições. A busca por contas bancária pode ser realizada utilizando os filtros: Banco, Agência e sua Situação (Ativa ou Inativa).

e) Integração com o sistema REGIN®

- i) Integração com o sistema REGIN®, para que, na geração de processo, quando o usuário escolher uma regional, seja gerado o boleto daquela regional, com seus dados bancários individualizados;
- ii) Integração com o sistema REGIN®, para que no pagamento do boleto da regional o processo possa ser liberado no sistema para andamento do processo na Junta Comercial;
- iii) O recebimento por meio de webservice de arquivos de arrecadação das instituições bancárias conveniadas aos escritórios regionais para recebimento da arrecadação;
- iv) Geração de boletos de cobrança registra com Qr Code Pix integradas via webservice com os bancos cadastrados;
- v) Consulta de boletos e consulta de Pix via webservice com os bancos cadastrados;
- vi) O controle de arquivos de arrecadação das instituições bancárias conveniadas aos escritórios regionais para recebimento da arrecadação;

4.5.27 Módulo Login Gov.BR

Módulo de autenticação de usuário através do Login Único (Brasil Cidadão), atendendo deliberação da Receita Federal do Brasil.

Ao realizar o Login, o usuário é redirecionado para a página do Gov.br onde seu acesso será autenticado.

4.5.28 Módulo Processo Automático – Lei Liberdade Econômica

Este Módulo se propõe a ser baseado na Lei 13.874, também conhecida como Lei da Liberdade Econômica, que prevê o deferimento automático de registros de abertura de empresas que atendam aos requisitos necessários.

- Na Viabilidade, é feita uma avaliação de nome e endereço para verificação se há algum impedimento para a criação da empresa.
- No requerimento Eletrônico, é validado se a natureza jurídica é LTDA, EIRELI ou Empresário individual e que no QSA não possua representantes.
- Empresários e sócios assinam o documento através de **certificado digital**, se propondo a utilizar um contrato padrão, definido pelo DREI - Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.
- Após a confirmação do pagamento do Documento de Arrecadação, imediatamente o registro é efetuado.
- O processo é autenticado, deferido o DBE e enviada a Via Única de forma automática.
- O processo é colocado na fila de processos para análise posterior pela Junta Comercial, no prazo de até 2 dias.

4.5.29 Módulo ChatBot – Atendente Virtual

Chat com atendente virtual (Robô) para orientar o usuário de serviços da Junta Comercial, através de perguntas e opções de respostas utilizando princípios de AI - Inteligência Artificial, para agilizar o acesso às informações ou funcionalidades conforme a necessidade do usuário. O direcionamento é feito através de 2 módulos distintos:

- **Orientações** passo-a-passo para uso do Requerimento Empresarial na abertura, alteração e baixa de Empresa;
- **Emissão** das Certidões Simplificada, Inteiro Teor e Específica.

4.5.30 Módulo Cadastro de Empresas

O acesso à aplicação deverá ser feito através do menu da aplicação REGIN, conforme o perfil do usuário autenticado.

- A aplicação permite a busca da empresa por vários filtros tais como NIRE, CNPJ, Natureza Jurídica e outros;
- A aplicação busca as empresas cadastradas na Junta Comercial e permite atualizar os dados cadastrais, persistindo as alterações no banco de dados da Junta Comercial;
- Ao finalizar a operação é solicitado o motivo da alteração, essa informação, assim como o usuário que a efetuou, ficarão gravados em um arquivo de log.

4.5.31 Módulo Balcão Único

O usuário preenche todas as informações necessárias para o Registro e Licenciamento da sua empresa. O Usuário será informado da finalização de cada etapa do processo:

1. **No site da Junta – Viabilidade:**

- O usuário preenche os dados da Viabilidade e o sistema valida se a viabilidade se encaixa nas premissas para dar entrada pelo Balcão Único;
 - Finalizando o preenchimento da Viabilidade, os dados são enviados aos órgãos envolvidos;
 - O usuário não precisa aguardar aprovação dos órgãos para dar continuidade ao processo: é direcionado para o preenchimento do Requerimento Eletrônico.
2. **No site da Junta - Requerimento Eletrônico:**
- Importa os dados da viabilidade e o usuário preenche os dados necessários para geração do DBE e outras informações para cadastro no Órgão de Registro;
 - Emissão automática dos documentos: Capa, Instrumentos Contratuais e Boleto de Pagamento;
 - O sistema valida se a Viabilidade foi deferida e envia os dados para geração do DBE na RFB.
3. **No site – Assinador:**
- Os sócios assinam os documentos e finalizam para dar entrada do processo no Órgão de Registro;
 - O sistema valida se o DBE foi deferido e o boleto pago, e dá entrada do Processo no Órgão de Registro, sendo o usuário informado;
 - O processo segue o trâmite normal no Órgão de Registro igual ao Processo Automático.
4. **Benefícios:**
- Para Estados, municípios, administração pública:
- ✓ Digitalização e automatização das respostas do processo de abertura de empresas;
 - ✓ Incentivo à integração dos órgãos que atuam no processo;
 - ✓ Fomento ao empreendedorismo local e aumento da formalização;
 - ✓ Melhoria da gestão sobre empresas abertas e da atuação dos órgãos de fiscalização;
 - ✓ Melhor prestação e percepção do cidadão em relação à prestação do serviço público;
 - ✓ Geração de mais emprego e renda local;
 - ✓ Elevação da posição do estado e município nos rankings que avaliam a facilidade para realização de negócios, sobretudo quanto ao tempo de respostas e crescimento do percentual de aumento de empresas abertas:
 - Mapa de Empresas gov.br/ mapadeempresas;
 - Ranking Doing Business Subnacional.
- Para Usuário dos serviços:
- ✓ Simplificação para abertura da empresa (redução de procedimentos);
 - ✓ Facilidades e redução de custos do certificado digital de pessoa física;
 - ✓ MENOS tempo com a burocracia, MAIS tempo para gerir o negócio;
 - ✓ Tudo de forma SIMPLES e em um ÚNICO lugar.

4.5.32 Módulo Carteira do Empresário

Emissão pelo Órgão de Registro de carteira de identificação do empresário.

Características do módulo:

1. Solicitação on-line do requerimento de carteira de exercício profissional física ou digital:
 - O requerente, por meio de acesso on-line, poderá realizar a solicitação da Carteira de Exercício Profissional, Física ou Digital, de qualquer localidade.
 - No processo de solicitação serão inseridas pelo usuário informações pessoais que permitem a conferência do requerimento no atendimento presencial, além de permitir eventuais atualizações do cadastro da Junta Comercial;
2. Emissão e controle automático de taxas;
3. Agendamento on-line do comparecimento presencial, se necessário;
4. Sistema de gerenciamento do workflow da solução;
5. Geração de arquivo para impressão da carteira de exercício profissional;
6. Sistema para validação on-line da validade da carteira de exercício profissional;
7. Estoque base da carteira de exercício profissional;

A solução emite relatórios gerenciais e estatísticos de emissão das Carteiras de Exercício Profissional.

4.5.33 Módulo Portal de Serviços Municipais

Possibilita a análise de processos específicos de um município:

Contribuintes estabelecidos no Município

- Inscrição Municipal para empresa estabelecida no município e que não se cadastrou via REDESIM - Integrador REGIN;
- Atualização Cadastral de empresa já estabelecida no município.

Contribuintes não Estabelecidos no Município - Inscrição Fiscal

- Inscrição destinada ao prestador ou tomador de serviços responsável pelo recolhimento do imposto sobre serviços no município e que esteja estabelecido fora do município.

Unidades Dependentes

- Inscrição destinada a unidades dependentes de empresa já estabelecida (matriz ou filial) no município (Torres de telefonia, caixas eletrônicos, etc.).

Inscrição Temporária - Contribuinte não estabelecido no município

- Inscrição temporária destinada ao contribuinte estabelecido em outro município, mas que exercerá atividade em local fixo no município (Parques, Circos, Feiras).

Profissional Autônomo

- Inscrição, alteração cadastral e baixa de profissional autônomo e/ou seu(s) respectivo(s) Estabelecimento(s).

Produtor Rural

- Inscrição, alteração cadastral e baixa do produtor rural e respectivos Estabelecimentos;
- Cadastro da Agricultura Familiar – CAF;
- Emissão de documentos: extrato do produtor rural, boletim de produção e outros;

4.5.34 Módulo MOBILE Consultas Administrativas Diversas

Diversas consultas e relatórios são disponibilizados para facilitar a gestão administrativa do órgão de Registro.

- Relatório dos processos na situação atual (Na Fila, Em Análise, Em exigências etc.)
- Relatório de Produtividade dos Analistas
- Relatório de Processos Protocolados e Finalizados
- Relatório de Processos na Fila para Análise
- Relatório de Processos por Unidade e Sessão
- Consulta de Despachos da Decisão Colegiada
- Gestão de documentos do trâmite digital
- Consulta de Processos em posse do Analista
- Consulta de Processo
- Registro de Andamento do Processo
- Cadastro de Ausência dos Analistas
- Manutenção de Perfil dos Analistas
- Atribuição/Direcionamento de Processo ao Analista
- Gerenciamento de Malote
- Importação de imagens para o GED
- Consulta de Pagamentos
- Consulta do DBE
- Deferimento Manual do DBE
- Consulta CNPJ na RFB

4.5.35 Módulo Alteração Automática

Na Alteração Automática, o usuário preenche todas as informações necessárias a alteração da empresa e é informado na finalização de cada etapa do processo.

5. No site da Junta - Requerimento Eletrônico:

- Usuário informa se usará o deferimento automático:
- Se sim, o processo é deferido automaticamente pela Junta.

- Importa os dados do DBE preenchido no site da RFB e outras informações para cadastro no Órgão de Registro;
- Emissão automática dos documentos: Capa, Instrumentos Contratuais e Boleto de Pagamento;

6. No site – Assinador:

- Os sócios assinam os documentos e finalizam para dar entrada do processo no Órgão de Registro;
- O sistema valida se o DBE foi deferido e o boleto pago, e dá entrada do Processo no Órgão de Registro;
- O processo segue o trâmite normal no Órgão de Registro igual ao Processo Automático.

4.5.36 Módulo Distrato Automático

No DISTRATO, o Usuário preenche todas as informações necessárias para a baixa da sua empresa e ele será informado na finalização de cada etapa do processo:

1. No site da RFB:

- O usuário preenche os dados do DBE de Baixa.

2. No site da Junta - Requerimento Eletrônico:

- Usuário informa se usará o deferimento automático ou não;
- Importa os dados do DBE da RFB e outras informações para cadastro no Órgão de Registro;
- Emissão automática dos documentos: Capa, Instrumentos Contratuais e Boleto de Pagamento;

3. No site – Assinador:

- Os sócios assinam os documentos e finalizam para dar entrada do processo no Órgão de Registro;
- O processo segue o trâmite normal no Órgão de Registro igual ao Processo Automático.

4.5.37 Módulo Paralisação dos Serviços

Este Módulo do REGIN é utilizado para agendamento de paralisação dos serviços do órgão em datas ou horários específicos.

4.5.38 Módulo PIX

Na emissão do boleto bancário será adicionada uma página ao arquivo .PDF com as informações do QRCode - PIX.

A confirmação do pagamento via PIX estará disponível no arquivo de conciliação bancária.

Também será disponibilizado um serviço online para verificação desses pagamentos, sem a necessidade de aguardar o arquivo de conciliação do Banco.

Características:

- Rapidez: Transações concluídas em poucos segundos, recursos disponíveis para o recebedor em tempo real.
- Disponibilidade: 24 horas por dia, sete dias por semana, inclusive feriados.
- Facilidade: Experiência facilitada para o usuário.
- Barato: Gratuito para pessoa física pagadora. Custo baixo para os demais casos.
- Seguro: Robustez de mecanismos e medidas para garantir a segurança das transações.
- Aberto: Estrutura ampla de participação, possibilitando pagamentos entre instituições distintas.
- Versátil: Instrumento multiproposta, que pode ser usado para pagamentos independente de tipo e valor da transação, entre pessoas, empresas e governo.

Integração: Informações importantes para conciliação poderão cursar junto com a ordem de pagamento, facilitando a automação de processos e a conciliação dos pagamentos.

4.5.39 Módulo Assinador Digital Gov.Br

1. Possibilita que o Assinador Digital da ProSolution utilize o serviço de assinatura digital avançada Gov.Br para assinar documento PDF;
2. O procedimento de assinatura é feito autenticando o usuário no Gov.Br e verificando se o mesmo tem disponível o certificado digital;

3. Caso tenha disponível, é enviado um HASH do PDF para o serviço de assinatura do Gov.Br que retorna a assinatura desse HASH para ser inserido no PDF;
4. Após inserir a assinatura no PDF, o sistema verifica se a assinatura pertence ao CPF que deveria assinar, caso positivo, o PDF assinado é gravado no sistema.

4.5.40 Módulo Assinador Digital - em Nuvem

Possibilita que o Assinador da ProSolution faça certificação digital de documentos PDF utilizando API de assinatura de certificado em nuvem.

- O procedimento de assinatura é feito verificando se o CPF do assinante tem certificado em nuvem;
- Caso tenha certificado em nuvem, é requisitado ao usuário o token de autorização disponibilizado pelo aplicativo;
- O token e o PDF são enviados à API de assinatura em nuvem que retorna o PDF assinado;
- O sistema verifica se a assinatura é do CPF que assina o documento e caso seja, grava o PDF assinado no sistema.

4.5.41 Módulo REGIN GED – Integração com o GED da Junta Comercial

Altera o armazenamento das imagens geradas pela via única e certidão, do banco de dados MySQL, para um servidor de arquivos utilizando a ferramenta GED Chemistry.

- A aplicação atualiza os dados dos processos autenticados pelo REGIN, para atualizar as imagens no serviço GED da Junta Comercial.
- A recuperação da imagem dos processos utilizados pelo GED é feita através de um serviço de Web Service consumido pelas aplicações proprietárias da Junta Comercial.

4.5.42 Módulo Integração com a Prefeitura Municipal Capital

Permite a Integração com as Secretarias da Prefeitura: Urbanismo, Fazenda, Meio Ambiente, Vigilância Sanitária, e outras.

Desta forma é possível definir processamento especiais para cada secretaria: envio do processo, emissão de licenças e boletos de pagamento de taxas, fluxo do processo, resposta da análise etc.

Este módulo pode ser implantado na Prefeitura nas seguintes áreas: Fazenda (Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ), Meio Ambiente (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEDUR) e Vigilância Sanitária (Secretaria Municipal da Saúde – SMS).

4.5.43 Módulo Portal de Assinatura Digital

Possibilita a entrada digital de processo na Junta Comercial garantindo que as pessoas corretas assinem os documentos.

Possui integração com os módulos de requerimento do sistema REGIN (Requerimento Eletrônico, Requerimento Universal [Outros Arquivamentos], Requerimento de Livro Contábil).

Assinador Digital
Consulta de Protocolos

Pesquisa de Protocolo

Instituição: *
Nr. Protocolo / Nr. Requerimento:

Selecione uma instituição

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL PARÁ
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SANTA CATARINA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
LEILOEIRO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CARTÓRIO NOTARIAL ADABES

Dados do Processo

Empresa: SPINDI & SIZEN ADVOGADOS
Protocolo: 81400000542994 Ato: 23027 - CONSTITUIÇÃO
Protocolo do Requerimento Eletrônico: 81400000542994
Atualizar Dados
Pesquisar Processos

Status da Assinatura

Seu processo e todos os documentos foram assinados e enviados com sucesso.
Data de envio: 24/06/2024 19:28:55
Para consultar o andamento do seu processo [clique aqui](#)

Ações Documento Ato Origem

INSTRUMENTO PRINCIPAL 23027 - CONSTITUIÇÃO Informado pelo Solicitante

Atenção - Informações para Utilização

Para utilização do assinador digital são necessários os seguintes itens:
1 - Instalar ou atualizar o Java 1.8 para a versão mais recente. Utilize o site <https://www.java.com> para verificar e baixar.
2 - Ter um certificado que siga o padrão ICP-Brasil.
3 - O certificado deve ser de pessoa física. Um certificado de pessoa jurídica não é válido para assinatura desses documentos.
4 - Caso seu certificado seja A3: Se certificar de que os programas e drivers do cartão/token estejam devidamente instalados, configurados e reconhecidos pelo sistema operacional.
5 - Caso seu certificado seja A3: Conectar o cartão/token ao computador antes de iniciar o processo de assinatura de um documento.

Pesquisar Processos

4.5.44 Módulo Convênio

Instituição faz convênio com a Junta Comercial para ter acesso à consulta de informações cadastrais de empresas. Exemplos: Prefeituras, Tribunal de Contas da União, do Estado, do Município, Tribunal de Justiça, Polícia Federal, Ministério Público, etc.

Funcionalidades:

1. Cadastramento da Instituição.
2. Cadastramento do Convênio (ex.: Junta x PF).
3. Cadastramento do usuário da instituição.
4. Associar o usuário ao Convênio específico.
5. Permite estatísticas de uso por Instituição.
6. Registro/consulta de pagamentos referentes ao convênio.

4.5.45 Módulo Gerenciador Atos e Pareceres

A Junta Comercial gerencia de forma eletrônica todas as resoluções plenárias, disponibiliza a informação ao público interno e externo e gerencia os pareceres da sua procuradoria que poderão servir de jurisprudência na análise dos processos de Registro Empresarial.

Funcionalidades:

1. Gerenciamento de Atos Normativos e Pareceres REGIN®
 - 1.1. Incluir Documento: o sistema apresenta tela de criar documentos, com as informações:
 - Carregamento de Arquivo;
 - Arquivo;
 - Documento;
 - Nome;
 - Situação;
 - Nº ato legal;
 - Secretarias;
 - Instrumento Legal;
 - Data de publicação;
 - Restrição;
 - Ementa;
 - Autor;
 - Palavra-chave;
 - Palavra-chave Seleccionadas;
 - 1.2. Ao clicar na área carga o sistema apresenta uma janela para selecionar o arquivo que deseja ser importado para o cadastro na base de dados do módulo;
 - O ator preenche os campos acima;
 - O ator aciona o botão salvar;
 - O sistema valida as regras de negócio;
 - 1.3. Consultar Pasta de Documentos: permite consultar as pastas já cadastradas possibilitando a inclusão de novas pastas onde serão classificados os documentos legislação. O sistema apresenta a tela com os seguintes filtros:
 - Pasta de Documento;
 - Pasta Superior;
 - 1.4. O ator clica no botão buscar;
 - 1.5. O sistema apresenta as informações segundo o critério escolhido;
 - 1.6. O sistema avalia critérios informados, caso não encontre a restrição lista as seguintes informações:
 - Pastas de documentos
 - Pastas superior
 - 1.7. Criar Palavra-Chave: o sistema apresenta a tela de inclusão, com as seguintes informações:
 - Pasta Documento;
 - Pasta Superior;

- 1.8. O ator preenche o campo pasta de documento e poderá selecionar uma unidade superior;
- 1.9. Caso o usuário não selecione uma unidade superior o sistema vai salvar como seja uma nova pasta independente.

4.5.46 Módulo Leiloeiros - Agentes Auxiliares do Comércio

Controla as concessões de matrícula, o cancelamento e a fiscalização da atividade de Leiloeiro Público Oficial, cadastro/atualização do legado, e emissão de certidões. Em adição ao registro de empresas, se propõe a seguir a IN Nº 52, de 29/07/2022, emitida pelo Departamento Nacional de Registro e Integração (DREI), as responsabilidades das Juntas Comerciais também abrangem:

- Matrícula de administradores de armazéns gerais e trapicheiros;
- Habilitação, nomeação, matrícula e cancelamento de Tradutor Público e Intérprete Comercial;
- Concessão de matrícula, cancelamento e fiscalização da atividade de Leiloeiro Público Oficial.

O módulo Leiloeiro conta com as seguintes funcionalidades:

- Menu quero ser leiloeiro
- Solicitar matrícula de leiloeiro
- Já sou leiloeiro

Na tela inicial do módulo existem dois menus de opções.

- Quero ser leiloeiro: Este menu consiste de duas funcionalidades, a primeira funcionalidade tem como finalidade a solicitação da matrícula de leiloeiro, a segunda funcionalidade é para o acompanhamento e consultas dos andamentos do processo de matrícula.
- Solicitar matrícula de leiloeiro: Nesta opção o requerente precisa ter ciência dos requisitos para ser leiloeiro, clicar no aceite e avançar para a próxima tela de preenchimento do requerimento, preenchendo os campos de informações pessoais com dados pessoais, endereço residencial, endereço comercial e forma de apresentação de caução.
- Finalizando o preenchimento do requerimento, obrigatoriamente o requerente precisa baixar os arquivos (Requerimento de Matrícula, Declaração de Desimpedimento e Termo de Compromisso), gerados pelo sistema, assinar e anexar no sistema para análise.
- Finalizada a etapa de preenchimento de dados e assinaturas dos documentos, o sistema disponibiliza as seguintes ações que precedem a análise:
 - ✓ Geração do processo na Junta Comercial com o respectivo número de protocolo do processo para ser apresentado para análise da Junta Comercial.
 - ✓ Geração da guia de pagamento.
 - ✓ Emissão de Relatório do Requerimento.
 - ✓ Altera os dados do Leiloeiro (Correção e dados).
 - ✓ Envio online da solicitação.
 - ✓ Integração com a aplicação Protocolo Web para a identificação de pagamento e entrada de processo da Junta Comercial.
- Já sou leiloeiro, nessa opção o Leiloeiro vai encontrar os seguintes serviços:
 - ✓ Solicitar certidão de regularidade.
 - ✓ Atualizar dados da matrícula.
 - ✓ Cancelar sua matrícula como leiloeiro.
 - ✓ Cadastrar preposto.
 - ✓ Consultar o andamento da solicitação.

4.5.47 Módulo Painel Empresarial

Permite consultas públicas a dados cadastrais da Junta Comercial e através dos resultados dos diversos filtros possam solicitar a compra dessas informações.

A solução que utiliza os dados do registro empresarial e dados de integração da REDESIM que são coletados e geridos através do sistema REGIN® permitirá amplo acesso de informações a toda a sociedade.

O Módulo Painel Empresarial conta com as seguintes funcionalidades:

Painel de Business Intelligence (BI): painel intuitivo e visual, permitindo aos usuários realizarem consultas de forma eficiente e gerar relatórios.

Funcionalidades Principais:

Consulta de Empresas: o usuário pesquisa empresas por nome, CNPJ, atividade econômica, natureza jurídica, porte e localização;

Estatísticas: o usuário poderá pesquisar e visualizar as estatísticas através do painel BI das empresas da Junta Comercial. O painel disponibilizará filtros para a geração do resultado: Ano de abertura, Mês, Setor de Atuação, Município, Porte da Empresa, Atividade Econômica e Natureza Jurídica.

Os resultados serão apresentados de forma clara e organizada no painel do BI, que contará com dados e gráficos estatísticos sobre:

- Empresas Abertas por: Porte, Total de empresas abertas, Município, Setor, Atividade econômica, Natureza jurídica e Mês.
- Empresas Ativas por: Porte, Total de empresas ativas, Município, Setor, Natureza jurídica e Seção de atividade econômica.

Geração de Relatórios: o usuário poderá selecionar empresas a partir dos resultados da consulta e gerar relatórios personalizados. Os relatórios poderão incluir informações como quantidade de empresas descobertas, estatísticas de atividades econômicas, distribuição por natureza jurídica e tamanho por porte.

Exportação de Dados: a plataforma permite a exportação de dados e relatórios em diferentes formatos, como Excel, CSV e PDF.

Painel de Controle: os administradores terão acesso a um painel de controle para gerenciar usuários, atualizar a base de dados e monitorar o desempenho da plataforma;

Cadastrar informações de valores de acordo com a quantidade de registros;

Fonte de Dados: uma base de dados será alimentada com informações atualizadas de empresas, incluindo endereços, atividades econômicas, natureza jurídica e porte;

Rotina de criação de tabela fato: criação de rotinas de atualização e criação de tabela fato para a realização das consultas com o intuito de manter a base separada das bases de atuação do sistema e controle da gestão de informações;

Carregamento da base de dados de empresas na Junta Comercial, com os seguintes dados: CNPJ, NIRE, Nome, Porte, Natureza Jurídica, CNAE principal e secundária, Matriz ou Filial, Região do Município, Endereço (município, bairro, logradouro), Situação Cadastral e Faixa do Capital Social.

4.5.48 Módulo Autoridade de Registro (AR)

Autoridade de Registro é a entidade responsável por realizar os processos de conferência presencial de documentos e identidade de quem está interessado em emitir um Certificado Digital. A AR atua tanto com pessoas físicas quanto jurídicas.

As Autoridades de Registro trabalham em conjunto com uma Autoridade Certificadora (AC). A validação de informações, de documentos e a coleta de assinaturas, necessários durante a emissão do Certificado Digital, é feito por meio de uma AR. A entidade é responsável por representar uma AC e realizar todo o procedimento com mais agilidade e segurança.

O Módulo Autoridade de Registro conta com as seguintes funcionalidades

1. Módulo Controle de Acesso:

- Criação de usuários com todos os dados necessários para o gerenciamento de acessos, como Nome, CPF, E-mail, Nível de Acesso (Administrador Geral, Administrador local e Usuário), informação da vinculação com a unidade onde está alocado, Matrícula, Celular, Cargo, Lotação.
- O acesso ao sistema por meio de login com CPF e senha criptografada para cada Escritório Regional;
- Gerenciamento dos usuários e suas informações cadastrais, com a utilização de filtros que facilitam a busca. Os filtros contemplados são: CPF, Nome, CNPJ da instituição vinculada, tipo de visibilidade (externa, interna ou ambas), Situação (pendente, ativo ou inativo), Lotação, Nível de Acesso (Administrador Geral, Administrador local e Usuário) e Funcionalidade;
- O usuário poderá redefinir sua senha, pela opção “Deseja Redefinir sua senha?” na tela inicial de login do módulo. Ou também poderá alterá-la internamente na sua área do perfil, e ao realizar esta alteração, o usuário será notificado por e-mail.

2. Módulo Autoridade de Registro:

- **Solicitação do Certificado Digital:** funcionalidade que exibirá para o usuário, nos serviços da Junta Comercial, as opções dos certificados existentes (e-CPF A1, e-CPF A3, e-CNPJ A1 e e-CNPJ A3).
 - ✓ Para cada opção de certificado o valor deverá ser informado. Haverá também na solicitação, opção para que sejam anexados documentos (em formato PDF) pertinentes a cada tipo de certificado digital;
 - ✓ O boleto será gerado no final do pedido junto com o número do protocolo. As opções de preenchimento serão disponibilizadas para o usuário conforme o tipo de certificado, se para pessoa física ou para pessoa jurídica.
- **Agendamentos:** funcionalidade para o administrador e o agente de registro, ao estar logado no sistema, consultar os agendamentos para realizar os atendimentos, visualizar todas as informações detalhadas a respeito daquele agendamento.
 - ✓ Na consulta dos agendamentos, caso o acesso seja pelo administrador, todos os agendamentos de todos os agentes de registro deverão aparecer. Caso o acesso seja de um agente, apenas os agendamentos associados a ele deverão aparecer;
 - ✓ O usuário poderá utilizar os filtros como o Número de Solicitação, CPF do Solicitante, Nome do Solicitante ou pelo Status (Pendente, Agendada, Em andamento, entre outros);
 - ✓ As informações do agendamento são: Nome do responsável pelo uso do certificado, Número do agendamento, Data agendada, Tipo de certificado, Formato da validação, Data de pagamento do boleto e Listagem de Anexos.
 - ✓ A gestão dos agendamentos poderá ser administrada no sistema, onde o usuário responsável poderá realizar as atribuições dos agendamentos e também poderá retirar as atribuições dos agendamentos. Uma opção para consultar as atribuições também estará disponível para a verificação dos que ainda não foram executados, dos que estão em execução, dos que estão em exigência, dos que retornaram de exigências e dos que já foram concluídos;
 - ✓ O agente de registro poderá realizar a validação do comprovante de agendamento através da chave de verificação;
 - ✓ Após finalizar o agendamento, será enviado um e-mail para o solicitante com a confirmação da solicitação do agendamento, contendo as informações e detalhes como: Número do agendamento, Data, Hora e o formato (presencial ou videoconferência);
 - ✓ Na gestão dos agendamentos, é possível imprimir o comprovante do agendamento, detalhar as informações, alterar a data agendada (reagendar) ou então cancelar o agendamento;

- ✓ Toda vez que houver agendamentos, alterações, cancelamentos, ou reagendamentos do agendamento, será disparado um e-mail com as informações específicas para cada uma, tanto para o usuário (externo) quanto para o agente de registro responsável;
 - ✓ O agente de registro poderá colocar uma solicitação em exigência para que o usuário possa cumprir a pendência. Nessa funcionalidade o agente de registro poderá consultar, incluir e alterar, além de remover tipos de documentos da lista que foram inseridos;
 - ✓ O sistema disponibiliza a geração de relatório de agendamento, com o objetivo de gerenciar todos os agendamentos;
 - ✓ O sistema também possibilita que sejam gerados relatórios dos agendamentos com documentação pendente.
 - **Solicitações:** funcionalidade para escolher a forma de emissão do certificado, podendo ser presencial ou por videoconferência. A opção por videoconferência só estará disponível para aqueles que já possuem biometria cadastrada pela Autoridade Certificadora ou carteira de motorista cadastrada na base de dados do DENATRAN.
 - **Parametrizações:** Nesta opção é possível realizar diversas parametrizações para a funcionalidade do módulo de Autoridade de Registro, como:
 - ✓ A criação de novo tipo de certificado digital, especificando sua descrição, nome, validade (em anos), valor do certificado e se é pessoa física ou jurídica;
 - ✓ A criação de associações de data/hora de agendamento, selecionando o local e o analista nas listas, a forma de cadastro selecionando as horas de início e fim e o tempo (em minutos) do atendimento; ao realizar a busca pelos agendamentos já realizados, o usuário poderá detalhar, editar ou colocar como ativo ou inativo;
 - ✓ A parametrização das perguntas frequentes e suas respostas que aparecerão na página de dúvidas frequentes sobre a Autoridade de Registro;
 - ✓ Gerar tipos de anexos, e colocar se é obrigatório ou não, estabelecendo o tipo do documento;
 - ✓ Gerar tipos de documentos com os identificadores de Nome, Descrição e Status (Inativo ou Ativo). Esses tipos de documentos serão relacionados aos tipos de anexos;
 - ✓ Também será possível gerar novos formatos de validação de emissão do certificado, além dos já existentes (Presencial ou por Videoconferência);
 - ✓ A parametrização também possibilita a inclusão de novos analistas no módulo Autoridade de Registro. O cadastro é feito com o preenchimento do CPF e Nome.
 - **Distribuição e redistribuição:** funcionalidade do sistema que permite que todo agendamento com boleto pago seja automaticamente distribuído para algum agente de registro cadastrado e ativo. Permite também que todo agendamento já distribuído possa ser redistribuído para um agente de registro aleatório que esteja cadastrado ou algum agente específico cadastrado.
 - **Certificados:** funcionalidade para solicitação de novo certificado digital. O usuário seleciona as informações disponíveis nos filtros: Tipo de Pessoa e Tipo de Certificado. O campo Valor do Certificado será mostrado automaticamente, conforme o que foi selecionado nos filtros. O usuário seguirá com o preenchimento dos demais campos com a área com as informações do responsável pelo uso do certificado digital e o campo disponível para anexar documentos. Após o preenchimento de todos os campos, deverá realizar a solicitação clicando no botão "Solicitar Certificado".
 - **Relatórios:** funcionalidade que permite a geração de relatórios dos certificados emitidos. O usuário poderá exportar a lista dos certificados gerados para uma planilha. Os filtros disponíveis para a geração do relatório são: Tipo de pessoa (Física ou Jurídica), Tipo de Certificado, Status (aguardando agendamento, pendente, agendado, em exigência, entre outros), CPF do Responsável, Nome do Responsável, CNPJ da Empresa, Data da solicitação Inicial e Final.
- 3. Integrações do Módulo Autoridade de Registro com outros sistemas:**
- Integração com o sistema da Autoridade Certificadora (AC), ao realizar a solicitação do certificado digital e o agendamento, onde será possível fazer a validação biométrica, possibilitando o usuário consultar se está apto ou não para realizar a validação por videoconferência;

- Integração via API da Autoridade Certificadora (AC), após ter feito a escolha do tipo de certificado, para que seja obtido o número do agendamento criado (protocolo) e disponibilizado o boleto com o respectivo valor do certificado escolhido;
- Integração com a página com informações de suporte da Autoridade Certificadora (AC), com as opções Assistente virtual e Central de Serviços. Neste caso, o usuário não precisa estar logado no portal de serviços;
- O módulo fará integração com o portal da Autoridade de Certificação (AC), é uma empresa ou organização que atua para validar as identidades de entidades (como sites, endereços de e-mail, empresas ou pessoas físicas) e vinculá-las a chaves criptográficas através da emissão de documentos eletrônicos conhecidos como certificados digitais.

4. Cadastro e Consulta dos Agentes de Registro:

Os agentes de registros deverão ser cadastrados no sistema para ter acesso ao Módulo de Arrecadação. Os campos de cadastro do usuário são: Nome, CPF, E-mail, Senha, Repetir Senha, Tipo do Perfil (Administrador ou Agente de Registro), Status (Ativo ou Inativo), Presente (campo para indicar se o agente está presente ou ausente),

A opção de consulta do cadastro possibilita, além da consulta, o gerenciamento do cadastro para realizar as alterações necessárias no cadastro. Os filtros na tela são: Nome, Tipo do Perfil (Todos, Administrador, Agente de Registro), Somente Ativos, Somente Inativos, Somente Presente.

5. Página de Suporte e Dúvidas Frequentes:

Página de suporte é onde conterà informações de suporte da Autoridade Certificadora (AC) para qualquer usuário externo, com o objetivo de fornecer informações de suporte a respeito da certificação digital. As opções de suporte ao usuário são:

- Assistente Virtual da Autoridade Certificadora (AC): onde existirá um link de acesso para o atendimento virtual da AC;
- Central de Serviços da Autoridade Certificadora (AC): onde existirá um link para a página de formulário de registro se solicitação de serviços da AC.
- Página de Dúvidas Frequentes é onde será disponibilizado as perguntas e respostas para as dúvidas mais frequentes sobre a certificação digital, através de uma lista pré-cadastrada na base de dados;
- O usuário não precisará estar logado no portal de serviços para ter acesso as páginas de suporte e dúvidas frequentes.

4.5.49 Módulo Chamados e Atendimento

Permite a unificação de todo o atendimento aos usuários em uma única plataforma, concentrando informações de produtividade dos atendentes, número de solicitações, esclarecimento de dúvidas e atendimento aos usuários.

Funcionalidades:

1.1. Usuário externo (Contador, Empresário e público em geral)

- 1.1.1. Abrir Solicitação;
- 1.1.2. Minhas Solicitações – Minhas Solicitações Abertas;
- 1.1.3. Minhas Solicitações - Minhas Solicitações Abertas – Botão Ver;
- 1.1.4. Minhas Solicitações – Minhas Solicitações Finalizadas;
- 1.1.5. Consulta Solicitações;
- 1.1.6. Detalhe da Solicitação;
- 1.1.7. Funcionalidade – Detalhe da Solicitação/Anexar Arquivo;
- 1.1.8. Detalhe da Solicitação/Adicionar Comentário;

1.2. Usuário (Interno, gestor Junta Comercial)

- 1.2.1. Abrir Solicitação Interna;
- 1.2.2. Abrir Solicitação Externa;
- 1.2.3. Minhas Solicitações – Minhas Solicitações Abertas;
- 1.2.4. Minhas Solicitações - Minhas Solicitações Abertas – Botão Ver;
- 1.2.5. Minhas Solicitações – Minhas Solicitações Finalizadas;
- 1.2.6. Minhas Solicitações - Minhas Solicitações Finalizadas – Botão Ver;

- 1.2.7. Minhas Solicitações - Minhas Solicitações Finalizadas – Botão Avaliar;
- 1.2.8. Consulta Solicitações;
- 1.2.9. Detalhe da Solicitação;
- 1.2.10. Detalhe da Solicitação – Anexar Arquivo;
- 1.2.11. Detalhe da Solicitação/Adicionar Comentário;
- 1.2.12. Detalhe da Solicitação – Adicionar Comentário Interno;
- 1.2.13. Responder Solicitações - Responder Solicitação;
- 1.2.14. Responder Solicitações - Solicitações Atribuídas;
- 1.2.15. Responder Solicitações - Solicitações Atribuídas – Botão Responder;
- 1.2.16. Minhas Respostas - Solicitações Respondidas;
- 1.2.17. Minhas Respostas/ Solicitações Respondidas/ Botão Ver;
- 1.2.18. Minha Produtividade – Formulário de Consulta;
- 1.2.19. Minha Produtividade – Consulta dos Dados;

4.5.50 Módulo Inteligência Artificial

Módulo Inteligência Artificial - Contract AI REGIN® na Junta Comercial, buscando aprimorar a eficiência na análise de processos por meio da automação e inteligência artificial.

O Contract AI REGIN® foi desenvolvido para:

- i. Modernizar e desburocratizar o processo de abertura e alteração e baixa de empresas, reduzindo o prazo na elaboração e análise dos processos;
- ii. Auxiliar de modo eficaz e seguro os profissionais voltados à confecção e análise de processos;
- iii. Ofertar uma uniformização nas exigências dos processos e diminuir a subjetividade na análise que, por muitas vezes, dificulta o entendimento do empresário.

1. Benefícios:

- 1.1. Eficiência Operacional: Redução significativa do tempo dedicado à entrada manual de dados e análise de documentos.
- 1.2. Conformidade Legal: Se propõe a estar em conformidade com as regras e regulamentações específicas do órgão de registro, evitando penalidades e erros.
- 1.3. Minimização de Erros: A automação do processo reduz a probabilidade de erros humanos, assegurando a precisão dos dados.
- 1.4. Adaptabilidade: A capacidade de aprendizado de máquina permite ao sistema adaptar-se a mudanças nas legislações e padrões documentais ao longo do tempo.

2. Introdução:

O Módulo Sistema Integrado de Leitura de Imagens, Conversão em Texto, Análise Legal, Coleta Eletrônica e Aprendizado de Máquina é uma solução baseada em inteligência artificial, desenvolvida para otimizar e automatizar processos de órgãos de registro. Este sistema proporciona uma abordagem eficiente e precisa para a extração, análise e manipulação de dados presentes em documentos, se propondo a cumprir os requisitos legais estabelecidos.

O Projeto da inteligência artificial integrada à análise de processos levados a Registro empresarial – Contract AI REGIN® tem como finalidade, além de agilizar a análise de processos dentro do órgão de registro, auxiliar o analista responsável a identificar possíveis inconsistências nos processos levados à registro e solicitar correções coerentes e justas. A ferramenta é capaz de processar milhares de informações e realizar cruzamentos inteligentes para detectar e validar de forma automática, conforme diferentes tipos de contratos seguindo regras específicas.

Com o Contract AI REGIN® o processo de abertura, alteração e baixa empresarial ficará mais célere e fidedigno ao que a legislação vigente determina, uma vez que a chance de um documento ser registrado com vícios por falta de normas obrigatórias ficará cada vez menor, pois a ferramenta é desenvolvida com todas as validações necessárias para uma conferência totalmente segura e eficaz.

O Contract AI REGIN® também permitirá que o empresário possa utilizar a ferramenta para uma pré-análise do seu instrumento constitutivo, alterador ou de baixa a ser levado a registro e obtenha uma apreciação artificial valiosa que poderá evitar transtornos para seu negócio caso não o fizesse.

3. Atividades desenvolvidas

O módulo de Inteligência Artificial - Contract AI REGIN® tem como objetivo aprimorar a eficiência na análise de processos, utilizando técnicas de processamento de linguagem natural, aprendizado de máquina e reconhecimento óptico de caracteres (OCR). Esse sistema será capaz de:

- Extrair informações de contratos carregados pelos contadores ou empresários, utilizando OCR.
- Validar esses dados de acordo com as informações inseridas no Requerimento Eletrônico.
- Verificar a conformidade com as regras de legislação específicas para cada natureza jurídica.
- Analisar o histórico de contratos para identificar anomalias e criar um aprendizado de máquina contínuo.

4. Escopo do Sistema:

O sistema é projetado para:

- **Extração de Informações via OCR:**
Utilizar reconhecimento óptico de caracteres (OCR) para extrair informações relevantes de contratos carregados pelos contadores ou empresários.
- **Validação de Dados:**
Comparar automaticamente as informações extraídas com os dados inseridos nos Requerimentos Eletrônicos, assegurando consistência e precisão.
- **Conformidade com Legislação:**
Verificar a conformidade das cláusulas contratuais com as regras específicas de legislação para cada natureza jurídica, proporcionando uma análise mais aprofundada e precisa.
- **Análise de Anomalias e Aprendizado de Máquina:**
Analisar o histórico de contratos para identificar padrões e anomalias, permitindo que o sistema aprenda continuamente e aprimore sua capacidade de análise.

4.5.51 Módulo de Integração SERASA/Boa Vista

Desenvolvido para atender ao convênio estabelecido entre a Junta Comercial, SERASA e Boa Vista – SCPC, promovendo uma integração eficiente entre as entidades envolvidas, otimizando a troca de informações, contribuindo para a transparência e eficácia nos processos relacionados às empresas constituídas, alteradas ou baixadas.

Objetivo:

Facilitar e automatizar o processo de geração e envio de arquivos contendo dados de empresas constituídas, alteradas ou baixadas em um período determinado, de acordo com o layout específico de cada instituição.

Funcionalidades:

1. Acesso ao Módulo:

- Destinado aos servidores do setor de cadastro.
- Permite gerar arquivos, tratar inconsistências, gerar guias de pagamento e enviar os arquivos via caixa postal das instituições.
- Disponível no menu do REGIN® Central, com o título "INTEGRAÇÃO SERASA/BOA VISTA".

2. Geração de Arquivo:

- Requer a informação do período, da Instituição Integrada e com/sem MEI.
- Após fornecer os dados desejados, o usuário pode clicar no botão "Gerar".

- Os arquivos gerados ficam disponíveis para download.
- Os layouts dos arquivos são automaticamente ajustados conforme os requisitos de cada instituição.

3. Envio do Arquivo:

- Cada instituição tem seu próprio mecanismo de envio.
- O cadastro para acesso ao sistema de envio é realizado diretamente pela instituição.
- O módulo facilita o processo de geração, mas o envio efetivo é feito através dos canais disponibilizados por cada instituição.

4. Benefícios:

- Agiliza o processo de geração de arquivos, economizando tempo dos servidores do setor de cadastro.
- Minimiza erros ao seguir os layouts específicos de cada instituição.
- Oferece uma interface centralizada no REGIN®, facilitando o acesso e a operação.

4.5.52 Módulo Plenária

Módulo Plenária Online é uma solução para atender à necessidade do registro e da gestão das plenárias, assim como das atas e dos seus participantes. A aplicação permite agilidade nos trâmites, nas assinaturas digitais e na gestão desses documentos com mais facilidade.

Funcionalidades do Módulo

1. Cadastro de abertura de uma plenária;
2. Cadastro de participantes da plenária;
3. Cadastro de Pauta da plenária;
4. Envio de e-mail, com o documento, para que seja enviado para os participantes da plenária.
5. Alterar Pauta e registrar para conversão em Ata;
6. Cadastro de participantes da plenária, com nome, cpf e e-mail.
7. Envio de e-mail para acesso a Ata para os mesmos participantes com o link para que possam assinar o documento digitalmente;
8. Integração com o Módulo Gestor de Atos Normativos para arquivamento automático da Ata;
9. Integração com o sistema assinador REGIN® para que os participantes da Reunião Plenária possam assinar a Ata da Plenária;
10. Relatórios geração de relatórios gerenciais das plenárias.

4.5.53 Módulo de Integração com Receita Estadual

Aplicação disponibilizada no site do órgão de registro que permite o empresário regularizar a empresa na Receita Estadual (SEFAZ).

Com base no CNPJ e município informado, o REGIN® acessa os dados no órgão de registro e valida a informação com os dados registrados.

Se os dados estão válidos, é feita a integração com o sistema do Secretaria Estadual de Fazenda.

4.5.54 Módulo Cálculo de Porte e Risco

Este módulo permite o sistema calcular automaticamente o porte e risco de cada uma das atividades da empresa por área da prefeitura ou do órgão estadual do meio ambiente, a partir da informação do porte da empresa e do potencial poluidor da atividade econômica.

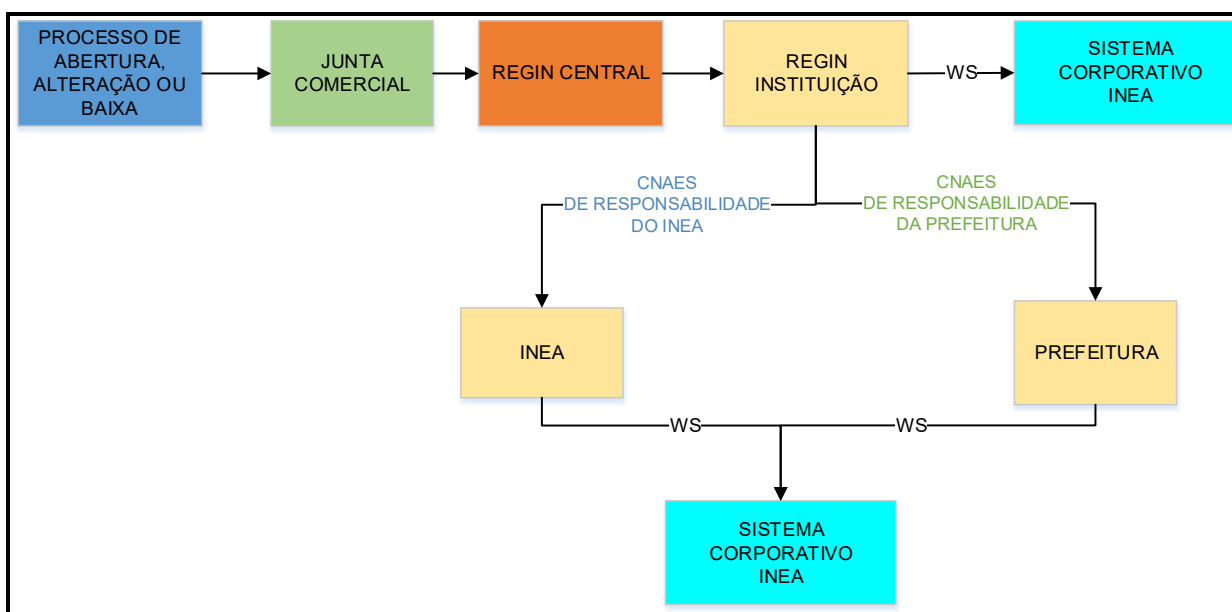
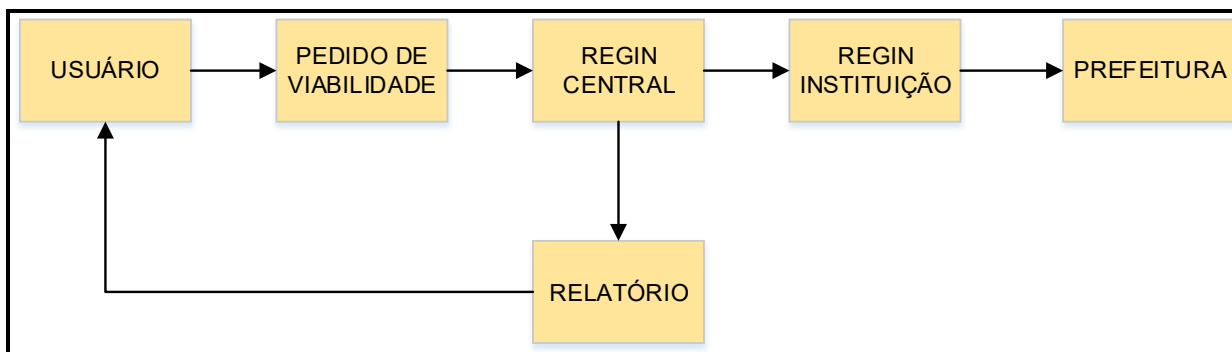
Cada área da prefeitura ou do órgão estadual do meio ambiente tem, individualmente:

- Níveis de porte
- Níveis de risco
- Regras de cálculo de níveis de porte da empresa, potencial poluidor da atividade econômica e o risco;

Quando configurada e habilitada, o sistema disponibiliza um formulário especial na viabilidade para que o solicitante responda perguntas que vão auxiliar nos cálculos.

A partir destas respostas, o analista define as licenças a serem liberadas para cada uma das áreas e para cada uma das atividades do processo.

A carga de regras através de planilha Excel.



4.5.55 Módulos do REGIN 2.0

O **REGIN 2.0** é a última versão do Sistema REGIN Instituição e está implantado em municípios do Estado do Rio de Janeiro, através do trabalho de consultoria e treinamento da empresa PROSOLUTION.

O **REGIN 2.0** está composto pelos seguintes módulos:

- Viabilidade Automática;
- Formulário de Risco Automático;
- Cálculo e Porte de Risco
- Vistoria;
- Relatórios;
- BI – Business Intelligence;
- Legalização de Inscrição no Corpo de Bombeiros;
- Integração com a Vigilância Sanitária e emissão de licenças sanitárias;
- Integração com Órgãos Ambientais e emissão de licenças ambientais;
- Integração com Outras Entidades;
- Plano Diretor.

4.5.56 Módulo Viabilidade Automática

Esse módulo permite o deferimento automático do pedido de viabilidade para as atividades econômicas de baixo risco, se propondo a seguir as regras definidas pela lei de liberdade econômica.

Funcionalidades:

1. Cadastramento no sistema Plataforma **REGIN® 2.0** dos Imóveis do Município;
2. Cadastramento no sistema Plataforma **REGIN® 2.0** das regras de zoneamento e Plano Diretor do município;
3. Cruzamento no sistema Plataforma **REGIN® 2.0** das regras de zoneamento com os CNAE pretendidos.

4.5.57 Módulo de Formulário de Risco Automático

Parametrização da legislação municipal por atividade econômica, organizada através de tabelas de atividade;

Parametrização de formulário mostrado no Pedido de Viabilidade com perguntas cadastradas (opcionalmente por CNAE) cujas respostas determinam o risco e o porte do empreendimento;

Customização da Plataforma REGIN® Municipal 2.0 em sua estrutura de armazenamento de dados e aplicações, permitindo uma interface de respostas pelo cidadão, que indique o Porte e o Potencial do seu negócio.

4.5.58 Módulo Cálculo de Porte e Risco

Este módulo permite o sistema calcular automaticamente o porte e risco de cada uma das atividades da empresa por área da prefeitura.

Cada área tem, individualmente, suas regras para análise do risco.

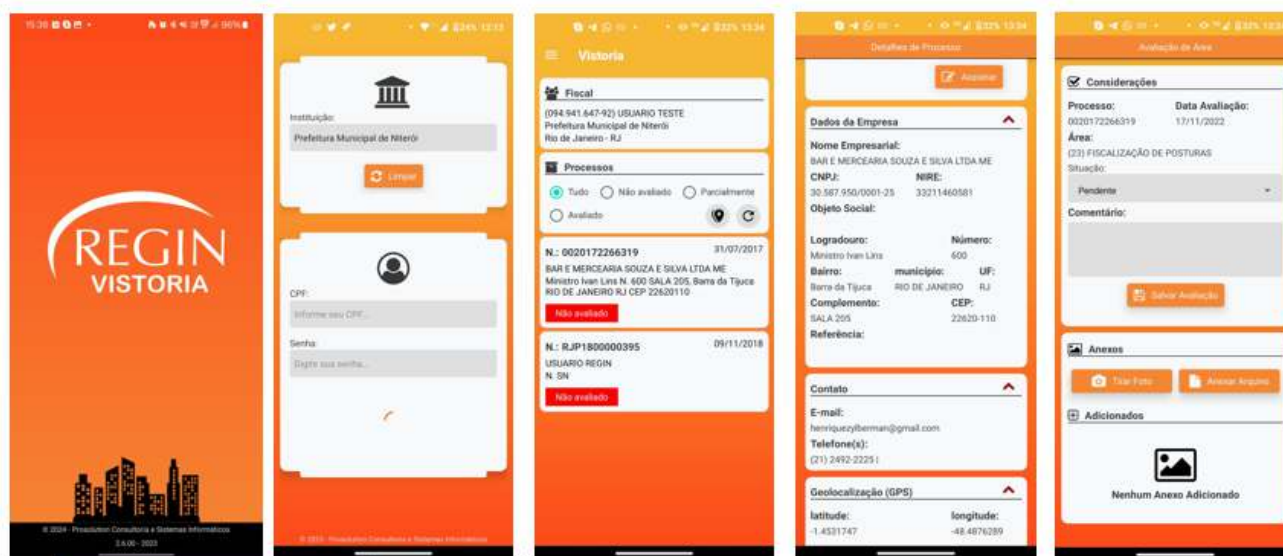
Quando configurada e habilitada o sistema disponibiliza um formulário especial na viabilidade para que o solicitante responda perguntas que vão auxiliar nos cálculos.

Permite que o analista defina as licenças a serem liberadas para cada uma das áreas e para cada uma das atividades do processo.

4.5.59 Módulo de Vistoria

Este módulo foi desenvolvido para funcionar em dispositivos móveis, como *tablets* e *smartphones* que utilizem o sistema *Android*, com acesso seguro para o envio de fotos, validação da localidade por GPS e o resultado da vistoria para o Módulo Central do REGIN®.

Não é necessário ponto de internet durante o processo de vistoria no estabelecimento e, após a vistoria, ao se conectar em uma rede WIFI ou móvel, os dados são sincronizados automaticamente.



4.5.60 Módulo de Relatórios

Permite criar e gerar relatórios e estatísticas sobre os protocolos enviados pelo órgão de registro, existindo as seguintes opções 'default':

Relação de protocolos, com:

- Tempo de Análise de Protocolo;
- Processos por Ano;
- Processos por Mês/Ano;
- Processos por Situação;
- Processos por Tempo e Atividade;
- Processos por Tempo e Área;
- Processos por Logradouro e Bairro;
- Processos por área de análise do processo.

4.5.61 Módulo BI – Business Intelligence

1. Objetivo

Desenvolvimento de BI - Business Intelligence, para a Junta Comercial, que permita o acompanhamento das ações do Estado junto a REDESIM, como tempo de abertura de empresas, atividades econômicas, tempo das instituições envolvidas no processo de legalização de empresas

etc., com vistas a tomada de decisões que possam contribuir com a maior celeridade do ambiente de negócios no Estado.

2. Benefícios

- Permitir através de painéis uma visão geral da situação da REDESIM no Estado e no município;
- Permitir que sejam realizadas ações dentro dos municípios, otimizando os andamentos dos seus processos de análise e retorno junto a REDESIM;
- Dar transparência aos envolvidos no processo da REDESIM quanto ao tempo de abertura de empresas desde a viabilidade até a legalização.

3. Usuários do sistema

- Cidadão;
- Junta Comercial;
- Instituições responsáveis.

4. Visão geral do produto

Desenvolver os painéis do BI que forneçam informações de forma ágil e intuitiva, que possam fomentar as ações de desenvolvimento do REDESIM no Estado.

4.5.62 Módulo de Legalização de Inscrição no Corpo de Bombeiros

Aplicação disponibilizada no site do órgão de registro que permite o contribuinte regularizar a empresa no Corpo de Bombeiros.

Com base no CNPJ e município informado, o REGIN® acessa os dados no órgão de registro e valida a informação com os dados registrados.

Se os dados estão válidos, é feita a integração com o sistema do Corpo de Bombeiros para determinar o tipo de licença.

Dependo do CNAE e as informações preenchidas no formulário de risco, é gerada a:

- Declaração de Dispensa de Documento de Regularização
- Declaração de Aprovação de Baixo Risco Simplificado
- Declaração de Dispensa de Documento para Baixo Risco Dispensada de Documento de Regularização no Corpo de Bombeiros

Se a legalização não foi enquadrada como processo simplificado, para a regularização junto ao Corpo de Bombeiros, será necessário solicitar o Laudo de Exigências e posteriormente o Certificado de Aprovação.

Para a solicitação do Laudo de Exigências, será necessário elaborar um projeto técnico ou um projeto de segurança contra incêndio e pânico, dependendo das características do estabelecimento.

4.5.63 Módulo de Integração com a Vigilância Sanitária e emissão de licenças

A aplicação de integração da legalização com a Vigilância Sanitária Estadual funciona da seguinte forma:

- Com base no CNAE informado de interesse da VISA, é gerado um arquivo XML para análise e informação para a VISA;
- No caso da VISA municipal, o protocolo é disponibilizado para análise e emissão de licenças sanitárias, segundo regras de negócio de cada prefeitura.

4.5.64 Módulo de Integração com Órgãos Ambientais e emissão de licenças ambientais

A aplicação de integração da legalização com o órgão estadual de meio ambiente disponibiliza um formulário de risco que permite cadastrar perguntas de interesse.

Dependendo da resposta, a empresa é classificada de alto, médio ou baixo risco, além da determinação do tipo de licença.

No caso municipal, o protocolo é disponibilizado para análise e emissão de licenças ambientais, segundo regras de negócio de cada prefeitura.

4.5.65 Módulo de Integração com Outras Entidades

A critério da Junta Comercial poderão ser feitas integrações com outras entidades conveniadas na REDSIM.

A sistemática da integração é definida e desenvolvida pela ProSolution através de contato direto com a entidade.

4.5.66 Módulo do Plano Diretor

Com a implementação da REDESIM tornou-se obrigatório a implantação do processo de Consulta Prévia junto aos Órgãos de Registro e aos Órgãos Licenciadores para verificar a viabilidade de funcionamento da empresa.

Esta obrigatoriedade aumentou a quantidade de processos nas Instituições, exigindo uma maior demanda de trabalho dos funcionários que analisam cada Viabilidade, seja para abertura ou alteração de dados da empresa.

Com objetivo de agilizar este processo, a ProSolution desenvolveu funcionalidades para automatizar a análise da Viabilidade, liberando assim os funcionários para se dedicarem a outros expedientes.

A automatização da análise da Viabilidade inicia com a integração do Plano Diretor do Município ao sistema REGIN® Instituição. As informações do Plano Diretor são importadas para a base de dados do REGIN.

Através do número do IPTU e do grupo de atividades econômicas informada pela empresa, o REGIN® verificará a existência ou não de restrições de cada atividade no respectivo endereço, identificando se a empresa poderá ou não se estabelecer sem restrições.

Este módulo contém as aplicações que fazem a manutenção dos atributos do Plano Diretor, permitindo importar um Plano Diretor, corrigir ou atualizar as informações do Plano Diretor já carregado na base de dados do REGIN®.

Nesta versão 4 foi implantado o conceito de atividades permitidas e atividades não permitidas. Inicialmente o sistema cadastrava apenas as atividades permitidas em cada zoneamento. Atualmente podem ser cadastradas as permitidas ou não permitidas, pois este universo é menor e facilita o controle. Esta opção deve ser informada por e-mail a Junta Comercial que, posteriormente, comunicará a ProSolution.

A carga do Plano Diretor é feita conforme definido nas seguintes etapas:

1. Geração do arquivo das Planilhas Excel com os dados do Plano Diretor.
2. Importação do arquivo do Plano Diretor para a base de dados do REGIN®.
3. Parametrização do sistema.

Após conclusão destas etapas, o REGIN® estará apto a automatizar a análise da Viabilidade através das seguintes funcionalidades:

1. Análise automática das Atividades Econômicas que não tenham restrição.
2. Análise semiautomática da Viabilidade para Atividades Econômicas com Restrição.

5 ESTUDO DE CASO

Constituir uma empresa em um município onde não existem escritórios regionais da Junta Comercial, da RFB, da Secretaria Estadual de Fazenda e outros.

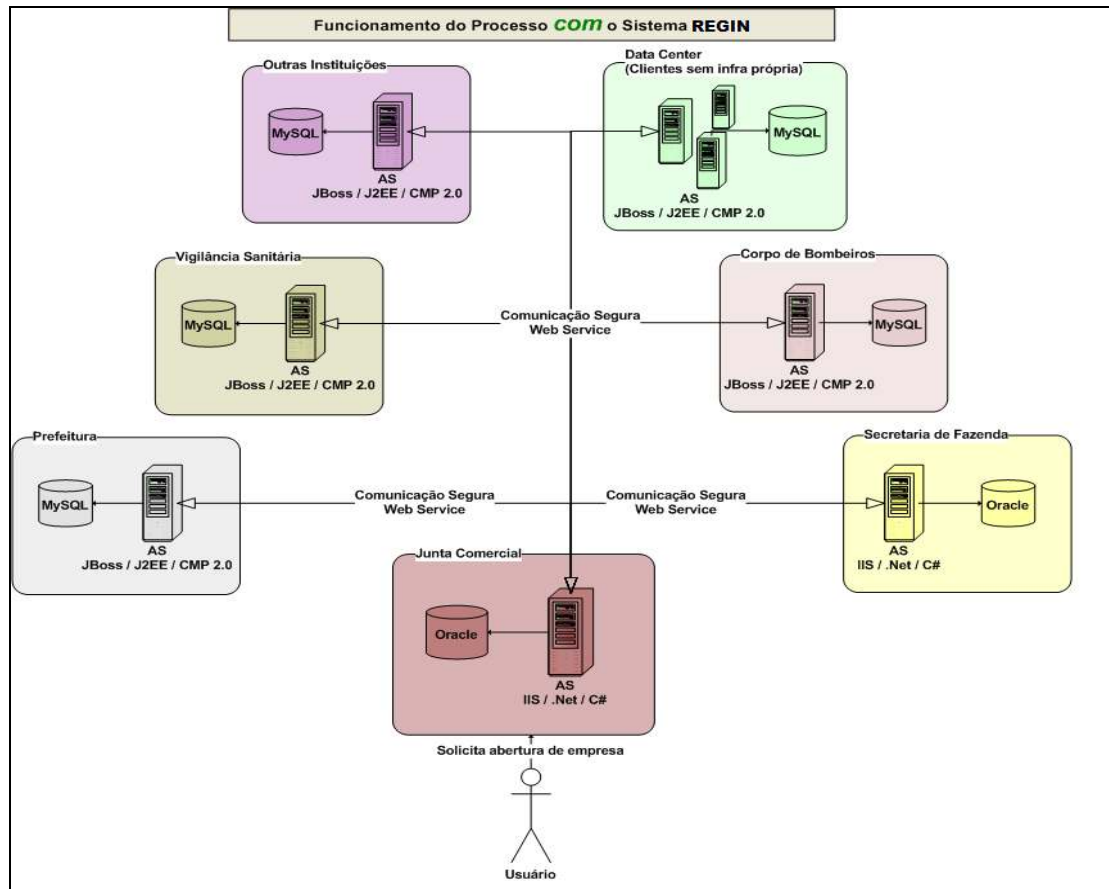
a. **SEM REGIN**

O cidadão terá que se dirigir ao município mais próximo onde haja escritório das instituições acima relacionadas para realizar a consulta sobre as exigências para iniciar o processo de abertura da empresa. Uma vez reunidas cada uma das solicitações, o cidadão deverá registrar seu processo no Órgão de Registro e, após a aprovação, dará entrada no pedido de seu CNPJ na RFB e solicita o Alvará e licença de funcionamento em cada uma das instituições exigidas pelo município onde será aberta a empresa.

b. **COM REGIN**

O cidadão, sem se deslocar de seu escritório, preenche a viabilidade e recebe o parecer de cada instituição de forma eletrônica ao acompanhar seu processo. Após o deferimento de sua consulta prévia, ele reunirá a documentação necessária e levará até o escritório do Órgão de Registro para iniciar o processo de registro da empresa. Não ocorrendo pendências, o cidadão terá a sua empresa registrada, com o número de inscrição no CNPJ da RFB e seu processo seguirá eletronicamente para as demais instituições para liberação de registros como: Inscrição Estadual na Secretaria de Fazenda do Estado e de Alvará das instituições municipais.

Do seu escritório pode acompanhar todo trâmite do seu processo via internet, sem a necessidade de se deslocar às instituições para verificar pendências ou deferimento.



6 PRINCIPAIS VANTAGENS DO REGIN®

a. PARA O EMPRESÁRIO

- Em um só lugar é feito todo o trâmite para a constituição, alteração ou baixa da empresa;
- Utilizando a aplicação do Pedido de Viabilidade no site do Órgão de Registro, o cidadão economiza tanto em tempo como em custo no registro da empresa e ao final do processo recebe: um número de protocolo, uma relação com a documentação necessária, o custo estimado dos gastos e os possíveis impedimentos na abertura da mesma;
- Acompanha a tramitação do processo tanto no Pedido de Viabilidade como na legalização da empresa através de consulta via Internet, sendo informado do deferimento, indeferimento, da necessidade de documentação complementar que deverá apresentar e das pendências detectadas em cada instituição.

b. PARA AS INSTITUIÇÕES

- Unificar e centralizar no Órgão de Registro a entrada de todos os documentos e das informações cadastrais da empresa;
- As informações das atualizações feitas no Órgão de Registro são enviadas eletronicamente às entidades conveniadas para que essas possam atualizar seus cadastros;
- Recepção no Órgão de Registro das informações de cada instituição relativas à empresa envolvida no processo, criando naturalmente um link entre elas.

7 TECNOLOGIAS UTILIZADAS

| | Junta Comercial / Secretaria de Fazenda | REGIN Instituição (atual) Prefeitura / Corpo de Bombeiros / Vigilância Sanitária / DataCenter / Outros | REGIN Instituição 2.0 Prefeitura / Corpo de Bombeiros / Vigilância Sanitária / DataCenter / Outros |
|----------------------------------|---|--|--|
| Padrões utilizados | MVC – SOA - Aderência às recomendações W3C | | |
| Sistema Operacional | Microsoft Windows Server | Linux (Qualquer distribuição disponível) Android | |
| Banco de Dados | Oracle | MySQL | MySQL |
| Servidor de Aplicação | Microsoft IIS 7.0 | Wildfly 21.0.2 | Docker Embedded Tomcat / Python |
| Linguagem de Programação | C# | Java 1.8 (J2EE) | Java 11 |
| | JavaScript | | |
| | HTML | HTML | REACT |
| | Python | | |
| Framework | Microsoft .NET Framework | EJB CMP 2.0 (persistência) | JPA / Hibernate |
| | | Apache Struts (controle) | Spring Boot |
| | | Jakarta TagLib (visão) | Jakarta TagLib (visão) |
| | FastAPI, Uvicorn | | |
| Web Service | SOAP | | |
| | WSDL | | |
| | API RESTful | | |
| Ferramenta de BI e Relatórios | METABASE | | |

(O quadro acima apresenta os requisitos mínimos necessários para a instalação.)

VALIDADE DESTA CERTIDÃO 180 (CENTO E OITENTA) DIAS

São Paulo, 28 de agosto de 2025.

Assinado digitalmente por:
MANOEL ANTONIO DOS SANTOS
CPF: 677.162.708-00
Certificado emitido por AC VALID RFB v5
Data: 29/08/2025 10:38:15 -03:00



[#67716270800#]

ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE
MANOEL ANTONIO DOS SANTOS-DIRETOR JURÍDICO



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: SQ55F-YL4UL-S8J8G-KEXCX

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ MANOEL ANTONIO DOS SANTOS (CPF 677.162.708-00) em 29/08/2025 10:38 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

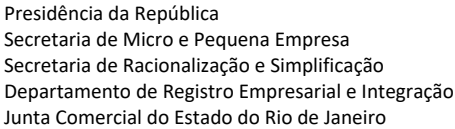
Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portal.digiforte.com.br/validate/SQ55F-YL4UL-S8J8G-KEXCX>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portal.digiforte.com.br/validate>

178/269



33.2.0747354-1

Sociedade empresária limitada

Empresa de Pequeno Porte

2024/00329818-7

12/04/2024 17:32:13

JUCERJA

Último arquivamento:

00005593533 - 24/07/2023

NIRE: 33.2.0747354-1

PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA

Boleto(s): 104690499

Hash: 47F2500D-2B74-403D-94E3-224C37289F67

| Orgão | Calculado | Pago |
|-------|-----------|--------|
| Junta | 460,00 | 460,00 |
| DREI | 0,00 | 0,00 |

REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

**Código
do Ato**

002

[illegible]**Requerente**

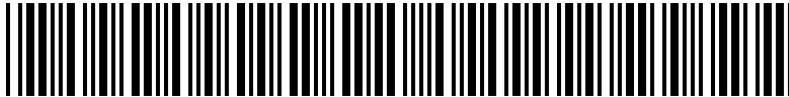
Rio de Janeiro

Local

12/04/2024

Data

| | |
|-----------------------------|--|
| Nome: | Rose Passos |
| Assinatura: | <p>ASSINADO DIGITALMENTE</p> <p>O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo</p> |
| Telefone de contato: | 2132176820 |
| E-mail: | rose120773@hotmail.com |
| Tipo de documento: | Digital |
| Data de criação: | 12/04/2024 |
| Data da 1ª entrada: | |



2024/00329818-7

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA

NIRE: 332.0747354-1 Protocolo: 2024/00329818-7 Data do protocolo: 12/04/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/04/2024 SOB O NÚMERO 00006182989 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 76603D3C06CC4A17189CD0A7FAAB20F3D9E7493794BD8FD716E049051A07F41AE

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladiigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 2/7



179/269 !



R. C. Passos Contabilidade Ltda.

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 11 DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda.
CNPJ: 07.273.558/0001-90

1. **MARCIA HELENA PEREZ DA CUNHA**, brasileira, viúva, Desenvolvedora de Sistemas, natural do Rio de Janeiro, nascida em 21/06/1960, portadora da cédula de identidade nº 04.712.020-9 expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº 848.517.837-87, residente e domiciliada na Rua Embaixador Egberto Mafra, nº 31, Apto 101 do Bloco J, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.620-210,
2. **EDSON DUPLAA SIMÃO**, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, solteiro, nascido em 06/09/1957, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº 601.494.777-91, portador da cédula de identidade nº 03962014-1 expedida pelo IFP/RJ, residente e domiciliado a Avenida Lúcio Costa, nº 2940 Bloco F Apto 101, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.620-172,
3. **TIAGO SEBASTIÃO LUIZ**, brasileiro, natural do Apucarana – PR, solteiro, nascido em 18/05/1986, Coordenador de Projetos, portador da cédula de identidade nº 42787883, expedido pelo SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 228.543.908-30, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 1.000, Torre C, Apto 1.603, Vila Santa Catarina, Americana, São Paulo, CEP: 13.466-320.
4. **ANTONIO CARLOS LOBIANCO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural do Rio de Janeiro, Estatístico, inscrito no CPF sob o nº 275.519.707-20, portador da cédula de identidade nº 2.273.077 expedido pelo IFP/RJ, residente e domiciliado a Rua Sylvio da Rocha Pollis, nº 201 Bloco 02 Apto 508, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.793-395 e,
5. **RAUL ENRIQUE OCANTO GAMBOA**, venezuelano, solteiro, natural de Caracas, Engenheiro de Sistemas, inscrito no CPF sob o nº 520.903.532-87, portador da cédula de identidade nº Y280110-T expedida pelo CIMCRE/CGPMAF, residente e domiciliado a Rua Sylvio da Rocha Pollis, nº 201, Bloco 02 Apto 1.212, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.793-395 únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada,
6. **PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA.**, com sede na Avenida das Américas, nº 700 Loja 306 C/E Bloco 08, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.640-100, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob o NIRE 3320747354-1 por despacho em 18/03/2005 e inscrita no CNPJ sob o nº 07.273.558/0001-90, com filial sediada à Travessa Quarta, nº 04, Curió-Utinga, Belém, PA, CEP: 66.610-214, registrada na Junta Comercial do Estado do Pará sob o NIRE 15900421757 por despacho em 11/12/2014 e inscrita no CNPJ sob o nº 07.273.558/0002-70 e com filial na Avenida Vinte de Janeiro, nº 1.019, Galpão 000B CXPTST, 181, Boa Viagem, Recife, PE, CEP: 51.130-120, registrada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco sob o NIRE 26902039115 por despacho em 10/11/2022 e inscrita no CNPJ sob o nº 07.273.558/0003-51, *resolvem, assim, alterar o contrato social conforme cláusula abaixo:*

1ª. Alteração do Objeto Social:

1-Neste ato, os sócios resolvem incluir no objeto social da matriz as seguintes atividades:
CNAE – 62.04-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação;
CNAE – 62.09-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;
CNAE – 63.11-9/00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet;
CNAE – 63.19-4/00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet;
CNAE – 63.99-2/00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente;

Av. Bruxelas, nº 127 – Bonsucesso – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 21.041-000

■ Fax: (21) 3217-6820 (21) 2560-1654 (21) 2560-1709

■ rose120773@hotmail.com

Página 1/4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA

NIRE: 332.0747354-1 Protocolo: 2024/00329818-7 Data do protocolo: 12/04/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/04/2024 SOB o NÚMERO 00006182989 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7660333C0F66C4417189CD0A7EAB20E3B9E74937994B2FD716B04905A0754FFA

Doc: Processo de Alteração de Contrato Social 11 Alteracao_15_04_2024.pdf (3/7)

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 3/7

180/269



R. C. Passos Contabilidade Ltda.

CNAE – 74.90-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente;

CNAE – 85.99-6/03 - Treinamento em informática.

2- Neste ato, os sócios resolvem incluir no objeto social da filial-PA as seguintes atividades:

CNAE – 62.02-3/00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis;

CNAE – 62.04-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação;

CNAE – 62.09-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;

CNAE – 63.11-9/00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet;

CNAE – 63.19-4/00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet;

CNAE – 63.99-2/00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente;

CNAE – 74.90-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente;

CNAE – 85.99-6/03 - Treinamento em informática.

3- Neste ato, os sócios resolvem incluir no objeto social da filial-PE as seguintes atividades:

CNAE – 62.04-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação;

CNAE – 63.19-4/00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet;

CNAE – 74.90-1/99 99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente;

2ª – Alteração do Capital Social:

Neste ato, os sócios resolvem aumentar o capital social da empresa para R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) provenientes da conta de Lucros Acumulados existente no balanço levantado em 31/12/2023.

3ª – Alteração do Endereço da Filial-PA:

Neste ato, os sócios resolvem alterar o endereço da filial-PA para: Travessa Quintino Bocaiúva, nº 2.301, sala 713, caixa postal 89, Batista Campos, Belém, PA, CEP: 66.045-315.

À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

Primeira – A sociedade gira sob o nome empresarial de: **PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA.**, com sua sede a Avenida das Américas, nº 700 Loja 306 C/E Bloco 08, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.640-100, com 01 (uma) filial sediada na Travessa Quintino Bocaiúva, nº 2.301, Sala 713, caixa postal 89, Batista Campos, Belém, PA, CEP: 66.045-315 e a outra filial, sediada na Avenida Vinte de Janeiro, nº 1.019, Galpão 000B CXPST, 181, Boa Viagem, Recife, PE, CEP: 51.130-120.

Segunda – O objeto social da Matriz e das filiais é:

62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação, 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, 63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de

Av. Bruxelas, nº 127 – Bonsucesso – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 21.041-000

■ Fax: (21) 3217-6820 (21) 2560-1654 (21) 2560-1709

■ rose120773@hotmail.com

Página 2/4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA

NIRE: 332.0747354-1 Protocolo: 2024/00329818-7 Data do protocolo: 12/04/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/04/2024 SOB O NÚMERO 00006182989 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 76603D3C0F66CA17189CD07EAB20E3B9E74193794B28FD16B04905A0754FFA

Doc: Processo de exigência de Licitação 1051/2023 Anexo: PROSOLUTION - CONTRATO SOCIAL_11_alteracao_15_04_2024.pdf (4/7)

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 4/7

181/269



R. C. Passos Contabilidade Ltda.

serviços de informação não especificadas anteriormente, 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente, 85.99-6-03 - Treinamento em informática.

Terceira - O capital social é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), dividido em 800.000 (oitocentos mil) cotas com valor nominal de R\$ 1,00 (hum real), totalmente subscritas e integralizadas neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

| SÓCIOS | % | COTAS | VALOR |
|------------------------------|-------|---------|----------------|
| Marcia Helena Perez da Cunha | 43,50 | 348.000 | R\$ 348.000,00 |
| Edson Duplaa Simão | 43,50 | 348.000 | R\$ 348.000,00 |
| Antonio Carlos Lobianco | 7 | 56.000 | R\$ 56.000,00 |
| Raul Enrique Ocantio Gamboa | 3 | 24.000 | R\$ 24.000,00 |
| Tiago Sebastião Luiz | 3 | 24.000 | R\$ 24.000,00 |
| TOTAL | 100 | 800.000 | R\$ 800.000,00 |

Quarta - A sociedade iniciou suas atividades em 08/03/2005 e seu prazo de duração é indeterminado.

Quinta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Sexta - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Sétima - A administração da sociedade caberá aos sócios Edson Duplaa Simão e Marcia Helena Perez da Cunha, podendo assinar individualmente, sendo vedado, no entanto, em atividades estranhas aos interesses da sociedade ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens da sociedade sem autorização dos outros sócios, atuando na melhor forma e no interesse da sociedade.

Parágrafo Único - Em suas deliberações os sócios adotarão preferencialmente a forma estabelecida no parágrafo 3º do Artigo 1.072 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

Oitava - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Primeiro - Por deliberação dos sócios a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

Parágrafo Segundo - A distribuição dos lucros poderá não obedecer à participação do sócio desde que aprovada pelos sócios cotistas.

Av. Bruxelas, nº 127 - Bonsucesso - Rio de Janeiro - RJ - Cep: 21.041-000
Fax: (21) 3217-6820 (21) 2560-1654 (21) 2560-1709
rose120773@hotmail.com

Página 3/4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA
NIRE: 332.0747354-1 Protocolo: 2024/00329818-7 Data do protocolo: 12/04/2024
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/04/2024 SOB O NÚMERO 00006182989 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7660133C0F66C4A17189CD0A7EAB20E3B9E7193794B28FD716B04905A0754F1F1
Doc: Processo de Integralização de Limitação de 05/1/2025 Anexo 1-SSA-CONFIRMAÇÃO SOCIAL_11_alteracao_15_04_2024.pdf (5/7)
Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





R. C. Passos Contabilidade Ltda.

Nona – Nos quatro primeiros meses ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Décima – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Décima-Primeira – Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Décima-Segunda – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Décima-Terceira – Os sócios declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.


Décima-Quarta – Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

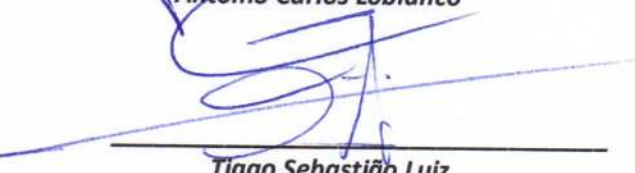
E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 01 (uma) única via.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2024.


Edson Duplaa Simão


Antonio Carlos Lobianco


Raul Enrique Ocanto Gamboa


Tiago Sebastião Luiz


Marcia Helena Perez da Cunha

Página 4/4

Av. Bruxelas, nº 127 – Bonsucesso – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 21.041-000

Fax: (21) 3217-6820 (21) 2560-1654 (21) 2560-1709

rose120773@hotmail.com

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA

NIRE: 332.0747354-1 Protocolo: 2024/00329818-7 Data do protocolo: 12/04/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/04/2024 SOB O NÚMERO 00006182989 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7660333C0F664A17189CD07EAB20E3B9E7493794B287D716B049055A0754F4

Doc: Processo de exigência de alteração de contrato social 11 alteracao_15_04_2024.pdf (6/7)

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 6/7

183/269

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA, NIRE 33.2.0747354-1, PROTOCOLO 2024/00329818-7, ARQUIVADO EM 15/04/2024, SOB O NÚMERO (S) 00006182989, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

| CPF/CNPJ | Nome |
|--|-----------------------------------|
|  023.872.617-71 | ROSIANY CRISTINA RODRIGUES PASSOS |

15 de abril de 2024.



Gabriel Oliveira de Souza Voi
Secretário Geral

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIENCIA DE FATO IMPEDITIVO
PARA HABILITAÇÃO

Eu, Edson Duplaa Simão, Sócio Administrador, representante legal da empresa ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 07.273.558/0001-90, com sede em Av. das Américas 700, loja 306C/E Bloco 08, bairro da Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, DECLARO, sob penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2025.

EDSON DUPLAA

SIMAO:60149477791

Assinado de forma digital por EDSON
DUPLAA SIMAO:60149477791

Dados: 2025.08.25 13:10:15 -03'00'

PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMA INFORMÁTICOS LTDA

EDSON DUPLAA SIMÃO
SÓCIO ADMINISTRADOR

Declaração de Não Parentesco

Eu, Edson Duplaa Simão, Sócio Administrador, representante legal da empresa ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 07.273.558/0001-90, com sede em Av. das Américas 700, loja 306C/E Bloco 08, bairro da Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, DECLARO, para os devidos fins, que a referida empresa, seus sócios, administradores e empregados, **não possuem relação de parentesco, afinidade ou consanguinidade, até o terceiro grau, com agentes públicos da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú** nos termos da legislação vigente.

Esta declaração é emitida em conformidade com o Artigo 37, §10, da Constituição Federal, que veda a nomeação ou contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança.

Legislação Aplicável:

- **Constituição Federal de 1988:** Artigo 37, §10.
- **Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos):** Artigo 9º, inciso III (e suas atualizações pela Nova Lei de Licitações 14.133/21).
- **Lei nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses):** Artigo 5º, inciso IV.
- **Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal (STF):** Dispõe sobre o nepotismo na administração pública.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações acima são verdadeiras.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2025.

EDSON DUPLAA
SIMAO:60149477791

Assinado de forma digital por EDSON
DUPLAA SIMAO:60149477791
Dados: 2025.08.25 13:05:50 -03'00'

PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMA INFORMÁTICOS LTDA

EDSON DUPLAA SIMÃO
SÓCIO ADMINISTRADOR

Declaração de Não Emprego de Menor de Idade

Eu, **Edson Duplaa Simão**, Sócio Administrador, representante legal da empresa **ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.273.558/0001-90, com sede na Av. das Américas 700, loja 306C/E Bloco 08, bairro da Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, DECLARO, para os devidos fins, que a referida empresa não emprega menores de idade em nenhuma de suas atividades.

Esta declaração é emitida em alinhamento com o Artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. Adicionalmente, esta empresa reconhece e cumpre as exigências de reserva de cargos para aprendizes, conforme o **Artigo 92, inciso XVII, e o Artigo 116 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**, que demandam a observância das cotas de aprendizagem nas contratações com a Administração Pública.

Legislação Aplicável:

- Constituição Federal de 1988: Artigo 7º, inciso XXXIII.
- Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): Artigos 402 a 441.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Lei nº 8.069/1990.
- Lei nº 10.097/2000 (Lei do Aprendiz)
- Decreto nº 9.579/2018 (Regulamenta a Lei do Aprendiz)
- Lei nº 14.133/2021: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Art. 92, XVII, e Art. 116).

Declaro, sob as penas da lei, que as informações acima são verdadeiras.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2025.

EDSON DUPLAA
SIMAO:60149477791

PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMA INFORMÁTICOS LTDA

EDSON DUPLAA SIMÃO
SÓCIO ADMINISTRADOR

Assinado de forma digital por EDSON
DUPLAA SIMAO:60149477791
Dados: 2025.08.25 13:07:04 -03'00'

De: Eder A. - SECC - DPL

Para: SECC - ASSJ - Assessoria Jurídica - A/C LISANE O.

Data: 05/09/2025 às 14:44:43

Boa tarde, Dra. Lisane

Segue processo para emissão de parecer jurídico.

—

Eder Dos Anjos

Analista Administrativo II

Secretaria de Compras

Matrícula 28981

Anexos:

EDITAL_INX_029_2025.pdf

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 029/2025 - IL - PMBC

Objeto: Contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Empresa: Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA.

CNPJ: 07.273.558/0001-90.

Prazo: 60 (sessenta) meses.

Respaldo legal: Art. 74, I, da Lei 14.133/2021.

Valor do contrato: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Anexos: Solicitação, bloqueio orçamentário, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, certidão de exclusividade, certidões negativas de débitos e demais documentos pertinentes.

Considerações:

- a) A Secretaria da Fazenda motiva esta inexistência de licitação para contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).
- b) A presente contratação se justifica pela necessidade de modernizar a gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC, em especial os processos de abertura e licenciamento de empresas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do município.
- c) O sistema REGIN 2.0, desenvolvido pela ProSolution, é um sistema integrado de gestão tributária que moderniza os processos de abertura e licenciamento de empresas, aumenta a arrecadação municipal e melhora a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.
- d) Com base na legislação acima especificada, fica aprovado o referido procedimento, faltando o devido conhecimento e ratificação da autoridade superior, consoante se depreende do disposto na legislação acima especificada.

Balneário Camboriú, 04 de setembro de 2025.

Magda Bez
Secretária da Fazenda

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 029/2025 - IL - PMBC

Objeto: Contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Empresa: Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA.

CNPJ: 07.273.558/0001-90.

Prazo: 60 (sessenta) meses.

Respaldo legal: Art. 74, I, da Lei 14.133/2021.

Valor do contrato: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Anexos: Solicitação, bloqueio orçamentário, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, certidão de exclusividade, certidões negativas de débitos e demais documentos pertinentes.

Considerando a documentação encaminhada pela autoridade solicitante, bem como parecer jurídico de aprovação, ratifico o processo de inexigibilidade de licitação.

Publique-se.

Balneário Camboriú, 05 de setembro de 2025.

José Edeltrudes da Costa Ferreira Neto
Secretário de Compras e Patrimônio

Memorando 58.325/2025

De: Gilson B. - SEFAZ

Para: SEGOV - CR - Captação de Recurso - A/C Dalvana K.

Data: 05/09/2025 às 15:41:23

Prezada,

Segue o acesso aos documentos conforme solicitado do REGIN 2.0.

—

Gilson Bordin

Diretor Geral da Fazenda

De: Priscila V. - SEFAZ - COMP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 08/09/2025 às 21:45:36

—
Priscila Dos Santos Vieira

Analista Contábil II

Matricula 23.394

Anexos:

NFSe_00002103_CAMETA_SEFIN_JAN_2025.pdf

NFSe_00002104_CAMETA_DMUTT_JAN_2025.pdf

NFSe_00002105_CAMETA_SAAE_JAN_2025.pdf

PA_Cameta_Controle_Interno.pdf

PA_Cameta_Parecer.pdf

PA_SEFA_Parecer.pdf



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e
- NOTA CARIOCA -

20250205u07273558000190i07273558000190

Número da Nota
00002103
Data e Hora de Emissão
05/02/2025 17:28:09
Código de Verificação
U9GF-SWNE

PRESTADOR DE SERVIÇOS



CPF/CNPJ: **07.273.558/0001-90** Inscrição Municipal: **0.442.425-5** Inscrição Estadual: ---
Nome/Razão Social: **PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA**
Nome Fantasia: **PSCS** Tel.: **21 2493-5919**
Endereço: **AVN DAS AMERICAS 700, BLC 8 LOJ 306 C BLC 8 LOJ 306 - BARRA DA TIJUCA - CEP: 22640-100**
Município: **RIO DE JANEIRO** UF: **RJ** E-mail: **pscs@pscs.com.br**

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: **05.105.283/0001-50** Inscrição Municipal: ---- Inscrição Estadual: ----
Nome/Razão Social: **PREFEITURA DE CAMETÁ**
Endereço: **PRA DEODORO DA FONSECA 01 - CENTRO - CEP: 68400-000** Tel.: ----
Município: **CAMETA** UF: **PA** E-mail: ----

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de serviços técnicos especializados dos módulos/funcionalidades que serão objeto de customização através do sistema REGIN municipal, com vistas à integração do Município à REDESIM e modernização administrativa. Será atendido o Setor de tributos da Prefeitura Municipal de Cametá - SEFIN.
Mensalidade 37 - Janeiro/2025 - Valor: R\$ 11.493,76.
Inexigibilidade de Licitação nº 014/2021.
Contrato administrativo nº 1.014/21 (TA-05) - Empenho 103737.
CONTA PARA DEPÓSITO: ITAÚ (341) - Ag 0459 - CC 055087-7.

| | | | | | |
|--------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|
| Retenção de COFINS | Retenção de CSLL | Retenção de INSS | Retenção de IRPJ | Retenção de PIS | Outras Retenções |
| R\$ 344,81 | R\$ 114,94 | R\$ 0,00 | R\$ 551,70 | R\$ 74,71 | R\$ 0,00 |

VALOR DA NOTA = R\$ 11.493,76

Serviço Prestado

01.04.03 - Elaboração de programa de computador sob encomenda, não derivado de software preexistente, cujo desenvolvimento se dê integralmente no Brasil e cujos direitos autorais permaneçam reservados ao contratante do ser...

| | | | | | |
|----------------|------------------------|-----------------------|--------------|--------------------|-----------------------|
| Deduções (R\$) | Desconto Incond. (R\$) | Base de Cálculo (R\$) | Alíquota (%) | Valor do ISS (R\$) | Crédito p/ IPTU (R\$) |
| 0,00 | 0,00 | 11.493,76 | 2,00% | 229,87 | 0,00 |

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 5.098 de 15/10/2009 e no Decreto nº 32.250 de 11/05/2010
- PROCON-RJ: Av. Rio Branco nº 25, 5º andar, tel 151: www.procon.rj.gov.br
- Data de vencimento do ISS desta NFS-e: 07/03/2025.
- Esta NFS-e não gera crédito para abatimento no IPTU.
- Valor Líquido a Pagar: R\$ 10.407,60



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e
- NOTA CARIOCA -

20250205u07273558000190i07273558000190

Número da Nota
00002104
Data e Hora de Emissão
05/02/2025 17:30:33
Código de Verificação
HK1H-DQYL

PRESTADOR DE SERVIÇOS



CPF/CNPJ: **07.273.558/0001-90** Inscrição Municipal: **0.442.425-5** Inscrição Estadual: ---
Nome/Razão Social: **PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA**
Nome Fantasia: **PSCS** Tel.: **21 2493-5919**
Endereço: **AVN DAS AMERICAS 700, BLC 8 LOJ 306 C BLC 8 LOJ 306 - BARRA DA TIJUCA - CEP: 22640-100**
Município: **RIO DE JANEIRO** UF: **RJ** E-mail: **pscs@pscs.com.br**

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: **08.467.673/0001-68** Inscrição Municipal: --- Inscrição Estadual: ---
Nome/Razão Social: **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - DMUTT**
Endereço: **PRA DEODORO DA FONSECA S/N - CENTRO - CEP: 68400-000** Tel.: ---
Município: **CAMETA** UF: **PA** E-mail: ---

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de serviços técnicos especializados dos módulos/funcionalidades que serão objeto de customização através do sistema REGIN municipal, com vistas a integração municipal a REDESIM e modernização administrativa. Será atendido o Departamento Municipal de Trânsito - DMUTT Cametá. Mensalidade 37 - Janeiro/2025: R\$ 5.746,88.
Inexigibilidade de Licitação nº 014/2021.
Contrato administrativo nº 1.014/21 (TA-05) - Empenho 103759.
CONTA PARA DEPÓSITO: ITAÚ (341) - Ag 0459 - CC 055087-7.

| | | | | | |
|--------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|
| Retenção de COFINS | Retenção de CSLL | Retenção de INSS | Retenção de IRPJ | Retenção de PIS | Outras Retenções |
| R\$ 172,41 | R\$ 57,47 | R\$ 0,00 | R\$ 275,85 | R\$ 37,35 | R\$ 0,00 |

VALOR DA NOTA = R\$ 5.746,88

Serviço Prestado

01.04.03 - Elaboração de programa de computador sob encomenda, não derivado de software preexistente, cujo desenvolvimento se dê integralmente no Brasil e cujos direitos autorais permaneçam reservados ao contratante do ser...

| | | | | | |
|----------------|------------------------|-----------------------|--------------|--------------------|-----------------------|
| Deduções (R\$) | Desconto Incond. (R\$) | Base de Cálculo (R\$) | Alíquota (%) | Valor do ISS (R\$) | Crédito p/ IPTU (R\$) |
| 0,00 | 0,00 | 5.746,88 | 2,00% | 114,93 | 0,00 |

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 5.098 de 15/10/2009 e no Decreto nº 32.250 de 11/05/2010
- PROCON-RJ: Av. Rio Branco nº 25, 5º andar, tel 151: www.procon.rj.gov.br
- Data de vencimento do ISS desta NFS-e: 07/03/2025.
- Esta NFS-e não gera crédito para abatimento no IPTU.
- Valor Líquido a Pagar: R\$ 5.203,80



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e
- NOTA CARIOCA -

20250205u07273558000190i07273558000190

Número da Nota
00002105
Data e Hora de Emissão
05/02/2025 17:32:43
Código de Verificação
UEZ6-GDDE

PRESTADOR DE SERVIÇOS



CPF/CNPJ: **07.273.558/0001-90** Inscrição Municipal: **0.442.425-5** Inscrição Estadual: ---
Nome/Razão Social: **PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA**
Nome Fantasia: **PSCS** Tel.: **21 2493-5919**
Endereço: **AVN DAS AMERICAS 700, BLC 8 LOJ 306 C BLC 8 LOJ 306 - BARRA DA TIJUCA - CEP: 22640-100**
Município: **RIO DE JANEIRO** UF: **RJ** E-mail: **pscs@pscs.com.br**

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: **05.845.227/0001-51** Inscrição Municipal: ---- Inscrição Estadual: ----
Nome/Razão Social: **SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO**
Endereço: **RUA Frei Cristóvão de Lisbo 1505 - Brasília - CEP: 68400-000** Tel.: **(91) 3781-3886**
Município: **CAMETA** UF: **PA** E-mail: ----

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de serviços técnicos especializados dos módulos/funcionalidades que serão objeto de customização através do sistema REGIN municipal, com vistas a integração municipal a REDESIM e modernização administrativa. Será atendido o Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Cametá.
Mensalidade 37 - Janeiro/2025 - valor: R\$ 5.746,88.
Inexigibilidade de Licitação nº 014/2021.
Contrato administrativo nº 1.014/21 (TA-05).
CONTA PARA DEPÓSITO: ITAÚ (341) - Ag 0459 - CC 055087-7.

| | | | | | |
|--------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|
| Retenção de COFINS | Retenção de CSLL | Retenção de INSS | Retenção de IRPJ | Retenção de PIS | Outras Retenções |
| R\$ 172,41 | R\$ 57,47 | R\$ 0,00 | R\$ 275,85 | R\$ 37,35 | R\$ 0,00 |

VALOR DA NOTA = R\$ 5.746,88

Serviço Prestado
01.04.03 - Elaboração de programa de computador sob encomenda, não derivado de software preexistente, cujo desenvolvimento se dê integralmente no Brasil e cujos direitos autorais permaneçam reservados ao contratante do ser...

| | | | | | |
|----------------|------------------------|-----------------------|--------------|--------------------|-----------------------|
| Deduções (R\$) | Desconto Incond. (R\$) | Base de Cálculo (R\$) | Alíquota (%) | Valor do ISS (R\$) | Crédito p/ IPTU (R\$) |
| 0,00 | 0,00 | 5.746,88 | 2,00% | 114,93 | 0,00 |

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 5.098 de 15/10/2009 e no Decreto nº 32.250 de 11/05/2010
- PROCON-RJ: Av. Rio Branco nº 25, 5º andar, tel 151: www.procon.rj.gov.br
- Data de vencimento do ISS desta NFS-e: 07/03/2025.
- Esta NFS-e não gera crédito para abatimento no IPTU.
- Valor Líquido a Pagar: R\$ 5.203,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ: 05.105.283/0001-50

PARECER 886/2021 – CGM/PMC
Ref. Processo Administrativo nº 2575/2021

Assunto: Prestação de Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação para solução informatizado integrada para gestão tributária municipal através da integração com a REDESIM.

DA LEGISLAÇÃO

Constituição Federal;
Lei 8.666/93;
Lei 4.320/64;
Lei 14.039/2020;
LC 101/2000;
LC 123/2006;
LC 147/2014;
Lei Municipal nº 263/14;
Decreto nº 4.342/2002;
Decreto Municipal nº 252/2021;
Resolução Adm. 43/2017 TCM-PA.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos art. 31 e 74 da CF/88 e na Lei Municipal 263/2014, e demais normas que regulam as atribuições do sistema de controle interno, referentes aos exercícios de controle prévio e concomitante dos atos de gestão e visando a orientação do administrador público, mencionamos, a seguir, os pontos anotados no curso dos exames que entendemos conveniente destacar, ainda que, por força regimental, a resposta à consulta não constitui pré-julgamento de fato ou caso concreto.

MÉRITO

Trata-se de solicitação para que esta Controladoria Geral analise e emita parecer técnico quanto a viabilidade de contratação, por inexigibilidade de licitação, da empresa especializada PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA, CNPJ nº 07.273.558/0001-90, de prestação de serviços técnicos especializados dos módulos/funcionalidades que serão objeto de customização através do sistema REGIN® municipal com vistas a integração municipal a REDESIM e modernização administrativa, com vistas à unificação, integração e ampliação das atividades que são executadas por este Município.

O processo foi devidamente instruído e protocolizado sob o nº 2575/2021 e teve por motivação inicial o ofício nº 1409/2021-GAB/PMC, assinado pelo senhor



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ: 05.105.283/0001-50

Chefe de Gabinete, João Batista Monteiro Neto, tendo por anexo o Termo de Referência, o qual detalha o objeto pretendido e as condições para a pretendida contratação e Parecer Técnico do Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação.

Consta anexo ao ofício nº 1409/2021-GAB/PMC, apresentação de proposta da empresa PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS, datada de 30 de setembro de 2021, onde a empresa informa que o valor total dos serviços é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) mensais.

No dia 14 de outubro de 2021, o Prefeito, por meio de Despacho, consulta o Departamento de Contabilidade quanto a existência de dotação orçamentária, afim de garantir a possibilidade de execução da despesa. O Departamento de Contabilidade emite a Declaração de Adequação da Despesa – DAD no dia 19 de outubro de 2021, indicando que existe dotação orçamentária suficiente na LOA para a contratação do objeto pretendido.

Constam Certidões de regularidade fiscal, trabalhista, tributária e do FGTS.

Consta Atestado de Capacidade Técnica da Prefeitura Municipal de Belém, com cópia do Contrato Administrativo.

Atestado de Capacidade Técnica da Marinha do Brasil, com cópia do contrato administrativo.

Contrato Administrativo com a Junta Comercial do Estado do Pará.

Certificado de Registro de Programa de Computador, válido por 50 anos.

Certidão da Associação Brasileira das Empresas de Software, certificando que a empresa ProSolution Consultoria e Sistemas Informáticos Ltda é a única desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização, autorizada a comercializar em todo território nacional o programa REGIN, destinado à gestão integrada do registro empresarial.

Consta Despacho do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, solicitando parecer jurídico à Procuradoria Geral do Município.

Consta Modelo do Contrato Administrativo.

- Consta nos autos Parecer Jurídico nº 650/2021-PGM, manifestando pelo prosseguimento do processo de contratação;

- Consta Autuação e Justificativa, Inexigibilidade de Licitação nº 014/2021, devidamente assinada pelo Presidente da CPL, o senhor Adenilton Batista Veiga.

É o relatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ: 05.105.283/0001-50

DOS PROCEDIMENTOS PRATICADOS

A licitação constitui-se como o procedimento administrativo pelo qual a Administração Pública, pautada no princípio constitucional da isonomia objetiva escolher e contratar propostas mais vantajosas para a prestação de serviços ou fornecimento de materiais/produtos, conforme preconiza o art. 3º da lei 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, implantando normas que regem as licitações e os contratos da Administração Pública.

Porém, a Lei nº 8.666/93 traz em sua redação possibilidades expressas de contratação direta pela Administração Pública, seja por dispensa ou inexigibilidade de licitação, o que não pressupõe discricionariedade para a Administração Pública em contratar, apenas minimiza as formalidades processuais para a consecução do interesse público, preservando, assim, o regular cumprimento da fase interna da licitação, de modo que a contratação ocorra com segurança técnica, fiscal, econômica e com isonomia entre os fornecedores de produtos e serviços, e, sobretudo, a demonstração de clara vantagem para a Administração Pública.

A contratação, no caso de inexigibilidade, é consequência da inviabilidade de competição, conforme hipóteses trazidas pelo art. 25 da Lei 8.666/93, no caso específico, citamos o inciso II do referido artigo:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

A Lei 8.666/93 também caracteriza no art. 25, § 1º o termo “**notória especialização**”:

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Dessa forma, considera-se como notória especialização a condição do profissional ou a empresa conceituada em seu campo de atividade decorrendo de vários aspectos, como: estudos, experiências publicações, desempenho anterior, aparelhamento, organização, equipe técnica e outros gêneros.

Ressalta-se que para a configuração da inexigibilidade de licitação, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ orienta:

“Contudo, a inexigibilidade da licitação, nos termos do art. 25, II, da Lei 8.666/93, pressupõe a presença concomitante dos seguintes requisitos: a) serviço técnico listado no art.13; b) profissional (pessoa



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ: 05.105.283/0001-50

física) ou empresa de notória especialização; **c) natureza singular do serviço a ser prestado.** 4. Sem a demonstração da natureza singular do serviço prestado, o procedimento licitatório é obrigatório e deve ser instaurado com o objetivo maior de a) permitir a concorrência entre as empresas e pessoas especializadas no mesmo ramo profissional e b) garantir ampla transparência à contratação pública e, com isso, assegurar a possibilidade de controle pela sociedade e os sujeitos intermediários (Ministério Público, ONGs, etc.) 5. Recurso Especial parcialmente provido”. (Recurso Especial nº 942412/SP, 2ª Turma, Relator: Ministro Herman Benjamin, j. em 28/10/2008).

Portanto, estando o serviço contratado revestido de todas essas peculiaridades, é permitido à Administração Pública Municipal efetuar a contratação desejada, visto que seria inviável a competição.

Pontuamos que corrobora com esse entendimento a Súmula nº 252 do Tribunal de Contas da União:

Súmula 252 TCU – A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/93, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.

O renomado especialista e estudioso do assunto em questão Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes que a inviabilidade de competição só ficará comprovada se forem cumpridos determinados requisitos, que devem ser examinados na seguinte ordem pela Administração Pública:

- a) Referentes ao objeto de contrato;
 - que se trate de serviço técnico;
 - que o serviço esteja elencado no art. 13 da Lei 8.666/93;
 - que o serviço apresente determinada singularidade;
 - que o serviço não seja de publicidade ou divulgação;
- b) Referentes ao contrato:
 - que o profissional detenha a habilitação pertinente;
 - que o profissional ou empresa possua especialização na realização do objeto pretendido;
 - que a especialização seja notória;
 - que a notória especialização esteja relacionada com a singularidade pretendida pela Administração;

No caso em tela, fica claramente comprovada a inviabilidade de competição, uma vez que a empresa PROSOLUTION é detentora dos direitos autorais dos serviços de tecnologia, e sua implantação caracteriza-se pela singularidade. Para tal comprovação, os mesmos anexam ao processo certificados de exclusividade, além



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ: 05.105.283/0001-50

de atestados de capacidade técnica que comprovam a experiência na área pretendida.

Pelos documentos acostados aos autos, esse órgão técnico está convencido de que a contratação pretendida, pelo detalhamento do objeto e pela exclusividade do software para sua execução, é de natureza especializada, notória e de natureza singular para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Cametá.

Por fim, informamos que os documentos de habilitação jurídica e fiscal apresentados foram todos apreciados, consultados nos órgãos de emissão, estando aptos e na validade, em conformidade com o que preconiza a Lei nº 8.666/93.

MANIFESTAÇÃO:

Sendo assim, esta Controladoria Geral do Município, considerando que o processo seguiu o princípio da legalidade, conforme menciona o Parecer da Procuradoria Geral do Município nº 650/2021, considerando ainda a análise técnica dos autos, **ATESTA REGULARIDADE** do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 014/2021, pois as justificativas, certidões e as comprovações técnicas apresentadas demonstram a exclusividade do serviço a serem desempenhados.

e orienta:

- Que se enumere as páginas;
- Que se atualize as certidões da empresa que estão fora da validade;
- Encaminhe ao Exmo. Senhor Prefeito, para ato discricionário.

É o parecer.

Cametá/PA, 25 de novembro de 2021.

**ELAYNE CRISTINA
MORAES
GONCALVES**

Assinado de forma digital
por ELAYNE CRISTINA
MORAES GONCALVES
Dados: 2021.11.25
18:03:41 -03'00'

ELAYNE CRISTINA MORAES GONÇALVES
Controladora do Município
D.M. n. 034/2021 - OAB/PA 30.670



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ: 05.105.283/0001-50

PARECER JURÍDICO Nº 650/2021

Município de Cametá/PA

Solicitante: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Interessado: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Proc. Adm. n. 2.575/2021

Relatório

Trata-se de procedimento de inexigibilidade de licitação, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados com módulos e funcionalidades a serem customizadas por meio do sistema REGIN para integração da arrecadação tributária do município com a REDESIM.

O processo licitatório foi encaminhado pela Comissão de Licitação para fins de emissão de parecer, nos termos do artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993, e está instruído, até o presente momento, com:

- Capa;
- Termo de Referência e justificativa;
- Proposta da empresa com especificações do serviço;
- Dotação Orçamentária e declaração de adequação de despesa;
- Solicitação de encaminhamento de documentação da empresa escolhida, conforme especificações;
- Documentos da empresa para fins de habilitação e cópias de contratos celebrados anteriormente;
- Minuta do Contrato;

É o relatório. Passo a opinar.

Análise Jurídica

1. DOS LIMITES DO PARECER JURÍDICO.

De início, é importante destacar que a apreciação jurídica de responsabilidade da Procuradoria Geral do Município se limita a análise da instrução dos procedimentos licitatórios, em observância aos preceitos legalmente instituídos, não compreendendo assim competência ou responsabilidade deste parecer sobre a designação dos valores aferidos pelo órgão ordenador, bem como o estudo intrínseco de suas necessidades, avaliação de mérito da contratação ou escolha dos fornecedores e prestadores de serviços.

2. DA POSSIBILIDADE DE REALIZAR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

É de conhecimento geral que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização de procedimento licitatório, conforme artigo 2º, da Lei n. 8.666/1993. Todavia, o legislador criou a hipóteses nas quais é admitida a contratação sem a prévia realização do procedimento licitatório. São casos nos quais o agente público poderá realizar a contratação direta, desde que devidamente justificada, em virtude de determinadas situações que não suportam o rito e a morosidade do procedimento normal.

Estas hipóteses foram consolidadas em dois institutos jurídicos diversos. A dispensa de licitação, prevista no artigo 24 da Lei n. 8.666/1993, e a inexigibilidade de licitação, prevista no artigo 25 da Lei n. 8.666/1993. A diferença existente entre as hipóteses de dispensa e inexigibilidade repousam no fato de que nos casos de dispensa a competição é possível, mas o legislador tornou discricionária sua realização por razões de diversas naturezas. Já na inexigibilidade o próprio procedimento de competição seria impossível de realizar, em razão da exclusividade do fornecimento ou das peculiaridades do objeto. Por tais motivos, se diz que as hipóteses de dispensa previstas em lei são taxativas enquanto as de inexigibilidade exemplificativas.

Com efeito, o *caput* do artigo 24 dispõe que é dispensável a licitação nos casos ali especificados. Por seu turno, o *caput* do artigo 25 assevera que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição. Percebe-se, assim, conforme dito acima, que sendo discriminada situação que inviabilize a competição e determine a contratação direta de determinado fornecedor de bem ou serviço, poderá não se realizar o procedimento de competição.

Quando tratamos da contratação de empresa para fornecimento de *software* e serviços de tecnologia, importante se consignar que, havendo viabilidade de competição, a administração pública, para fins do cumprimento dos princípios constitucionais, deverá realizar procedimento licitatório regular, nos termos do artigo 2º, da Lei n. 8.666/1993.

No caso dos autos, ainda que o nome atribuído ao procedimento fale em prestação de serviços especializados, a análise do anexo do termo de referência e minuta do contrato traz a clara inferência de que o objeto da presente contratação é de fornecimento (cessão de uso) de *software* que viabiliza a integração do município de Cametá à REDESIM, com escopo na gestão tributária, organização, gestão e constituição de empresas, e diversas outras funcionalidades.

É de se destacar as informações prestadas pelo Senhor Chefe de Gabinete que justificou a exclusividade do fornecedor escolhido para a prestação do serviço que se pretende contratar nos seguintes termos:

2.1. Com vistas à unificação, integração e ampliação das atividades que são executadas por este Município, quando da constituição e do registro de empresas, cujos procedimentos são do âmbito de competência dos Municípios, solicito a V. Sa. a adoção das providências necessárias relativas à aquisição de serviços com vistas à simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, observando o cumprimento do que determina a Lei federal nº 11.598/2007 e mais recentemente a Lei federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

2.2. Do interesse do município: Cumpre mencionar que esta municipalidade atualmente já utiliza, para fins de análise de viabilidade de constituição e alteração de empresas no âmbito deste município, o sistema integrador da Junta Comercial do Estado – REGIN®, Sistema de Registro Integrado, que atende ao que determina a Rede Nacional para Simplificação do Registro e Localização de Empresas e Negócios – REDESIM.

Ademais, as demais informações contidas na justificativa (item 2 do termo de referência) demonstram com certa segurança que a empresa escolhida é a única que pode atender a demanda da administração, especialmente por ser a empresa que fornece o sistema de integração para a Junta Comercial do Estado do Pará, o que lhe confere a exclusividade para realizar o serviço de integração pretendido. As informações são ratificadas pelo parecer técnico do departamento de tecnologia da informação.

Verifica-se, assim, conforme exposição do Senhor Chefe de Gabinete, que a contratação da empresa PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA se mostra a única capaz de atender a demanda da administração municipal, em face das peculiaridades do serviço a ser prestado e, em especial, por conta da sua exclusividade, conforme consta, na integração da rede do município com a REDESIM da JUCEPA, o que reflete a inviabilidade de competição para o objeto pretendido, nos termos do artigo 25, *caput*, da Lei de Licitações, pelo que opina-se pela possibilidade de utilização de inexigibilidade na contratação pretendida.

3. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR E DA MINUTA DO CONTRATO.

Em relação à documentação de habilitação, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação solicitou os documentos necessários à regular formalização de contrato com a Administração Pública. A PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA juntou documentação para fins de habilitação, sendo importante destacar que a regular habilitação e apresentação de documentos necessários à contratação deverá ser atestada, em justificativa, pelo Presidente da Comissão de Licitações, uma vez que é de sua alçada tal análise e avaliação, nos termos do artigo 6º, inciso XVI, da Lei n. 8.666/1993.

Por seu turno, verifica-se que a minuta do contrato apresentada todas as cláusulas necessárias cumprindo com os requisitos previstos nos artigos 54 e 55, ambos da Lei n. 8.666/1993.

2. CONCLUSÃO.

Ante todo exposto, considerando a justificativa prestada pelo Senhor Chefe de Gabinete e por estarem presentes os requisitos para a realização da inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 25, *caput*, da Lei Federal n. 8.666/93, opina-se pela regularidade do presente procedimento

Este é o parecer, salvo melhor juízo.
À consideração da autoridade superior.
Cametá/PA, 28 de outubro de 2021.

GUSTAVO
GONCALVES
DA SILVA

Assinado de forma digital
por GUSTAVO
GONCALVES DA SILVA
Dados: 2021.10.28
16:05:30 -03'00'

GUSTAVO GONÇALVES DA SILVA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO
D.M.n. 026/2021 – OAB/PA n. 15.829

**SUZANE
FRANCO
TELES**

Assinado de forma digital
por SUZANE FRANCO TELES
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=AC OAB,
ou=16935617000139,
ou=Assinatura Tipo A3,
ou=ADVOGADO,
cn=SUZANE FRANCO TELES
Dados: 2021.12.18 07:09:04
-03'00'



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONSULTORIA JURÍDICA

Parecer Jurídico: nº 595/2015 - Conjur
Processo: nº 002015730018113-1 SIATSEFA
Interessado: Célula Análise e Controle das Obrigações Acessórias – DAIF - CCOA
Assunto: Inexigibilidade de Licitação. Contratação da empresa PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA – CNPJ/MF inscrita sob o nº 07.273.558/0001-90

Senhor Diretor da Conjur,

A Coordenação da Célula Análise e Controle das Obrigações Acessórias – DAIF - CCOA através do Memº nº 00036/2015 datado de 06/08/2015, para implantação e manutenção de sistemas capazes de compor o integrador do cadastro sincronizado Nacional.

Na instrução processual constatamos o a Proposta Econômica e Técnica da empresa PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA, CNPJ /MF 07.273.558/0001-90, com objetivo de Desenvolver/Customizar um sistema para fornecer Inscrição Estadual para os seguintes tipos de contribuintes que não estão incluídos nos processos de legalização da REDESIM: Produtor Rural, Canteiro de Obra, Substituto Tributário, Telecomunicações, Combustíveis e Transporte Rodoviário de Cargas.

O REGIN é o sistema já adquirido e implantado na Junta Comercial, que devemos em breve fazer sua implantação nesta Secretaria. É um Sistema Integrado de Cadastro objetivando unificar e agilizar a constituição de empresas buscando facilitar o processo de cadastro nos órgãos municipais, estaduais e federais. Esse sistema de Registro Integrado foi desenvolvido para: Centralizar na Junta Comercial a entrada de informações cadastrais das empresas em nível Federal, Estadual e Municipal, Atualizar o Cadastro da Junta Comercial com os dados do registro da empresa no Cadastro Estadual e Municipal: Número de Inscrição, Alvará de Funcionamento, Alvará de Corpo de Bombeiros, Alvará de Vigilância Sanitária etc, Arquivar de forma digital e Disponibilizar Consulta dos documentos do Contrato Social na Junta Comercial.

Às fls. 18 do presente processo consta justificativa da Diretoria de Arrecadação e Informações Fazendárias – DAIF, nos seguintes termos:

“Ao Gabinete do Senhor Secretário,
Senhor Secretário,

O REGIN - Sistema Integrado de Cadastro - é um sistema para unificar e agilizar a constituição de empresas buscando facilitar o processo de cadastro nos os órgãos municipais, estaduais e federais. Esse Sistema de Registro Integrado foi desenvolvido para:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONSULTORIA JURÍDICA

- Centralizar na Junta Comercial a entrada das informações cadastrais das empresas em nível Federal, Estadual e Municipal;
- Informar às entidades Estaduais e Municipais o Registro do Contrato Social e as atualizações na Junta Comercial para que estas entidades possam atualizar seus Cadastros;
- Atualizar o Cadastro da Junta Comercial com os dados do registro da empresa nos Cadastro Estadual e Municipal: Número de Inscrição, Alvará de Funcionamento, Alvará do Corpo de Bombeiros, Alvará da Vigilância Sanitária, etc;
- Arquivar, em forma digital, os documentos do Contrato Social na Junta Comercial;
- Disponibilizar Consulta aos documentos digitalizados;
- Facilitar o empresário nos trâmites de abertura e manutenção dos dados da empresa.

A Junta Comercial do Pará, adquiriu um sistema que atende no que diz respeito ao registro de empresas. Para que a SEFA possa fornecer Inscrição Estadual para todos os tipos de contribuintes, conforme abaixo discriminado, necessário se faz a integração do sistema da SEFA com o REGIM.

- Produtor Rural;
- Canteiro de Obras;
- Substituto Tributário;
- Telecomunicação;
- Combustíveis;
- Transporte Rodoviário de Cargas.

Com o exposto, encaminhamos a V.Sa., para conhecimento e deliberação, o presente Projeto com o respectivo valor da proposta e forma de pagamento."

Consta na instrução processual às fls. 39, comprovação de exclusividade fornecida pela ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE no sentido de que a empresa ProSolution Consultoria & Sistemas Informáticos LTDA é a única desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização, autorizada a comercializar em todo território nacional o programa para computador REGIN, destinado à gestão integrada do registro empresarial.

Às fls. 50/51 dos autos a CAFE, indica dotação orçamentária para cobertura das despesas, ademais junta Termo de Declaração nº 044/2015, de acordo com o Art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Por sua vez a CGLC recomenda o envio dos autos à CONJUR para análise e manifestação, conforme despacho de fls. 52v dos autos.

Vejamos o que dispõe o Art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, o seguinte:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONSULTORIA JURÍDICA

*I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a **comprovação de exclusividade ser feita através de atestado** fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes"; (o grifo é nosso)*

Considerando que na instrução processual temos a comprovação de exclusividade fornecida pela ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE no sentido de que a empresa ProSolution Consultoria & Sistemas Informáticos LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.366.680/0001-50, é a única desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização, autorizada a comercializar em todo território nacional o programa para computador REGIN, destinado à gestão integrada do registro empresarial.

Sendo assim, poderá a SEFA contratar os serviços prestados pela empresa ProSolution Consultoria & Sistemas Informáticos LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.366.680/0001-50, mediante inexigibilidade de licitação, de acordo com o inciso I, do Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Recomendo o envio dos autos a CGLC, para prosseguimento do feito.

É o parecer

Belém, 05 de novembro de 2015.

Jorge Moura de Farias
Consultor Jurídico do Estado
Mat.: 000.1031-010

A CGLC
DE ACORDO.
Em 05.11.2015

José da Silva Nava Junior
Consultor Jurídico do Estado
Diretor da Consultoria Jurídica
Secretaria de Estado da Fazenda do Pará
Ident. Func. nº 801458215

| |
|---------------------------|
| SEFA/CGLC |
| RECEBIDO EM: 06 / 11 / 15 |
| HORA: _____ |
| SERVIDOR _____ |



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
CÉLULA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Processo nº: 002015730018113-1

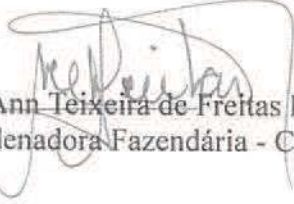
Interessado: CÉLULA DE ANÁLISE E CONTROLE DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS-CCOA

Assunto : CADASTRO SINCRONIZADO

À CAFE,

Encaminho a V.Sa. o presente processo para **disponibilidade orçamentária**, para fins de formalizar a contratação da empresa **PROSOLUTION CONSULTORIA & SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA**, através de inexigibilidade de licitação, tendo como objeto a contratação de empresa especializada na implantação e manutenção de sistemas capazes de compor o integrador estadual, na prestação de serviços para integração da contratante ao Sistema de Cadastro Sincronizado Nacional, através do sistema REGIN, conforme o valor discriminado na proposta da empresa (fls. 11) no total de R\$91.281,00 (noventa e um mil, duzentos e oitenta e um reais), sendo: 60% do valor na instalação, 30% do valor na homologação e 10% do valor na produção.

Belém, 14 de outubro de 2015.


Mary Ann Teixeira de Freitas Ferreira
Coordenadora Fazendária - CGLC.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RELATÓRIO DE DESPACHO



NUM. PROTOCOLO: 002015730018113-1

NUM. PROTOCOLO GERAL:

ASSUNTO: CADASTRO SINCRONIZADO

IDENTIFICAÇÃO: DOCUMENTO - MEMORANDO

INTERESSADO: 002015730028160100036 - CELULA DE ANÁLISE E CONTROLE DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS-CCOA

UNIDADE: ORGAO CENTRAL

PROCESSO ORGANIZACIONAL: CAFE - COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS ESTRATÉGICOS

FUNCIONÁRIO: SOPHIA CHIE HORIGUCHI GARCIA

SITUAÇÃO: DESPACHADO

DATA DO DESPACHO: 16/10/2015 19:47:09

TRAMITAÇÃO: 6

DESPACHO:

À Diretoria de Administração - DAD,

OBJETO: Proposta Econômica e Técnica da empresa PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA, CNPJ /MF 07.273.558/0001-90, com objetivo de Desenvolver/Customizar um sistema para fornecer Inscrição Estadual para os seguintes tipos de contribuintes que não estão incluídos nos processos de legalização da REDESIM: Produtor Rural, Canteiro de Obra, Substituto Tributário, Telecomunicações, Combustíveis e Transporte Rodoviário de Cargas.

O REGIN é o sistema já adquirido e implantado na Junta Comercial, que devemos em breve fazer sua implantação nesta Secretaria. É um Sistema Integrado de Cadastro objetivando unificar e agilizar a constituição de empresas buscando facilitar o processo de cadastro nos órgãos municipais, estaduais e federais. Esse sistema de Registro Integrado foi desenvolvido para: Centralizar na Junta Comercial a entrada de informações cadastrais das empresas em nível Federal, Estadual e Municipal, Atualizar o Cadastro da Junta Comercial com os dados do registro da empresa no Cadastro Estadual e Municipal; Número de Inscrição, Alvará de Funcionamento, Alvará de Corpo de Bombeiros, Alvará de Vigilância Sanitária etc, Arquivar de forma digital e Disponibilizar Consulta dos documentos do Contrato Social na Junta Comercial.

Para atender a execução da despesa em questão, indicamos a dotação orçamentária abaixo:

Funcional Programática/ Atividade: 17101.04.129.1365.6810

Órgão: 17101 - Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA

Unidade Gestora: 170101-SEFA

Função: 04 - Administração

Sub-função: 129 - Administração de Receitas

Programa: 1365 - Gestão Fazendária

Atividade: 6810 - Gestão da Administração Fazendária

Natureza da Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Valor Total Proposto: R\$91.281,00 (noventa e um mil, duzentos e oitenta e um reais), sendo:

Fase Instalação: R\$54.768,60 (60%), Fase Homologação: R\$27.384,30 (30%) e

Fase Produção: R\$9.128,10 (10%)

Fonte de Recursos: 0144 - Taxas de Serviços Fazendários

Em anexo Termo de Declaração Nº 044/2015.

Sophia Chie Horiguchi Garcia
SOPHIA CHIE HORIGUCHI GARCIA
002572008
Secretaria de Estado da Fazenda

Em 16/10/15
Emmanuel Reis Moreira
Emmanuel Reis Moreira
Diretor Fazendário - SEFA/CAFE
Mat. 518670-6



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENADORIA DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS ESTRATÉGICOS



Processo nº. 002015730018113-1

TERMO DE DECLARAÇÃO Nº. 044 / 2015

Declaramos para todos os fins de direito, nos termos do art. 16, inciso II da Lei Complementar Nº. 101, de 04.05.2000, que a contratação da empresa **PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA**, CNPJ/MF 07.273.558/0001-90, através de Inexigibilidade de Licitação, cujo objeto é a prestação de serviços para Desenvolver e Customizar um sistema que fornecerá Inscrição Estadual para os seguintes tipos de contribuintes que não estão incluídos nos processos de legalização da REDESIM: Produtor Rural, Canteiro de Obra, Substituto Tributário, Telecomunicações, Combustíveis e Transporte Rodoviário de Cargas, para integração ao Sistema de Integrado de Cadastro REGIN, desenvolvido para centralizar na Junta Comercial os registros de informações cadastrais das empresas, o Registro do Contrato Social e as devidas atualizações em nível Federal, Estadual e Municipal, está adequado com a Lei Orçamentária Anual, como também, compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme demonstrativo do impacto orçamentário - financeiro abaixo:

Funcional Programática/ Atividade: 17101.04.129.1365.6810

Órgão: 17101 - Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA

Unidade Gestora: 170101 – Secretaria de Estado da Fazenda

Função: 04 - Administração

Sub-função: 129 – Administração de Receitas

Programa: 1365 – Gestão Fazendária

Atividade: 6810 –Gestão da Administração Fazendária

Natureza da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Valor Total Proposto: R\$91.281,00 (noventa e um mil, duzentos e oitenta e um reais), sendo:

Fase Instalação: R\$54.768,60(60%), Fase Homologação: R\$27.384,30(30%) e Fase Produção: R\$9.128,10(10%).

Fonte de Recursos: 0144 – Taxas de Serviços Fazendários

BELÉM/PA, 16 de Outubro de 2015.


Emanuel Borges Moreira
Coordenador de Assuntos Fazendários Estratégicos



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
CÉLULA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Processo nº: 002015730018113-1

Interessado: CÉLULA DE ANÁLISE E CONTROLE DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS-CCOA

Assunto : CADASTRO SINCRONIZADO

À CAFE,

Tendo em vista novo orçamento para o exercício de 2016, encaminho o presente processo para atualização da disponibilidade orçamentária e financeira, para fins de formalizar a contratação da empresa **PROSOLUTION CONSULTORIA & SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA**, através de inexigibilidade de licitação, tendo como objeto a contratação de empresa especializada na implantação e manutenção de sistemas capazes de compor o integrador estadual, na prestação de serviços para integração da contratante ao Sistema de Cadastro Sincronizado Nacional, através do sistema REGIN, conforme o valor discriminado na proposta da empresa (fls. 11) no total de R\$91.281,00 (noventa e um mil, duzentos e oitenta e um reais), sendo: 40% do valor na instalação, 30% do valor na homologação e 30% do valor na produção.

Belém, 25 de janeiro de 2015.


Mary Ann Teixeira de Freitas Ferreira
Coordenadora Fazendária - CGLC.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RELATÓRIO DE DESPACHO



NUM. PROTOCOLO: 002015730018113-1

NUM. PROTOCOLO GERAL:

ASSUNTO: CADASTRO SINCRONIZADO

IDENTIFICAÇÃO: DOCUMENTO - MEMORANDO

INTERESSADO: 002015730028160100036 - CELULA DE ANÁLISE E CONTROLE DE
OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS-CCOA

UNIDADE: ORGAO CENTRAL

PROCESSO ORGANIZACIONAL: CAFE - COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS ESTRATÉGICOS

FUNCIONÁRIO: SOPHIA CHIE HORIGUCHI GARCIA

JAÇÃO: DESPACHADO

DATA DO DESPACHO: 29/01/2016 15:41:27

TRAMITAÇÃO: 21

DESPACHO:

À Célula de Gestão de Licitações e Contratos - CGLC,

OBJETO: Proposta Econômica e Técnica da empresa PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA, CNPJ /MF 07.273.558/0001-90, com objetivo de Desenvolver/Customizar um sistema para fornecer Inscrição Estadual para os seguintes tipos de contribuintes que não estão incluídos nos processos de legalização da REDESIM: Produtor Rural, Canteiro de Obra, Substituto Tributário, Telecomunicações, Combustíveis e Transporte Rodoviário de Cargas, para integração ao Sistema de Cadastro Sincronizado Nacional REGIN.

Para a execução da despesa no exercício de 2016, reafirmamos a indicação da dotação orçamentária constante às Fl.50 e 51 do presente auto, conforme abaixo descrita:

Funcional Programática/ Atividade: 17101. 04.123.1424.8251

Órgão: 17101 - Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA

Unidade Gestora: 170101- SEFA

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 -Administração Financeira

Programa: 1424 - Governança para Resultados

Atividade: 8251 - Gestão da Administração Fazendária

Natureza da Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Valor Total Proposto: R\$91.281,00 (noventa e um mil, duzentos e oitenta e um reais), sendo : Fase de Entrega da licença de uso do software:R\$36.512,40 (40%), Fase de Homologação do módulo adicional:R\$27.384,30 (30%) e Fase de Entrada em Produção do módulo adicional : R\$27.384,30 (30%).

Fonte de Recursos: 0144 - Taxas de Serviços Fazendários

Em anexo Termo de Declaração N° 004/2016

Sophia Chie Horiguchi Garcia

Coordenadora da CAFE, em exercício

TERMO DE DECLARAÇÃO Nº. 004 / 2016

Declaramos para todos os fins de direito, nos termos do art. 16, inciso II da Lei Complementar Nº. 101, de 04.05.2000, que a contratação da empresa **PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA**, CNPJ/MF 07.273.558/0001-90, através de Inexigibilidade de Licitação, cujo objeto é a prestação de serviços para Desenvolver e Customizar um sistema que fornecerá Inscrição Estadual para os seguintes tipos de contribuintes que não estão incluídos nos processos de legalização da REDESIM: Produtor Rural, Canteiro de Obra, Substituto Tributário, Telecomunicações, Combustíveis e Transporte Rodoviário de Cargas, para integração ao Sistema de Cadastro Sincronizado REGIN, desenvolvido para centralizar na Junta Comercial os registros de informações cadastrais das empresas, o Registro do Contrato Social e as devidas atualizações em nível Federal, Estadual e Municipal, está adequado com a Lei Orçamentária Anual, como também, compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme demonstrativo do impacto orçamentário - financeiro abaixo:

Funcional Programática/ Atividade: 17101.04.123.1424.8251

Órgão: 17101 - Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA

Unidade Gestora: 170101 – Secretaria de Estado da Fazenda

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 – Administração Financeira

Programa: 1424 – Governança para Resultados

Atividade: 8251 – Gestão da Administração Fazendária

Natureza da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Valor Total Proposto: R\$91.281,00 (noventa e um mil, duzentos e oitenta e um reais), sendo:

Fase de Entrega da Licença de uso do software: R\$36.512,40 (40%);

Fase de Homologação do módulo adicional: R\$27.384,30(30%) e

Fase de Produção do módulo adicional: R\$27.384,30(30%).

Fonte de Recursos: 0144 – Taxas de Serviços Fazendários

BELÉM/PA, 29 de Janeiro de 2016.



Sophia Chie Horiguchi Garcia
Coordenador de Assuntos Fazendários Estratégicos, em exercício




GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016/SEFA

Considerando os termos do Artigo 25, I da Lei nº 8.666/93 e conforme Parecer da Consultoria Jurídica nº 595/2015 CONJUR, exarado nos autos do Processo nº 002015730018113-1/SIAT/SEFA, **RECONHEÇO E RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para contratação da **PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMATICOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 07.273.558/0001-90, estabelecida na Avenida das Américas, nº 700, bloco 8, loja 306E, Barra da Tijuca, CEP 22.640-100, Rio de Janeiro/RJ, empresa especializada em serviços de TI para execução do projeto Integração das Instituições Públicas do Estado do Pará à REDESIM via o sistema REGIN, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, no valor global de R\$ 91.281,00 (noventa e um mil, duzentos e oitenta e um reais).

Belém/PA, 02 de fevereiro de 2016.


ANTÔNIA IRANETE GADELHA STAACK
Diretora de Administração



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER Nº137/2016 - CONJUR
PROCESSO Nº 002015730018113-1

INTERESSADO: DAIF/CCOA

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PROSOLUTION CONSULTORIA
E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA - INEXIGIBILIDADE

Sr. Diretor,

Cuidam os autos da contratação da empresa PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA, para prestação dos serviços de implantação e manutenção de sistemas capazes de compor o integrador do cadastro sincronizado nacional, conforme discriminação em termo de referência nos autos.

O Processo já foi objeto de análise por parte desta CONJUR que, por meio do Parecer nº595/2015 (fls. 55 a 57), devidamente aprovado pela Direção desta Consultoria em 05/11/2015, recomendou que a almejada contratação se realizasse mediante inexigibilidade de licitação, nos termos do art.25, inciso I da Lei nº 8.666/93.

O Processo seguiu seu curso normal, retornando desta feita à CONJUR por solicitação da CGLC, em razão de alterações introduzidas no termo de contrato a ser firmado entre a SEFA e a referida empresa.

Analisando a nova minuta de contrato, observa-se que as alterações apontadas pela CGLC restringem-se ao prazo de entrega de alguns serviços; o cronograma de pagamento; o local de execução dos serviços e a vigência do contrato, alterações estas introduzidas, consoante se depreende dos autos, no interesse da Administração e de comum acordo com a empresa contratada.

Trata-se portanto de alterações pontuais cuja introdução no termo de contrato não altera nem o objeto do contrato, nem as condições que fundamentaram o reconhecimento da inexigibilidade de licitação por parte desta CONJUR.

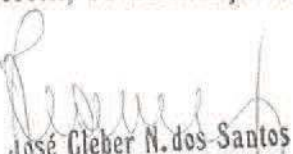


GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONSULTORIA JURÍDICA


Isto posto, não havendo ilegalidade nas novas disposições contratuais introduzidas de comum acordo pelas partes contratantes e permanecendo os pressupostos legais que embasaram a inexigibilidade de licitação, recomendamos o retorno dos autos à CGLC para prosseguimento do feito.

É o parecer,

Belém, 16 de março de 2016.


José Cleber N. dos Santos
Consultor Jurídico do Estado
Mat. nº 5596203/1

A CGLC
DE ACORDO.
em 18.03.2016


José da Silva Nava Junior
Consultor Jurídico do Estado
Diretor da Consultoria Jurídica
Secretaria de Estado da Fazenda do Pará
Ident. Func. nº 301459216



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CAPA DE PROTOCOLO

DATA EMISSÃO: 06/08/2015 15:18:59

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

PROCESSO NR. 002015730018113-1
UNIDADE ENTRADA ORGAO CENTRAL

DOCUMENTO - MEMORANDO
00036/2015

NOME DO INTERESSADO: CELULA DE ANÁLISE E CONTROLE DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS-CCOA
ASSUNTO: CADASTRO SINCRONIZADO

PRAZO CONCLUSÃO:

DATA 06/08/2015 15:01:46
UNIDADE DESTINO ORGAO CENTRAL

MOVIMENTAÇÃO

PROCESSO ORGANIZACIONAL DESTINO
DAIF - DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E INFORMAÇÕES

DETALHE

ANEXOS E OUTRAS ANOTAÇÕES:
PROJETO SEFA PA

Missão da SEFA

Fazendária com justiça fiscal, contribuindo para o equilíbrio das contas públicas, a promoção da cidadania e o desenvolvimento sustentável do Estado do Pará.

De: LISANE O. - SECC - ASSJ

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 12/09/2025 às 14:16:48

Bom dia

O parecer jurídico foi elaborado de forma física.

At.te

—

Lisane Dadam Tortato de Oliveira

Assessora Jurídica

Processo Inexigibilidade de Licitação - 14- 051/2025

De: Priscila V. - SEFAZ - COMP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 17/11/2025 às 12:32:41

Setores envolvidos:

SEGOV - DITI, SECAC - CGF, SECOP - DPL, SECOP - ASSJ, SEFAZ, SECOP, SEFAZ - COMP, SECOP - CGF

Regin 2.0f

Segue cronograma de execução

—

Priscila Dos Santos Vieira

Analista Contábil II

Matricula 23.394

Anexos:

Cronograma_Regin.pdf

DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Sistema Regim 2.0 – Secretaria da Fazenda

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND. | QTD. |
|------|---|------|------|
| 1. | SUPOORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO DO SISTEMA REGIM 2.0 | Mês | 60 |

PRAZO DE EXECUÇÃO (MESES)

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| | | | | | | | | | | | |
| 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
| | | | | | | | | | | | |
| 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 |
| | | | | | | | | | | | |
| 27 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 |
| | | | | | | | | | | | |
| 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 |
| | | | | | | | | | | | |

Balneário Camboriú - Capital Catarinense do Turismo - CNPJ: 83.102.285/0001-07



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5A07-CA76-734E-0E60

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PRISCILA DOS SANTOS VIEIRA (CPF 069.XXX.XXX-56) em 17/11/2025 13:14:59 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/5A07-CA76-734E-0E60>

DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Sistema Regim 2.0 – Secretaria da Fazenda

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND. | QTD. |
|------|---|------|------|
| 1. | SUORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO DO SISTEMA REGIM 2.0 | Mês | 60 |

PRAZO DE EXECUÇÃO (MESES)

| | | | | | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| | | | | | | | | | | | |
| 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
| | | | | | | | | | | | |
| 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 |
| | | | | | | | | | | | |
| 27 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 |
| | | | | | | | | | | | |
| 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 |
| | | | | | | | | | | | |

Balneário Camboriú - Capital Catarinense do Turismo - CNPJ: 83.102.285/0001-07

De: Priscila V. - SEFAZ - COMP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 17/12/2025 às 23:32:38

Segue cronograma de implantação

—

Priscila Dos Santos Vieira

Analista Contábil II

Matricula 23.394

Anexos:

Cronograma_de_implantacao.pdf

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA

| | Etapas | Atividade Principal | Tarefa Específica | Prazo |
|--------|-------------------------------------|--|---|-----------------|
| FASE 1 | Planejamento e Mobilização | Designação da Equipe de Implantação | Identificar e formalizar representantes de cada órgão. | Mês 1 |
| | | | Designar um coordenador de projeto no município. | Mês 1 |
| | | | Envolver a equipe de tecnologia da informação do município. | Mês 1 |
| | | Reunião de Kick-off | Apresentar o projeto, escopo e objetivos. | Mês 1 |
| | | | Definir papéis e responsabilidades. | Mês 1 |
| | | Definição dos Canais de Comunicação | Criar grupos de trabalho e canais de comunicação. | Mês 1 |
| | | | Definir a frequência das reuniões. | Mês 1 |
| | | | | |
| | Levantamento das Regras de Negócio | | | |
| | | Mapeamento na SEFAZ | Solicitar e obter a base cadastral completa e atualizada dos imóveis. | Mês 1 |
| | | Levantamento de Regras da Viabilidade | Coleta de legislação e regras de negócio para viabilidade. | Mês 1 |
| | | | Análise e documentação das regras de viabilidade. | Mês 1 |
| | Configuração e Integrações | Configuração do Sistema (Viabilidade) | Parametrização do sistema com as regras de viabilidade. | Mês 2 |
| | | Integração com Sistemas Externos (Viabilidade) | Configurar integrações necessárias para a viabilidade. | Mês 2 |
| FASE 2 | Testes | | | |
| | | Testes da Viabilidade | Testes Unitários e Integrados da Viabilidade. | Mês 2 |
| | | | Testes de Aceitação pelo Usuário (UAT). | Mês 2 |
| | | | Correção de bugs e ajustes. | Mês 2 |
| | Implantação e (Viabilidade) | | | |
| | | Preparação do Ambiente de Produção | Configurar o ambiente final para a viabilidade. | Mês 2 |
| | | Treinamento dos Usuários | Capacitar os servidores e usuários externos. | Mês 2 |
| | | Lançamento da Viabilidade | Tornar a consulta de viabilidade o sistema oficial. | Mês 2 |
| | | Operação Assistida | Fornecer suporte intensivo nas primeiras semanas. | Mês 2 |
| | Pós Go-Live e Integração Tributária | | | |
| | | Integração com Sistema Tributário | Aguardando retorno da integração do sistema tributário. | Mês 3 |
| | | | Desenvolvimento e testes da integração. | Mês 3 |
| | | Monitoramento e Entrega Final | Entrega Final do Produto | Mês 3 |
| | | | Apresentar o Relatório de Implantação e Go-Live. | Mês 3 |
| FASE 3 | Acompanhamento Mensal e Ajustes | | | |
| | | Reuniões periódicas | avaliação dos da ferramenta | Mês 4 ao Mês 60 |
| | | | | Mês 4 ao Mês 60 |
| | | Relatórios de progresso | Relatórios de indicadores de desempenho | Mês 4 ao Mês 60 |
| | | Análise de métricas | monitoramento do processo e melhorias | Mês 4 ao Mês 60 |
| | | Acompanhamento mensal | garantir a eficácia da implementação da ferramenta | Mês 4 ao Mês 60 |

De: Eder A. - SECC - DPL

Para: SECC - ASSJ - Assessoria Jurídica - A/C LISANE O.

Data: 19/12/2025 às 09:34:29

—
Eder Dos Anjos

Analista Administrativo II

Secretaria de Compras

Matrícula 28981

Anexos:

MODELO_DE_CONTRATO_AQUISICAO_DE_BENS_E_SERVICOS.pdf

TERMO Nº ***

**OBJETO OBJETO OBJETO OBJETO OBJETO
OBJETO.**

Aos ** dias do ***** de ****, o **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.285/0001-07, situada na rua Dinamarca, nº 320, bairro das Nações, CEP 88.338-900, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. *******, nomeado pela Portaria nº **./**./****, inscrito no CPF nº **./**./**.-**, doravante denominado **CONTRATANTE** ou **MUNICÍPIO**, e a empresa ***** inscrita no CNPJ sob o nº **./**./**.-**, situada na rua *****, nº ****, bairro *****, CEP **./**.-**, Cidade, Estado, representada neste ato pelo seu representante legal, ***** inscrito no CPF nº **./**./**.-**, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos que assumem, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente instrumento contratual, decorrente do **Pregão Eletrônico nº **./**.-******, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa para a aquisição de *******, nas condições estabelecidas no Edital e Termo de Referência.

1.2. Relação de itens objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|---------------|-------------------|------------|----------------------|-------------------|
| 1 | | | | | |

1.3. Integram e completam o presente contrato como se transcritos estivessem obrigando as partes em todos os seus termos, o Edital, Termo de Referência e demais documentos que integram o processo licitatório de origem e a proposta declarada vencedora.

1.4. Os serviços objeto deste termo de contrato serão executados sob a forma de execução indireta, em regime de execução de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo máximo de **entrega/execução** é de ** dias/meses, contados **do recebimento da Autorização de Fornecimento/da data do presente instrumento contratual**.

2.2. A vigência contratual terá início na data de emissão da autorização de fornecimento e findará em 30 (trinta) dias após o término do prazo de execução.

2.3. O prazo de entrega/execução será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO previstas neste instrumento.

OU

2.3. O prazo de entrega/execução da contratação é de ** dias/meses, contados do recebimento da

3.5.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos

defeitos observados.

3.5.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção.

3.5.4. Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.5.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas.

3.5.6. Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.

3.5.7. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

3.5.8. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, conforme o disposto no [inciso VII do art. 21 do Decreto Municipal nº 11.210/2023](#).

3.5.9. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no [inciso VIII do art. 21 do Decreto Municipal nº 11.210/2023](#).

3.5.10. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no [art. 25 do Decreto Municipal nº 11.210/2023](#), mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

3.6. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

3.6.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas.

3.6.2. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.6.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

3.6.4. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

OU

8.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no Termo de Referência.

8.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste contrato.

8.7. Cientificar o Secretário de Compras para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO.

8.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Entregar os **materiais/equipamentos** em até ** (*****) dias **úteis/corridos**, contados **da data deste instrumento contratual/do recebimento da Autorização de Fornecimento**.

9.2. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.3. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei Federal nº 8.078/1990](#)).

9.5. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137 inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.9. O CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento a Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Federais; Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Estaduais ou Distritais do domicílio ou sede do CONTRATADO; Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Municipais do domicílio ou sede do CONTRATADO; Certidão de Regularidade do FGTS; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.12. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

9.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116 parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

9.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124 inciso II alínea “d” da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

9.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

9.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e

10.5.2. BEM 2Valor.

10.5.3. TOTAL Valor total.

10.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e/ou por ** (*****) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 10.9 deste contrato.

10.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.10.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

10.10.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

10.10.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 10.10, observada a legislação que rege a matéria.

10.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [art. 827 do Código Civil](#).

10.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **

(*****) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.17. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137 § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

10.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular SUSEP nº 662/2022](#).

10.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

10.20.1. O CONTRATADO autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste contrato.

10.20.2. Além da garantia de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021](#), a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.20.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), o CONTRATADO que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato.

11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato.

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

11.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei Federal nº 12.846/2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente ([art. 159 da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.7. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.8. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Municipal ([art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.10. Os débitos do CONTRATADO para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no subitem anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas.

12.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, nos termos do [art. 131 caput da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, vide [art. 14 inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade: ***.**

13.1.2. Fonte de Recursos: ***.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei Federal nº 8.078/1990](#), e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), bem como no respectivo sítio oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Cidade de Balneário Camboriú para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste instrumento contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92 § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

Balneário Camboriú, ** de ***** de ****.

De: LISANE O. - SECC - ASSJ
Para: Envolvidos internos acompanhando
Data: 19/12/2025 às 10:21:45

Bom dia

Segue o parecer juridico, pela aprovação.

At.te

—

Lisane Dadam Tortato de Oliveira
Assessora Jurídica

Anexos:

Parecer_Juridico_Inexibilidade_029_2025_PMBC_Art_74_I.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

| Assinante | Data | Assinatura |
|-----------------------------|---------------------|--|
| LISANE DADAM TORTATO DE OL. | 19/12/2025 10:22:17 | 1Doc LISANE DADAM TORTATO DE OLIVEIRA CPF 919.XXX... |

Para verificar as assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **3370-AEE2-D18B-D463**

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 051/2025

Inexigibilidade de Licitação n.º 029/2025 – PMBC

Assunto: Contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Fundamentação Legal: Art. 74, inc. I da Lei 14.133/2021

Empresa: Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA

1. Relatório

Trata-se de instauração do processo administrativo¹ com objetivo à **Inexigibilidade Licitatória n.º 029/2025**, para **Contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC)**, tendo em vista a necessidade e as justificativas apresentadas no Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

De acordo com a Justificativa apresentada no Documento de Formalização de Demanda:

“A presente contratação se justifica pela necessidade de modernizar a gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC, em especial os processos de abertura e licenciamento de empresas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do município. O sistema REGIN 2.0, desenvolvido pela ProSolution, é um sistema integrado de gestão tributária que moderniza os processos de abertura e licenciamento de empresas, aumenta a arrecadação municipal e melhora a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. A ProSolution é a detentora exclusiva dos direitos autorais e comerciais do sistema REGIN 2.0, o que a torna a única empresa capaz

¹ Ressalte-se que a presente análise se dará estritamente sob a ótica da legalidade do conteúdo da dispensa de licitação, contrato e respectivos anexos, não cabendo a esta Assessoria Jurídica qualquer manifestação quanto à viabilidade dos estudos técnicos que embasam o presente projeto, até mesmo porque lhe falta competência para tanto. De todo modo, não custa advertir ao Administrador Público que o sucesso de todo empreendimento está condicionado à viabilidade e à confiabilidade dos estudos técnicos que a embasaram.

de prestar os serviços de implantação, consultoria e acompanhamento do sistema no município de Balneário Camboriú/SC.”

2. Análise e aprovação por Assessoria Jurídica da Secretaria de Compras

Em observância ao disposto no art. 72, III, da Lei nº 14.133/2021, os autos foram remetidos a esta Assessoria Jurídica da Secretaria de Compras para parecer:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

Inicialmente é oportuno ressaltar que a análise em comento cingir-se-á estritamente aos aspectos jurídico-legais do pedido, vez que as questões técnicas, contábeis e financeiras fogem à competência desta Assessoria Jurídica.

Em cumprimento, portanto, à determinação legal, passa-se à análise da questão trazida nestes autos.

3. Da Inexigibilidade de Licitação

Trata-se de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com base no artigo 74, I, da Lei 14.133/2021, que diz:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos”;

Em regra, as obras, serviços, compras e alienações, da Administração Pública submetem-se à obrigatoriedade de realização do procedimento licitatório, nos termos da Constituição Federal, artigo 37, inciso XXI².

A exceção consiste na contratação direta, por dispensa de licitação, prevista no art. 75, e **por inexigibilidade de licitação**, nos termos do art. 74, ambos da Lei n.º 14.133/21.

No caso, dispõe o inciso I do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, que é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

Ainda a propósito, é firme o ensinamento doutrinário de que *“a contratação direta, em caso de inexigibilidade de licitação, resulta da inviabilidade de competição”, notadamente em razão de ser inviável a competição por meio de certame licitatório, uma vez que “se trata de produtor ou fornecedor exclusivo” do bem a ser adquirido (MARINELA, Fernanda. Manual de Direito Administrativo. 17. ed. Salvador: Juspodivm, 2023, p. 433).*

Sobre o tema, vale destacar os ensinamentos do livro “Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, 2ª edição, e-book, cujo coordenador é o professor Joel de Menezes Niebuhr :

“Em virtude disso, o bem só pode ser considerado exclusivo, autorizando a inexigibilidade, se as suas características peculiares, não encontradas em outros bens que lhe são concorrentes, forem decisivas ao interesse da Administração Pública. Se essas características não forem relevantes, salientá-las como requisito para a contratação a fim de justificar inexigibilidade é ilegítimo e ilegal, devendo- -se reputá-la inválida.

² Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (omissis) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Tudo gira em torno da delimitação do interesse da Administração Pública, que é discricionária. Contudo, para tanto, durante a descrição do objeto do contrato, o agente da Administração Pública, a priori, não deve se preocupar com miudezas, com características que não sejam relevantes para o interesse da Administração Pública. Em sentido oposto, antes de tudo, ele deve atentar para a utilidade pretendida com o contrato, a função a ser cumprida pelo objeto a ser contratado.

A Administração Pública deve descrever o objeto com todas as características que definem o seu gênero. Trata-se das características principais ou essenciais do objeto, que definem a sua funcionalidade básica; das características que definem a própria natureza do objeto que se pretende contratar. Vai-se atentar às funções que se pretendem do objeto e descrevê-las de modo a assegurar o seu cumprimento.

Sob essa perspectiva, todas as especificações que se fizerem necessárias são lícitas, mesmo que restrinjam o objeto a tal ponto de inviabilizar a competitividade e de justificar a inexigibilidade. Logo, se alguém dispõe com exclusividade da funcionalidade básica de dado objeto, é permitida a contratação por inexigibilidade amparada no inciso I do artigo 74 da Lei n. 14.133/2021, dado que somente ele pode oferecer à Administração Pública o resultado e o efeito pretendido por ela.

Além disso, a Administração Pública também volta os seus olhos às características periféricas do objeto, cuja ausência não compromete a sua funcionalidade básica. Trata-se de características que maximizam as funções do objeto, melhoram o conforto ou até a sua estética.

Tais características agregam ao objeto funcionalidade secundária. (...) Outrossim, a Administração Pública deve ser cuidadosa na instrução de tais processos de inexigibilidade, especialmente no que tange ao conjunto de provas sobre a exclusividade do fornecedor. É que a inexigibilidade se configura com a efetiva inviabilidade de competição, o que depende de uma condição de fato. Nesse sentido, só é lícito contratar diretamente ao argumento da exclusividade do fornecedor se ele for, verdadeiramente, exclusivo. Aí vale todo tipo de prova, especialmente, a resultante dos esforços empreendidos na pesquisa dos produtos ofertados no mercado”.

A realização do processo de contratação direta por inexigibilidade de licitação, fundamentado na Lei n.º 14.133/2021, precisa guardar observância ao artigo 72, que assim dispõe:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial”.

Necessário verificar a presença dos elementos enumerados no supracitado art. 72, Lei n.º 14.133/2021, que no presente caso foi atendida.

No caso em exame, observa-se a inviabilidade fática de competição, impeditiva da realização de pesquisa de mercado a fim de se obter proposta econômica mais vantajosa, em razão da **Certidão de Exclusividade** emitida pela **ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE**, certificando que a empresa **PROSOLUTION CONSULTORIA E SISTEMAS INFORMÁTICOS LTDA** :

“é a única desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização em todo território nacional do Sistema para computador REGIN®, destinado à gestão integrada do registro empresarial, se propondo a atender às especificações da REDESIM/RFB; Que desconhece a existência de Sistema para computador disponível para comercialização, no mercado brasileiro, com o conjunto de funções, telas, módulos, recursos e características técnicas idêntico ao Sistema para computador REGIN®. Que o pedido de registro do Sistema para computador REGIN® foi protocolizado no INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial sob o nº BR512024001687-2 em 30/07/2008;”

No que diz respeito aos valores a serem despendidos pela Administração, percebe-se, a partir da análise da documentação constante dos autos, que o preço ofertado pela empresa que detém a exclusividade, é de **R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)**, havendo disponibilidade orçamentária suficiente para aquisição dos produtos e serviços, conforme Solicitações de Compra/Contratação em anexo.

Quanto à justificativa do preço, deve haver, por parte da autoridade administrativa estudo a fim de verificar se o preço cobrado está compatível com os serviços oferecidos. Não basta afirmar que se trata de fornecedor único, e por isso submeter-se ao preço por ele estipulado. Ou seja, comprovada a inviabilidade de realização de procedimento licitatório, e demonstrada a necessidade de contratação direta por meio de inexigibilidade, a Administração deverá justificar o preço da contratação pretendida, que deverá ser realizada mediante a comparação da proposta apresentada com preços praticados pela futura contratada junto a outros órgãos públicos ou pessoas privadas.

A Advocacia-Geral da União editou a Orientação Normativa n.º 17/2009, cujo teor é o seguinte:

“A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos.”

Pág. 6

VERIFICA-SE a apresentação de notas ou contratos com outros municípios para comprovar que os valores apresentados são compatíveis com os valores praticados pelo mercado. (consta o valor mensal dos serviços).

Por fim, restou verificada a regularidade da empresa, conforme Alteração e Consolidação Contratual devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Rio de Janeiro, Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa Estadual, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Regularidade do FGTS, Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Declaração de Superveniência de Fato Impeditivo para Habilitação, Declaração de Cumprimento das Obrigações Relativas ao Trabalho do Menor, Declaração de Não Parentesco.

RECOMENDO a juntada da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União.

Em assim sendo, asseverada a impossibilidade de competição e justificados o preço e as razões de escolha do fornecedor, esvazia-se, por consequência, a necessidade do processo licitatório.

É de se apontar que a Lei n.º 14.133/21 priorizou a divulgação das contratações por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), além de o parágrafo único do artigo 72 do supracitado diploma normativo exigir que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Diante desse cenário, **RECOMENDO** que o ato de contratação direta seja publicado no DOM, no site do Município, no Jornal Diarinho e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

4. Da Conclusão

Diante do exposto, a contratação direta revela-se o único meio de satisfazer às necessidades da Administração e, restritamente aos aspectos jurídico-formais, esta Assessoria Jurídica da Secretaria de Compras, resguardando o poder discricionário do

Pág. 7

gestor público quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo opina pela **APROVAÇÃO, com recomendações.**

5. Do contrato

Com relação à minuta contratual verifica-se o regular cumprimento do comando do art. 92 e seus incisos, senão vejamos:

“Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos o qual consta na Cláusula Primeira.

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos, na Cláusula Décima Quarta;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento, Cláusula Primeira.

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima respectivamente;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso, na Cláusula Segunda;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica, na Cláusula Décima Terceira;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento, Cláusula Décima;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo, na Cláusula Oitava, Nona bem como na Cláusula Décima Primeira;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, na Cláusula Nona;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, na Cláusula Nona;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento, Cláusula Terceira;

XIX - os casos de extinção na Cláusula Décima Segunda.

Dessa forma, após análise da minuta do contrato, bem como o art. 92 e incisos da Lei 14.133/2021, em consonância com as cláusulas necessárias estabelecidas, constata-se a observância dos requisitos legais exigidos, manifestando-se esta Assessoria Jurídica da Secretaria de Compras, resguardando o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo, pela **APROVAÇÃO**.

Este é o entendimento.

À consideração superior.

Balneário Camboriú-SC, 19 de dezembro de 2025.

Lisane Dadam Tortato de Oliveira

Assessora Jurídica da Secretaria de Compras



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3370-AEE2-D18B-D463

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LISANE DADAM TORTATO DE OLIVEIRA (CPF 919.XXX.XXX-91) em 19/12/2025 10:22:15 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/3370-AEE2-D18B-D463>

Processo Inexigibilidade de Licitação - 18- 051/2025

De: Eder A. - SECC - DPL

Para: SEFAZ - Secretaria de Fazenda - A/C MAGDA B.

Data: 19/12/2025 às 14:19:45

Setores envolvidos:

SEGOV - DITI, SECAC - CGF, SECC - DPL, SECC - ASSJ, SEFAZ, SECC, SEFAZ - COMP, SECC - CGF

Regin 2.0f

Prezada Secretária,

Segue termo IL 029/2025 para assinatura digital e posterior publicação.

—

Eder Dos Anjos
Analista Administrativo II

Secretaria de Compras

Matrícula 28981

Anexos:

EDITAL_INX_029_2025.pdf

Razao_da_Escolha_IL.pdf

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 029/2025 - IL - PMBC

Objeto: Contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Empresa: Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA.

CNPJ: 07.273.558/0001-90.

Prazo: 60 (sessenta) meses.

Respaldo legal: Art. 74, I, da Lei 14.133/2021.

Valor do contrato: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Anexos: Solicitação, bloqueio orçamentário, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, certidão de exclusividade, certidões negativas de débitos e demais documentos pertinentes.

Considerações:

- a) A Secretaria da Fazenda motiva esta inexigência de licitação para contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).
- b) A presente contratação se justifica pela necessidade de modernizar a gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC, em especial os processos de abertura e licenciamento de empresas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do município.
- c) O sistema REGIN 2.0, desenvolvido pela ProSolution, é um sistema integrado de gestão tributária que moderniza os processos de abertura e licenciamento de empresas, aumenta a arrecadação municipal e melhora a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.
- d) Com base na legislação acima especificada, fica aprovado o referido procedimento, faltando o devido conhecimento e ratificação da autoridade superior, consoante se depreende do disposto na legislação acima especificada.

Balneário Camboriú, 19 de dezembro de 2025.

Magda Bez
Secretária da Fazenda

RAZÃO DE ESCOLHA DO CONTRATADO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 029/2025 - IL - PMBC

Objeto: Contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Empresa: Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA.

CNPJ: 07.273.558/0001-90.

Prazo: 60 (sessenta) meses.

Respaldo legal: Art. 74, I, da Lei 14.133/2021.

Valor do contrato: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Para fins do disposto no art. 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, a escolha da empresa Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA justifica-se pela sua condição de fornecedora exclusiva do sistema REGIN 2.0, solução tecnológica desenvolvida especificamente para a integração dos municípios catarinenses com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, conforme comprovação por meio de certidão de exclusividade devidamente juntada aos autos.

Diante da inviabilidade de competição, caracterizada pela exclusividade do fornecedor e pela singularidade do objeto, resta configurada a hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, mostrando-se a contratação plenamente adequada ao interesse público e às necessidades da Administração Municipal.

Balneário Camboriú, 19 de dezembro de 2025.

Magda Bez
Secretária da Fazenda



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 136D-3286-27F1-3FE9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAGDA BEZ (CPF 596.XXX.XXX-91) em 19/12/2025 17:32:08 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/136D-3286-27F1-3FE9>

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 029/2025 - IL - PMBC

Objeto: Contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Empresa: Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA.

CNPJ: 07.273.558/0001-90.

Prazo: 60 (sessenta) meses.

Respaldo legal: Art. 74, I, da Lei 14.133/2021.

Valor do contrato: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Anexos: Solicitação, bloqueio orçamentário, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, certidão de exclusividade, certidões negativas de débitos e demais documentos pertinentes.

Considerações:

- a) A Secretaria da Fazenda motiva esta inexigência de licitação para contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).
- b) A presente contratação se justifica pela necessidade de modernizar a gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC, em especial os processos de abertura e licenciamento de empresas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do município.
- c) O sistema REGIN 2.0, desenvolvido pela ProSolution, é um sistema integrado de gestão tributária que moderniza os processos de abertura e licenciamento de empresas, aumenta a arrecadação municipal e melhora a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.
- d) Com base na legislação acima especificada, fica aprovado o referido procedimento, faltando o devido conhecimento e ratificação da autoridade superior, consoante se depreende do disposto na legislação acima especificada.

Balneário Camboriú, 19 de dezembro de 2025.

Magda Bez
Secretária da Fazenda

RAZÃO DE ESCOLHA DO CONTRATADO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 029/2025 - IL - PMBC

Objeto: Contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Empresa: Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA.

CNPJ: 07.273.558/0001-90.

Prazo: 60 (sessenta) meses.

Respaldo legal: Art. 74, I, da Lei 14.133/2021.

Valor do contrato: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Para fins do disposto no art. 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, a escolha da empresa Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA justifica-se pela sua condição de fornecedora exclusiva do sistema REGIN 2.0, solução tecnológica desenvolvida especificamente para a integração dos municípios catarinenses com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, conforme comprovação por meio de certidão de exclusividade devidamente juntada aos autos.

Diante da inviabilidade de competição, caracterizada pela exclusividade do fornecedor e pela singularidade do objeto, resta configurada a hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, mostrando-se a contratação plenamente adequada ao interesse público e às necessidades da Administração Municipal.

Balneário Camboriú, 19 de dezembro de 2025.

Magda Bez
Secretária da Fazenda

Processo Inexigibilidade de Licitação - 19- 051/2025

De: Eder A. - SECC - DPL

Para: SECC - Secretaria de Compras e Convênios - A/C José N.

Data: 19/12/2025 às 14:20:38

Setores envolvidos:

SEGOV - DITI, SECAC - CGF, SECC - DPL, SECC - ASSJ, SEFAZ, SECC, SEFAZ - COMP, SECC - CGF

Regin 2.0f

Boa tarde Secretário,

Segue termo para assinatura e ratificação.

—

Eder Dos Anjos
Analista Administrativo II

Secretaria de Compras

Matrícula 28981

Anexos:

Autorizacao_da_autoridade.pdf

RATIFICACAO_INX_029_2025.pdf

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 029/2025 - IL - PMBC

Objeto: Contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Empresa: Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA.

CNPJ: 07.273.558/0001-90.

Prazo: 60 (sessenta) meses.

Respaldo legal: Art. 74, I, da Lei 14.133/2021.

Valor do contrato: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Para os fins do disposto no art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, e considerando:

- A necessidade de modernização da gestão administrativa e tributária do Município de Balneário Camboriú, especialmente no que se refere aos processos de abertura, licenciamento e regularização de empresas, em atendimento às demandas do Setor de Alvará;
- Que o sistema REGIN 2.0 possibilita a integração entre o Município e a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, promovendo maior eficiência, celeridade e segurança jurídica aos procedimentos administrativos, bem como contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Município;
- Que a empresa Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA detém a exclusividade para fornecimento do sistema REGIN 2.0, conforme documentação técnica e certidão de exclusividade juntadas aos autos, caracterizando a inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

AUTORIZO a contratação direta da empresa Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Balneário Camboriú, 19 de dezembro de 2025.

José Edeltrudes da Costa Ferreira Neto
Secretário de Compras e Patrimônio

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 029/2025 - IL - PMBC

Objeto: Contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Empresa: Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA.

CNPJ: 07.273.558/0001-90.

Prazo: 60 (sessenta) meses.

Respaldo legal: Art. 74, I, da Lei 14.133/2021.

Valor do contrato: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Anexos: Solicitação, bloqueio orçamentário, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, certidão de exclusividade, certidões negativas de débitos e demais documentos pertinentes.

- Considerando a justificativa da Secretaria da Fazenda de que presente contratação se justifica pela necessidade de modernizar a gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC, em especial os processos de abertura e licenciamento de empresas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do município.

- Considerando que o sistema REGIN 2.0, desenvolvido pela ProSolution, é um sistema integrado de gestão tributária que moderniza os processos de abertura e licenciamento de empresas, aumenta a arrecadação municipal e melhora a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

- Considerando a documentação encaminhada pelo setor requisitante, bem como o parecer jurídico, ratifico a inexigibilidade de licitação.

Publique-se

Balneário Camboriú, 19 de dezembro de 2025.

José Edeltrudes da Costa Ferreira Neto
Secretário de Compras e Convênios



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F100-11BC-D18C-534D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSÉ EDELTRUDES DA COSTA FERREIRA NETO (CPF 054.XXX.XXX-58) em 19/12/2025 16:24:09
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/F100-11BC-D18C-534D>

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 029/2025 - IL - PMBC

Objeto: Contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Empresa: Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA.

CNPJ: 07.273.558/0001-90.

Prazo: 60 (sessenta) meses.

Respaldo legal: Art. 74, I, da Lei 14.133/2021.

Valor do contrato: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Para os fins do disposto no art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, e considerando:

- A necessidade de modernização da gestão administrativa e tributária do Município de Balneário Camboriú, especialmente no que se refere aos processos de abertura, licenciamento e regularização de empresas, em atendimento às demandas do Setor de Alvará;
- Que o sistema REGIN 2.0 possibilita a integração entre o Município e a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, promovendo maior eficiência, celeridade e segurança jurídica aos procedimentos administrativos, bem como contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Município;
- Que a empresa Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA detém a exclusividade para fornecimento do sistema REGIN 2.0, conforme documentação técnica e certidão de exclusividade juntadas aos autos, caracterizando a inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

AUTORIZO a contratação direta da empresa Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Balneário Camboriú, 19 de dezembro de 2025.

José Edeltrudes da Costa Ferreira Neto
Secretário de Compras e Patrimônio

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 029/2025 - IL - PMBC

Objeto: Contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Empresa: Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA.

CNPJ: 07.273.558/0001-90.

Prazo: 60 (sessenta) meses.

Respaldo legal: Art. 74, I, da Lei 14.133/2021.

Valor do contrato: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Anexos: Solicitação, bloqueio orçamentário, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, certidão de exclusividade, certidões negativas de débitos e demais documentos pertinentes.

- Considerando a justificativa da Secretaria da Fazenda de que presente contratação se justifica pela necessidade de modernizar a gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC, em especial os processos de abertura e licenciamento de empresas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do município.

- Considerando que o sistema REGIN 2.0, desenvolvido pela ProSolution, é um sistema integrado de gestão tributária que moderniza os processos de abertura e licenciamento de empresas, aumenta a arrecadação municipal e melhora a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

- Considerando a documentação encaminhada pelo setor requisitante, bem como o parecer jurídico, ratifico a inexigibilidade de licitação.

Publique-se

Balneário Camboriú, 19 de dezembro de 2025.

José Edeltrudes da Costa Ferreira Neto
Secretário de Compras e Convênios

De: Eder A. - SECC - DPL

Para: SECC - DPL - Departamento de Planejamento e Licitações - A/C Eder A.

Data: 22/12/2025 às 08:28:31

Publicações.

—

Eder Dos Anjos

Analista Administrativo II

Secretaria de Compras

Matrícula 28981

Anexos:

1766402859_ratificao_inx_0292025_extrato.pdf

Portal_Nacional_de_Contratacoes_Publicas.pdf

Prefeitura_Municipal_de_Balneario_Camboriu_Compras_e_Licitacoes.pdf



PUBLICAÇÃO

**Nº 7860291: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº
029/2025 - IL - PMBC**

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Balneário Camboriú

MUNICÍPIO

Balneário Camboriú



<https://diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:7860291>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<https://diariomunicipal.sc.gov.br>

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 029/2025 - IL - PMBC

Objeto: Contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Empresa: Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA.

CNPJ: 07.273.558/0001-90.

Prazo: 60 (sessenta) meses.

Respaldo legal: Art. 74, I, da Lei 14.133/2021.

Valor do contrato: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Anexos: Solicitação, bloqueio orçamentário, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, certidão de exclusividade, certidões negativas de débitos e demais documentos pertinentes.

- Considerando a justificativa da Secretaria da Fazenda de que presente contratação se justifica pela necessidade de modernizar a gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC, em especial os processos de abertura e licenciamento de empresas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do município.

- Considerando que o sistema REGIN 2.0, desenvolvido pela ProSolution, é um sistema integrado de gestão tributária que moderniza os processos de abertura e licenciamento de empresas, aumenta a arrecadação municipal e melhora a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

- Considerando a documentação encaminhada pelo setor requisitante, bem como o parecer jurídico, ratifico a inexigibilidade de licitação.

Publique-se

Balneário Camboriú, 19 de dezembro de 2025.

José Edeltrudes da Costa Ferreira Neto
Secretário de Compras e Convênios

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 029/2025 - IL/2025



Local: Balneário Camboriú/SC **Órgão:** MUNICIPIO DE BALNEARIO CAMBORIU

Unidade compradora: 1 - Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, I

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 22/12/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 83102285000107-1-000586/2025 **Fonte:** Pública Tecnologia Ltda.

Objeto:

Contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

| VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA | VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA |
|--------------------------------|----------------------------------|
| R\$ 180.000,00 | R\$ 180.000,00 |

- Itens
- Arquivos
- Histórico

| Número | Descrição | Quantidade | Valor unitário estimado | Valor total estimado |
|--------|---------------------------------|------------|-------------------------|----------------------|
| 1 | Manutenção no Sistema Regin 2.0 | 60 | R\$ 3.000,00 | R\$ 180.000,00 |

Exibir: 5 1-1 de 1 itens

Página: 1

< >

[< Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

**PROCESSO Nº**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 029/2025 - IL - PMBC

DATA DE ATUALIZAÇÃO

22/12/25

MODALIDADE

INEXIGIBILIDADE LICITATÓRIA

SITUAÇÃO

Concluído

LOCAL DA LICITAÇÃO

PMBC

OBJETO

Contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

OBSERVAÇÕES

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 029/2025 - IL - PMBC

Objeto: Contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Empresa: Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos LTDA.

CNPJ: 07.273.558/0001-90.

Prazo: 60 (sessenta) meses.

Respaldo legal: Art. 74, I, da Lei 14.133/2021.

Valor do contrato: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Anexos: Solicitação, bloqueio orçamentário, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, certidão de exclusividade, certidões negativas de débitos e demais documentos pertinentes.

Considerações:

a) A Secretaria da Fazenda motiva esta inexigência de licitação para contratação de sistema municipal de Regin 2.0, visando atender a demanda do Setor de Alvará para integração com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

b) A presente contratação se justifica pela necessidade de modernizar a gestão administrativa e tributária do município de Balneário Camboriú/SC, em especial os processos de abertura e licenciamento de empresas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do município.

c) O sistema REGIN 2.0, desenvolvido pela ProSolution, é um sistema integrado de gestão tributária que moderniza os processos de abertura e licenciamento de empresas, aumenta a arrecadação municipal e melhora a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

d) Com base na legislação acima especificada, fica aprovado o referido procedimento, faltando o devido conhecimento e ratificação da autoridade superior, consoante se depreende do disposto na legislação acima especificada.

Balneário Camboriú, 19 de dezembro de 2025.

Magda Bez

Secretária da Fazenda

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 029/2025 - IL - PMBC

Considerando a documentação encaminhada pelo setor requisitante, bem como o parecer jurídico, ratifico a inexigibilidade de licitação.

Publique-se

Balneário Camboriú, 19 de dezembro de 2025.

José Edeltrudes da Costa Ferreira Neto

Secretário de Compras e Convênios

ARQUIVOS ANEXOS